

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA  
TESE DE DOUTORADO**

**ASCENSÃO PROFISSIONAL NO JORNALISMO:  
REDES DE RELAÇÕES PESSOAIS, INVESTIMENTO NA CARREIRA E  
INSERÇÕES POLÍTICAS NA IMPRENSA EM SERGIPE.**

**ALEX MENEZES DE CARVALHO**

**São Cristóvão/2018**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA  
TESE DE DOUTORADO**

**ALEX MENEZES DE CARVALHO**

**ASCENSÃO PROFISSIONAL NO JORNALISMO:  
REDES DE RELAÇÕES PESSOAIS, INVESTIMENTO NA CARREIRA E  
INSERÇÕES POLÍTICAS NA IMPRENSA EM SERGIPE.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Centro de Educação e Ciências Humanas, da Universidade Federal Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Linha de Pesquisa: Itinerários Intelectuais, Profissão e Mercado de Trabalho.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Fernanda Rios. Petrarca

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

C331a Carvalho, Alex Menezes de  
Ascensão profissional no jornalismo : redes de relações pessoais, investimento na carreira e inserções políticas na imprensa em Sergipe / Alex Menezes de Carvalho ; orientadora Fernanda Rios Petrarca. – São Cristóvão, 2018.  
245 f. : il.

Tese (doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2018.

1. Sociologia. 2. Jornalismo - Sergipe. 3. Imprensa. 4. Relações humanas. I. Petrarca, Fernanda Rios, orient. II. Título.

CDU 316.344.34:070(813.7)

ALEX MENEZES DE CARVALHO

**ASCENSÃO PROFISSIONAL NO JORNALISMO:  
REDES DE RELAÇÕES PESSOAIS, INVESTIMENTO NA CARREIRA E  
INSERÇÕES POLÍTICAS NA IMPRENSA EM SERGIPE.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Centro de Educação e Ciências Humanas, da Universidade Federal Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Fernanda Rios Petrarca (UFS – Orientadora).

---

Prof. Dr. Ivan Fontes Barbosa (UFS – PPGS)

---

Prof. Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira (UFS – PPGS).

---

Prof. Dr. Luiz Gustavo Pereira de Souza Correia (UFS – PPGA)

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Verônica Teixeira Marques (UNIT)

## AGRADECIMENTOS

A construção deste trabalho jamais poderia ter sido concluída sem as contribuições de todas as pessoas e instituições que, direta ou indiretamente, colaboraram para o sucesso desta empreitada. Agradeço inicialmente a todos os integrantes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe: aos funcionários pela atenção dada ao longo desses mais de quatro anos e aos professores pela formação proporcionada. Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos ao longo do curso.

Agradeço à professora Dra. Fernanda R. Petrarca, minha orientadora, por toda a atenção, paciência e dedicação desde os primeiros contatos quando eu ainda era discente do mestrado em sociologia até a conclusão desta tese. Suas leituras e apontamentos foram fundamentais para que um caminho viável e frutífero fosse trilhado, muitas dicas importantes a respeito da construção da tese e do tratamento a ser dado ao objeto vieram dos seus apontamentos. Agradeço também ao professor Dr. Wilson José F. de Oliveira pelos preciosos conselhos ao longo de toda essa minha caminhada. Muitos outros professores também me ajudaram nesta etapa da minha formação e a todos agradeço.

Agradeço aos colegas da turma de 2014 que, por se enveredarem junto comigo neste caminho acadêmico, contribuíram diretamente com meu aprendizado. Manifesto gratidão especial aos colegas do LEPP (Laboratório de Estudos do Poder e da Política da UFS), sobretudo ao amigo e companheiro Bergson Vieira que tem sido meu parceiro ao longo de todas as batalhas. Agradeço também a todos os jornalistas que tão prontamente se fizeram disponíveis aos meus contatos e cederam seu tempo às minhas entrevistas.

Aos meus pais, Renato e Arlete, agradeço pelo apoio e pela força em todos os momentos em mais esta etapa de minha formação. À Cláudia Patrícia, minha esposa, agradeço pela paciência e compreensão ao longo de todo o período do doutorado e pela dedicação na leitura de tantos excertos deste trabalho.

## RESUMO

Esta tese busca analisar as regras e as condições sociais, institucionais e políticas para a inserção e a atuação profissional no jornalismo. Trata-se, mais especificamente, de identificar as credenciais, as competências e os demais recursos sociais que pautam a entrada e o crescimento posicional no jornalismo e de entender qual a importância do investimento profissional na própria imprensa e da inserção em outros espaços para a obtenção de tais recursos. Para tanto, fez-se necessária a análise das carreiras dos jornalistas, do conjunto de suas atuações na imprensa e também de suas inserções em esferas diversas, e de como elas possibilitaram a aquisição de recursos passíveis de serem convertidos em melhores colocações no jornalismo. O universo empírico que serviu de base para esta investigação corresponde a um conjunto de jornalistas que ocupam posições elevadas na imprensa do estado de Sergipe. Foram considerados tanto jornalistas que atualmente ocupam cargos de direção jornalística em jornais impressos e emissoras de TV, como também outros jornalistas que já ocuparam esses postos recentemente. Com relação às suas subdivisões, esta tese está estruturada em três momentos. Primeiramente, são analisadas as condições sócio-históricas da constituição do jornalismo e da atividade jornalística no Brasil. Para tanto, nos centramos nos itinerários profissionais de alguns personagens que se consagraram ao jornalismo em períodos distintos, mas também nos processos de constituição da imprensa em Sergipe e em algumas outras partes do país. Num segundo momento, tratamos da institucionalização do jornalismo, ou melhor, do processo de transformação da atividade jornalística em uma profissão dotada de regras institucionais definidas. Os principais recursos analíticos para esse segundo momento são referências bibliográficas tratando do assunto em diversas regiões acrescidas de documentos e leis que nos forneceram dados a respeito desse processo no Brasil e, mais especificamente, em Sergipe. Por fim, na última etapa nos dedicamos a traçar os padrões e/ou modalidades de entrada e ascensão no jornalismo deste estado. Nessa etapa, buscamos identificar as competências e os principais recursos sociais que definem a ocupação de posições destacadas nesse universo profissional, e também compreender as combinações de recursos mais efetivas para a atuação neste espaço. Ao longo desta tese, nos empenhamos em demonstrar que as possibilidades de ascensão posicional no jornalismo em Sergipe estão especialmente vinculadas à mobilização dos recursos arrecadados no investimento profissional na própria imprensa, tais como as redes de relações pessoais e certas competências desenvolvidas pela atuação nesse espaço. Ou melhor, sem desprezar uma análise das origens sociais e das titulações escolares dos jornalistas considerados, entendemos que os recursos ligados ao desenvolvimento de uma carreira no jornalismo são determinantes para a ascensão profissional no espaço da imprensa em Sergipe e que as redes de contatos e/ou vinculações tecidas dentro e até “fora” da imprensa (espaço político, por exemplo) agem diretamente como fator de diferenciação profissional nesse espaço. Enfim, o foco central desta tese é demonstrar que as redes de relações pessoais tecidas, que as competências e as experiências acumuladas pelo exercício do próprio jornalismo e que outros recursos acumulados em diversas inserções desempenham papel importante na entrada, no exercício profissional e no desenvolvimento de carreiras na imprensa.

**Palavras-chave:** jornalismo; carreira profissional; recursos; redes de relações pessoais;

## RÉSUMÉ

Cette thèse vise à analyser les règles et les conditions sociales, institutionnelles et politiques pour l'insertion et la performance professionnelle dans le journalisme. Il est, plus particulièrement, d'identifier les accréditations, les compétences et autres ressources sociales qui guident l'entrée et à la croissance de position en journalisme et comprendre ce que l'importance des investissements professionnels dans la presse propre et l'insertion dans d'autres domaines pour obtenir de telles ressources. Par conséquent, il était nécessaire d'analyser la carrière des journalistes, l'ensemble de ses performances dans la presse et aussi de leurs inserts dans divers domaines, et comment ils rendu possible l'acquisition des ressources qui peuvent être converties en meilleure position dans le journalisme. L'univers empirique qui a servi de base à cette enquête correspond à un groupe de journalistes qui occupent des positions élevées dans la presse de Sergipe. Ils étaient considérés comme des journalistes occupant actuellement des postes de direction journalistique dans des journaux imprimés et des chaînes de télévision, ainsi que d'autres journalistes qui occupaient ces postes récemment. En ce qui concerne ses subdivisions, cette thèse est structurée en trois moments. Tout d'abord, les conditions socio-historiques du journalisme et de l'activité journalistique au Brésil sont analysées. Par conséquent, nous nous concentrons sur les itinéraires professionnels de certains personnages qui se sont consacrés au journalisme à des moments différents, mais aussi dans les processus de formation de la presse en Sergipe et dans d'autres régions du pays. Dans un second temps, nous traitons de l'institutionnalisation du journalisme, ou plutôt du processus de transformation de l'activité journalistique en une profession dotée de règles institutionnelles définies. Les principales ressources analytiques pour ce second moment sont des références bibliographiques traitant de la question dans plusieurs régions, ainsi que des documents et des lois qui nous ont fourni des données sur ce processus au Brésil et, plus particulièrement, dans Sergipe. Enfin, dans la dernière étape, nous avons consacré à retracer les schémas et/ou des modalités d'entrée et montée dans le journalisme cet état. A ce stade, nous cherchons à identifier les compétences et les principales ressources sociales qui définissent l'occupation des positions proéminentes dans cet univers professionnel, et à comprendre les combinaisons de ressources les plus efficaces pour agir dans cet espace. Tout au long de cette thèse, nous nous efforçons de démontrer que les possibilités de montée de position dans le journalisme en Sergipe sont particulièrement liés à la mobilisation des fonds levés dans l'investissement professionnel dans la presse elle-même, comme les réseaux de relations personnelles et certaines compétences développées par les activités dans cet espace. Ou plutôt, sans pour autant négliger l'analyse des origines sociales et titrages scolaires des journalistes considérés, nous comprenons que les ressources liées au développement d'une carrière dans le journalisme sont cruciales pour l'avancement de carrière au sein de la presse à Sergipe et le réseau de contacts et/ou des liens tissés à l'intérieur et même "en dehors" de la presse (espace politique, par exemple) agissent directement comme facteur de différenciation professionnelle dans cet espace. Enfin, le point central de cette thèse est de démontrer que les réseaux de relations personnelles tissées, les compétences et l'expérience acquise par la pratique du journalisme lui-même et d'autres fonds accumulés dans divers inserts jouent un rôle important dans l'entrée, la pratique professionnelle et le développement carrières dans la presse.

**Mots-clés:** journalisme; carrière professionnelle; ressources; réseaux de relations personnelles;

## ABSTRACT

This thesis aims to analyze the rules and social, institutional and political conditions for the insertion and professional performance in journalism. More specifically, it is a question of identifying the credentials, competences and other social resources that guide entry and positional growth in journalism and of understanding the importance of professional investment in the press itself and of insertion into other spaces for obtaining of such resources. In order to do so, it was necessary to analyze the careers of journalists, all their activities in the press and also their insertion in different spheres, and how they made possible the acquisition of resources that could be converted into better positions in journalism. The empirical universe that served as the basis for this investigation corresponds to a group of journalists who occupy high positions in the press of the Sergipe. They were considered as journalists who currently occupy positions of journalistic direction in printed newspapers and TV stations, as well as other journalists who have occupied these positions recently. With respect to its subdivisions, this thesis is structured in three moments. First, the socio-historical conditions of journalism and journalistic activity in Brazil are analyzed. In order to do so, we focus on the professional itineraries of some of the characters who dedicated themselves to journalism in different periods, but also in the processes of constitution of the press in Sergipe and in some other parts of the country. In a second moment, we deal with the institutionalization of journalism, or rather the process of transforming journalistic activity into a profession endowed with definite institutional rules. The main analytical resources for this second moment are bibliographical references dealing with the matter in several regions plus documents and laws that have given us data about this process in Brazil and, more specifically, in Sergipe. Finally, in the last stage we are dedicated to outlining the patterns and/or modalities of entry and rise in journalism in this state. At this stage, we seek to identify the competences and the main social resources that define the occupation of outstanding positions in this professional universe, and also to understand the most effective combinations of resources for acting in this space. Throughout this thesis, we strive to demonstrate that the possibilities of positional rise in journalism in Sergipe are especially linked to the mobilization of resources collected in the professional investment in the press, such as the networks of personal relationships and certain skills developed by the acting in this space. Or rather, without neglecting an analysis of the social origins and educational qualifications of the journalists considered, we understand that the resources linked to the development of a career in journalism are determinant for the professional rise in the press space in Sergipe and that the networks of contacts and/or linkages woven inside and even "outside" the press (political space, for example) act directly as a factor of professional differentiation in this space. Finally, the central focus of this thesis is to demonstrate that the networks of personal relationships we have, that the skills and experiences accumulated by the exercise of journalism itself, and that other resources accumulated in diverse insertions play an important role in the entry, the professional exercise and the development of careers in the press.

**Keywords:** journalism; professional career; resources; networks of personal relationships;

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**ABERT:** Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV.

**ABJ:** Associação Brasileira dos Jornalistas.

**ABL:** Academia Brasileira de Letras.

**ALESE:** Assembleia Legislativa de Sergipe.

**ANJ:** Associação Nacional de Jornais.

**ANP:** Agência Nacional do Petróleo.

**APL:** Academia Pernambucana de Letras.

**ASI:** Associação Sergipana de Imprensa.

**CDL/AJU:** Câmara de Dirigentes Lojistas de Aracaju

**CODEVASF:** Companhia de Desenvolvimento do Vale São Francisco.

**CODISE:** Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe.

**CONAM:** Confederação Nacional das Associações de Moradores.

**DEM/SE:** Partido Democratas/Seção Sergipe.

**DIP:** Departamento de Imprensa e Propaganda.

**FECS:** Federação das Entidades Comunitárias de Sergipe.

**FENAJ:** Federação Nacional dos Jornalistas.

**IAA:** Instituto do Açúcar e do Alcool.

**IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**IHGB:** Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

**IHGMG:** Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

**IHGSE:** Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

**IHGSP:** Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

**INSS:** Instituto Nacional do Seguro Social.

**MR-8:** Movimento Revolucionário 8 de Outubro.

**OAB/SE:** Ordem dos Advogados do Brasil/ seção Sergipe.

**PCB:** Partido Comunista do Brasil.

**PMDB:** Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

**PRC:** Partido Republicano Conservador.

**PSB:** Partido Socialista Brasileiro.

**PSD:** Partido Social Democrático.

**PT:** Partido dos Trabalhadores.

**PTB:** Partido Trabalhista Brasileiro.

**RTVs:** Estações Retransmissoras de Sinal de Televisão.

**SBT:** Sistema Brasileiro de Televisão.

**SECOP/SE:** Secretaria Estadual de Combate à Pobreza de Sergipe.

**SEED/SE:** Secretaria de Estado da Educação de Sergipe.

**SEMAH/SE:** Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe.

**SEPLOG/AJU:** Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão de Aracaju.

**SETRANSP/AJU:** Secretaria de Transportes de Aracaju.

**SINDIJOR/SE:** Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Sergipe.

**SINDIMED/SE:** Sindicato dos Médicos de Sergipe.

**SINERTERJ/SE:** Sindicato das Empresas de Rádio, Televisão e Jornais do Estado de Sergipe.

**SRTE-SE:** Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Sergipe.

**SUDAP:** Superintendência Estadual da Agricultura e Produção.

**TCE-SE:** Tribunal de Contas de Sergipe.

**TJ-SE:** Tribunal de Justiça de Sergipe.

**TRE-SE:** Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

**UDN:** União Democrática Nacional.

**UFJS:** União das Forças Jovens de Sergipe.

**UFS:** Universidade Federal de Sergipe.

**UNIT:** Universidade Tiradentes.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	12
1 – Objeto de Estudo e Problema de Análise .....	14
2 – Abordagem Conceitual e Dimensões Analíticas .....	18
3 – Encaminhamentos da Pesquisa .....	20
4 – Plano Geral da Tese .....	23
<b>CAPÍTULO I: A CONSTITUIÇÃO DO JORNALISMO NO BRASIL: CONDIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS</b> .....	29
1.1 – Do Espaço Jornalístico ou das Possibilidades de Atuação para os Jornalistas .....	31
1.2 – O Jornalismo no Século XIX e sua Vinculação com a Política .....	34
1.3 – Atividade na Imprensa e Literatura .....	38
1.4 – “Doutores” e Jornalistas: formação acadêmica e atuação na imprensa na virada do século XIX para o XX .....	43
1.4.1 – Jornalismo em Sergipe entre Finais do Século XIX e Meados do XX: uma atuação para intelectuais .....	48
1.5 – A Profissionalização da Atividade Jornalística .....	53
1.5.1 – A Profissionalização da Atividade Jornalística em Sergipe .....	58
1.6 – Jornalismo no Século XX: a consolidação de uma atividade .....	65
1.6.1 – A Consolidação da Atividade Jornalística em Sergipe .....	70
1.7 – Jornalismo: uma atividade, múltiplos pertencimentos .....	74
<b>CAPÍTULO II: AS REDES DE RELAÇÕES COMO CARACTERÍSTICA DO ESPAÇO DA IMPRENSA</b> .....	78
2.1 – Do Espaço da Imprensa. ....	79
2.1.1 – A “Grande Imprensa” .....	81
2.1.2 – A “Modernização” do Jornalismo no Brasil .....	88
2.2 – Os “Donos da Mídia” Sergipana: concentração dos veículos noticiosos nas mãos de integrantes do jogo político partidário local .....	94
2.3 – Constituir Redes de Relações Sociais: possibilidade inerente à posição de gestor/dono de empresa jornalística .....	100
2.4 – Imprensa: um universo de atuação relacional .....	104

<b>CAPÍTULO III: A INSTITUCIONALIZAÇÃO/PROFISSIONALIZAÇÃO DO JORNALISMO EM SERGIPE .....</b>	<b>107</b>
3.1 – A Profissionalização do Jornalismo no Brasil .....	108
3.1.1 – A Demarcação do Jornalismo Enquanto Ofício Específico .....	110
3.1.2 – A Institucionalização do Jornalismo no Brasil .....	112
3.2 – A Profissionalização do Jornalismo em Sergipe .....	115
3.2.1 – A Atividade Jornalística como Profissão: primeiro ato .....	116
3.2.2 – A Atividade Jornalística como Profissão: a consolidação .....	124
3.3 – A Institucionalização do Jornalismo em Sergipe .....	130
3.3.1 – A Autonomia da Atividade Jornalística em Sergipe .....	136
3.4 – A Institucionalização/Profissionalização do Jornalismo em Sergipe: a importância das redes de relações pessoais .....	140
<b>CAPÍTULO IV: DAS COMPETÊNCIAS PARA A OCUPAÇÃO DE POSTOS DE GESTÃO NO JORNALISMO .....</b>	<b>143</b>
4.1 – Competências para a Gestão no Jornalismo .....	144
4.2 – Das Competências para a Ocupação de Postos de Comando no Jornalismo .....	147
4.2.1 – Gestão do Trabalho e da Equipe Jornalística .....	150
4.2.2 – “Saber Fazer” Jornalismo .....	153
4.2.3 – Lidar com os Constrangimentos Institucionais .....	156
4.2.3.1 – Como Fazer .....	162
4.2.4 – Lidando com Fontes de Informação .....	167
4.3 – Principais Habilidades de um Jornalista-Dirigente e suas Instâncias de Aquisição .....	172
<b>CAPÍTULO V: COMPOSIÇÃO SOCIAL, RECRUTAMENTO E MODALIDADES DE INGRESSO E ASCENSÃO NA ATIVIDADE JORNALÍSTICA .....</b>	<b>177</b>
5.1. – Caracterização Social do Grupo dos Jornalistas-Dirigentes em Sergipe .....	178
5.2 – Das Credenciais na Atividade Jornalismo .....	181
5.2.1 – As Redes de Relações Pessoais como Recurso Profissional no Jornalismo .....	184
5.2.2 – A Experiência no Jornalismo: quando as redes de relações pessoais se combinam com outros recursos .....	191

5.2.3 – Quando as Redes de Relações Extrapolam o Universo da Imprensa .....	198
5.3 – Credenciais no Jornalismo: redes de relações e investimento profissional nas redações .....	207
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>209</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>217</b>
<b>APÊNDICE I: ROTEIRO DE ENTREVISTA .....</b>	<b>225</b>
<b>APÊNDICE II: LISTA DE ENTREVISTADOS .....</b>	<b>229</b>
<b>ANEXO I: POSTOS/POSIÇÕES PROFISSIONAIS DOS ENTREVISTADOS .....</b>	<b>230</b>
<b>ANEXO II: PROPRIEDADE DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO EM SERGIPE ....</b>	<b>231</b>
<b>ANEXO III: REPERCUSSÃO DA PRISÃO DE ANA ALVES NA IMPRENSA SERGIPANA .....</b>	<b>232</b>
<b>ANEXO IV: REPERCUSSÃO DA SOLTURA DE ANA ALVES NA IMPRENSA SERGIPANA .....</b>	<b>241</b>

## APRESENTAÇÃO

Historicamente, o espaço de atuação jornalístico é caracterizado por possuir fronteiras “frouxas” no que diz respeito às suas credenciais de entrada e atuação<sup>1</sup>. No Brasil, o processo de institucionalização do jornalismo sofreu diversas reorientações, sobretudo ao longo do século XX. Em várias ocasiões, os critérios oficiais de delimitação e pertencimento ao universo jornalístico foram alterados e, mesmo depois de sua regulamentação, tais critérios ainda continuaram incertos. Segundo o Decreto-lei nº 83.284, de 13 de março de 1979 (lei que regulamenta o exercício profissional jornalístico no Brasil desde então), o exercício profissional na imprensa somente é garantido aos detentores de título acadêmico em jornalismo. Contudo, segundo este mesmo decreto-lei, as funções de ilustrador, repórter fotográfico, repórter cinematográfico, diagramador e, algumas condições especiais<sup>2</sup>, até as outras funções jornalísticas dispensam formação nesta área. Além disso, muitas foram as contendas judiciais travadas, sobretudo nos últimos anos, entorno da exigência ou não da formação universitária em jornalismo para o exercício desta profissão. Exemplo disso pode ser o ocorrido em 2001, quando o Tribunal Regional Federal da 3ª região (estado de São Paulo) acolheu argumento do Ministério Público Federal e derrubou a obrigatoriedade de tal titulação para a atuação jornalística<sup>3</sup>. A partir de então, várias instituições e entidades de representação de classe jornalísticas, tais como a FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas) e vários sindicatos de jornalistas — que se manifestaram contra tal medida —, a ANJ (Associação Nacional de Jornais), a ABJ (Associação Brasileira dos Jornalistas) e a ABERT (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV) — que se manifestaram a favor de tal medida —, passaram a se posicionar sobre o assunto. Como resultado, diversos revezes judiciais vem se sucedendo em torno dessa temática e a exigência do diploma para a atuação

---

<sup>1</sup> Para uma melhor compreensão a respeito dessa característica histórica do jornalismo ver CHALABY (2003).

<sup>2</sup> De acordo com Art 5º deste decreto-lei, o Ministério do Trabalho concede, desde que satisfeitas as exigências constantes deste mesmo decreto, registro especial para o desenvolvimento de atividades dentro dos jornais a não-graduados na área jornalística. Os casos previstos são: a - colaborador, ou seja, aquele que mesmo sem relação de emprego, produz trabalhos de cunho técnico, científico ou cultural veiculados com créditos para o autor; b - funcionário público titular de cargo cujas atribuições legais ajustam-se às dos jornalistas; c - provisionado.

<sup>3</sup> Em 17 de outubro de 2001 o Ministério Público Federal por meio do Procurador da República André de Carvalho Ramos impetrou no Tribunal Regional Federal de São Paulo uma Ação Civil Pública pelo fim da obrigatoriedade do diploma de jornalismo para a obtenção de registro profissional. O procurador alegou que a exigência do diploma é incompatível com a Constituição Federal. Em 23 de outubro do mesmo ano, uma liminar da juíza federal Carla Abrantkoski Rister (16ª Vara Cível da Justiça Federal, 3ª região, em São Paulo) suspendeu a exigência do diploma de jornalismo para o exercício da profissão.

no jornalismo tem sido inconstante<sup>4</sup>. Atualmente, além dos detentores de titulação acadêmica em jornalismo, juristas, políticos, administradores, religiosos, professores, enfim, integrantes de diversos segmentos da sociedade também colaboram com jornais e revistas de todo Brasil.

Além do fato tratado acima, outros fatores, como a própria implantação da lei de regulamentação da atividade jornalística, também colaboram para isso. Quando se iniciou a exigência do diploma em jornalismo para o exercício dessa atividade na década de 1970, algumas ressalvas tiveram que ser consideradas: aqueles que já desenvolviam a atividade jornalística antes desta exigência, mesmo sem tal titulação, ganharam o direito continuar fazendo-o; já naquelas regiões em que o número de titulados não atendesse à demanda (geralmente regiões onde não existiam cursos superiores em jornalismo ou o número de vagas nesses cursos era muito pequeno) a necessidade de formação acadêmica para o exercício do jornalismo foi facultativa por mais tempo. Com isso, ao longo da década de 1980 as redações dos veículos noticiosos continuaram sendo o *locus* de formação e aprendizagem do ofício para muitos jornalistas que, com as credenciais adquiridas no exercício prático de suas funções, até hoje atuam em muitos jornais, revistas e emissoras de televisão ocupando, inclusive, posições profissionais de destaque como, por exemplo, Ancelmo Góis<sup>5</sup>, Paulo Henrique Amorim<sup>6</sup> e Sérgio Chapelin<sup>7</sup>. Outro fator que chama a atenção é o posicionamento das entidades de representação jornalística, sobretudo aquelas que representam as empresas de mídia, sobre a exigência da formação acadêmica em jornalismo para o exercício dessa atividade. Quando entidades como a ANJ e a ABERT (que representam os donos de veículos noticiosos) e a ABJ (que representa os jornalistas) defendem a não obrigatoriedade de tal titulação, elas afirmam

---

<sup>4</sup> Desde 2009 a exigência do título acadêmico em jornalismo para o exercício dessa atividade no Brasil foi derrubada pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

<sup>5</sup> Iniciando-se no jornalismo no início da década de 1960, aos quinze anos de idade, como ajudante de impressão, Ancelmo Gois não possui formação acadêmica. A partir de 1985, Ancelmo passa a ser titular da mais importante coluna de notícias do *Jornal do Brasil*, a Informe JB. Em 1991, deixa este jornal para assumir como editor-chefe a sucursal da *Veja*, uma das revistas de maior circulação no Brasil, no Rio de Janeiro. A partir de 2002 vai para o jornal *O Globo*, onde escreve uma coluna diária que é, até hoje, republicada em diversos outros jornais do país. Fonte: <<http://www.onordeste.com>>, acessado em 06 de julho de 2016.

<sup>6</sup> Formado em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Paulo Henrique Amorim iniciou-se no jornalismo em 1961. Nas décadas de 1980 e 1990, trabalhou como correspondente da *Rede Globo* em Nova York, nos Estados Unidos, onde fundou uma sucursal desta rede de televisão. A partir de 1996 foi para a *Rede Bandeirantes* trabalhar como apresentador do seu principal telejornal, o *Jornal da Band*. A partir de 2003 é contratado pela *Rede Record*, onde passa a ocupar lugar de destaque como âncora de telejornais como *Jornal da Record 2ª Edição* (até janeiro de 2007) e depois o *Domingo Espetacular* (vínculo atual). Fonte: <<http://www.conversaafiada.com.br>>, acessado em 07 de julho de 2016.

<sup>7</sup> Iniciando sua carreira pelo rádio na década de 1950, Sérgio Vieira Chapelin não possui formação acadêmica em jornalismo. Na década de 1960, atuando na *Rádio Nacional* e na *Rádio Jornal do Brasil*, Chapelin se tornou um locutor conceituado e conhecido em todo o país. A partir daí foi trabalhar na televisão. Em 1972, estreou no jornalismo da *Rede Globo* como âncora do *Jornal Hoje* e logo em seguida passou a apresentar um dos mais importantes telejornais do Brasil, o *Jornal Nacional* (de 1972 até 1996). Além disso, desde a década de 1970 apresenta o programa *Globo Repórter* neste mesma emissora. Fonte: <<http://www.museudatv.com.br/biografias>>, acessado em 19 de julho de 2016.

entender que outras competências e outras credenciais são tão ou mais importantes para o exercício dessa atividade quanto o diploma em jornalismo. Além do mais, afirmações do tipo “não há técnica, norma ou regra que não se possa aprender nas redações” (Luiz Antônio Magalhães, Editor Executivo do *Observatório da Imprensa*)<sup>8</sup>, “Jornalismo se aprende no mercado [de trabalho]” (William Bonner, Editor Chefe do *Jornal Nacional/Rede Globo*)<sup>9</sup> e “A melhor escola é o próprio jornal” (Mino Carta, Diretor da revista *Carta Capital*)<sup>10</sup> proferidas por gestores de órgãos de comunicação reforçam isso.

Enfim, essas discussões em torno da exigência do diploma acadêmico em jornalismo para o exercício da profissão nos induziram a indagar sobre as regras para a inserção e a atuação no jornalismo, pois elas demonstram que o estabelecimento de tais regras é objeto de disputas envolvendo os próprios integrantes do jornalismo. Além disso, as possibilidades de atuação e ascensão profissional na imprensa para os não detentores desta titulação e as defesas de uma “formação” prática em detrimento do conhecimento acadêmico nos levam a questionar a importância do próprio exercício profissional para a obtenção de credenciais para a atuação e o crescimento posicional no jornalismo. E é sobre este questionamento que se debruça esta tese.

## 1 – Objeto de Estudo e Problema de Análise

Esta tese, intitulada “**Ascensão Profissional no Jornalismo: Redes de Relações Pessoais, Investimento na Carreira e Inserções Políticas na Imprensa em Sergipe**”, busca analisar as regras e as condições sociais, institucionais e políticas para a inserção e a atuação profissional no jornalismo. Trata-se, mais especificamente, de identificar as credenciais, as competências e os demais recursos sociais necessários à entrada e ao crescimento posicional no jornalismo e de entender como a própria inserção profissional na imprensa possibilita a arrecadação desses elementos.

---

<sup>8</sup> Retirado de Luiz Antônio Magalhães. “Uma vitória da lógica e da democracia”, disponível em <<http://jornalistassemdiploma.blogspot.com.br/2009/06/diploma-desnecessario.html/>>, acessado em 04 de julho de 2016. Luiz Antônio Magalhães foi Editor Executivo do *Observatório da Imprensa* (destacado *website* e programa de rádio e televisão que se dedica a análise da atuação dos meios de comunicação no país), entre 2000 e 2010.

<sup>9</sup> Retirado de Zélia Leal Adghirni. “Bonner: cursos não formam jornalistas”. Disponível em <<http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/bonner-cursos-nao-formam-jornalistas/>>, acessado em 04 de julho de 2016.

<sup>10</sup> Retirado de Mino Carta. “Por ora, não precisamos de diploma”, disponível em <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/asp071120011.htm>>, acessado em 04 de julho de 2016. Mino Carta também foi Diretor das revistas *Veja* e *Isto É*.

Esse trabalho se insere numa problemática mais ampla acerca dos processos de profissionalização das atividades ocupacionais, e parte do princípio de que esses processos são acompanhados por lutas constantes em torno da determinação dos critérios de pertencimento profissional entre atores dotados de conjuntos de recursos sociais distintos. Partindo desse pressuposto, entendemos que as disputas em torno da exigência da formação superior em jornalismo para o exercício desta profissão nos últimos anos são uma demonstração do confronto constante pelo estabelecimento dos recursos legítimos para a entrada e o posicionamento no universo jornalístico.

Segundo Bourdieu (2007), a “construção” de um espaço profissional não se dá de forma unívoca e nem independente de outros espaços, mas através de disputas internas e externas entorno dos mecanismos de legitimação. Esse processo, ou melhor, essas disputas por pertencimento e reconhecimento, não se dão apenas dentro do âmbito profissional, mas comprometem os recursos que os agentes acumularam ao longo de toda a sua vida e que são resultado de sua origem social, formação escolar e inserção em outras esferas de atividade (BOIEGOL e DEZALAY, 1997, BOURDIEU, 2007). Dessa forma, podemos aceitar que nas lutas pela definição dos critérios de entrada e posicionamento no universo jornalístico os recursos adquiridos por um jornalista em suas múltiplas inserções são acionados para definir sua inserção, sua posição e suas possibilidades de atuação nesse universo. E é isso que demonstra alguns trabalhos já realizados acerca do jornalismo. Ao tratarem das realidades francesa e brasileira, respectivamente, Rieffel (1984) e Petrarca (2007) demonstraram como, entre outros fatores, as redes de relações pessoais e as inserções na esfera política agem diretamente sobre as colocações e sobre as possibilidades de atuação no jornalismo.

Rieffel (1984) demonstra que a atividade jornalística em França pauta-se pelo desenvolvimento de um “caderno de endereços”, ou melhor, pela constituição de uma rede de contatos ou fontes de informação. Apontado como uma característica geral do jornalismo, o acúmulo dessas relações age diretamente sobre a ascensão profissional nesse espaço. Este autor também demonstra que os títulos universitários e a posição social de origem representam recursos importantes nas inserções na imprensa francesa. Ou melhor, quanto mais titulado e de origem social mais elevada é um jornalista, mais chances ele tem de ascender nesta profissão (RIEFFEL, 1984). Em sentido parecido, Petrarca (2007) destaca que, no Brasil, os vínculos estabelecidos com integrantes do círculo da imprensa são fundamentais para o crescimento nas hierarquias jornalísticas, uma vez que as indicações permitem o acesso a certos postos de comando. No entanto, no jornalismo brasileiro a posse de uma vasta rede de contatos possibilita não apenas uma consagração interna, como também uma possibilidade de

atuação profissional em outras esferas (assessorias de imprensa de partidos políticos ou de grandes empresas, consultorias, cargos na esfera pública, entre outros). Ou melhor, no Brasil a importância do conjunto dos vínculos pessoais tecidos pelos jornalistas vai além do que elas possibilitam ao exercício do jornalismo *stricto sensu* e permite a ampliação dos espaços de atuação profissional e, conseqüentemente, a arrecadação de recursos variados (PETRARCA, 2007). Tendo fronteiras mais fluidas que em outros contextos, o jornalismo brasileiro permite a reconversão desses recursos de origem variada em reconhecimento interno no espaço da imprensa e, logo, em melhores posições profissionais. Ainda segundo Petrarca (2007), o leque de recursos acionáveis no sentido dos posicionamentos no espaço jornalístico brasileiro inclui aqueles originários de atuações militantes e, à exemplo do caso francês, das redes de relações pessoais, das origens sociais elevadas e do investimento em formação universitária.

Reconhecendo que os recursos sociais — ou “capitais” no verbete bourdieiano — são “os poderes” que balizam as probabilidades de sucesso num espaço determinado (BOURDIEU, 2007, p.134), partimos da premissa de que quanto mais recursos convertíveis para um espaço social deter um ator mais possibilidades de atuação e mais chances de ocupar as melhores posições neste mesmo espaço ele terá. Seguindo essa linha, nossa investigação toma como foco as carreiras e os itinerários profissionais daqueles que ocupam posições elevadas no jornalismo, pois entendemos que tal enfoque empírico-investigativo permite o elenque e a análise dos recursos e das combinações de recursos mais legítimas nesse espaço. Mais especificamente, nosso universo empírico são as carreiras e os itinerários profissionais de diferentes ocupantes de posições elevadas no espaço da imprensa no estado de Sergipe. Para tanto, classificamos a posição dos integrantes do jornalismo não somente pela ocupação atual de um posto de direção ou comando em veículos noticiosos, mas também por um histórico recente e recente de ocupação cargos de gestão jornalística em empresas de mídia, assessorias de comunicação de órgãos públicos, secretarias de comunicação, entidades de classe, etc.

Conquanto, o campo de estudo selecionado<sup>11</sup> apresenta algumas especificidades que possibilitam novas análises acerca dos condicionantes sociais do exercício profissional no universo da imprensa. As possibilidades de atuação para os jornalistas em Sergipe se assemelham às apresentadas em outras regiões do país: agências de publicidade, postos na esfera pública (nas secretarias de comunicação, especialmente), emissoras de rádio, assessorias de imprensa e, especialmente, veículos noticiosos (órgãos de comunicação

---

<sup>11</sup> O campo de estudo considerado e os dados levantados são esquematizados no Anexo I.

impressos, audiovisuais e digitais). Porém, foi observado que a maioria dos ocupantes de posições de destaque na esfera da imprensa deste estado possui perfis diferentes daqueles apontados por outras pesquisas em outras realidades. Tomando os principais cargos de gestão jornalística nas três principais emissoras de televisão de Sergipe (*TV Sergipe*, *TV Atalaia* e *TV Aperipê*), nos quatro principais jornais impressos do estado (*Cinform*<sup>12</sup>, *Jornal da Cidade*, *Jornal do Dia* e *Correio de Sergipe*), na *Fundação Aperipê de Telecomunicações*, e considerando também outros seis nomes de ex-gestores desses mesmos veículos noticiosos/instituições<sup>13</sup>, percebemos que dos dezenove (19) gestores considerados catorze (14/19) provêm de origem social baixa (sendo que os outros 5/19 provêm de origem social mediana) e que apenas um (01/19) possui titulação além do nível pós-graduação *Lato Sensu*. Ou seja, esses dados vão de encontro com pesquisas anteriores sobre outros universos. Em contrapartida, foi constatado que todos esses jornalistas-dirigentes (19/19) começaram na imprensa ocupando as posições mais baixas e gradativamente ascenderam a posições mais elevadas. Este último dado nos leva a entender, preliminarmente, que no contexto sergipano o investimento profissional desempenha papel fundamental para o crescimento posicional no jornalismo.

Diante disso, e sem desprezar uma análise das origens sociais e das titulações escolares dos jornalistas considerados, entendemos que os recursos ligados ao desenvolvimento de uma carreira no jornalismo são determinantes para a ascensão profissional no espaço da imprensa em Sergipe. Além do mais, concordando com outros estudos sobre a esfera jornalística, entendemos igualmente que a rede de contatos e/ou vinculações tecidas dentro e até “fora” da imprensa (espaço político, especialmente) age diretamente como fator de diferenciação profissional nesse espaço. Assim sendo, nossa pesquisa se encaminhará tendo esses dois focos de investigação como norte.

Enfim, o foco central desta tese é demonstrar que as credenciais de entrada e atuação no universo da imprensa vão muito além da posse de um título acadêmico em jornalismo e abrangem outros recursos passíveis de ser arrecadados dentro do próprio jornalismo e em inserções em outras esferas sociais. Ou melhor, queremos demonstrar que as redes de relações pessoais, as competências e as experiências acumuladas pelo exercício do próprio jornalismo e outros recursos acumulados em inserções diversas desempenham papel importante na inserção, no exercício profissional e no desenvolvimento de carreiras no espaço da imprensa

---

<sup>12</sup> Esse veículo noticioso funcionou como um dos principais impressos do estado desde sua fundação, em 1982, até 10 de julho de 2017, quando passou a ser um órgão de mídia de circulação exclusiva na internet.

<sup>13</sup> Esses seis nomes foram selecionados por terem se destacado como gestores de um ou mais empreendimentos/setores de atuação jornalísticos em Sergipe.

brasileira. E é isso que justifica nossa intenção de identificar os condicionantes da atuação na imprensa em Sergipe por meio dos recursos sociais detidos por aqueles que lhes dão vida.

## **2 – Abordagem Conceitual e Dimensões Analíticas**

Para dar conta do objeto proposto, ou melhor, para analisar as condições de entrada e atuação no jornalismo, foi necessária a elaboração de um modelo teórico-metodológico capaz de dar conta de tal investigação. Muitos trabalhos foram consultados e muitas idas e vindas ao campo empírico foram efetuadas até que se pudesse ter uma maior clareza das melhores entradas analíticas para o objeto proposto. Nesse sentido, e como estamos tratando das condições de inserção e atuação em um universo profissional, uma das principais coisas que logo ficaram claras foi a necessidade de tratarmos das credenciais de entrada na “profissão”. Para tanto, compactuamos com um segmento de estudos que toma a profissão como um espaço de lutas permanentes pela determinação dos critérios mais legítimos de pertencimento entre atores dotados de recursos diferenciados (BOLTANSKI, 1982; CORADINI 1996; BOIEGOL e DEZALAY, 1997; BOURDIEU, 2007; PETRARCA, 2007). Esses estudos demonstram o peso desempenhado pela mobilização e reconversão de recursos variados originários de diversas vinculações e/ou pertencimentos sociais para a inserção e para o crescimento em universos profissionais: recursos adquiridos pelas vinculações, atuais ou anteriores, com diversas esferas (de origem, étnica ou religiosa, política, profissional, dentre outras), recursos educacionais e culturais, redes de relações pessoais, entre outros. Assim sendo, tomando as carreiras no espaço jornalístico como objeto, esse estudo entende que os jornalistas mais bem situados na imprensa são aqueles mais dotados de recursos legítimos para esse universo atualmente. Diante disso, nossas principais preocupações nessa investigação são identificar os recursos sociais que podem ser convertidos para a inserção no espaço jornalístico, entender como eles são arrecadados e analisar como eles se combinam para o crescimento nas hierarquias neste espaço.

De maneira geral, esses estudos e o próprio trabalho aqui desenvolvido se inserem na chamada “sociologia das profissões”, ramo de estudos que tem como um de seus focos de atenção justamente os sistemas de credenciamento das atividades profissionais, ou melhor, os critérios de entrada numa profissão. Agitando as discussões sociológicas desde princípios do século XX, durante muito tempo os estudos sobre profissões naturalizaram os processos de profissionalização das atividades ocupacionais, o que implicava na não consideração das

disputas internas que envolvem as profissões. Contudo, uma maior atenção às definições e redefinições internas dos grupos profissionais conduziria o olhar das ciências sociais sobre as profissões, ainda em finais dos anos 1980, a um novo foco. Para Boiegol e Dezalay (1997), “as instituições”, “o campo de atividade” e até mesmo “o saber” de uma profissão são, ao mesmo tempo, meios e efeitos de lutas incessantes que redefinem constantemente o espaço profissional e os saberes que o compõem. Ou seja, esses autores nos clamam para a necessidade da desnaturalização dos processos de profissionalização que, pelo contrário, devem ser questionados e vistos como resultantes de conjuntos de ações individuais e coletivas que respondem a outras estratégias concorrentes e/ou complementares (BOIEGOL e DEZALAY, 1997, p. 49).

Ao tomar a profissão como uma ocupação em processo contínuo de “construção”, ou melhor, de definição de suas bases e de delimitação de suas fronteiras e competências/saberes indispensáveis, essa nova proposta nos leva a considerar, entre outras coisas, os processos de recrutamento e os conflitos para a imposição de fronteiras e critérios de pertencimento profissional. Ou seja, essas novas abordagens no terreno das profissões deixam um pouco de lado aquelas questões ligadas aos critérios formais de constituição, delimitação e entrada numa profissão, e passam a buscar entender como se dão essas definições: como determinadas competências são definidas como “próprias” ao exercício de uma atividade? Como uma atividade ocupacional se legitima enquanto profissão? Como se estabelecem as credenciais de entrada e atuação numa profissão? Que contextos (nacionais ou gerais) contribuíram para que determinadas atividades se profissionalizassem em detrimento de outras?

Uma premissa indicadora desse novo posicionamento analítico sobre profissões é o fato de o título ou diploma acadêmico, antes tomado como critério formal de recrutamento essencial para as profissões, agora ser tomado apenas como mais um critério de seleção profissional. E isso é confirmado por alguns trabalhos nacionais sobre espaços diversos (CORADINI, 1996 sobre a medicina; e BONELLI, 1999 sobre o espaço do direito; e PETRARCA, 2007 sobre o jornalismo) quando eles demonstram como o título escolar, sozinho, não garante uma posição num espaço profissional e, muito menos, posições de destaque ou comando. O que esses trabalhos têm evidenciado é que o valor do título escolar depende da articulação com outros recursos sociais possuídos pelo “candidato” e convertíveis para o espaço profissional pleiteado. Assim sendo, pensar nas hierarquizações no espaço jornalístico é pensar nos recursos sociais (dos quais o diploma é apenas um) mais reconhecidos na imprensa, ou melhor, é pensar nas estratégias lançadas à mão pelos jornalistas para se diferenciarem entre si. Assim entendendo, nosso trabalho segue no sentido

de traçar os padrões e/ou modalidades de ascensão na profissão jornalística e os condicionantes sociais (recursos) que presidem a ocupação das posições de destaque nesse espaço profissional.

Enfim, as proposições trazidas por esse novo enfoque da “sociologia das profissões” nos foram muito úteis nesse trabalho. A partir dele, pudemos perceber que o estabelecimento das credenciais/competências para a atuação no jornalismo (assim como para as demais profissões) resulta de um processo sócio-político-histórico próprio dessa atividade e que as formas de entrada e os condicionantes do crescimento posicional no jornalismo são elementos profissionais em constante processo de construção. Ou melhor, ao desnaturalizar os elementos constitutivos das atividades profissionalizadas, a “sociologia das profissões” nos instrumentalizou na análise do exercício do jornalismo em Sergipe, na medida em que nos guiou a identificar e a entender os processos históricos, políticos, sociais e institucionais que, intercambiados, produziram todos os traços característicos atuais dessa atividade neste estado.

### **3 – Encaminhamentos da Pesquisa**

Em primeiro lugar, para analisar as condições de entrada e ascensão profissional na imprensa é necessário identificar as inserções sociais, atuais e anteriores, dos jornalistas e, logo em seguida, examinar como tais inserções permitem a aquisição de recursos convertíveis em credenciais para a entrada e para a ascensão profissional nesse universo. Ou melhor, para darmos conta empiricamente de como os jornalistas se inseriram na imprensa e de como se dá esse jogo que define suas posições nesse espaço, é necessária a realização de um inventário dos recursos possuídos por estes (e que são oriundos de suas diversas inserções/vinculações: família, atuação profissional, instituições de ensino, esfera política, entre outras) e que são passíveis de conversão para a esfera jornalística.

Nesse sentido, a análise das origens sociais, das vinculações com espaços diversos e dos itinerários profissionais dos jornalistas considerados se converte num instrumento de análise bastante válido, pois permite não somente apreender os recursos utilizados por estes para a entrada e o crescimento nas hierarquias do jornalismo, como também identificar as bases sociais destes recursos. Tais bases sociais referem-se tanto às diferentes esferas sociais às quais os atores se vinculam de algum modo no momento atual, assim como àquelas esferas com as quais sustentaram vínculos em alguma etapa das suas vidas e que podem ser reatualizadas (CORADINI, 2001, p. 14). A apreensão das características sociais de origem, o

conhecimento e a análise da formação escolar e/ou profissional do jornalista e de suas atuações/vinculações com o universo da imprensa e com outros espaços sociais (o da política, o acadêmico, o empresarial, entre outros), entre outras coisas, nos ajudarão a identificar os atributos sociais que balizam o seu posicionamento na hierarquia do jornalismo e compreender como esses atributos agem para esse fim.

Outro procedimento metodológico fundamental para o desenvolvimento da pesquisa proposta é o exame do investimento na carreira profissional e da socialização que ela permite. Tal procedimento possibilita a apreensão dos perfis de carreira característicos de um ofício (BECKER, 2008), e ele nos será importante porque o grupo considerado tem como característica, justamente, o forte investimento na carreira jornalística. Em complemento, esse método também vai nos ajudar a entender em que medida tal socialização possibilita o acúmulo de recursos acionáveis para o exercício do jornalismo. Em resumo, em se tratando de estudos sobre grupos profissionais, tal ferramenta possibilita uma melhor compreensão das sucessivas trocas de posições que um indivíduo realiza em um sistema ocupacional, o que é feito através da atenção dada aos fatores que presidem essa mobilização posicional ou às “contingências de carreira” (BECKER, 2008, p. 35). Com relação à sua definição, o conceito de carreira é aqui entendido na forma como Becker (2008, p. 111) o percebe. Conforme salienta este autor, a carreira refere-se a duas dimensões da vida de um indivíduo: objetivamente, compõe-se de uma série de posições e funções claramente definidas e assumidas por um indivíduo; subjetivamente, é representada pelos ajustamentos das percepções e sentidos dados por uma pessoa à sua existência e ao significado das suas diversas características e ações e a tudo que lhe aconteceu no decorrer de sua vida. Enfim, para pensarmos nos elementos que interferem na posição ocupada por um integrante de um determinado espaço profissional é preciso pensar, também, na sua atuação dentro desse mesmo espaço como algo que, direta ou indiretamente, interfere no seu “sucesso” e “crescimento” nesse universo.

Além disso, foi necessária também uma análise histórico-social da emergência e da profissionalização da atividade jornalística no Brasil, de maneira geral, e em Sergipe, de forma mais específica. Inspirado em outras pesquisas (SODRÉ, 1999; PETRARCA, 2007; BARBOSA, 2007), nosso ponto de partida temporal para esse apanhado histórico foi o momento da virada do século XIX para o XX, o que permitiu a apresentação e a análise de muitas das características dessa atividade atualmente. Conquanto, quando estiveram em xeque as características do jornalismo em Sergipe, demos atenção especial ao período que começa nas décadas de 1970 e 1980 (momento de fundação dos nossos principais veículos de

informação atuais, de crescimento do espaço de atuação jornalístico em nosso estado e de consolidação das características do jornalismo sergipano<sup>14</sup>) e vem até os nossos dias. Tal prática teve como objetivo principal entender como os jornalistas mais bem posicionados no espaço da imprensa “construíram” as posições ocupadas e firmaram o conjunto das credenciais e recursos necessários a ascensão no jornalismo sergipano vigente até os dias de hoje.

Com relação às delimitações e ao tratamento do objeto, primeiramente foi feito um levantamento das principais áreas de atuação para jornalistas no Brasil, de maneira geral, e em Sergipe, de maneira mais específica. Essa etapa inicial do trabalho nos ajudou a conhecer o leque de possibilidades de atuação para os jornalistas e nos permitiu delimitar melhor o universo empírico para a pesquisa. Ou melhor, essa etapa nos ajudou a deixar claro de quais inserções, áreas ou possibilidades de atuação jornalísticas estamos tratando quando falamos de **“universo jornalístico”, “espaço jornalístico”, “universo da imprensa”, “espaço da imprensa”** ou, simplesmente, **“jornalismo”** ou **“imprensa”**.

Além disso, esse levantamento das possibilidades de inserção para jornalistas em Sergipe também nos permitiu estabelecer um recorte empírico para a pesquisa: os jornalismo impresso e televisivo em Sergipe. Tal fracionamento se justifica na medida em que um estudo de todos os segmentos de atuação jornalísticos no estado exigiria um esforço muito grande, necessitaríamos levar em consideração um número elevado de postos, posições e jornalistas e teríamos que conjugar em nossa análise características específicas dos diversos “subespaços” jornalísticos tratados. Direcionar nosso olhar sobre os jornalismo impresso e audiovisual sergipanos foi a saída encontrada para dar a profundidade necessária a esta análise no tempo disponível. Trata-se de uma escolha metodológica baseada no conjunto dos dados coletados e que permitiram perceber essas dois segmentos da imprensa como as duas matrizes do universo jornalístico local. De maneira mais específica, a mídia impressa e o telejornalismo interligam toda a imprensa sergipana na medida em que representam boa parte das possibilidades jornalísticas no estado. Além disso, a maioria dos jornalistas que atuam em outros meios (como a Internet, o rádio e as assessorias de comunicação) também atuam ou já atuaram em pelo menos um desses dois segmentos midiáticos.

---

<sup>14</sup> Anos de fundação das empresas de mídia sergipanas em atividade: *TV Sergipe* (1971); *TV Atalaia* (1975); *TV Aperipê* (1985); *Jornal da Cidade* (1971), *Cinform* (1982); *Correio de Sergipe* (2000); *Jornal do Dia* (2005). Outro caso que merece destaque é o do *Gazeta de Sergipe*. Sendo um dos mais importantes jornais do estado entre as décadas de 1960 e 1990, o *Gazeta de Sergipe* parou de operar em 2004. Fundado em 1948 sob a denominação “*Gazeta Socialista*”, este jornal muda de nome em 1958 quando seu teor militante-partidário deu espaço a um modelo de jornal empresarial.

Em seguida, foi realizado um levantamento dos mais importantes cargos e/ou posições dentro da mídia impressa e do telejornalismo em Sergipe. A partir de então, demos sequência no levantamento dos perfis sociais dos ocupantes desses postos, dos recursos que possibilitam a ocupação de tais posições e das combinações de recursos realizadas por eles. Para tanto, lançamos mão de um conjunto variado de materiais bibliográficos, digitais e institucionais e da realização de entrevistas aprofundadas com os titulares das posições jornalísticas de comando selecionadas e com outros ocupantes de posições destacadas na imprensa de Sergipe. Tais entrevistas foram subdivididas em cinco eixos temáticos principais: origem social e/ou socialização familiar, itinerário escolar, itinerário profissional, vinculações com a esfera política e perfil e extensão das redes sociais. Assim procedendo, tivemos condições de nos aprofundar na arrecadação dos dados necessários à construção da análise proposta. Ou seja, essa prática permitiu traçar um retrato biográfico-social dos jornalistas entrevistados, pois nos forneceu informações acerca das suas formação escolar, carreira profissional, possíveis inserções políticas, vinculações atuais ou anteriores (profissionais ou de outras naturezas) com personagens da esfera política, bem como das inserções sociais dos seus familiares mais próximos, entre outros.

Com esses procedimentos, buscamos identificar os condicionantes das carreiras dos jornalistas e compreender o papel desempenhado por cada um deles para o ingresso e o crescimento posicional no jornalismo. Ou melhor, pudemos entender a importância das redes de relações pessoais, do investimento profissional no jornalismo e de outras inserções para a arrecadação de recursos acionáveis para a inserção e, especialmente, para o posicionamento no universo da imprensa em Sergipe. Enfim, o exame dos itinerários profissionais, da socialização familiar e das demais inserções/vinculações dos jornalistas tornou possível trazer uma clareza sobre o papel desempenhado pelas redes de relações, pelo investimento na carreira profissional e por outros fatores para o exercício do jornalismo.

#### **4 – Plano Geral da Tese**

Enfim, o objetivo principal deste trabalho é demonstrar que no caso sergipano as inserções e as hierarquizações no espaço jornalístico dependem, em grande medida, da constituição e do acionamento de redes de relações pessoais e de um conjunto de outros recursos sociais arrecadáveis através da própria atuação profissional na imprensa. Para isso, partimos do princípio de que a “frágil institucionalização” das fronteiras de entrada no

jornalismo permitem a conversão de recursos variados em credenciais para a atuação nesse espaço e que, nesse contexto, a socialização profissional se apresenta como a principal instância de apreensão dos condicionantes sociais para o exercício dessa atividade.

Para dar conta dessa empreitada, essa tese foi dividida em cinco capítulos. O primeiro se ocupou de uma análise das condições sociais, históricas e políticas que agiram para e sobre a constituição do espaço de atuação e da atividade jornalística no Brasil, com foco em Sergipe. Mais especificamente, buscou-se entender o processo de estruturação do universo da imprensa no país, como se desenvolveu a atividade jornalística, como determinados recursos sociais se converteram em credenciais para o seu exercício e, sobretudo, como se constituíram as condições de entrada e de construção de carreiras nessa atividade.

Neste capítulo nos debruçamos sobre os atributos sociais detidos pelos jornalistas e sobre os usos feitos desses recursos para inserções na imprensa. A intenção com isso foi entender como, ao longo do tempo, determinados recursos sociais adquiriram importância para a inserção e para o desenvolvimento de carreiras no jornalismo. Para tanto, os esforços de análise empreendidos nesta seção se concentraram no período que vai de finais do século XIX até a década de 1980, sendo que as análises referentes à segunda metade do século XX foram direcionadas mais ao contexto sergipano. Para tanto, nos centramos nos itinerários profissionais de alguns personagens que se consagraram ao jornalismo em períodos distintos, mas também nos processos de constituição da imprensa em Sergipe e em algumas outras partes do país. O exame de tais itinerários profissionais possibilitou, entre outras coisas, uma compreensão acerca da importância assumida por certas inserções, vinculações e competências — redes de relações interpessoais e interprofissionais, inserções na esfera política, entre outras — enquanto recursos para a inserção e para a atuação na imprensa. Por fim, nessa seção nos dedicamos ainda à análise das condições sócio-históricas de desenvolvimento de algumas empresas jornalísticas sergipanas na segunda metade do século XX, o que nos trouxe informações importantes sobre as condições de entrada e de desenvolvimento de carreiras no jornalismo.

No segundo capítulo nos dedicamos a uma análise das transformações vividas pelos veículos noticiosos no Brasil ao longo do século XX que os levaram a deixar de ser um empreendimento eminentemente individual ou amador — como o era ainda em princípios dos anos 1900 — para se constituírem, majoritariamente, como empresas de mídia a partir das décadas de 1970 e 1980. Nessa seção também tratamos do alargamento do espaço de atuação no jornalismo garantido pelo desenvolvimento de outras mídias para além do meio impresso (rádio, televisão e internet). Nosso foco aqui foi entender como se constituíram essas “novas”

possibilidades de atuação no jornalismo, quais lutas profissionais elas incitaram e o quanto isso impactou nas condições de desenvolvimento de carreiras na imprensa. Para isso, focamos nossa investigação sobre o contexto sergipano e analisamos diversas informações a respeito dos veículos noticiosos (jornais, revistas, emissoras de TV e rádio e suportes em meio digital) deste estado em diferentes períodos e contextos. Porém, não deixaremos de nos utilizar de dados a respeito do conjunto dos veículos noticiosos nos dois principais centros de mídia do país, os estados de Rio de Janeiro e São Paulo, em diferentes épocas.

Já no capítulo seguinte, tratamos dos processos de profissionalização e institucionalização do jornalismo em Sergipe. A ideia foi entender como o jornalismo no estado foi, aos poucos, deixando de ser uma prática esporádica, profissionalmente pouco reconhecida e quase sem parâmetros para se transformar em um ofício que exige competências específicas, dotado de instituições para a formação de quadros e para a defesa da categoria e exercido como principal atividade e fonte de renda por boa parte de seus praticantes. Inicialmente, inserimos a realidade da atividade jornalística local em um contexto maior representado pelos processos de profissionalização e institucionalização do jornalismo em curso nos principais centros populacionais do Brasil, já que tais processos impactaram sobre os direcionamentos desta atividade nas demais regiões do país e em Sergipe não foi diferente. Em seguida, nos debruçamos especificamente sobre os processos de profissionalização e institucionalização do jornalismo no estado, focando em identificar suas lógicas e características próprias. Com esse esforço, demonstramos que o processo de profissionalização/institucionalização do jornalismo no estado, assim como em outras regiões, lhe garantiu certa autonomia frente a outras esferas de atuação. Porém, trata-se de uma autonomia bastante relativa já que o jornalismo em Sergipe, como nas diversas partes do país, continuou intimamente interligado a outros espaços, especialmente ao da política. Interligação esta de cunho institucional, mas, e principalmente, baseada em relações pessoais e/ou de amizade entre integrantes da imprensa, da política e de outras esferas. Os principais recursos analíticos para esse terceiro capítulo foram referências bibliográficas tratando desse tema em regiões distintas do país acrescidas de documentos e leis que nos forneceram dados a respeito desse processo no Brasil e, mais especificamente, em Sergipe.

Por fim, os capítulos quatro e cinco compreendem o último eixo analítico deste trabalho e têm como finalidade identificar os determinantes sociais (credenciais, competências e demais recursos sociais) que pesam para a entrada e o exercício do jornalismo e os jogos realizados com esses elementos para a ocupação de posições destacadas na imprensa em Sergipe. No capítulo quatro nos dedicamos a identificar as habilidades que devem ser

assimiladas para a ocupação de postos de comando jornalístico (para diferenciar dos postos de gestão financeira/executiva) em veículos noticiosos sergipanos e como elas são adquiridas. Para tanto, nos utilizamos de dados coletados diretamente com jornalistas-dirigentes de órgãos de comunicação locais através de entrevistas aprofundadas, mas também de informações trazidas por outras pesquisas sobre o jornalismo em Sergipe. A esse respeito, as análises demonstraram que cabe a um jornalista-dirigente assimilar desde as competências gerais do fazer jornalístico até saberes mais específicas e concernentes à coordenação de uma equipe de jornalistas e à gestão dos custos, dos interesses dos controladores de um órgão noticioso, das fontes de informação, entre outros. Outra coisa que ficou demonstrada é que as inserções no próprio meio jornalístico exercem papel indispensável como instância de aprendizado/desenvolvimento dessas e de outras habilidades fundamentais para a atuação e para a ascensão profissional na imprensa. Ou seja, esse capítulo se dedicou a identificar as competências que devem ser dominadas para a ocupação de postos de gestão jornalística em veículos noticiosos, como essas habilidades são adquiridas e qual o papel das experiências profissionais dentro da própria imprensa para o desenvolvimento de tais saberes.

Já no capítulo cinco, nos dedicamos a traçar os padrões e/ou modalidades de entrada e ascensão no jornalismo sergipano. Nessa etapa, buscamos identificar os principais recursos sociais que definem a ocupação de posições destacadas nesse universo profissional, e também compreender as combinações de recursos mais efetivas para a atuação neste espaço. Dentre os recursos mobilizados para esse fim, nos empenhamos em demonstrar que as possibilidades de ascensão posicional no jornalismo em Sergipe estão especialmente vinculadas à mobilização dos recursos arrecadados através do investimento profissional na própria imprensa, tais como as redes de relações pessoais e certas competências jornalísticas arrecadadas através de tal investimento. Conquanto, não deixamos de demonstrar que esses recursos também estão articulados com outros qualificativos sociais advindos de outras inserções ou pertencimentos: família, formação escolar, inserções políticas, entre outros. De maneira específica, buscamos entender o jogo que preside as hierarquizações no jornalismo, procurando compreender em que medida as redes de relações pessoais e outros recursos adquiridos pela atuação na própria imprensa se apresentam como elementos indispensáveis para o crescimento posicional nessa atividade. Para tanto, nos empenhamos em identificar e investigar os principais padrões de carreira desenvolvidos por aqueles que chegaram a ocupar posições destacadas no espaço jornalístico em Sergipe. Enfim, a principal função neste capítulo é apontar e examinar as modalidades de ascensão profissional no jornalismo.

O universo empírico que serviu de base para a investigação aqui apresentada corresponde a um conjunto de jornalistas que ocupam postos e/ou posições de destaque na imprensa de Sergipe. São considerados jornalistas que atualmente<sup>15</sup> ocupam postos de direção jornalística em veículos noticiosos do estado, assim como outros nomes bastante referenciados na imprensa local e que também já ocuparam postos de comando em veículos noticiosos sergipanos. Os espaços (ou melhor, os órgãos de comunicação) e os cargos ocupados nos mesmos serão: Editor Geral e Diretor Executivo do *Jornal do Dia*; Editor-Chefe e Diretor Executivo do *Correio de Sergipe*; Editor Geral do *Cinform*; Diretor de Redação e Chefe de Reportagem do *Jornal da Cidade*; Gerente de Jornalismo e Chefe de Redação da *TV Sergipe*; Diretor de Jornalismo e Chefe de Reportagem da *TV Atalaia*; Diretor Presidente e Gerente de Jornalismo da *Fundação Aperipê de Telecomunicações* e outros seis nomes de ex-gestores desses mesmos veículos noticiosos/instituições com intensa atuação na imprensa local, perfazendo um número total de 19 jornalistas-dirigentes.

Dentre as fontes de dados para tal investigação, merecem destaque as entrevistas feitas com os jornalistas acima citados. Tais entrevistas, por sua vez, foram realizadas e gravadas entre os meses de setembro e outubro de 2016. Conquanto, intentando resguardar a identidade dos entrevistados os mesmos não terão seus nomes verdadeiros citados na etapa de análise de suas carreiras (capítulos IV e V) e serão identificados por nomes fictícios (letras do nosso alfabeto) escolhidos à critério do pesquisador conforme lista de entrevistados (Apêndice II) constante desta tese. Entretanto, não serão deixadas de lado informações advindas de outras fontes: postagens de terceiros em sítios da internet sobre as inserções sociais ou a respeito das carreiras dos jornalistas considerados; entrevistas, homenagens e biografias produzidas e publicadas por veículos noticiosos ou terceiros; livros publicados pelos próprios jornalistas em questão; obras bibliográficas sobre o jornalismo em Sergipe; dados produzidos por outras pesquisas (artigos, monografias, dissertações e teses de doutorado); pesquisas em bibliotecas, jornais, entre outros.

Todos esses procedimentos de pesquisa, todos os dados e informações coletadas e analisadas aqui tiveram como norte identificar quem são (do ponto de vista dos recursos sociais deditos) aqueles que ocupam posições elevadas no jornalismo em Sergipe, quais competências devem ser assimiladas para tal e, principalmente, quais recursos balizam a entrada e o crescimento posicional nesse espaço. A ideia foi demonstrar o peso das redes de relações pessoais e de outros recursos sociais arrecadáveis em inserções na própria imprensa

---

<sup>15</sup> O ano de referência considerado para a coleta desses dados foi o de 2016.

para a atuação e para as hierarquizações no jornalismo deste estado. Em outras palavras, todos os esforços aqui empreendidos foram direcionados a explicitar os padrões de entrada e ascensão posicional no jornalismo em Sergipe, a importância da socialização profissional e das redes de relações sociais tecidas pela própria inserção nesse espaço para a ocupação de uma posição destacada na imprensa deste estado e o peso de outros recursos advindos de inserções em espaços diversos, como o da política, por exemplo, para este fim.

## CAPÍTULO I

### **A Constituição do Jornalismo no Brasil: condições sócio-históricas**

Este capítulo tem como objetivo traçar as circunstâncias da constituição do jornalismo no Brasil e as condições de entrada e de construção de carreiras na imprensa do país. De maneira mais específica, procuramos entender a constituição do universo da imprensa no Brasil, como determinados recursos sociais foram transformados em credenciais para a inserção nessa atividade e, especialmente, identificar e compreender as combinações de recursos mais legítimas para a atuação nesse espaço atualmente. Para isso, nos debruçamos sobre as carreiras de alguns personagens que se destacaram por sua atuação na imprensa em momentos distintos e sobre os processos de constituição e de transformação dos veículos noticiosos em algumas partes do país.

Inspirado em outros trabalhos, sobretudo Sodré (1999), Ribeiro (2003) e Petrarca (2007), que apresentam o desenvolvimento do jornalismo no Brasil como tendo três fases principais — uma que vai do seu surgimento até às últimas décadas do 1800 e era caracterizada pelo amadorismo, pela efemeridade das folhas e por um sentido de existência intimamente ligado às lutas políticas do período; outra que vai de finais do século XIX até meados do XX e em que o jornalismo se confundia com a política e com a atividade literária em impressos que passaram a se organizar como empresas; e, por fim, outra que se inicia nas décadas de 1940 e 1950 e vem até nossos dias e se caracteriza como sendo o momento em que o jornalismo constitui seu próprio espaço de atuação se afastando do universo literário e ganhando relativa autonomia com relação à política —, este capítulo também analisa os processos de constituição do jornalismo e da atividade jornalística em nosso país por suas relações com outros espaços, especialmente o da política, em diversos momentos. Conquanto, novas fontes foram consultadas e alguns pontos foram melhor trabalhados, e isso permitiu perceber nas redes de relações uma importância maior frente a outros recursos sociais para a atuação e o desenvolvimento de carreiras no jornalismo do que a demonstrada até aqui. Trata-se de redes de relações tecidas pelos jornalistas a partir da socialização familiar, das vinculações com a política, da inserção em outras esferas de atuação e, principalmente, do próprio exercício do jornalismo. Além disso, ao longo desta seção realizamos um exercício inovador que foi pensar a correspondência das proposições analíticas dos autores supracitados para o universo de pesquisa selecionado: o jornalismo em Sergipe.

Mais especificamente, neste capítulo nos detemos sobre os atributos sociais dos jornalistas e os usos feitos de tais atributos (recursos sociais) para/em inserções na imprensa e, nesse sentido, nos focamos nas redes de relações sociais tecidas pelos jornalistas em suas diversas inserções e nas relações entre o exercício do jornalismo e o espaço da política. Nossa intenção com isso é entender como, ao longo do tempo, esses dois fatores adquiriram importância para a atuação e o desenvolvimento de carreiras no jornalismo. Para tanto, os esforços de análise desta seção se concentram no período que vai de finais do século XIX até a década de 1980, sendo que no período referente à segunda metade do século XX as investigações se dedicaram mais ao contexto sergipano. Como resultado, essa análise do jornalismo no Brasil trouxe uma melhor compreensão do processo que culminou na constituição do jornalismo como uma forma de atuação com suas competências/qualificativos específicos e dotada de um espaço de atuação próprio, mas que permite a seus praticantes extrapolar as redações dos jornais e revistas e se inserirem em outros espaços como o da política, por exemplo.

O exame dos trajetórios profissionais de alguns personagens que se dedicaram ao jornalismo em diferentes momentos possibilitou, entre outras coisas, uma compreensão acerca da importância adquirida por certas inserções, vinculações e competências — redes de relações interpessoais e interprofissionais, inserções na esfera política, entre outras — enquanto recursos para a inserção e para a atuação no espaço jornalístico. Ou melhor, o exame dos itinerários sociais e profissionais de alguns jornalistas contribuiu para uma análise coletiva da atividade jornalística, visto que esses dados são indicativos das especificidades — recursos e/ou credenciais — para o investimento na imprensa. Essas análises permitiram mostrar, enfim, o quanto as características sócio-profissionais daqueles que investiram na imprensa em determinados momentos representam padrões de entrada e de reconhecimento no jornalismo nesses mesmos momentos.

Isso também é verdadeiro quando tratamos das empresas de mídia, principal base de atuação para os jornalistas. A análise das principais características de algumas empresas jornalísticas sergipanas na segunda metade do século XX teve como mote mostrar a formação do espaço jornalístico, suas relações com outras esferas de atuação e, especialmente, as modalidades de recrutamento de seus membros. Essa análise é assim tão importante porque o exame das condições sócio-históricas de desenvolvimento das empresas jornalísticas nos traz informações para compreender outro processo, o das condições de entrada e desenvolvimento de carreiras no jornalismo. Enfim, este capítulo permite mostrar como as redes de relações sociais, especialmente aquelas estabelecidas a partir do próprio espaço jornalístico e de

vinculações com a esfera política, se configuram como constituindo recursos fundamentais para a inserção, a atuação e o crescimento posicional no espaço da imprensa.

### 1.1 – Do Espaço Jornalístico ou das Possibilidades de Atuação para os Jornalistas

Quando tratamos de jornalismo ou da imprensa logo nos vêm à mente o conjunto dos jornais e revistas impressas, os programas noticiosos no rádio, os telejornais e, mais recentemente, os veículos noticiosos na Internet, mas o universo de possibilidades de atuação para jornalistas no Brasil não se restringe a esses suportes midiáticos. Hoje os jornalistas atuam também em assessorias de comunicação, agências de publicidade e em outras modalidades de funções com comunicação<sup>16</sup>. De maneira geral, isso significa que o leque de oportunidades de atuação para os jornalistas brasileiros é amplo, no entanto, a natureza do trabalho com informações nesses dois ramos da comunicação é diferente. Enquanto aqueles que atuam nas “*mídias convencionais*”<sup>17</sup> têm como função principal investigar e produzir notícias sobre assuntos variados para o público consumidor dos veículos comerciais, aqueles que trabalham com “comunicação corporativa” ou “*extrarredação*”<sup>18</sup> se dedicam a produzir pautas ou a veicular e traduzir informações a serviço de seu cliente (uma empresa, um órgão ou autarquia pública, um governo ou mesmo uma pessoa física) (ADGHIRNI, 2005).

Segundo Adghirni (2005), a profusão dessas novas possibilidades de atuação para os jornalistas está provocando uma reorganização na prática jornalística que ainda não foi claramente compreendida. Tentando trazer uma luz para esse tema, e assumindo uma visão característica da sociologia francesa, Adghirni (2005) estabelece uma divisão das possibilidades de atuação para jornalistas em duas esferas (numa noção parecida com a dos “campos” de Bourdieu<sup>19</sup>) de modo que teríamos a esfera do jornalismo propriamente dito e a esfera da comunicação corporativa ou *extrarredação*. A primeira se restringiria ao trabalho de produção e distribuição de notícias nas *mídias convencionais* (impressos, rádio, televisão e

---

<sup>16</sup> Como *blogs* e *sites* pessoais de comunicação e outras mídias alternativas com veiculação na Internet, instâncias de representação da categoria e, claro, instituições de ensino na área de comunicação.

<sup>17</sup> Terminologia assumida por Sant’Anna (2005) e entendida como aqueles veículos noticiosos de caráter comercial, ou seja, os tradicionais veículos de empresas e redes de comunicação instaladas no mercado.

<sup>18</sup> Terminologias também assumidas por Sant’Anna (2005) e entendidas como os serviços próprios de comunicação criados pelas instituições para falar com jornais, rádio, televisão e internet.

<sup>19</sup> Na sociologia burdiesiana podemos dividir as possibilidades de atuação e/ou de inserção no mundo social em “campos” que seriam microcosmos sociais dotados de leis e regras próprias e de relativa autonomia em relação ao espaço social mais amplo (BOURDIEU, 2007). Tal noção nos levaria a entender, por exemplo, que os segmentos de atuação profissional (medicina, direito, política, literatura, docência, jornalismo, entre outros) possuem fronteiras mais ou menos definidas lhes garantindo grande autonomia. Tal visão, no entanto, tem recebido vigorosas críticas, sobretudo de pesquisadores que atuam fora da França.

veículos noticiosos com circulação na Internet) e a segunda ao trabalho com informações ou mediações sociais em outros ambientes (assessorias de comunicação de empresas privadas, de pessoas físicas ou de instituições públicas, agências de propaganda, empresas de consultoria em comunicação, entre outros). No entanto, essa mesma autora deixa claro que não se trata de uma interpretação que distribui o universo de possibilidades para a atuação dos jornalistas em duas realidades dicotômicas, pois essa interpretação não se aplica bem à realidade brasileira. Diferentemente do que ocorre em outros países, no Brasil o jornalista pode atuar nos veículos noticiosos e na comunicação corporativa ao mesmo tempo. Dados de Schmitz (2011) indicam que cerca de 58% dos jornalistas brasileiros atuam no ramo das assessorias de comunicação, sendo que grande parte deles também atua nas *mídias convencionais*. De maneira mais específica, no Brasil a atuação jornalística nas empresas de mídia e na comunicação *extrarredação* se confunde, de modo que os protagonistas destes dois cenários se autodefinem como jornalistas baseados na detenção do diploma de curso superior em jornalismo ou na posse do registro profissional de jornalista adquirido junto ao Ministério do Trabalho<sup>20</sup> (ADGHIRNI, 2005).

De certo, pode-se afirmar que a imagem tradicional do jornalista como o investigador que atua nos veículos noticiosos já não é a melhor para representar esse profissional atualmente. Segundo Adghirni (2005), o jornalista atual é um profissional híbrido e versátil, ora atuando com informação nas *mídias convencionais* ora na comunicação corporativa e, às vezes, nesses dois nichos de mercado ao mesmo tempo. De maneira geral, o que temos hoje é um jornalista sem uma identidade profissional definida por um ramo específico de atuação.

O novo jornalista é um profissional híbrido com perfil de camaleão, ora identificado com as rotinas da redação, ora como assessor de imprensa, ora como jornalista/funcionário. Também pode estar “produzindo conteúdos” para um site na internet, numa empresa privada, numa ONG ou atuando no contexto da “advocacia” de causas públicas e/ou sócio-humanitárias. (ADGHIRNI, 2005, p. 54-55).

Enfim, atualmente “Os jornalistas querem apenas ser profissionais respeitados em seus direitos no mercado de trabalho da informação” (ADGHIRNI, 2005). Para Neveu (2006), o jornalismo hoje não é uma profissão, mas um amálgama de profissões na área de comunicação. Para este autor, há um crescente desaparecimento das fronteiras clássicas entre as profissões ligadas à produção de notícias, pois os profissionais que trabalham com

---

<sup>20</sup> Como já citado nesse trabalho, no Brasil existem cursos acadêmicos específicos para a formação de jornalistas. No entanto, em muitos momentos (inclusive desde 2009) tal titulação não tem sido obrigatória para o gozo do estatuto de jornalista, que pode ser adquirido por meio de requisição especial junto às Delegacias Regionais de Trabalho espalhadas pelo país.

informações fora da *mídia convencional* influenciam, cada vez mais, diretamente na construção das notícias (trabalho objetivo dos jornalistas das mídias). No entanto, ainda restam algumas diferenciações entre os jornalistas que atuam nas *mídias convencionais* e os que atuam com comunicação *extrarredação*.

Na comunicação corporativa os jornalistas atuam gerenciando a imagem e os interesses do seu cliente e têm como possibilidades de carreira, geralmente, a manutenção deste posto<sup>21</sup> ou uma inserção maior, e não necessariamente ligada à comunicação, no universo para o qual presta esse serviço, seja no meio empresarial, associativo ou político-partidário. Já nas *mídias convencionais* os jornalistas têm como prerrogativa produzir conteúdo noticioso para as empresas jornalísticas e têm como principais possibilidades de carreira a continuidade nos veículos noticiosos e o crescimento posicional nas hierarquias próprias do jornalismo. Não estamos com isso querendo dizer que os profissionais da comunicação que atuam fora dos veículos noticiosos não sejam jornalistas e nem que os que fazem carreira na *mídia convencional* tenham suas possibilidades de inserção restritas a esse meio, até mesmo porque, como já dito aqui, é muito comum os jornalistas atuarem nesses dois segmentos da comunicação concomitantemente. Mas, que as características da atuação em cada uma dessas “esferas” jornalísticas são diferentes, que as competências e os recursos sociais que os profissionais de cada área precisam deter são diferentes e que as possibilidades de carreira também são diferentes.

Diante disso, assumimos para esta investigação uma posição teórico-metodológica que restringe nosso universo de pesquisa ao jornalismo praticado nas *mídias convencionais*. Assim, a partir de agora toda vez que tratarmos do “universo jornalístico”, da “esfera da imprensa”, do “espaço jornalístico”, ou simplesmente do “jornalismo” ou da “imprensa”, estaremos nos referindo à *mídia convencional* (impressos, rádio, televisão e veículos noticiosos com circulação na Internet). Não é que não trataremos das demais possibilidades de atuação para os jornalistas, já que isso será feito sempre que tomarmos aqueles profissionais que também atuam ou já atuaram “fora da mídia”, mas o recorte empírico e investigativo sempre partirá das atuações nos veículos noticiosos convencionais.

---

<sup>21</sup> Que pode ser um vínculo de trabalho fixo e formal, pontual ou *freelancer* ou ainda um cargo em comissão.

## 1.2 – O Jornalismo no Século XIX e sua Vinculação com a Política

O jornalismo começou a se desenvolver no Brasil no início do século XIX juntamente com a chegada da Família Real Portuguesa, no entanto, a prática jornalística só ganharia corpo em nosso país a partir das disputas pela independência. Com relação aos seus praticantes, Petrarca (2007) demonstra que a maioria daqueles que se dedicaram à imprensa no Brasil durante o século XIX tiveram suas carreiras caracterizadas pela inserção em esferas diversas ao mesmo tempo. Na verdade, nesse período a atuação no jornalismo representava uma atividade secundária na vida dos que a ela se dedicavam e se configurava como uma extensão de outras áreas de atuação como a literatura e a política, especialmente.

De forma bastante clara, o nascimento e o desenvolvimento do jornalismo no Brasil se deu impulsionado pelas lutas travadas entre os grupos políticos desde os tempos coloniais. Da sua origem até 1880, a imprensa brasileira tinha como características a panfletagem, as folhas avulsas, a intensa criação de novos jornais, a efemeridade, a publicação irregular e uma forte conotação política. Até meados do século XIX, a imprensa no Brasil tomou parte nas lutas pela independência e pela definição do modelo de Estado a ser adotado, depois disso, os jornais passam a se autodeclarar como tendo o papel de “preparar o povo para o regime liberal que se inaugurava” (LUSTOSA, 2000, p. 29) e isso fez da imprensa um espaço de competição política e de influência nas instituições (SODRÉ, 1999). Conquanto, mesmo depois desse período os jornais continuaram sendo usados como instrumento nas lutas políticas, servindo para a projeção ou para o fortalecimento de personagens ou partidos políticos durante o Império.

Com baixa circulação e com poucos recursos financeiros, esses impressos “eram acima de tudo porta-vozes do Estado ou de grupos políticos que os financiavam em parte ou na totalidade” (RIBEIRO, 2003, p. 148). Durante todo o século XIX, a imprensa era essencialmente opinativa e marcada pelos debates apaixonados e polêmicos. A linguagem da maioria dos jornais era agressiva e comumente se transformava em injúria, difamação, insulto e até em ofensas pessoais (LUSTOSA, 2000; SODRÉ, 1999). Muitos nomes se destacariam nessa imprensa como, por exemplo, Cipriano José Barata de Almeida (1762-1838). Filho de um tenente do exército português radicado no estado da Bahia, Cipriano Barata formou-se em medicina e filosofia em Portugal, porém se destacou mesmo como jornalista político durante o primeiro reinado (1822-1831). Nacionalista exaltado, Cipriano Barata movimentou a opinião pública durante o primeiro reinado, militou na imprensa e ainda participou de várias

agitações políticas à época como a Conjuração Baiana (1798), a Revolução Pernambucana (1817) e a Confederação do Equador (1824).

Sua atuação militante se confunde com suas carreiras política e jornalística. Em 1821 é eleito deputado constituinte pela Bahia às Cortes de Lisboa, mas suas ideias radicais logo tornaram insustentável sua relação com os parlamentares portugueses (LIBERAL, ASSIS & JUVENAL, 2002). Diante desse quadro, retorna ao Brasil defendendo publicamente a separação de Portugal. Impedido de desembarcar em sua terra natal dominada por tropas portuguesas, estabelece-se em Recife e a partir de 1822 passa a colaborar com a *Gazeta de Pernambuco*. Em 1823 é eleito novamente deputado constituinte, só que desta vez para as Cortes brasileiras. Porém, renuncia ao posto reclamando enfaticamente que numa assembleia “cercada de mais de sete mil baionetas” e formada por “numerosos inimigos portugueses” não poderia discutir uma constituição liberal, e que acompanharia a elaboração da referida constituição à distância, em Pernambuco (MOREL, 2001, p. 176-177). Sua promessa foi cumprida por meio da imprensa, inicialmente pela *Gazeta de Pernambuco* e depois por seu impresso, o *Sentinela da Liberdade*. Através de seus jornais Cipriano Barata empenhava uma linguagem vigorosa e irreverente contra as ações de D. Pedro I e a favor da democratização e da federalização do país. Através de sua atuação jornalística ajudou a fomentar algumas manifestações contra o poder imperial, mas não pôde participar ativamente da maioria delas, pois passou quase todo o período do primeiro reinado encarcerado (MOREL, 2001). Mas, nem a prisão impediu que sua atuação política e agitadora continuasse. Mesmo preso, Cipriano Barata continuou editando seu ferrenho instrumento de oposição política, trocando seu nome a cada transferência de prisão acrescentando ao original o da nova carceragem (“*Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*”, “*Sentinela da Liberdade na Guarda do Quartel General de Pirajá*”, entre outros).

Em sentido parecido ao de Cipriano Barata, outro jornalista dos tempos do Império brasileiro fez da imprensa seu meio de atuação política: Quintino Antônio Ferreira de Sousa, o Quintino Bocaiuva. Filho de um funcionário público e nascido no Rio de Janeiro em 1836, Quintino adotou o sobrenome Bocaiuva (nome de uma palmeira natural da América do Sul) como demonstração de seu nacionalismo. Em 1850 se instala em São Paulo onde inicia suas atividades na imprensa e entra no curso de Direito. Em 1851, retorna ao Rio de Janeiro e trabalha no *Correio Mercantil* (1854) e no *Diário do Rio de Janeiro* (1860-1864), impressos em que consolida sua propaganda republicana ardorosa jamais abandonada (SODRÉ, 1999). Dando continuidade às suas ideias, Bocaiuva ajudou a fundar o primeiro Clube Republicano do país em 1870 e foi o redator do seu principal documento: o “Manifesto Republicano”. Este

foi publicado no recém-fundado jornal *A República* que seria o órgão oficial do Partido Republicano criado dois anos depois. Em 1885, já presidente do Partido Republicano, Bocaiuva passa a dirigir o jornal *O País*, onde continua a divulgar seus ideais republicanos, a escrever artigos áspers contra a família real e a desferir “golpes implacáveis” contra o “velho edifício do império” (SILVA, 1983).

Atuando principalmente através da imprensa na linha de frente das ebulições que culminariam com a queda da monarquia em 1889, Bocaiuva teve importante participação nesse episódio, sendo ele o único civil a cavalgar ao lado de Deodoro da Fonseca na madrugada do dia 15 de novembro. Alguns autores também defendem isso: para um, “sem a propaganda e a atividade política de Bocayúva, a República não teria sido proclamada e radicada no Brasil” (SILVA, 1983, p. 32-33); para outro, “a entrada de Quintino Bocaiuva para o primeiro ministério republicano era mais do que o reconhecimento de seus serviços e de seus méritos pessoais, porque era o reconhecimento da importância que a imprensa tivera no advento do novo regime” (SODRÉ, 1999, p. 252). O fato é que com a proclamação da república Bocaiuva ganha mais espaço na política. Líder do Partido Republicano e reconhecido como político de posições moderadas, Quintino é chamado a ocupar o cargo de ministro das relações exteriores do governo de Deodoro da Fonseca, onde permanece até 1891 (GUIMARÃES, 2007, p. 33). Senador da república na constituinte deste mesmo ano, Bocaiuva renuncia ao cargo logo após a votação da constituição e retorna suas atenções ao jornalismo na direção de *O País*, de onde passa a reorientar os rumos do Partido Republicano do qual foi um dos fundadores (SODRÉ, 1999). Em 1899 é reeleito senador e, no ano seguinte, é elevado ao cargo de governador do estado do Rio de Janeiro (1900-1903). Em 1909 é eleito novamente para o senado, ocupando o cargo de vice-presidente da casa até 1912. Na condição de diretor de *O País*, um dos principais veículos de informação do Brasil à época, e de homem influente no senado federal, Bocaiuva apoia a candidatura de Hermes da Fonseca à presidência da república em 1910.

Assim, podemos perceber como o jornalismo brasileiro do século XIX possuía um uso político: servia aos propósitos das mais diversas lutas pelo poder, servia para defender causas, acusar governos, apoiar partidos e interferir nos rumos políticos (LUSTOSA, 2000; SODRÉ, 1999). Desse modo, o trabalho jornalístico e a atuação política se tornavam indissociáveis, fazendo da imprensa um importante espaço de projeção e sustentação de personagens e grupos políticos. Ou seja, dominado por partidos e facções e manifestando-se nas lutas travadas no Brasil Império, o jornalismo do século XIX encontrava na política sua fonte de existência e sustento, pois através da imprensa é que partidos e personagens políticos se for-

taleciam fazendo dela uma extensão do seu espaço de atuação ou mesmo um meio de entrada na política (BARBOSA, 1997; RIBEIRO, 2003; LUSTOSA, 2000; PETRARCA, 2007).

Mas não foi somente no eixo Rio de Janeiro/São Paulo que o jornalismo serviu aos propósitos políticos de grupos distintos durante o Império, em Sergipe o processo de constituição do jornalismo se deu de forma similar. Segundo Tôrres (1993), Sergipe contou com mais de uma centena de impressos até o final do século XIX, sendo que a maioria deles era filiada a partidos políticos, teve duração efêmera e baixa circulação. Para este autor, essa realidade era ainda mais perceptível no interior do estado, onde a criação e a manutenção dos impressos dependia, quase que exclusivamente, dos partidos e/ou de personagens políticos. Isso pode ser percebido, inclusive, na criação do primeiro jornal do estado: *O Recopilador Sergipano*. Surgido em 1832 e tendo como característica principal a divulgação dos atos oficiais (TÔRRES, 1993, p. 14), este impresso foi fundado pelo monsenhor Antônio Fernandes da Silveira que, além de padre e membro de uma família destacada na oligarquia rural do nordeste, foi deputado provincial por três legislaturas entre 1830 e 1841 (GUARANÁ, 1925). Além do *Recopilador Sergipano*, muitos outros impressos políticos circularam em terras sergipanas nesse período e dentre eles destacam-se: os abolicionistas *O Descrido* e *O Libertador*, publicados entre 1882 e 1884; os republicanos *O Horizonte*, *O Laranjeirense*, *O Republicano*, *Gazeta de Sergipe*, *A Reforma*, *Correio de Sergipe*, *Eco Liberal* e *O Democrata*, veiculados a partir da década de 1870; e os monarquistas *Monarchista Constitucional*, *O Conservador* e o *Triunfo*, também publicados a partir da década de 1870.

Outro dado demonstrador da estreita ligação entre imprensa e política em Sergipe nesse período pode ser identificado através das informações listadas a seguir acerca de alguns personagens sergipanos da época, todas retiradas de Guaraná (1925): Apulcro Mota — fundador de *Eco Liberal* na década de 1870 e editor e proprietário da *Gazeta de Sergipe* entre 1891 e 1894, governador de Sergipe (1898-1899) e deputado estadual por duas vezes entre 1898 e 1904 —; Josino Odorico Menezes — jornalista consagrado à defesa da abolição e à propaganda republicana, editor de *O Republicano* em 1891, Deputado Estadual por Sergipe (1893-1894) e por Alagoas (1894-1896) e governador do estado (1902-1905) —; Gumercindo de Araújo Bessa — jornalista, jurista e político sergipano que editou *A Reforma*, órgão do Partido Liberal, entre 1887 e 1889, Deputado Provincial no último pleito do Império, Deputado Estadual Constituinte (1891-1892) e Deputado Federal (1909-1911) —; Ivo do Prado — fundador e editor dos jornais políticos *Correio de Sergipe* de 1890 a 1891 e *Jornal do Aracaju* a partir de 1894 e Deputado Federal por dois mandatos (1890-1894 e 1921-1923)

—; e Ananias de Azevedo — editor da *Gazeta de Sergipe* de 1890 a 1896 e colaborador de *Eco Liberal* e *A Reforma*, órgãos do Partido Republicano, Deputado Estadual (1898-1899) e Intendente Municipal (o equivalente a prefeito) de Aracaju (1900-1901). Enfim, apesar das especificidades de cada região, podemos tomar como regra a estreita vinculação entre o jornalismo e a política praticados no Brasil durante todo o século XIX.

### **1.3 – Atividade na Imprensa e Literatura**

Segundo o historiador da imprensa brasileira Nelson W. Sodré, durante muito tempo o jornalismo praticado no Brasil se confundia com a literatura (SODRÉ, 1999, p. 248). De maneira geral, o jornalismo brasileiro de até as primeiras décadas do século XX era considerado um “subproduto das belas artes” e seguia o modelo de imprensa francês cuja técnica de escrita era muito próxima da literária (RIBEIRO, 2003). De acordo com Chalaby (2003, p. 37), o jornalismo praticado na França de até inícios do século passado não fazia uma distinção clara entre “fatos” e “comentários”, de modo que era muito comum a mistura entre notícias e opiniões. Ou seja, os jornais franceses desse período desempenhavam um duplo papel, o de apresentar e o de interpretar as notícias. Seguindo esse modelo, a escrita jornalística brasileira também se aproximava bastante da literária, sendo os textos mais livres e opinativos como a crônica e o “artigo polêmico” os gêneros mais valorizados (RIBEIRO, 2003). Conquanto, tal fato não nos deve parecer tão estranho já que, conforme vimos no tópico anterior, o jornalismo praticado no Brasil nesse mesmo período servia aos propósitos políticos de opinar, influenciar, legitimar ou deslegitimar governos e lutas pelo poder.

Mas, Ana P. G. Ribeiro vai além, para ela até meados do século XX a atuação jornalística no Brasil era considerada uma atividade literária (RIBEIRO, 2003), destinada àqueles que tinham o “dom da escrita”. Muitos jornalistas nesse período eram também romancistas, poetas, ensaístas e a imprensa os atraía por dois motivos principais. Em primeiro lugar, a ausência de um mercado editorial estruturado os levava a trabalhar em outras ocupações, pois somente a venda de suas obras não era suficiente para garantir-lhes a sobrevivência e, por estar ligada à prática da escrita, a imprensa se apresentava como uma opção bastante escolhida entre os escritores. Em segundo lugar, além de ser uma atividade próxima da literatura o jornalismo permitia a divulgação de seus trabalhos, de modo que até os anos 1950 era muito comum a publicação de poemas, contos e romances seriados nas páginas dos nossos impressos.

Como bem assinala Sodré (1999, p. 242), ainda em inícios do século XX o setor editorial no Brasil era bastante limitado e a maioria dos nossos textos em formato de livro eram impressos na Europa, especialmente em Portugal, França e Alemanha. É nesse contexto, então, que ganham espaço na imprensa brasileira os folhetins<sup>22</sup>. Trata-se de narrativas literárias seriadas que, publicadas em jornais e revistas, atingiam um público vasto divulgando o trabalho de muitos dos nossos cronistas, contistas e romancistas. Muito apreciados, os folhetins fizeram até aumentar as vendas dos jornais e se tornaram item quase obrigatório na imprensa das últimas décadas do século XIX (BORGES, 2013). Nesse contexto, o folhetim constituiu-se num importante veículo de divulgação da literatura nacional, sendo que quase todos os autores brasileiros do período publicaram nesse formato. “Memórias de um Sargento de Milícias”, de Manuel Antônio de Almeida, por exemplo, foi publicado em folhetim no *Correio Mercantil* em 1852, “O Guarani”, de José de Alencar, no *Diário do Rio de Janeiro* em 1857, “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis, na *Revista Brasileira* em 1880, entre outros. Ou seja, os jornais nessa época funcionavam também como um espaço fundamental de divulgação de obras literárias e de construção e reconhecimento social para seus escritores (RIBEIRO, 2003, p. 148 e SODRÉ, 1999, p. 292).

Vários nomes nos serviriam para tratar das imbricações entre jornalismo e literatura, e dentre eles merece destaque o de José Martiniano de Alencar. Nascido no Ceará em 1829 e transferindo-se para a capital federal em 1840, José de Alencar formou-se em direito em 1850 e também atuou na política como deputado às Cortes brasileiras pelo seu estado natal. Todavia, a atuação que o fez ganhar destaque e seu nome ser lembrado até os dias de hoje foi, sem dúvida, a literária. Desde os tempos de estudante José de Alencar já se enveredava pela literatura, mas foi a partir da sua entrada na imprensa que suas produções ganharam destaque. Isso começou a partir de 1854, quando passou a colaborar semanalmente no *Correio Mercantil* publicando sua seção sobre direito e suas crônicas que, mais tarde, seriam publicadas em formato de livro em “Ao Correr da Pena”. Porém, seria somente no *Diário do Rio de Janeiro* que “José de Alencar constituiria exemplo marcante da conjugação da literatura com a imprensa” (SODRÉ, 1999, p. 191). Nesse impresso, José de Alencar chegou até a ocupar o cargo de redator-chefe em 1856, mesmo ano em que sua atuação como escritor começa a deslanchar com a publicação de seus romances em folhetins. “Cinco Minutos” foi o primeiro a sair nesse formato em 1856. Do mesmo modo o fez com a “Viuvinha” e com “O

---

<sup>22</sup> O folhetim é uma narrativa literária seriada (prosa, ficção e/ou romance) publicada de forma parcial e sequenciada em jornais e revistas em espaços destinados ao entretenimento. Surgido na França no início do século XIX, o folhetim chegou ao Brasil pouco tempo depois de seu surgimento e fez enorme sucesso na segunda metade deste século.

Guarani” em 1857 (este último veiculado entre os meses de fevereiro e abril deste ano), só que a partir de então com boa recepção por parte do público e da crítica (BORGES, 2013). Com o sucesso atingido por seus folhetins, Alencar logo se transformou em um prestigiado escritor e, partir de 1860, deixa de atuar na imprensa para se dedicar à sua carreira de romancista no mercado livresco<sup>23</sup>. Neste mesmo ano, conclui e publica em formato de livro o romance a “Viuvinha”, que foi seguido por *Lucíola* (1862), *Diva* (1863), *Iracema* (1865), *A pata da gazela* (1870), *Ubirajara* (1874), *Senhora* (1875), entre outros, todos publicados pela editora Garnier. A partir de então, o relacionamento de José de Alencar com os jornais passa a ser o de escritor consagrado (pela própria imprensa) que depende dos anúncios e das apreciações acaloradas da crítica jornalística.

Em sentido parecido com José de Alencar, outro grande nome das letras brasileiras também pode ser tomado como exemplo de estreitas vinculações entre imprensa e literatura: Joaquim Maria Machado de Assis. De origem pobre e nascido em 1839 no subúrbio da cidade do Rio de Janeiro, Machado de Assis frequentou muito pouco a escola, mas se fez homem de letras justamente por sua inserção na imprensa (BRITO, 2010). Para Brito (2010, p. 31), a imprensa foi a escola de Machado de Assis, foi o convívio com tipógrafos, revisores, editores, escritores, e demais colaboradores de jornais que o tornou o “mestre das letras brasileiras”. Desde cedo Machado de Assis se inseriu na imprensa, tanto que em 1855, aos 16 anos, lança seu primeiro poema (“Ela”) na *Marmota Fluminense*. A partir de então, passa a ser revisor e colaborador efetivo deste impresso, espaço onde estabelece amizade com escritores já renomados como Joaquim Manoel de Macedo, Manoel Antônio de Almeida, José de Alencar e Gonçalves Dias (BRITO, 2010). Mas, essa foi apenas sua primeira inserção no jornalismo que foi seguida pela de aprendiz de tipógrafo na Imprensa Nacional (1856-1858) e pela de colaborador no *Correio Mercantil* (1858-1868), n’*O Espelho* (1859-1860), no *Diário do Rio de Janeiro* (1861-1867), na *Semana Ilustrada* (1861-1864; 1871-1873), n’*O Globo* (1874-1876), na *Ilustração Brasileira* (1876-1878), na *Revista Brasileira* (1880), na *Gazeta de Notícias* (1883-1900), n’*A Estação* (1885-1891), entre outros (SILVA, 2003).

Nesse mesmo período, Machado de Assis também se inseriu na burocracia pública<sup>24</sup>, sua principal fonte de renda e fator importante para o sucesso de sua dedicação à literatura e à imprensa. Nos impressos em que atuou escreveu crônicas, poesias e, sobretudo, contos e

<sup>23</sup> Nesse mesmo período se inicia sua carreira na política.

<sup>24</sup> No ano de 1862 era censor teatral. Em 1867 é nomeado ajudante do diretor de publicação do Diário Oficial. Em 1873 é nomeação para o cargo de primeiro oficial da Secretaria de Estado do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e estabiliza-se na carreira burocrática. Em 1889, torna-se diretor da Diretoria do Comércio deste ministério.

romances em formato de folhetim como, por exemplo, “A Mão e a Luva” (*O Globo*, 26 de setembro a 03 de novembro de 1874), “Helena” (*O Globo*, 06 de agosto a 11 de setembro de 1876), “Iaiá Garcia” (*O Cruzeiro*, 01 de janeiro a 02 de março de 1878), “Várias Histórias” (*Gazeta de Notícias*, edições esparsas entre 1884 e 1891), “Quincas Borba” (*A Estação*, 15 de junho de 1886 a 15 de Setembro de 1891), entre tantos outros. Com essa extensa atuação literário-jornalística, Machado de Assis ganhou bastante prestígio perante a crítica especializada e também diante de seus colegas escritores, tanto que foi presidente da Academia Brasileira de Letras desde sua fundação em 1897 até sua morte em 1908. Enfim, pensar na inserção de Machado de Assis na imprensa é pensar em sua produção literária e vice versa, pois quase toda sua literatura se desenvolveu pela imprensa e sua atuação jornalística foi basicamente literatura publicada em jornais.

Porém, não era apenas através da publicação de obras literárias que os escritores desse período atuavam na imprensa. Eles também desempenhavam outras funções no interior dos impressos, basicamente revisor ou colaborador, para complementar seus rendimentos (SODRÉ, 1999). Poucos, como José de Alencar que foi redator-chefe do jornal *Diário do Rio de Janeiro* em 1855, chegaram a ocupar cargos mais prestigiados e bem remunerados na imprensa. De maneira geral representando um mau negócio para muitos escritores brasileiros entre finais do século XIX e inícios do XX devido à fraqueza do mercado literário (SODRÉ, 1999, p. 292), a atividade de escritor impelia seus praticantes a disputar espaço na imprensa. Como resultado, um dos perfis de carreira mais característico dos jornalistas brasileiros deste período era o que se desenvolvia pela articulação do jornalismo com a atividade literária. Muitos escritores dessa época não encontravam meios de sobreviver de suas produções, mas dominando bem o código do exercício jornalístico (a escrita) a imprensa se lhes abria como o principal espaço de atuação profissional, o que nos leva a perceber a inexistência de fronteiras claras entre o espaço de atuação jornalístico e literário no Brasil desse período.

Em maior ou menor grau, essa foi uma característica do jornalismo praticado nos quatro cantos do Brasil de até as primeiras décadas do século XX. Em Sergipe, por exemplo, muitos homens de letras como Filinto Elísio (1860-1917), Joaquim Fontes (1866-1918), João Ribeiro (1860-1934), Garcia Rosa (1877-1960), entre outros, atuaram na imprensa publicando suas poesias, seus contos, romances e novelas (SANTOS e ROSA, 2012). Dentre eles, merece destaque Joaquim do Prado de Sampaio Leite (1865-1932). Bacharel em direito que desenvolveu carreira jurídica em Sergipe e que também foi deputado estadual constituinte em 1890, Prado Sampaio colaborou nos impressos *Correio de Sergipe*, *Jornal de Sergipe*, *O Estado de Sergipe*, *Folha de Sergipe*, *Correio de Aracaju*, *Diário da Manhã*, entre outros.

Nesses jornais, além de escrever artigos sobre direito, filosofia e literatura, publicou muitas de suas obras como “A Sergipana” (*Jornal de Sergipe*, 21 de fevereiro a 27 de março de 1904), “Maculada” (*O Estado de Sergipe*, 02 a 05 de outubro de 1906), “S. João” (*O Estado de Sergipe*, 29 de janeiro a 01 de fevereiro de 1907), “O poeta e a mágoa” (*O Estado de Sergipe*, 24 de março de 1907), entre outros (GUARANÁ, 1925, p. 288-292). É bem verdade que sua principal inserção profissional nunca foi a imprensa, mas foi através de suas publicações nos jornais que se tornou um dos literatos sergipanos mais conhecidos da época.

Além de Prado Sampaio, outro escritor sergipano a merecer destaque por sua atuação na imprensa é Francisco Antonio de Carvalho Lima Júnior (1859-1929). Tendo atuado como professor no “magistério primário”, Lima Júnior desenvolveu intensa atividade literária e política através de diversos impressos sergipanos chegando, inclusive, a ser eleito deputado estadual por Sergipe (1894-1895). Em inícios da década de 1880, Lima Júnior passa a colaborar em vários jornais sergipanos como *Jornal de Sergipe*, *A Opinião*, *Eco Liberal*, *Diário Popular*, *Gazeta do Aracaju*, *O Guarany*, entre outros. Nos jornais em que passou, publicou discursos, artigos sobre cultura sergipana e, acima de tudo, seus trabalhos literários (contos, romances, poesias) como, por exemplo, “Harmonias da Natureza” (*Jornal de Sergipe*, de 2 de abril de 1876), “Inácio Brinquinho” (*Jornal de Sergipe*, 28 de maio de 1882), “A Aurora” (*Jornal de Sergipe*, 4 de julho de 1882), “O caboclo Alexandre ou uma vítima inocente” (*Jornal de Sergipe*, 26 de julho de 1882), “Ouve-me” (*Jornal de Sergipe*, 15 de novembro de 1882), “Teus olhos” (*Jornal de Sergipe*, 15 de novembro de 1882), “O anel de pérolas azuis” (*A Opinião*, de 19 de maio a 7 de novembro de 1909), entre tantos outros (GUARANÁ, 1925, p. 170-177). Ou seja, como muitos outros escritores e/ou poetas Lima Júnior também fez da imprensa um espaço secundário de atuação, mas fundamental para o desenvolvimento de sua carreira literária. Assim, podemos perceber que as ligações entre literatura e jornalismo também foram estreitas em Sergipe no período considerado, sendo que neste estado a busca por prestígio literário era a principal retribuição buscada pelos escritores que se dedicavam a atuar nos jornais.

#### **1.4 – “Doutores” e Jornalistas: formação acadêmica e atuação na imprensa na virada do século XIX para o XX**

Um conjunto vasto de trabalhos<sup>25</sup> tem demonstrado o papel desempenhado pelos intelectuais, sobretudo até meados do século passado, no processo de constituição do Estado brasileiro, nas lutas pela definição do modelo político adotado, nas burocracias governamentais e até na linha de frente da política ocupando cargos legislativos e executivos. Diversas, entretanto, são as bases que lhes garantem o status de intelectual, dentre as quais merecem destaque as titulações acadêmicas detidas (e o peso que estas possuem em cada contexto) e as redes de relações sociais (de base familiar, profissional ou política). Pois, apesar de não ser uma regra, muito do que qualifica uma pessoa a ocupar a posição de intelectual passa pela detenção de uma titulação acadêmica ou de um conhecimento formal e pela rede de contatos pessoais internos ao meio intelectual constituído que esta pode mobilizar. E essas são características da intelectualidade no Brasil desde o período colonial.

Até meados do século passado, obter uma formação de nível superior era uma realidade muito distante para a maioria da população brasileira. Segundo Saviani (2010), o conjunto dos nossos cursos superiores até a proclamação da república, por exemplo, era composto por pouco mais de uma dezena de faculdades públicas isoladas de direito, medicina e engenharias implantadas nos estados do Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo, Pernambuco e Minas Gerais. Até finais do século XIX o acesso a esses cursos era restrito a uma estreita faixa da população composta pelos filhos das camadas política e economicamente mais bem situadas (latifundiários, políticos, altos burocratas, profissionais liberais, médios e grandes comerciantes) que, além de disputar as poucas vagas disponíveis nas instituições de ensino superior, muitas vezes tinha que arcar com os custos de realizar um curso longe de sua terra natal<sup>26</sup>. Mesmo com a proclamação da república e com o surgimento de faculdades particulares em estados como Amazonas (1909), São Paulo (1911), Paraná (1912) e Minas Gerais (1927) essa situação não muda muito, pois, à exemplo das instituições de ensino públicas, estas ofertavam basicamente cursos nas áreas de direito e medicina que serviam quase que exclusivamente aos filhos das oligarquias rurais e políticas. Nem mesmo a criação das primeiras universidades públicas do Brasil na década de 1930 mudou essa realidade, pois

---

<sup>25</sup> Miceli (1979 e 2001), Martins (1987), Pécaut (1990), Coradini (1996 e 2010), Coniff (2006), entre outros.

<sup>26</sup> Muitos faziam até fora do país (especialmente na Universidade de Coimbra, em Portugal), outros disputavam as vagas dos seis cursos superiores sediados nos principais núcleos econômicos e políticos do país durante o império (dois de medicina — Salvador e Rio de Janeiro —, dois de direito — Olinda/Recife e São Paulo — e dois de engenharias — Ouro Preto e Rio de Janeiro).

o ensino superior brasileiro continuou possuindo um caráter bastante elitista até pelo menos meados do século XX<sup>27</sup> (SOARES, 2002; SAVIANI, 2010). Diante disso, podemos perceber que a grande maioria daqueles que possuíam uma formação acadêmica no Brasil nesse período era composta por membros das elites econômicas e políticas com titulação em direito ou em medicina. Conquanto, o mais importante a ressaltar é que eram estes letrados — bacharéis, médicos e outros diplomados, juntamente com muitos professores e escritores sem formação definida — que formavam a intelectualidade brasileira do período, um grupo relativamente restrito de letrados, com características e origens sociais semelhantes e que formavam e/ou reafirmavam extensas redes de relações interpessoais.

Entretanto, não era apenas esse domínio das letras, associado a uma origem social elevada e às redes de relações que essas posições possibilitavam que definia o intelectual brasileiro de até meados do século XX. Mas sim, e acima de tudo, as diferentes possibilidades de atuação e/ou posicionamento nos espaços de poder que essa “formação letrada” e essas redes de contatos sociais proporcionavam. Segundo Charle (1990), o intelectual se faz pelas intervenções realizadas no espaço público (ou por meio de suas relações com a política) e estas dependem também de outros fatores como as redes de vínculos pessoais e/ou familiares que ele pode mobilizar, as instituições das quais ele faz parte, entre outros. Em sentido parecido, Martins (1987, p. 01) defende que não há uma relação necessária entre a “condição de intelectual” e a de “ator político”, mas que aqueles intelectuais que se distinguem de seus pares por suas relações particulares com a política formam o que se convencionou chamar de *intelligentsia*. Controvérsias à parte é esta dimensão intervencionista associada a determinadas titulações acadêmicas ou ao reconhecimento social de uma intelectualidade e às redes de vínculos entre os intelectuais que nos interessa aqui, pois durante muito tempo a imprensa se apresentou como um dos principais espaços de ação pública buscados pelos intelectuais ou pela *intelligentsia* brasileira.

Ao estudar o jornalismo através dos periódicos paulistanos circulados entre 1890 e 1915, Cruz (2000) percebeu como as disputas culturais travadas na imprensa “para e pela cidade” de São Paulo foram importantes para o crescimento da “cultura letrada” e para a afirmação de uma intelectualidade local. Em sentido parecido, Barbosa (1997) analisou o jornalismo carioca no mesmo período e defende que a constituição do lugar social do intelectual no Brasil só foi possível graças ao desenvolvimento da imprensa. E mais do que

---

<sup>27</sup> Essa situação só começou a mudar a partir de finais da década de 1940, com a criação de universidades federais nas capitais dos estados. Esse processo se estendeu até a década de 1970, quando a reforma universitária implantada pelo governo militar massificou o acesso ao ensino superior (SAVIANI, 2010).

isso, ela percebeu que muitos profissionais liberais (sobretudo bacharéis em direito<sup>28</sup>) fizeram da atuação na imprensa um meio de aquisição de prestígio social e de ascensão a cargos públicos ou posições políticas.

A imprensa, na verdade, cria as condições necessárias ao desenvolvimento de um campo intelectual, cujos integrantes vão participar diretamente das instituições e dos grupos que irão exercer a própria dominação. A dependência dessas posições intelectuais do poder político faz com que o recrutamento, as trajetórias possíveis, os mecanismos de reconhecimento e outras condições necessárias à consagração intelectual dependam fundamentalmente da participação como profissionais do novo jornalismo. Toda a vida intelectual passa a ser dominada pela grande imprensa que se constitui na principal instância de produção cultural, fornecendo a maioria das posições intelectuais (BARBOSA, 1996, p. 72).

Em linhas gerais, estas autoras estão afirmando a importância dos jornais para a afirmação da intelectualidade brasileira do período. Ou melhor, que “na República Velha (...) toda a vida intelectual era dominada pela grande imprensa, que constituía a principal instância de produção cultural da época e que fornecia a maioria das gratificações e posições intelectuais” (MICELI, 2001, p. 17).

Esse jornalismo analisado por Cruz (2000) e por Barbosa (1996 e 1997) foi aquele que contou com vários nomes da chamada “geração de 1870”, uma geração de intelectuais que começou a se destacar a partir da década de 1870 e que refletiu sobre o Brasil do último quartel do século XIX tomando partido nas lutas políticas e sociais do momento, como o abolicionismo e o republicanismo, e que continuou na linha de frente das mudanças sócio-político-culturais do país no início do século XX. Frequentando as faculdades de direito e medicina sediadas nos principais centros urbanos brasileiros do período, essa mocidade fundou sociedades, clubes e pequenos jornais, organizou comícios, conferências, banquetes e passeatas e divulgou seus ideais por meio de artigos e manifestos publicados em jornais, aliás, “a imprensa foi o principal meio de propagação das propostas (...) para esta Geração” (PESSANHA, 2011, p. 01). Nas décadas de 1870 e 1880, por exemplo, foi nos jornais que muitos deles defenderam o fim da escravidão e da monarquia, foi também na imprensa que a partir da proclamação da república muitos se posicionaram com relação a diversas questões como a dos limites territoriais do país, a das reformas educacionais, a das políticas sanitárias, entre outras. Dentre os nomes que compuseram essa geração de intelectuais, o de Sílvio Vasconcelos Silveira Ramos Romero se destaca.

---

<sup>28</sup> Como bem coloca Sodré (1999), os “cursos jurídicos” criados ainda na década de 1820 “teriam grande influência no desenvolvimento da cultura, das lutas políticas e da imprensa” (SODRÉ, 1999, p. 101) no Brasil.

Filho de família economicamente bem sucedida, Sílvio Romero nasceu em Lagarto, interior do estado de Sergipe, em 1851. Em 1863 vai estudar no Rio de Janeiro e em 1868 regressa ao nordeste, desta vez para cursar direito na Faculdade de Direito do Recife, estado de Pernambuco. Em 1879 volta para a cidade do Rio de Janeiro, onde foi professor do Colégio Pedro II entre 1880 e 1910, da Faculdade Livre de Direito e da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais (GUARANÁ, 1925). Logo depois de formado, foi nomeado promotor na cidade de Estância, interior de seu estado natal, onde passa a integrar grupos de republicanos do interior sergipano e funda o Clube Republicano de Estância, passando a atuar fortemente na política estadual<sup>29</sup>. Em 1874, elege-se deputado provincial por Sergipe, cargo que renuncia logo em seguida para se transferir para a capital federal. No entanto, nunca se desligou completamente da política sergipana, seja através dos impressos locais (*O Laranjeirense*, *O Guarani*, *O Estado de Sergipe*, *O Republicano*, *Diário da Manhã*) seja pessoalmente, Sílvio Romero se manteve atuante, chegando, inclusive, a ser eleito deputado federal por Sergipe para um mandato entre 1900 e 1902 (GUARANÁ, 1925).

A principal característica de Sílvio Romero, no entanto, foi sua intensa inserção intelectual. Ainda jovem Romero cursou a Faculdade de Direito de Recife, instituição que representou para sua geração o único espaço para grandes debates intelectuais na região norte e nordeste do país. Estreitando laços de amizade ou de pensamento com nomes como Clovis Bevilacqua, Joaquim Nabuco, Aníbal Falcão, Franklin Távora, Araripe Jr., Graça Aranha e, especialmente, com Tobias Barreto, Sílvio Romero integraria uma geração de intelectuais proeminentes que mais tarde seria chamada de “Escola de Recife<sup>30</sup>”. Além disso, num momento em que o mercado de produção livresco no Brasil era restrito, a imprensa se apresentou para Romero, assim como para praticamente todos os intelectuais brasileiros da época, como o principal espaço para a divulgação e a consagração intelectual. Iniciando suas colaborações no jornalismo quando ainda era estudante de direito no Recife (onde colaborou com diversos impressos: *A Crença*, *o Correio de Pernambucano*, *o Diário de Pernambuco*, *o Movimento*, *o Jornal do Recife* e *A República*) (GUARANÁ, 1925), Sílvio Romero obteve sua maior inserção e notoriedade enquanto intelectual na imprensa do Rio de Janeiro, onde se radicou a partir de 1879. No jornalismo carioca, Romero se inicia através de um amigo dos tempos que estudou no Rio de Janeiro (na década de 1860), Lopes Trovão, que o leva para colaborar com *O Repórter*<sup>31</sup>. Iniciando-se por este impresso, mas atuando também como

---

<sup>29</sup> Fonte: <<https://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>>, acessado em 08 de julho de 2016.

<sup>30</sup> Escola de pensamento surgida a partir da Faculdade de Direito do Recife na década de 1870.

<sup>31</sup> Fonte: <<https://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>>, acessado em 08 de julho de 2016.

professor em faculdades de direito locais, Sílvio Romero estendeu sua rede de contatos e atuou em diversos jornais da cidade do Rio de Janeiro — *O Tempo, Na Estacada, O Cruzeiro, Revista Brasileira, Diário de Notícias, Jornal do Comércio, Correio da Manhã, Gazeta de Notícias*, dentre outros —, onde ficou amigo de personagens como Dunshee de Abranches, Araripe Junior, Euclides da Cunha e João Ribeiro. Além disso, seu reconhecimento literário e sua rede de relações no meio intelectual o levaram também a ser um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1897, sócio correspondente da Academia de Ciências de Lisboa, membro da Academia Pernambucana de Letras (APL), membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG)<sup>32</sup>. Sua atuação jornalística também o proporcionou outras inserções como, por exemplo, a ocupação de um cargo no Conselho de Instrução Superior em 1891, fruto das relações estabelecidas com Rui Barbosa (então Ministro da Fazenda do governo provisório) quando ambos atuavam no *Diário de Notícias*.

Além de Sílvio Romero, muitos outros intelectuais brasileiros de até meados do século XX como Monteiro Lobato, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Mário de Andrade, Plínio Salgado, entre tantos outros, também se dedicaram e se destacaram na imprensa. Ou seja, o que essas referências nos demonstram é que os intelectuais brasileiros desse momento tinham a imprensa como principal base de atuação/intervenção, ou melhor, eram jornalistas-intelectuais: “atores sociais que possuem relações de duplo pertencimento ou dupla identidade, transitando em espaços de convivência entre a imprensa, o meio político e o intelectual” (PEREIRA, 2008, p. 17). E não poderia ser muito diferente, pois diante das reduzidas instâncias de debate acadêmico e/ou divulgação intelectual existentes até as décadas de 1940 e 1950 a imprensa era o maior e mais importante veículo de divulgação de ideias, posicionamentos políticos e consagração social do Brasil.

Além dessas características do jornalismo brasileiro, outro dado muito importante e que ajuda a entender a grande inserção dos intelectuais ou da *intelligentsia* na imprensa nacional é com relação às suas dinâmicas estruturais. Pertencendo ou agindo em função dos grupos políticos constituídos, a maioria dos impressos noticiosos (jornais e revistas) que circularam até meados do século passado era fundada e redigida por personagens com dupla inserção (na política e/ou no meio intelectual): bacharéis em direito, em sua maioria, seguidos por médicos e detentores de outras titulações acadêmicas, professores, escritores, artistas,

---

<sup>32</sup> Fonte: <<https://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>>, acessado em 08 de julho de 2016.

entre outros (SODRÉ, 1999). Tratavam-se, mais especificamente, de juristas ou outros diplomados com forte atuação intelectual e que ocupavam também algum cargo público ou eletivo ou mesmo personagens com formação na área de “humanidades<sup>33</sup>” que atuavam também como professores, escritores ou no serviço público e que ainda se associavam a partidos políticos e/ou agremiações sócio-literárias (clubes de leitura, instituições de pesquisa histórico-culturais, associações de classe, entre outras). Mas vale ressaltar que tudo isso alimentava e, em grande medida, era alimentado e possibilitado pelas redes de contatos estabelecidas nesse meio.

O jornal *O Estado de São Paulo*, por exemplo, foi fundado em 1875 por um conjunto de intelectuais com inserções políticas marcantes no estado de São Paulo: Francisco Rangel Pestana (bacharel em direito), José Alves de Cerqueira César (bacharel em direito, governador de São Paulo durante o ano de 1892 e senador a partir de 1911), Manoel Ferraz de Campos Salles (bacharel em direito e presidente da república entre 1898 e 1902) e Américo Brasiliense (bacharel em direito e governador de São Paulo durante o ano de 1891), dentre outros, que criaram esse jornal para combater a monarquia e a escravidão (VITA, 1965). A partir de 1884, a propriedade e a direção desse impresso passam a ser divididas com o também intelectual e político João Alberto Salles (bacharel em direito que se destacou entre os intelectuais da chamada geração de 1870 e que foi deputado federal por São Paulo entre 1892 e 1894). De 1902 até 1927 este jornal passou a ser propriedade de Júlio César Ferreira de Mesquita (bacharel em direito que se destacou pela atuação na Liga da Defesa Nacional, entidade de intelectuais que defendia o ideário nacionalista, e por ter sido deputado provincial, deputado federal e senador por São Paulo) (LIMA, 2008). Outro exemplo pode ser o *Jornal do Brasil*. Fundado em 1891 por Rodolfo Dantas (bacharel em direito e político) e por Joaquim Nabuco (advogado, escritor, político e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras – ABL), em 1893 este impresso passa para a propriedade de Rui Barbosa (advogado, escritor, político e também um dos fundadores da ABL) e de Joaquim Lúcio de Albuquerque

---

<sup>33</sup> No Brasil até 1931 existia na divisão do ensino uma etapa conhecida como “Curso Secundário” (o equivalente ao ensino médio atualmente) que duraria entre três e quatro anos. O currículo das disciplinas dessa etapa era voltado basicamente para o ensino dos conhecimentos das humanidades (estudos sociais, literatura, filosofia, direito, geografia e línguas) e, em menor grau, para as outras ciências (geometria, aritmética e conhecimentos de física, química e biologia). No entanto, a conclusão dessa etapa não era obrigatória para a entrada nos cursos superiores, já que os mesmos selecionavam seus alunos mediante a aprovação nos “Exames Preparatórios” (o equivalente aos nossos vestibulares) que ocorriam anualmente entre os secundaristas de qualquer ano. Aqueles que não conseguiam entrar em alguma faculdade nesse período (direito, medicina ou engenharias) e concluíam o Curso Secundário possuíam uma formação em “humanidades” que os permitia desempenhar a função de professor ou ocupar outros cargos nas burocracias públicas (contabilistas, fiscais de tributos, inspetores).

Melo (crítico literário)<sup>34</sup>. Já a partir de 1894 a direção e a propriedade deste jornal passam para os irmãos Fernando e Cândido Mendes de Almeida (ambos bacharéis em direito e professores) (SODRÉ, 1999).

Enfim, o que esses dados nos demonstram é que a presença de intelectuais na imprensa brasileira de até meados do século passado era uma constante, ou melhor, que o jornalismo praticado no Brasil de até esse período era um empreendimento levado a cabo especialmente por bacharéis em direito, médicos, escritores, professores e outros letrados que também integravam grupos políticos, ocupavam cargos eletivos ou cargos nas burocracias públicas. Tratavam-se, mais especificamente, de intelectuais com inserções políticas e cujas atuações no jornalismo representavam uma instância de dinamização de suas possibilidades de atuação político-intelectual, na medida em que a imprensa se configurava como um espaço de extensão de laços sociais que, por sua vez e naquele contexto, aumentava as oportunidades de ocupação de postos nas burocracias do Estado, em organizações profissionais, na política partidária e no próprio jornalismo.

#### **1.4.1 – Jornalismo em Sergipe entre Finais do Século XIX e Meados do XX: uma atuação para intelectuais**

Ao se debruçar sobre a história política de Sergipe entre 1889 e 1930, Souza (2001) percebeu a existência de uma estreita relação entre a intelectualidade local e a imprensa durante toda a República Velha, a ponto de nomear esse período da história sergipana de “República das Letras”. Em sentido parecido, Franciscato (2008) percebeu como os impressos veiculados neste estado nas primeiras décadas dos 1900 foram bem mais do que meros suportes ou transmissores de conteúdos literários ou acadêmicos, mas contribuíram para a própria formação da intelectualidade sergipana. Ou seja, esses autores demonstram que, à exemplo do que se pôde observar no eixo Rio-São Paulo, em Sergipe os letrados (juristas e professores, especialmente, mas também médicos, escritores e detentores de titulação em “humanidades”) também formaram o segmento mais atuante na imprensa de até a primeira metade do século XX. De forma explícita, estamos tratando de uma realidade em que a maior parte da população era analfabeta (cerca de 80%) e em que, portanto, ter uma formação acadêmica era se distinguir. Os sergipanos de até a década de 1920 dispunham de poucas instituições de ensino secundário e nenhuma de ensino superior, somente os filhos dos

---

<sup>34</sup> Fonte: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>, acessado em 20 de julho de 2016.

extratos mais elevados da sociedade (dos grandes proprietários de terra, dos funcionários públicos e dos profissionais liberais) podiam estudar e apenas alguns destes cursavam uma faculdade fora do estado e podiam gozar da prestigiosa posição de intelectual: “Em Sergipe, como no Brasil, o sistema educacional implantado pela Velha República ia cumprindo sua missão, a de formar a ‘intelligentsia’, que conduzia os destinos do Estado, constituída da elite da classe dominante, da burguesia latinfúndio-mercantilista” (NUNES, 2008, p. 248). Ou seja, nessa época existia em Sergipe um restrito grupo que formava uma “elite letrada” e é apenas a partir dessa elite que podemos falar de atuação no jornalismo.

Em Sergipe, a atuação jornalística também foi dominada por intelectuais que desenvolveram atuações políticas. Mas, o que mais caracterizava esses jornalistas-intelectuais eram as redes de contatos estabelecidas entre eles e materializadas nas diversas migrações entre os veículos noticiosos e na fundação e/ou participação de agremiações literárias, abolicionistas, republicanas e culturais. Segundo Dantas (2004), entre finais do século XIX e inícios do XX várias agremiações político-literárias foram criadas por intelectuais sergipanos na capital e também nas principais cidades do interior do estado o que ajudou a reforçar e/ou criar laços entre a intelectualidade local. Dentre elas podemos citar a “Sociedade Libertadora Sergipana” (1882), o “Centro Operário Sergipano” (1911), o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1912), o “Centro Socialista Sergipano” (1918), a “Aliança Proletária de Sergipe” (1934), o “Centro Cultural de Sergipe” (1938) e o “Centro de Estudos Econômicos e Sociais de Sergipe” (1944), todos com sede em Aracaju, mas muitos outros:

No interior do Estado, nasceram alguns centros culturais, dos quais os mais citados são o *Gabinete de Leitura de Maruim*, *O Gabinete de Leitura de Riachuelo*, a *Casa do Livro de Capela* e o *Gabinete de Leitura Tobias Barreto*. Propriá, Boquim, Laranjeiras, Estância e Frei Paulo também dispunham de entidades culturais.

Na capital temos registros de: *Clube Literário 24 de Julho* (1898), a *Liga Sergipense Contra o Analfabetismo* (1916), *Centro Pedagógico Sergipano* (1918), *Grêmio Tomaz Cruz* (1918), *Hora Literária Santo Antônio* (1919), *Sociedade Ensaios Literários e Horas Literárias Sylvio Romero, Tobias Barreto, Fausto Cardoso e Gumercindo Bessa*, o *Clube Literário Tobias Barreto* e a *Academia Sergipana de Letras* (1929) que (...) foram congregando intelectuais, estimulando debates, produções e contribuindo para o desenvolvimento cultural do Estado (DANTAS, 2004, p. 60-61).

Essa efervescência cultural acabou se refletindo diretamente na produção jornalística local. Pois, como bem afirma Dantas (2004, p. 61), ao lado dessas instituições um número nunca visto de jornais foi criado e ditado por esses mesmos intelectuais para expressar seus

interesses: *Gazeta de Aracaju* (1879 a 1889), *Jornal de Sergipe* (1881), *O Democrata* (1881), *O Guarani* (1881), *O Eco Liberal* (1882), *O Libertador* (1883), *O Horizonte* (Laranjeiras, 1885-1886), *O Laranjeirense* (1887), *O Republicano* (Laranjeiras 1888-1891), *A Reforma* (1889), *Correio de Sergipe* (1890-1896), *O Conservador* (1890-1892), *A Notícia* (1897), *O Estado de Sergipe* (1900-1918), *Via Lucis* (1904), *Folha de Sergipe* (1907-1911), *Correio de Aracaju* (1906-1926), entre tantos outros. Como enfatiza Nunes (2008):

Nos principais centros urbanos, como Laranjeiras, Estância e a capital (...) se insurgiram contra a ordem política vigente, ex-alunos da Faculdade de Direito de Recife, influenciados pelas ideias progressistas de Tobias Barreto, sendo o representante mais destacado Fausto Cardoso. A esses bacharéis somavam-se jovens egressos das Faculdades de Medicina e de Farmácia da Bahia, como Felisbelo Firmo de Oliveira Freire, Serafim Vieira de Almeida e Josino Menezes, e os jovens oficiais da Marinha e do Exército, Marcelino José Jorge Moreira e José de Siqueira Menezes.

Ao grupo de bacharéis, médicos, farmacêuticos e oficiais do Exército e da Marinha, uniram-se intelectuais pobres, inconformados com a situação que não lhes permitia cursar as academias do Império. Entre esses sobressaíram-se Francisco Antônio de Carvalho Lima Júnior, que desde 1880 já andava escrevendo [em jornais] a favor da República (NUNES, 2008, p. 174-175).

De maneira mais clara, o momento de agitação causado pelas campanhas abolicionistas e republicanas e os primeiros tempos de república no Brasil são de pleno desenvolvimento da imprensa em Sergipe e seus principais materializadores foram os intelectuais locais que encontraram nos jornais um espaço de socialização e de afirmação de seus posicionamentos políticos e da própria posição social de intelectual. Impressos como *O Republicano*, *O Século XX* e *Correio de Aracaju* são bons demonstrativos disso. *O Republicano* (1887-1890) é um dos jornais que melhor representam esse momento vivido em Sergipe. Surgido em um dos mais importantes centros culturais sergipanos de finais do século XIX — a cidade de Laranjeiras — este jornal inicialmente se chamava *O Laranjeirense* e foi fundado por um grupo de intelectuais que compunham o Clube Republicano Laranjeirense, dentre eles Felisbelo Freire (médico), Josino Menezes (graduado em farmácia), Carvalho Lima Júnior (professor e bacharel em direito), Baltazar Góis (professor), Silvio Romero (bacharel em direito) e Manuel Curvello de Mendonça (bacharel em direito) e ainda recebeu colaborações de letrados os mais atuantes neste estado nesse momento como, por exemplo, Fausto Cardoso (bacharel em direito), Oliveira Telles (bacharel em direito) entre outros (GUARANÁ, 1925). Já a revista *O Século XX* (1916-1920), da cidade de Aracaju, projetou os intelectuais Passos Cabral (poeta e bacharel em direito), Péricles Barreto e Orlando Dantas e ainda serviu de suporte para outros nomes como Deodato Maia (bacharel em direito), Garcia

Rosa (graduado em farmácia), Arthur Fortes (professor), Clodomir Silva (professor), Ítala Silva (médica) e o próprio Carvalho Lima Júnior (NUNES, 2008, p. 246). Em sentido parecido, o *Correio de Aracaju* foi, durante a primeira metade do século XX, um dos principais espaços de atuação para intelectuais como Brício Cardoso (professor), Péricles Barreto, Arthur Fortes, Clodomir Silva e Helvécio Ferreira de Andrade.

Dentre os intelectuais-jornalistas sergipanos desse período merece destaque Manoel dos Passos de Oliveira Telles (1859-1935). Bacharel em direito formado pela “Escola de Recife” em 1885, Oliveira Telles desenvolveu carreira jurídica em Sergipe e foi professor de língua grega no Ateneu Sergipense. Além disso, amplamente inserido na intelectualidade sergipana de sua época e nas redes que ela proporcionava foi sócio do Grêmio Literário da Bahia, do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará e do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (VALES e SANTOS, 2015). Assim que se bacharelou se engajou nas lutas abolicionista e republicana e na questão das fronteiras entre Sergipe e Bahia travadas através da imprensa. Aliás, desenvolvendo uma ampla rede de contatos entre os intelectuais-jornalistas locais, Oliveira Telles escreveu assiduamente para impressos sergipanos como *O Porvir* (1886), *O Laranjeirense* (1887), *Gazeta de Sergipe*, *Folha de Sergipe*, *Diário da Manhã*, *Gazeta de Sergipe* (1891-1892) *Folha de Sergipe* (1894-1898), *Diário da Manhã* (1912-1915), *Jornal do Povo* (1916-1920), *Sergipe Jornal* (1921-1928) e *O Estado de Sergipe* (1899-1918), impresso do qual foi redator entre 1900 e 1907 (GUARANÁ, 1925, p. 407-410).

Outro intelectual sergipano que também merece ser destacado por sua atuação na imprensa na virada do século XIX para o XX é Florentino Teles de Menezes (1886-1959). Formado em “humanidades” e com passagens nos cursos de engenharia e de medicina, abandonados por questões de saúde, Florentino Menezes destacou-se como professor do Colégio Atheneu Sergipense e foi um dos intelectuais que mais contribuíram para a cultura sergipana no seu período (DANTAS, 2009). Intelectual atuante, foi idealizador e um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1912), do Centro Pedagógico Sergipano (1918), do Centro de Propaganda do Voto Secreto (1923) e da Academia Sergipana de Letras (1929). Junto a tudo isso, Florentino Menezes desenvolveu importante atuação na imprensa (NUNES, 2008). Graças à sua ampla rede de relações tecidas nos meios intelectual e político local, Menezes atuou em vários impressos de sua época, como *Diário da Manhã* (1913-1923), *Jornal do Povo* (1914-1920), *Sergipe Jornal* (1923; 1944-1946), *Estado de Sergipe*, *Correio de Aracaju* e *Jornal de Notícias*. Em 1918, juntamente com os intelectuais Oliveira Telles, Helvécio de Andrade e Arthur Fortes, Florentino Menezes fundou o Centro

Socialista Sergipano e, a partir de 1920, criou e editou o seu principal porta voz o jornal *O Operário* (DANTAS, 2009).

Enfim, tratar do jornalismo em Sergipe entre finais do século XIX e meados do XX é tratar da sua “elite intelectualizada”. Apesar de não formarem um grupo homogêneo, estes poucos intelectuais (em sua maioria, bacharéis em direito, médicos e professores) ocupavam uma posição extremamente distinta na sociedade, formando grupos e/ou estabelecendo redes de contatos, o que os possibilitava circular por vários espaços ao mesmo tempo. Como vimos, um desses espaços era justamente o da imprensa que, ao mesmo tempo em que era dominado por esses intelectuais, se configurava como a principal instância de afirmação dessa intelectualidade.

### **1.5 – A Profissionalização da Atividade Jornalística**

Falar sobre a atuação jornalística no Brasil de até meados do século XX, quando ela ganhou mais corpo, é tratar de uma forma de atuação inconstante, incerta e quase sem parâmetros, em uma palavra, “amadora”. Como já demonstrado aqui, até esse momento o jornalismo era dominado por profissionais liberais (sobretudo bacharéis em direito), escritores e personagens políticos que faziam da atividade na imprensa uma ocupação provisória ou esporádica que representava um meio complementar de renda e/ou se configurava numa forma de dar sentido às suas outras atuações — na política partidária, na advocacia, no magistério, na literatura, etc. — ou mesmo numa forma de afirmação intelectual. Para ser mais específico, tratava-se de personagens cuja atuação na imprensa respondia a outras intenções que não o retorno financeiro principal: militância política, defesa de causas político-sociais, divulgação de trabalhos artísticos (poemas, contos, romances) ou científicos (nas áreas de ciências sociais, direito, medicina, etc.). Ou seja, o jornalismo de até então representava uma atuação secundária na vida dos que a ele se dedicavam.

De maneira geral, o jornalismo praticado no Brasil de até as décadas de 1930 e 1940 seguia o modelo francês que, profundamente influenciado pelas esferas da política e da literatura, possuía uma forma de escrita marcada pelos valores e normas impostas pelos escritores e muito dada ao propagandismo e/ou ao partidarismo político (CHALABY, 2003; RIBEIRO, 2003). Além disso, os impressos de até essa época eram um espaço de atuação aberto a várias categorias profissionais como advogados, médicos, políticos, professores, escritores e funcionários públicos. Com isso, o mais comum nos impressos brasileiros eram

textos com escrita rebuscada que misturavam notícias e comentários, análises políticas e partidarismo, literatura e contexto social. Porém, essa situação começa a mudar ainda na virada do século XIX para o XX com o surgimento da reportagem no Brasil, uma modalidade de texto e de prática jornalística que pouco a pouco foi ganhando espaço na imprensa do país até se tornar hegemônica a partir dos anos 1950 e 1960. Entre outras coisas, a importância do desenvolvimento da reportagem reside no fato de que foi entorno do trabalho dos seus produtores, os repórteres, que se estabeleceram um espaço jornalístico e um conjunto de critérios e saberes próprios para a atuação em jornais (CHALABY, 2003).

Segundo Chalaby (2003), a reportagem é uma invenção anglo-americana que se desenvolveu ao longo do século XIX e que depois se espalhou por vários países que, como a França, a importaram e a adaptaram progressivamente. Para este autor, aos poucos foram sendo desenvolvidas nos Estados Unidos e, em menor escala, na Inglaterra normas e valores discursivos próprios à atividade jornalística, tais como a objetividade e a neutralidade, e “o discurso jornalístico tornou-se um gênero distinto de texto”. Com isso, “o modo de escrita jornalística passou a caracterizar-se por *estratégias discursivas e práticas* que não são de natureza literária nem políticas” e “os textos jornalísticos começaram a possuir características filológicas próprias” (CHALABY, 2003, p. 30). De maneira geral, essas práticas discursivas propriamente jornalísticas têm como característica principal se centrarem nos fatos, separando informação de comentários. E o agente principal desse processo foi o repórter, pois sua posição dentro do espaço jornalístico se desenvolveu dissociada da atividade literária e dos discursos políticos na medida em que este se afirmou como um profissional detentor de um conhecimento específico com relação à coleta de dados e à narração dos fatos sobre a forma de reportagem (VIDAL e SOUZA, 2003).

Para ser mais específico, é na segunda metade do século XIX nos Estados Unidos e na Inglaterra que o jornalismo surge enquanto atividade profissional diferenciada de outras atividades ligadas à escrita e à veiculação de textos informativos. Nesses países e nesse momento, o repórter passa a se diferenciar como o novo tipo de profissional que se dedica à “observação direta” dos acontecimentos e à coleta de informações no local dos fatos e que, em seguida, retorna à redação para escrever “seu registro da ocorrência”, um “tipo inédito de texto” — a reportagem — cuja base são as informações colhidas diretamente sobre os acontecimentos (VIDAL e SOUZA, 2003, p. 04). Ou melhor,

Dotado de uma identidade diversa dos habitantes mais antigos das redações, o repórter terá seu tempo ocupado por diligências e inquéritos pela cidade, bem como pela tarefa de descrever aquilo que viu e soube aos leitores. Como a sua

inserção no jornal consiste em fazer julgamento baseado no testemunho de seus próprios olhos, **o repórter torna-se exclusivamente jornalista**, pois consome parte de seu tempo na caça à notícia. Esta tarefa exige não só exclusividade, como também a especialização quanto ao modo de obter dados e de narrá-los na **linguagem da reportagem**.

O repórter, em suma, é um tipo particular de jornalista que se distingue pela maneira de trabalhar [...] contrastando com os colegas sedentários que colaboram com o jornal em textos opinativos ou analíticos. (VIDAL e SOUZA, 2003, p. 04-05, grifo nosso).

Assim, o repórter se apresenta como uma nova figura no interior da imprensa, aquele que faz da atividade nos jornais sua atuação principal e em torno do qual essa atividade se transforma e um ofício específico ligado à produção de reportagens. E mais do que isso, ele passa a conviver e a disputar profissionalmente com aqueles que, atuando em outras frentes como a política, a advocacia, a medicina, o professorado e a literatura, também escrevem para a imprensa textos cuja base são suas impressões pessoais, suas leituras, seus posicionamentos políticos e suas outras vinculações profissionais. Ou seja, a partir do surgimento do repórter e do desenvolvimento da reportagem como um tipo de texto e de prática propriamente jornalísticos se inicia a “profissionalização” do jornalismo.

Porém, se as práticas discursivas que floresceram nos Estados Unidos e na Inglaterra como sendo propriamente jornalísticas e balizaram sua “profissionalização” se desenvolveram tendo como centro a objetividade e a neutralidade com relação aos fatos, no Brasil o desenvolvimento dessas práticas se iniciou por outro caminho seguindo o modelo francês profundamente associado às esferas da política e da literatura. Entre outros indicadores, isso pode ser percebido através das especificidades que caracterizaram a reportagem e a figura do repórter no Brasil do seu surgimento em finais do século XIX até meados do XX. Para Vidal e Souza (2003), a reportagem surgiu no jornalismo brasileiro como uma maneira de mostrar aos leitores as mazelas do povo, as ocorrências policiais, os fatos corriqueiros do dia a dia, mas também como uma forma de “descobrir a nação” através de informações sobre regiões distantes dos grandes centros populacionais. Assim, o desenvolvimento da reportagem no Brasil assumiu uma forma de narrativa política destinada a mostrar os problemas nacionais, a vigiar e relatar o que se passa pelo país e a construir uma imagem do povo brasileiro. Em contrapartida, a reportagem surgida no Brasil também não significou uma ruptura com a esfera e com o modo de escrita literários, pois seu desenvolvimento se deu pelas mãos de homens de letras que, com menos espaço para exercitar a criatividade e o talento literário numa imprensa em transformação, tiveram que se transformar em repórteres e se dedicar ao factual (JORGE e BORGES, 2008, p. 189). Ou seja, o surgimento da reportagem no Brasil

possibilitou o desenvolvimento de uma carreira no jornalismo associada a uma forma de atuação política — já que, no início, a reportagem também representava um recurso político (PETRARCA, 2007) —, mas também a uma forma de atuação ligada à literatura e praticada por homens de letras que não conseguiam fazer de suas atividades “puramente literárias” sua principal fonte de renda.

Vale ressaltar, entretanto, que as transformações no jornalismo brasileiro não se deram na mesma proporção e profundidade e nem ao mesmo tempo em todas as partes do país. O centro desse processo foi a cidade do Rio de Janeiro ambientada pela criação da Academia Brasileira de Letras (1897) — que trouxe certo prestígio para a atividade literária —, pela reforma urbanística do prefeito Pereira Passos (1902-1906) — que impeliu a imprensa a fazer cobertura das transformações pelas quais passava a capital federal — e pela acelerada transição da “pequena” para a “grande imprensa” nessa cidade. Mais propriamente, foram mudanças impulsionadas pelo aumento da concorrência no espaço jornalístico, pelos melhoramentos tecnológicos advindos da implantação do jornalismo empresa e pela exigência de um público agora mais interessado em consumir informações sobre as transformações sócio-econômicas pelas quais passava sua cidade e o país como um todo.

Tais alterações serão introduzidas lentamente, mas acentuam-se sempre: a tendência ao declínio do folhetim, substituído pelo columnismo e, pouco a pouco, pela reportagem; a tendência para a entrevista, substituindo o simples artigo político; a tendência para o predomínio da informação sobre a doutrinação (...) Aos homens de letras, a imprensa impõe, agora, que escrevam menos colaborações assinadas sobre assuntos de interesse restrito do que o esforço para se colocarem em condições de redigir objetivamente reportagens, entrevistas, notícias (...) As colaborações literárias, aliás, começam a ser separadas, na paginação dos jornais: constituem matéria à parte, pois o jornal não pretende mais ser, todo ele, literário. (SODRÉ, 1999, p. 296-297).

Ou seja, o surgimento e o desenvolvimento da reportagem no Brasil não podem ser entendidos sem se levar em conta esse processo de transformações de forma e conteúdo pelo qual passou o jornalismo, especialmente o da cidade do Rio de Janeiro, na virada do século XIX para o XX. E isso pode ser melhor percebido através dos itinerários profissionais de personagens que se destacaram como repórteres nesse jornalismo em transformação como Gustavo de Lacerda, Euclides da Cunha e Paulo Barreto.

Nascido no Rio de Janeiro em 1881, Paulo Barreto representa bem uma geração de homens de imprensa que inauguraram o jornalismo como atividade profissional no Brasil, ou melhor, que fizeram da atuação na imprensa sua atividade principal. Conhecido como “João do Rio” por suas inúmeras reportagens sobre a cidade do Rio de Janeiro das décadas de 1900

e 1910 assinadas com esse pseudônimo, Paulo Barreto desenvolveu sua carreira fazendo de suas reportagens de rua sobre as mazelas e a realidade da capital federal uma forma de atuação política. Iniciando-se no jornalismo ainda muito jovem publicando crônicas, contos e críticas de teatro em vários impressos cariocas como *A Tribuna*, *O Dia*, *Correio Mercantil*, *O Tagarela* e *A Cidade do Rio*, Paulo Barreto começou a ter seu nome conhecido no Rio de Janeiro. Assim, pôde ampliar sua rede de contatos frequentando salões e espaços boêmios também frequentados por intelectuais, políticos e empresários (RIZZATTI, 2009), o que fez se alargar suas possibilidades de atuação na imprensa. Estreitando relações com o deputado Nilo Peçanha, Paulo Barreto consegue uma indicação para trabalhar na *Gazeta de Notícias* a partir de 1903. Nesse impresso sua atuação jornalística atinge o auge com suas reportagens em formato de crônica política sobre a situação dos excluídos no processo de modernização do Rio de Janeiro. Além disso, Paulo Barreto também viu seu trabalho nos jornais lhe render sucesso literário materializado em obras como “As Religiões do Rio” (1905) e “O Momento Literário” (1905) que, sendo compilações de suas crônicas em formato de livro, o levaram a fazer parte da Academia Brasileira de Letras a partir de 1910 (SODRÉ, 1999). Enfim, Paulo Barreto tipificou o jornalismo do seu tempo, era homem de letras e possuía uma vasta rede de contatos entre a intelectualidade e os demais integrantes da imprensa. Porém, não ocupando cargo público “teve de dedicar todo o seu tempo ao jornalismo, o que acabou atrapalhando sua carreira literária” (RODRIGUES, 1996, p. 220) e fazendo-o trilhar um caminho raro naquela época: viver do e para o jornalismo.

Diante disso, podemos perceber que a posição do repórter no Brasil surgiu associada a atividade literária, mas também a uma missão política, na medida em que durante um bom tempo as reportagens que dominaram a imprensa brasileira não passavam de crônicas políticas sobre fatos, problemas sociais, a vida nas periferias das cidades, personagens públicos, entre outros. Além disso, percebemos que os repórteres passaram a se configurar como uma nova categoria a atuar na imprensa composta por homens de letras que, não conseguindo sobreviver da atividade literária, conseguiram desenvolver numa imprensa em transformação um espaço próprio de atuação. Espaço este que seria ocupado por aqueles que aliando recursos das esferas da literatura e da política, mobilizando seus contatos entre os integrantes da imprensa e se dedicando essencialmente à reportagem desenvolveriam carreira nesse espaço e, pela primeira vez, fariam do jornalismo sua atividade principal.

### 1.5.1 – A Profissionalização da Atividade Jornalística em Sergipe

Paralelamente ao ocorrido em outras regiões do Brasil, durante muito tempo a atividade jornalística em Sergipe também ficou marcada pelas vinculações com outras esferas, como a da política e a da literatura, pelo amadorismo e pelas redes de relações tecidas entre seus praticantes. Até meados do século XX, os jornais sergipanos também eram comandados e redigidos por personagens cujas atuações principais se davam na política, no funcionalismo público, no professorado e na literatura e que mantinham relações de proximidade ou amizade materializadas pelas inserções em agremiações político-culturais e/ou na própria imprensa. Além disso, foi também entorno do desenvolvimento da reportagem e do trabalho do repórter que essa atividade se profissionalizou neste estado. A principal diferença, no entanto, é que em solo sergipano esse processo de profissionalização se iniciou um pouco mais tarde, a partir das décadas de 1950 e 1960.

Diferentemente do que ocorrera no Rio de Janeiro, em São Paulo e até mesmo na Bahia, onde já nas primeiras décadas dos 1900 o jornalismo empresa foi ganhando espaço possibilitando a profissionalização de algumas atividades dentro dos jornais como a do repórter, a do editor e a do ilustrador, em Sergipe o jornalismo como empreendimento individual ou como instrumento partidário permaneceu imperando até meados do século. De inícios do século XX até as décadas de 1940 e 1950, quase todos os jornais que circulavam no estado pertenciam a personagens da política local ou mesmo a partidos políticos e eram, quase sempre, editados diretamente por integrantes da política partidária estadual que os utilizavam como instrumento de luta pelo poder. O *Estado de Sergipe* (1900-1919), por exemplo, pertencia ao grupo olimpista<sup>35</sup> e servia como seu órgão de imprensa oficial, já o *Jornal de Sergipe* (1906-1911) pertencente e dirigido pelo coronel Antonio Mota Rabelo lhe fazia severo combate. A *Folha de Sergipe* (1907-1911) e o *Jornal do Povo* (1914-1922) pertenceram ao político Manuel Nobre<sup>36</sup> e lhes serviram nas lutas travadas a favor dos olimpistas e contra o grupo do governador Pereira Lobo (DANTAS, 1999). Já o *Diário da Manhã* (1911-1930) pertenceu e foi dirigido por Apulcro Mota<sup>37</sup> lhe servindo como instrumento político até sua morte em 1924, quando passa para a propriedade e a direção de Hunald Santaflor que o transformou em ferramenta de suporte à carreira política de seu irmão

---

<sup>35</sup> Grupo político que se formou em torno do clérigo e político sergipano Olímpio Campos (1853-1906).

<sup>36</sup> Foi deputado federal entre 1918-1920.

<sup>37</sup> Apulcro Mota foi deputado estadual por dois mandatos (1898-1899, 1900-1902) e, com a renúncia de Martinho Garcez em 1898, assumiu o governo do estado até 1899. Além disso, foi vice-presidente do estado entre 1900 e 1902.

Gracho Cardoso<sup>38</sup> até ser empastelado em 1930. O *Sergipe Jornal* (1921-1961), órgão do Partido Republicano Conservador (PRC) de Sergipe, teve o político Carvalho Neto<sup>39</sup> como seu diretor até 1945 (DANTAS, 1999). Já o *Correio de Aracaju* (1906-1962), impresso fundado pelo grupo político de Oliveira Valadão, foi dirigido pelo político João Menezes<sup>40</sup> até 1923, sucedido pelo advogado Edson Ribeiro e, depois, pelo também político Luis Garcia<sup>41</sup> que o comandou entre 1939 e 1945 até transforma-lo em órgão da União Democrática Nacional (UDN), partido político comandado por Leandro Maciel. O *Diário de Sergipe* (que circulou pelo menos entre 1945 e 1961) era órgão do Partido Social Democrático (PSD) de Sergipe e comandado pelo político José Conrado de Araújo<sup>42</sup> (DANTAS, 2004). Já *O Nordeste* (que circulou ao menos entre 1938-1960) pertencia a Francisco de Araújo Macedo<sup>43</sup> do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e lhe serviu em sua intensa carreira política. Além disso, Sergipe também contou com impressos pertencentes a partidos e organizações operárias como *A Voz do Operário* (1910-1935), pertencente à Sociedade Operária Sergipana, *A Verdade e Folha Popular* (finais da década de 1940) ligados ao Partido Comunista do Brasil (PCB) e *Gazeta Socialista* (1948-1952) pertencente ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) (DANTAS, 2004).

Aliado a essa concentração dos jornais nas mãos dos políticos locais, aquilo que era produzido e veiculado, as condições e as intenções dessa produção e a gestão dos impressos agiam diretamente sobre o perfil daqueles que atuavam na imprensa sergipana do período. Para isso, conforme nos informou o jornalista Ivan Valença<sup>44</sup>, a produção e veiculação de notícias era deixada de lado e os jornais dessa época eram dedicados à publicação de “fococas políticas”: textos elogiosos ou desqualificativos, análises e até comentários sobre personagens ou a cena política que interessassem ao grupo político detentor do impresso<sup>45</sup> e que se intensificavam durante as campanhas eleitorais. Ou seja, os impressos de até esse período

---

<sup>38</sup> Bacharel em direito, Maurício Gracho Cardoso foi deputado federal (1921-1923; 1946-1950) e senador (1923-1927) por Sergipe e Presidente deste estado em dois períodos (1927-1929; 1930-1932).

<sup>39</sup> Bacharel em direito, Antônio Manuel de Carvalho Neto foi deputado estadual (1912-1913; 1934-1937) e deputado federal por Sergipe (1921-1926; 1947-1948; 1950-1954).

<sup>40</sup> João Menezes foi deputado estadual (1891-1892; 1894-1896) e deputado federal por Sergipe (1918-1920). Em 1894 foi nomeado Diretor do Diário Oficial do Estado pelo Presidente do Estado, Oliveira Valadão, de quem era amigo pessoal (GUARANÁ, 1925), cargo que ocupa até 1896.

<sup>41</sup> Bacharel em direito, Luís Garcia foi deputado estadual (1935-1937), deputado federal (1951-1954; 1955-1959; 1967-1970; 1971-1974) e Governador de Sergipe (1959-1962).

<sup>42</sup> José Conrado de Araújo foi um líder político em Sergipe e prefeito de Aracaju (1959-1963).

<sup>43</sup> Francisco de Araújo Macedo foi prefeito de Estância-SE (1933-?), deputado estadual (1948-1950) e deputado federal (1951-1954; 1955-1958; 1959-1962; 1963-1966).

<sup>44</sup> Personagem com intensa atuação no jornalismo de Sergipe desde finais da década de 1950.

<sup>45</sup> Esse predomínio de comentários sobre a cena política local identificados com as ligações político-partidárias dos mandatários dos impressos em detrimento dos conteúdos noticiosos também foi percebido por Franciscato (2008), quando este analisa a imprensa sergipana das primeiras décadas do século XX.

representavam uma extensão dos palanques ou instâncias de verbalização e publicização dos posicionamentos políticos dos seus mandatários.

Apesar disso, outros tipos de texto como literatura, críticas de cinema ou futebol e algumas matérias informativas também eram veiculadas nesses impressos, mas tinham pouco espaço, até mesmo porque tratavam-se de veículos de informação quase sempre impressos em apenas quatro páginas. Além disso, excetuando-se o diretor-redator ou simplesmente diretor do jornal (aquele que coordenava e era responsável por todo o impresso, selecionava todas as colaborações e sempre escrevia textos) e o pessoal das oficinas tipográficas<sup>46</sup> todos os demais integrantes dos impressos daquela época atuavam no regime de colaboração. Ou seja, desempenhavam atividades esporadicamente e/ou de forma descontinuada (correção de texto, elaboração de artigos ou outros tipos de publicações), mas sem manter nenhum tipo de vínculo de trabalho ou remuneração monetária formal e estável. Entre outras coisas, isso se justificava na medida em que a captação de recursos financeiros por estes impressos era muito baixa, pois suas receitas advinham basicamente das assinaturas anuais, das poucas vendas avulsas e do capital investido pelos seus proprietários.

Na verdade o jornalismo de até essa época era feito basicamente por colaboradores que, atuando como profissionais liberais — advogados, médicos, professores — ou como funcionários públicos, dispunham de tempo e condições materiais para se dedicar ao jornalismo como uma atividade prazerosa, um “bico” ou mesmo uma extensão de suas atividades profissionais, intelectuais e/ou políticas. Ligados por relações de proximidade e/ou amizade já estabelecidas com os mantenedores desses jornais em outros espaços (instituições escolares, agremiações intelecto-político-culturais, ambiente de trabalho, família), esses letrados acabavam ampliando seu espaço de atuação para os pequenos impressos da época. Esses colaboradores, ou “articulistas” nas palavras de Ivan Valença, muitas das vezes apenas escreviam artigos avulsos sobre temas de seu interesse e os publicava em um jornal pela amizade mantida com seu diretor ou pela necessidade deste de preencher as páginas do seu impresso. Assim, muito colaborador esporádico de jornais desse período acabava sendo reconhecido como jornalista: “Nos anos 50 e 60 (...) o cara escrevia um artigo, publicava e virava jornalista. Não eram na perfeita acepção da palavra verdadeiros jornalistas, eles eram articulistas” (Entrevista com IVAN VALENÇA<sup>47</sup>). Nomes como Edison de Oliveira Ribeiro (1897-1957) — advogado e promotor público desde inícios dos anos 1920 que colaborou no

---

<sup>46</sup> Pessoas contratadas para realizar os serviços referentes à impressão (processo exaustivo de composição de tipos móveis, de arrumação de letra por letra em um molde que formaria uma espécie de “carimbo” de cada página do impresso) e distribuição dos jornais.

<sup>47</sup> Entrevista realizada diretamente pelo pesquisador com Ivan Valença em 05 de março de 2015.

*Correio de Aracaju, Jornal do Povo, O Comércio de Maruim e Diário Oficial* (GUARANÁ, 1925) — Florentino Menezes (1886-1959) — professor do Colégio Ateneu Sergipense a partir de 1926 que colaborou no *Diário da Manhã, Jornal do Povo, Sergipe Jornal, Estado de Sergipe, Correio de Aracaju e Jornal de Notícias* (NUNES, 2008) — Antonio Garcia Filho (1916-1999) — médico que ocupou vários cargos na área médico-administrativa em Sergipe e que colaborou no *Correio de Aracaju, Gazeta Socialista, O Nordeste, Correio da Manhã e A Cruzada* — e Zózimo Lima (1889-1974) — servidor público federal dos Correios que colaborou com suas crônicas no *Correio de Aracaju* e na *Gazeta de Sergipe* desde 1928 até sua morte em 1974<sup>48</sup> — representam bem isso, pois todos ostentam o “título” de jornalista por essas colaborações independentes, avulsas ou descontinuadas nos jornais.

O jornalismo em Sergipe só começa a se profissionalizar entre finais dos anos 1950 e a década de 1960, com a criação de impressos mais voltados para uma lógica empresarial do que panfletária ou militante como o *Gazeta de Sergipe* (1956) e o *Diário de Aracaju* (1964). Foi somente a partir desses impressos que a prática jornalística encontrou condições de ser encarada como atividade principal, como profissão, por alguns de seus praticantes neste estado. Com relação ao *Gazeta de Sergipe*, sua história remonta ao ano de 1948 quando o PSB de Sergipe funda a *Gazeta Socialista*, seu órgão de imprensa oficial que circulou até 1952 dedicando-se, quase que exclusivamente, a reproduzir os discursos do partido (CAMPELLO, 2011). Depois de um recesso de três anos, a *Gazeta Socialista* ressurge em 1956 com oficinas tipográficas próprias e sob a direção e propriedade de Orlando Dantas. Nessa segunda fase, a *Gazeta Socialista* começa a implantar uma série de modificações que irão fazê-la deixar de ser um simples panfleto de partido político para se transformar em um jornal empresa: o conteúdo veiculado abre mais espaço para “notícias informativas”, novas seções sobre acontecimentos em municípios do interior, esportes e literatura são criadas e uma boa quantidade de anúncios e propagandas passa a ser estampada em suas páginas (CAMPELLO, 2011). Em 1958, esse processo avança e o *Gazeta Socialista* passa a se chamar *Gazeta de Sergipe*. Essa mudança no nome tinha como intenção desvincular a propriedade do jornal com relação ao PSB para alcançar maior receptividade entre o público leitor e, principalmente, entre os anunciantes. Enfim, nesse momento a *Gazeta de Sergipe* estava sendo transformada em uma empresa de mídia que precisava se capitalizar e, para isso, começou a investir em técnicas modernas para o jornalismo da época: “Você tinha o *lead* da notícia, o *sub-lead*, você tinha chamadinhas, a primeira página já teve um tratamento melhor

---

<sup>48</sup> Fonte: <<http://biografias.netsaber.com.br/biografia-4821/biografia-de-zozimo-lima>>, acessado em 30 de dezembro de 2015.

(...) o pessoal começou a distinguir, isso é notícia. (...) E perseguia os fatos do dia, da cidade, sem comentário” (Entrevista com Ivan Valença In: ZANELLI, 2006). E mais do que isso, ainda nesse processo de modernização o *Gazeta de Sergipe* foi transformado num impresso de circulação diária:

Naquela época a “Gazeta” tava querendo passar a ser um jornal diário, ele circulava uma vez por semana, Orlando Dantas comprou, então, duas linotipos, certo? Enquanto ele adaptava as linotipos à função do trabalho diário ele passou a circular duas vezes por semana, era quarta e domingo, depois ele passou a circular três vezes por semana. Quando Orlando Dantas botou na cabeça que queria o jornal diário eles tiveram que reformular muita coisa, inclusive formar uma equipe, uma equipe de jornalistas que fosse atrás de notícias. O que é que era caçar notícias, como a gente dizia na época? Caçar notícia por aí...? Era uma coisa estranha porque os jornais não publicavam notícias, os jornais publicavam fofocas políticas. Como a *Gazeta de Sergipe* deixou de ser do partido Socialista, era um jornal de Sergipe, era um jornal da comunidade, ele passou a viver de notícias, então ele precisava de gente que fosse atrás das notícias, ou seja, caçar notícias (Entrevista com IVAN VALENÇA<sup>49</sup>).

Como vimos, o processo de modernização do *Gazeta de Sergipe* que o transformaria em um jornal empresa de circulação diária só foi possível graças à montagem de uma “equipe de jornalistas” que se dedicaria à coletar informações, escrever os textos e produzir o jornal. Segundo Ivan Valença, nesse momento o *Gazeta de Sergipe* passou a exigir exclusividade para a atuação no impresso e, em contrapartida, transformou seus colaboradores em funcionários efetivos com direito a salário fixo no final do mês. Ainda segundo Ivan Valença, não se tratava de uma remuneração muito elevada, mas que atraía jovens sem emprego fixo para o trabalho diário de “caçar notícias” e escrever matérias para o jornal. Conquanto, além de oferecer uma renda fixa a atividade de repórter interessava aos jovens da época por causa de algumas “vantagens” como entradas grátis nos cinemas da cidade e convites para fazer a cobertura (e participar como convidado) de eventos e festividades promovidas por entidades como o Iate Clube de Aracaju, a Associação Atlética de Sergipe e o Clube do Vasco. Foi nesse contexto de finais dos anos 1950 em Aracaju, que jovens como Ivan Valença, Anselmo Góis e “Macepa” formaram a primeira geração de jornalistas profissionais de Sergipe. Ou seja, assim como o fora para a imprensa carioca, o jornalismo em Sergipe também se profissionalizou a partir do trabalho de produção de textos noticiosos realizado pelos repórteres.

---

<sup>49</sup> Entrevista realizada diretamente pelo pesquisador com Ivan Valença em 05 de março de 2015.

Integrando o que podemos chamar de primeira geração de jornalistas profissionais de Sergipe, Ivan Valença representa bem esse momento de transição da atividade jornalística local. Nascido em Aracaju em 1944, Ivan Valença é filho de um bem sucedido empresário aracajuano do ramo funerário que sempre garantiu uma boa condição financeira à família. Ainda em sua adolescência, aos treze anos de idade, Valença frequentava as matinês dos cinemas de Aracaju e transformava seu encantamento pelos filmes que assistia em textos que depois publicava, em regime de colaboração, em jornais da época. Suas primeiras “críticas de cinema” foram publicadas em 1957 no *Sergipe Jornal*, no *Diário de Sergipe* e também no *Gazeta de Sergipe* (ZANELLI, 2006). Ainda em 1957, Ivan Valença foi contratado para integrar a equipe de jornalistas do período de transição da *Gazeta de Sergipe* com a função de tomar notas sobre todas as notícias que chegassem (por telefone ou através de visitas de informantes) ao jornal, cargo que abandonou algumas semanas depois por não ter recebido o valor acordado. Poucos meses depois, no entanto, foi recontratado como repórter deste mesmo impresso dedicando-se a cobrir as sessões da Câmara de Vereadores de Aracaju e, depois, as da Assembleia Legislativa de Sergipe, com a função de elaborar matérias diárias para o jornal. Neste impresso, Ivan Valença atuou até 1982 chegando a ocupar as posições de redator e diretor. Conquanto, sua inserção no jornalismo sergipano foi além: em 1971, Ivan Valença foi um dos sócio-fundadores do *Jornal da Cidade*; no final dos anos 1970 funda a gráfica “Composição Editora e Publicidade LTDA” dedicada à edição de jornais alternativos no estado; nos anos 1980 atuou também no *Cinform* e *Folha da Praia*. Atualmente, Ivan Valença colabora com o *Jornal da Cidade* e com o *Portal Infonet*.

Porém, enquanto o *Gazeta de Sergipe* estava sendo transformado em uma empresa de mídia e profissionalizava seus colaboradores os demais impressos do estado continuavam seguindo o modelo da panfletagem política, das colaborações esporádicas e do amadorismo. Contrariando essa lógica, em 1964 é fundado o *Diário de Aracaju* que já chegou implantando um modelo empresarial voltado para o lucro e montando uma equipe de jornalistas profissionais. Fazendo parte da maior rede de mídia do Brasil à época — a *Diários Associados* —, o *Diário de Aracaju* já surgiu com uma estrutura física e humana capaz de garantir a circulação de um impresso diário (ZANELLI, 2006). Ou seja, montou um parque gráfico moderno e contratou pessoal para se dedicar às atividades diárias de editoração, diagramação e coleta de informações e produção de matérias. Com isso, o *Diário de Aracaju* passou a representar mais uma rara instância de profissionalização da atividade jornalística em Sergipe. Realidade esta que só mudaria nas duas décadas seguintes, quando se multiplicaram as instituições e as possibilidades para a atuação jornalística profissional no estado.

Dando seguimento ao processo de profissionalização da atividade jornalística em Sergipe, as décadas de 1970 e 1980 marcam a transição do jornalismo amador para o profissional, pois nesse período são criados novos impressos no sistema empresarial e é implantada a televisão no estado. Além dos dois jornais citados acima que continuaram circulando, nos anos 1970 foram fundadas outras duas importantes empresas de mídia impressa de circulação diária em Aracaju — o *Jornal da Cidade* (1971) e o *Jornal de Sergipe* (1978-1991) — e as duas primeiras emissoras de televisão do estado — a *TV Sergipe* (1971) e a *TV Atalaia* (1975). Na década seguinte, foram fundados os impressos *Cinform* (1982) e *Jornal da Manhã* (1986, que a partir do ano 2000 passou a se chamar *Correio de Sergipe*) e a emissora de televisão *TV Aperipê* (1985). Por circularem ou emitirem sinal televisivo diariamente, todos esses veículos de informação tiveram que montar equipes de pessoal dedicado ao jornalismo e, com isso, formaram um mercado de atuação na imprensa e contribuíram para a profissionalização da atividade jornalística no estado.

Vale ressaltar, entretanto, que esse momento de profissionalização da atividade jornalística em Sergipe se confunde e concorre, também, com o da expansão radiofônica no estado. Apesar de a primeira estação de rádio local, a *Aperipê AM*, ter sido fundada em 1939 foi apenas nas décadas de 1950 e 1960 que a radiofonia ganhou espaço no estado com a criação da *Rádio Liberdade de Sergipe AM* (1953), da *Rádio Jornal AM* (1958), da *Rádio Cultura AM* (1959) e da *Rádio Atalaia AM* (1968). Durante muito tempo, assim como na mídia impressa, a atuação no rádio em Sergipe foi desenvolvida tendo como característica o amadorismo e, além disso, era muito comum a atuação de funcionários públicos com interesse em comunicação e, principalmente, o trânsito de pessoas com experiência nas áreas de jornalismo impresso ou televisivo nesse meio de comunicação. Conquanto, essa presença de jornalistas no rádio não foi uma característica exclusiva de Sergipe e nem mesmo se restringiu a esse período, pois nas diversas regiões do Brasil o rádio sempre foi aberto aos jornalistas e o é assim até os dias de hoje.

Muitos fatores corroboraram para a profissionalização da atividade jornalística em Sergipe, dentre eles a ampliação do número de jornais de circulação diária na modalidade empresa, a implementação da televisão e a ampliação do rádio entre as décadas de 1960 e 1980. Como demonstrado ao longo desse tópico, as colaborações avulsas e o jornal como instrumento político foram pouco a pouco sendo substituídos pela dedicação em tempo integral e pela produção de textos noticiosos, novas técnicas foram sendo introduzidas e a captação de recursos com anúncios passou a ser privilegiada. Os veículos noticiosos passaram, então, a ser entendidos como empresas de mídia e muitos dos seus colaboradores

puderam ser transformados em funcionários, em jornalistas profissionais cuja atividade principal desenvolvida passou a ser a jornalística. Enfim, apesar de suas especificidades a profissionalização da atividade jornalística em Sergipe seguiu o roteiro traçado em outras regiões do país e foi possibilitada pela transformação dos jornais em empresas de mídia e pela elevação do conteúdo jornalístico-noticioso à categoria de mercadoria a ser vendida.

A partir da década de 1960, contudo, esse processo de profissionalização do jornalismo em Sergipe se intensificaria, e muito disso se deveu à multiplicação das instituições e das possibilidades para a atuação jornalística profissional no estado. Nos anos 1960, a radiofonia se consolida com a criação de novas emissoras de rádio em Sergipe, já nas décadas de 1970 e 1980 surgiram novos impressos no sistema empresarial e foi implantada a televisão no estado. Por circularem ou emitirem sinal diariamente, todos esses veículos de informação tiveram que montar equipes de pessoal dedicado ao jornalismo e, com isso, formaram um mercado de atuação na imprensa e contribuíram para a profissionalização da atividade jornalística em nível local.

Enfim, muitos fatores corroboraram para a profissionalização da atividade jornalística em Sergipe, como a ampliação do número de jornais de circulação diária na modalidade empresa, a implementação da televisão e a ampliação do rádio entre as décadas de 1960 e 1980. Como demonstrado ao longo desse tópico, as colaborações avulsas e o jornal como instrumento político foram pouco a pouco sendo substituídos pela dedicação em tempo integral e pela produção de textos noticiosos, novas técnicas foram sendo introduzidas e a captação de recursos com anúncios passou a ser privilegiada. Os veículos noticiosos passaram, então, a ser entendidos como empresas de mídia e muitos dos seus colaboradores puderam ser transformados em funcionários, em jornalistas profissionais cuja atividade principal desenvolvida passou a ser a jornalística. Ou seja, apesar de suas especificidades a profissionalização da atividade jornalística em Sergipe seguiu o roteiro traçado em outras regiões do país e foi possibilitada pela transformação dos jornais em empresas de mídia e pela elevação do conteúdo jornalístico-noticioso à categoria de mercadoria a ser vendida.

## **1.6 – Jornalismo no Século XX: a consolidação de uma atividade**

Como vimos, até meados do século XX no Brasil o jornalismo era uma atividade exercida basicamente por personagens da esfera política, por profissionais liberais (especialmente bacharéis em direito) e por escritores e/ou intelectuais. Muitos tinham o

jornalismo como extensão de suas atuações e/ou posicionamentos políticos, outros como um “bico” e/ou uma instância de consagração literária ou intelectual e outros, como os repórteres, como sua atuação e fonte de renda principais, mas para todos estes o jornalismo se apresentava como um caminho “natural”, um espaço de atuação almejado. De maneira geral, a imprensa até essa época representava uma instância de inter cruzamento de esferas de atuação que, direta ou indiretamente, interligava espaços como o da política, o intelectual e o literário e ainda o funcionalismo público (BARBOSA, 1997). A partir das décadas de 1950 e 1960, contudo, a imprensa brasileira vive um processo de transformação no âmbito da linguagem, das rotinas produtivas e da profissionalização dos jornalistas que lhe deu certa autonomia (RIBEIRO, 2003; PEREIRA, 2008). No entanto, mesmo depois dessas transformações a imprensa continuou interligando, através do multipertencimento dos seus integrantes, várias esferas de atuação cujas lógicas permaneceram interferindo no jornalismo. Muitos são os indicadores dessas intersecções, mas nenhum é tão claro quanto as redes de relações sociais que desde o surgimento da imprensa até os dias de hoje interligam e fazem interagir integrantes do jornalismo e de outros espaços como o da política, por exemplo.

Segundo Sodré (1999), já no início do século XX o jornalismo nas grandes cidades do sudeste do país (especialmente na cidade do Rio de Janeiro) entrava em nova fase e o jornal como empreendimento político e individual dava espaço à empresa jornalística, à “grande imprensa”. Esses “novos” jornais não eram mais dirigidos por políticos influentes e/ou partidos, mas por empresários interessados em fazer de seus empreendimentos midiáticos um negócio economicamente rentável. Concomitante a isso, ocorre a divisão das funções dentro dos impressos e postos específicos como os de editor, ilustrador e repórter são criados. Contudo, essas transformações no jornalismo não o fizeram ganhar autonomia com relação a outras esferas, nem mesmo com relação aos critérios de entrada e posicionamento de seus integrantes. Como bem frisa Miceli (2001), a entrada e a ocupação de posições na grande imprensa e em outras “burocracias intelectuais” das primeiras décadas do século XX tinham como principal princípio a mobilização de redes de relações sociais que se iniciavam no âmbito familiar e se estendiam pelos espaços político, intelectual e jornalístico.

Alguns itinerários profissionais como o de Plínio Barreto (1882-1958) exemplificam bem isso. De origem pobre, Plínio Barreto cresceu na cidade de São Paulo onde sua mãe retirava o sustento de uma pensão para estudantes. Precisando de uma fonte de renda para custear seus estudos, em 1896 Barreto recorre a Antero Bloem, jornalista de *O Estado de São*

*Paulo* e inquilino de sua mãe, que o indica para o mesmo jornal<sup>50</sup>. Ainda aos catorze anos de idade Plínio Barreto consegue uma vaga como revisor neste impresso. Na revisão, fica amigo do já renomado Euclides da Cunha que o leva para atuar na redação do jornal em 1898 e que, em 1904, aceita seu convite para atuar no *Comércio de São Paulo*, pequeno impresso do qual Plínio Barreto era sócio (SODRÉ, 1999). Concluindo o curso de direito em 1902, muda-se para uma cidade do interior e passa alguns anos conciliando a vida de jornalista com a de advogado. Porém, sua rede de relações não se extingue e em 1909 retorna para a capital onde restabelece banca de advogado, dessa vez com melhor sorte, e volta a atuar na redação de *O Estado de São Paulo*. Em 1916, suas relações com Júlio de Mesquita<sup>51</sup>, dono de *O Estado de São Paulo*, se estreitam e este o pede que coordene seu mais recente empreendimento, a *Revista do Brasil*, impresso do qual foi diretor até 1918 quando este passa a ser dirigido por Monteiro Lobato (CABRAL, 2009). Em 1925, com apoio de Júlio de Mesquita, Assis Châteaubriant compra o *Diário da Noite* e traz Plínio Barreto para dirigi-lo. Porém, em 1927, com a morte de Júlio de Mesquita, Barreto volta para o impresso da família Mesquita para assumir o cargo de redator-chefe a pedido do herdeiro Júlio de Mesquita Filho. A partir de 1933, Plínio Barreto torna-se diretor de *O Estado de São Paulo*, cargo que ocupa até 1940 quando todos os gestores do jornal são afastados e o impresso passa a ser administrado por órgãos de censura do governo Vargas. Em 1945, com o fim do Estado Novo de Vargas e com o retorno do jornal ao comando da família Mesquita, Barreto volta a dirigi-lo e o faz até sua morte em 1958 (CABRAL, 2009).

Além de atuar fortemente no meio jornalístico, Plínio Barreto também alcançou destaque nas áreas jurídica e política e muito disso se deveu ao seu prestígio no *O Estado de São Paulo*, à sua amizade com a família Mesquita e às redes que essa amizade lhe permitiu tecer. Sua notoriedade no referido jornal lhe rendeu prestígio no espaço jurídico: em 1924 foi um dos principais defensores dos revolucionários tenentistas<sup>52</sup>; neste mesmo ano viaja para Portugal como representante de *O Estado de São Paulo* no Congresso da Imprensa Latina e pronuncia a conferência “A Cultura Jurídica no Brasil”; já em 1932 é eleito presidente da

---

<sup>50</sup> Fonte: <<http://www.pro-memoria-de-campinas-sp.blogspot.com.br/2011/06/personagem-plinio-barreto-centenario-em.html>>, acessado em 21 de julho de 2016.

<sup>51</sup> Bacharel em direito, Júlio César Ferreira de Mesquita foi vereador por Campinas-SP (1887-1890), deputado estadual (1891-1892; 1894-1897; 1898-1900; 1901-1903; 1907-1909; 1910-1912), deputado federal (1892-1893; 1894) e senador (1913-1915) por São Paulo. Com grande inserção política em São Paulo, Júlio de Mesquita apoiou por duas vezes a candidatura de Rui Barbosa à presidência da república (1909 e 1919), mas não saiu vitorioso. Fonte: <<https://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>>, acessado em 21 de julho de 2016.

<sup>52</sup> Movimento político-militar encabeçado por jovens oficiais de baixa e média patente do Exército Brasileiro no início da década de 1920. Entre outras reivindicações, tal movimento propunha a adoção do voto secreto e a reforma na educação pública.

seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil e assume como juiz a 19ª seção do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (CABRAL, 2009). Com relação à sua carreira política, ela ganha impulso a partir de 1925 quando Barreto, juntamente com Monteiro Lobato (com o qual passou a estabelecer contato a partir de 1918 quando ambos atuaram na *Revista do Brasil*), articulou a Liga do Voto Secreto. Conquanto, é a partir da década seguinte que sua atuação política ganha corpo. Por intermédio da família Mesquita que apoiou a “Revolução de 1930”, Plínio Barreto assume o cargo de Secretário da Justiça de São Paulo e em 1931 é nomeado interventor do estado. Porém, “Apesar do apoio do jornal *O Estado de S. Paulo*, permanece poucos dias na função pública” (CABRAL, 2009) de interventor. Sua atuação política, no entanto, continuaria nas páginas de *O Estado de São Paulo*: de 1933 até 1937 se utilizou deste impresso para apoiar a administração do presidente de São Paulo, Armando Sales de Oliveira, genro de Júlio de Mesquita e acionista do jornal; com a implantação do Estado Novo (1937-1945) a situação se inverte e Barreto passa a utilizar o impresso para se opor aos interventores paulistas e ao governo federal no que resulta no empastelamento do jornal e na sua prisão temporária. Com o fim do Estado Novo, Barreto retorna à política partidária e se elege Deputado Federal pela UDN-SP (1946-1950).

Na segunda metade do século XX as lógicas da carreira no jornalismo passaram por mudanças significativas, aumentaram as exigências formais (como a necessidade de titulação acadêmica específica que passou a ser exigida a partir de 1969) para o exercício da atividade, as condições e as retribuições (financeiras, políticas e simbólicas) da atuação na imprensa se multiplicaram e, já nas últimas décadas deste século, a lógica empresarial passou a ser a regra para quase todos os veículos de informação do país. Contudo, as redes de relações sociais continuaram balizando as atuações e os posicionamentos na imprensa, e não somente aquelas redes tecidas dentro do próprio universo da imprensa como também, e especialmente, aquelas que interligam o espaço jornalístico ao da política partidária. Nomes como José Bonifácio de Oliveira e Franklin Martins exemplificam bem isso.

O itinerário profissional de José Bonifácio de Oliveira Sobrinho (1935-), ou Boni como é mais conhecido, é um bom exemplo de como as redes tecidas dentro do espaço jornalístico continuaram desempenhando importante papel nas colocações na imprensa das últimas décadas. Trabalhando desde os quinze anos de idade em emissoras de rádio e de televisão das cidades de São Paulo (*Rádio Bandeirantes AM* e *TV Paulista*) e Rio de Janeiro (*Rádio Nacional AM* e *Rádio e TV Tupi*), Boni estreitou relações com Rodolfo Lima Martensen diretor da “LINTAS” (Agência Internacional de Publicidade da Unilever) que, em 1955, o convidou para coordenar o Departamento de Rádio e Televisão desta agência de

publicidade (OLIVEIRA SOBRINHO, 2011). Através dos diversos trabalhos que realizava para esta agência, Boni pôde ampliar ainda mais sua rede de contatos dentro da esfera jornalística. Em finais dos anos 1950, Boni conheceu e se tornou amigo do diretor-comercial da *TV Rio*, Walter Clark, que em 1963 o convida para trabalhar nesta emissora de TV. Em 1967, Walter Clark já trabalhava na *TV Globo* e fez novo convite a Boni, desta vez para que ele ocupe a direção de programação e produção desta emissora (OLIVEIRA SOBRINHO, 2011). Neste cargo Boni ficou até 1995 e era responsável por todas as áreas de programação da *TV Globo*, inclusive o jornalismo. Nesta emissora, Boni também estreitou relações com seu principal gestor e sócio-proprietário, Roberto Pisani Marinho, de modo que ocupou a Vice-Presidência de Operações da emissora de 1980 até 1997.

Já as inserções profissionais de Franklin de Sousa Martins (1948-) são demonstrativas não somente da importância das redes tecidas dentro do jornalismo, como também das intersecções entre a carreira jornalística e a política que permeiam a imprensa no Brasil atual. Iniciando-se no jornalismo carioca aos 15 anos de idade, desde cedo Franklin Martins também se envolveu com o movimento estudantil se transformando num dos principais líderes deste movimento no Rio de Janeiro de finais dos anos 1960<sup>53</sup>. Nesse momento, Franklin Martins conheceu e estreitou relações com nomes que desempenhariam papel importante na ascensão do PT à presidência da república como, por exemplo, José Dirceu. Em 1969, Franklin Martins passa a integrar a luta armada através do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), mas logo depois é obrigado a ir para o exílio. Em 1979, quando foi declarada a Anistia passa a trabalhar no jornal *Hora do Povo*, impresso ligado ao MR-8 (BRAGA JÚNIOR, 2007). Em 1985 é contratado como redator do jornal *O Globo*, onde não se firma por muito tempo, mas estabelece contatos que depois o levariam para o *SBT*, *O Estado de São Paulo* e para o *Jornal do Brasil*, para o qual atua como correspondente internacional em Londres entre 1991 e 1992<sup>54</sup>. Em 1994 deixa o *Jornal do Brasil* e retorna para *O Globo* onde fica até 1997 e atua como repórter especial, colunista político, editor de política e diretor da sucursal de Brasília (BRAGA JÚNIOR, 2007). Entre 2003 e 2006 volta para a *TV Globo* como comentarista

---

<sup>53</sup> Em 1967, Franklin Martins entra para a Faculdade de Ciências Econômicas da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Nesta universidade, liga-se à “Dissidência”, organização política universitária que havia rompido com o PCB (Partido Comunista Brasileiro). Neste mesmo ano, é eleito secretário-geral do DCE (Diretório Central Acadêmico) da UFRJ. Em 1968 é eleito presidente do DCE da UFRJ e, logo depois, vice-presidente da União Metropolitana dos Estudantes do Rio de Janeiro. Neste mesmo ano, participa das agitações estudantis contra a Ditadura Militar (1964-1985) e, procurado pela polícia, acaba sendo preso durante o XXX Congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes), em Ibiúna, São Paulo, em outubro de 1968. Fonte: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/martins-franklin>>, acessado em 10 de julho de 2016.

<sup>54</sup> Idem.

político em seus telejornais e em 2007 é convidado a ser ministro-chefe da SECOM (Secretaria de Comunicação Social) do governo Lula, cargo que ocupou até 2010. Contudo, sua inserção nesse cargo não ocorre por acaso, pois além de possuir ampla experiência na imprensa Franklin Martins possuía outras ligações dentro da administração do PT: Ivanisa Teitelroit, sua esposa, foi secretária parlamentar do senador petista Aloísio Mercadante em 2003 e, a partir do ano seguinte, passou a exercer cargo importante no Ministério do Planejamento; já Victor Martins, seu irmão, foi diretor da ANP (Agência Nacional do Petróleo) entre 2005-2011<sup>55</sup>. Além disso, sua atuação militante durante a Ditadura Militar (1964-1985) e suas vinculações com atuais integrantes do PT facilitaram sua indicação para tal cargo.

Através desses itinerários profissionais podemos perceber que, ao longo do século XX, as redes de relações sociais se consolidaram como um importante recurso para atuação na imprensa brasileira. Além disso, os casos citados acima são demonstrativos de que essas redes extrapolam o espaço profissional do jornalismo e interligam a atuação na imprensa a outros espaços, especialmente ao da política. Entre outras coisas, isso é demonstrativo de como o espaço de atuação jornalístico se construiu e ainda se constitui interligado a outros espaços de atuação e de como isso interfere no recrutamento e na carreira dos jornalistas. Tais casos, contudo, se ambientaram na região sudeste do Brasil, mas as características gerais da atividade jornalística retratadas através deles também se refletem nas demais regiões do país como veremos a seguir.

### **1.6.1 – A Consolidação da Atividade Jornalística em Sergipe**

Conforme apresentado acima, ao longo do século passado em algumas regiões do Brasil a atuação no jornalismo se consolidou através das vinculações com outras esferas, especialmente a da política, e pelo estabelecimento e mobilização de redes de relações que muitas vezes também extrapolam o espaço jornalístico. Em Sergipe isso não foi muito diferente, pois a análise da atividade jornalística praticada nesse estado também nos aponta para uma estreita relação entre atuação na imprensa e vinculações com o espaço político e/ou com outras esferas e para uma grande importância das redes de relações tecidas pelos jornalistas — na imprensa e/ou em outras esferas — para suas carreiras na imprensa local.

---

<sup>55</sup> Fonte: <[http://www.observatoriodaimprensa.com.br/entre-aspas/veja\\_32058/](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/entre-aspas/veja_32058/)>, acessado em 10 de julho de 2016.

Vários nomes que se destacaram na imprensa sergipana pelo tempo e pela ascensão profissional serviriam para exemplificar isso, dentre eles destacam-se Luiz Antônio Barreto e Bertulino Menezes.

Nascido em 1944 em Lagarto, interior de Sergipe, Luiz Antônio Barreto e sua família mudam-se para Aracaju em 1957. No ano seguinte, Barreto passa a estudar no Colégio Pio X onde conhece e se torna próximo do professor Jouberto Uchôa de Mendonça e edita o jornal escolar *Roteiro Estudantil*<sup>56</sup>. Em 1960, por intermédio do jornalista Juarez Ribeiro, o jovem Luiz Antônio Barreto é aceito como repórter no *Correio de Aracaju*. Neste impresso Barreto não se fixou por muito tempo, mas teceu uma rede de contatos no meio jornalístico aracajuano que o possibilitou atuar, nos sete anos seguintes, como repórter e/ou colaborador no *Gazeta de Sergipe* e nos jornais *Folha Popular*, *Sergipe Jornal* e *A Cruzada*<sup>57</sup>. Ainda no início da década de 1960, Luiz Antônio Barreto também se insere no movimento estudantil, no que resulta em sua prisão em 1964 por crime de subversão. Perseguido politicamente em Sergipe, em 1967 vai residir no Rio de Janeiro onde dá continuidade à sua atuação na imprensa publicando colaborações em jornais cariocas<sup>58</sup>. Retornando a Aracaju em 1971, Barreto ativa seus contatos e passa a atuar como editor no *Gazeta de Sergipe*, cargo que ocupa até 1973 quando é novamente enquadrado na Lei de Segurança Nacional e deixa o impresso. A partir de então, sua rede de relações dentro da imprensa e também no meio político passa a ser mais ativada: durante dois anos Barreto sobreviveu elaborando discursos e/ou prestando assessoria de comunicação para os deputados estaduais Guido Azevedo, Walter Cardoso e Djenal Queiroz, personagens que conheceu durante os anos que atuou como repórter para o *Gazeta de Sergipe* cobrindo a Assembleia Legislativa de Sergipe; além disso, nesse mesmo período Orlando Dantas (dono do *Gazeta de Sergipe*) lhe garantiu certa ajuda financeira para saldar algumas dívidas<sup>59</sup>.

A partir de meados da década de 1970, Luiz Antônio Barreto se insere mais fortemente no meio político ocupando sucessivos cargos de assessoria e secretariado em diversos órgãos e/ou níveis da administração estadual: entre 1975 e 1979 foi assessor cultural da Secretaria Estadual de Educação e Cultura no governo José Rollemberg Leite (1975-1979); já nas décadas seguintes, estabelecendo uma relação de proximidade com a família Franco, foi chefe da Subsecretaria Estadual de Cultura durante todo o governo Augusto do Prado Franco (1979-1982), assessor da presidência da Confederação Nacional da Indústria durante boa

---

<sup>56</sup> Fonte: <<http://www.jornaldacidade.net/osmario>>, acessado em 12 de julho de 2016.

<sup>57</sup> Fonte: <<http://www.basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>, acessado em 12 de julho de 2016.

<sup>58</sup> Fonte: <<http://www.jornaldacidade.net/osmario>>, acessado em 12 de julho de 2016.

<sup>59</sup> Idem.

parte dos anos em que Albano do Prado Franco foi seu presidente (1980-1994), Secretário de Estado da Educação e Cultura no governo Albano Franco (1995-2002) entre os anos de 1995 e 2000 e Diretor Cultural da Fundação Augusto Franco durante muitos anos<sup>60</sup>. Porém, sua inserção na esfera política não o fez afastar-se do jornalismo, pelo contrário, entre meados da década de 1970 até sua morte em 2012 Barreto ampliou sua atuação na imprensa e, para tanto, sua rede de relações dentro dos universos jornalístico e político muito contribuiu: sua proximidade com a família Franco, por exemplo, o levaram a ser Diretor de Jornalismo da TV Sergipe (pertencente à família Franco) em 1985<sup>61</sup> e a fazer constantes participações nas programações desta emissora de TV; já seus outros contatos no meio jornalístico o fizeram circular como colaborador e/ou colunista no *Gazeta de Sergipe* (até 2004), no *Jornal da Cidade* e no *Cinform* (esporadicamente), no *Jornal do Dia* (de 2005 até 2012) e no site de notícias *Infonet* (até 2012). Além disso, sua rede de contatos também o fez inserir-se em outros espaços como o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (a partir de 1972), a Academia Sergipana de Letras (a partir de 1979) e a Universidade Tiradentes (a partir de 2011) na condição de diretor do Instituto Tobias Barreto (instituto sediado nessa universidade graças às relações mantidas entre Barreto e seu reitor, Jouberto Uchôa, desde finais da década de 1950)<sup>62</sup>.

Outro nome que nos ajuda a entender o peso do desenvolvimento de uma rede de relações que permeia as esferas jornalística e política no conjunto dos recursos importantes para o desenvolvimento de uma carreira na imprensa é Bertulino José Lopes de Menezes. Bertulino Menezes nasceu em 1958 em Riachão do Dantas, interior de Sergipe, e é filho do político Napoleão de Menezes Alves<sup>63</sup>. Aprovado em concurso público para o Tribunal de Justiça de Sergipe, em 1981 Bertulino vem morar em Aracaju e pouco tempo depois passa a trabalhar na Secretaria de Comunicação da Prefeitura deste município, onde conhece e se torna próximo dos jornalistas e radialistas Carlos Fiel e Carlos Mota<sup>64</sup>. Pelas mãos desses amigos, em meados dos anos 1980 Bertulino se insere simultaneamente no jornalismo impresso, radiofônico e televisivo de Aracaju. Por volta de 1983/1984 Bertulino passa a colaborar no jornal *Tribuna de Aracaju*, mas ao mesmo tempo colaborava na redação da Rádio Cultura ao lado do amigo Carlos Fiel e, por indicação direta de Carlos Mota (principal

---

<sup>60</sup> Fonte: <<http://lagartonet.com/2012/04/17/morre-luiz-antonio-barreto-lamentavelmente/>>, acessado em 13 de julho de 2016.

<sup>61</sup> Fonte: <<http://www.redeglobo.globo.com/se/tvsergipe>>, acessado em 13 de julho de 2016.

<sup>62</sup> Fonte: <<http://www.grupominhaterraesergipe.blogspot.com.br>>, acessado em 13 de julho de 2016.

<sup>63</sup> Foi vereador por Riachão do Dantas-SE por seis legislaturas, vice-prefeito deste município e presidente do PSB (Partido Socialista Brasileiro), seção Sergipe.

<sup>64</sup> Fonte: <<http://www.jornaldacidade.net/noticia-leitura>>, acessado em 15 de julho de 2016.

diretor jornalístico do Grupo Atalaia de Comunicação, da família Franco, nas décadas de 1980 e 1990), também se torna Redator de Jornalismo da FM Sergipe (também pertencente a esta família). Pouco tempo depois, suas redes de relações o levam ao setor de jornalismo da TV Sergipe (também propriedade da família Franco): nesta emissora de TV foi produtor de pauta, chefe de reportagem, editor-chefe de programas jornalísticos como “Bom Dia Sergipe” e “Sergipe Notícias” e até assumiu, interinamente, sua Direção de Jornalismo em finais da década de 1980<sup>65</sup>.

Bertulino Menezes circulou e se destacou em empreendimentos jornalísticos dos Franco ao longo dos anos 1980 e isso se deveu, em grande medida, aos muitos contatos que pôde tecer em suas inserções na própria imprensa, mas também à relação de proximidade que pôde estabelecer com a família Franco. Tal relação de proximidade deriva da amizade mantida entre seu pai, Napoleão Menezes, e Augusto do Prado Franco, patriarca da família Franco<sup>66</sup>, e o ajudou a circular ainda mais nos empreendimentos jornalísticos dessa família até meados dos anos 2000. Nesse período, Bertulino foi Redator de Jornalismo das rádios Atalaia AM e Atalaia FM (finais da década de 1990 e primeira metade dos anos 2000), Editor-Chefe de Jornalismo da TV Atalaia (anos 1990) e colaborador do *Jornal Da Cidade* (anos 1990), todos pertencentes à família Franco<sup>67</sup>. Além disso, graças às suas inserções profissionais — na imprensa e no funcionalismo público — e às suas vinculações primárias com a política, Bertulino Menezes desenvolveu uma rede de relações que o permitiu se inserir também na política partidária. Inicialmente, Bertulino se inseriu em postos que marcam uma intersecção entre jornalismo e política como assessorias de comunicação de governos e/ou órgãos governamentais: entre finais dos anos 1980 e finais da década de 1990 Bertulino foi assessor da Secretaria de Comunicação do Estado de Sergipe e assessor de comunicação da CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale São Francisco), seção Sergipe. Posteriormente, ativando seus contatos políticos iniciados através da figura do seu pai e alimentados nas suas atuações jornalísticas e nos cargos públicos ocupados, Bertulino se insere nas disputas eleitorais. Nesse quesito, foi vereador por Aracaju entre 2010 e 2012, cargo que volta a ocupar a partir de 2015<sup>68</sup>.

Enfim, esses itinerários profissionais nos demonstram que a atuação na imprensa em Sergipe nas últimas cinco décadas seguiu o padrão traçado em outras regiões do país. A inserção e a atuação no jornalismo neste estado também tem nas redes de relações sociais um

<sup>65</sup> Fonte: <<http://www.basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>, acessado em 15 de julho de 2016.

<sup>66</sup> Fonte: <<http://www.jornaldacidade.net/periscopio-leitura>>, acessado em 15 de julho de 2016.

<sup>67</sup> Fonte: <<http://www.jornaldacidade.net/noticia-leitura>>, acessado em 15 de julho de 2016.

<sup>68</sup> Fonte: <<http://www.infonet.com.br/politica>>, acessado em 16 de julho de 2016.

de seus principais balizadores. Redes tecidas no espaço jornalístico e que também permeiam outros universos, especialmente o da política partidária, e que agem como recurso importante para a inserção e os posicionamentos na imprensa local.

### **1.7 – Jornalismo: uma atividade, múltiplos pertencimentos**

Os dados apresentados e analisados ao longo deste capítulo permitem demonstrar como o jornalismo no Brasil se estabeleceu tendo como característica básica as vinculações com outras esferas. E dentro desse quadro o exercício da atividade jornalística se consolidou pela inserção em esferas variadas e, sobretudo, pela formação de uma rede de relações sociais dentro da imprensa, mas que extrapola este universo e se estende a outros espaços sociais, especialmente ao da política. Isso pode ser percebido através das carreiras dos jornalistas e das relações estabelecidas por estes com outras esferas sociais em diferentes momentos.

A virada do século XIX para o XX representa um marco importante para entendermos a configuração do jornalismo no Brasil até os dias de hoje. Como vimos, até esse momento a atividade jornalística era quase que exclusivamente exercida por personagens das esferas da política, da literatura e da intelectualidade — geralmente personagens que transitavam entre essas esferas — que faziam da atuação na imprensa uma atividade secundária em suas vidas. Conquanto, nesse mesmo momento uma série de mudanças — implementação de inovações técnicas que aumentaram a capacidade de impressão, formação de um mercado de serviços jornalísticos, introdução de novos tipos de textos nos jornais (como a reportagem), exigência de uma maior dedicação à atividade jornalística para algumas funções (como a do repórter e a do cartunista) — vai transformando os impressos em empresas e acaba alargando as possibilidades de atuação na imprensa. Como bem assinala Ribeiro (2003), até as décadas de 1930 e 1940 jornalismo, política e literatura se confundiam no Brasil e os jornais continuavam sendo, predominantemente, suportes para a atuação de políticos, escritores e/ou intelectuais. No entanto, as mudanças pelas quais passaram o jornalismo brasileiro nessa época e que possibilitaram o surgimento do jornalismo empresa acabaram transformando as condições de atuação nos jornais e criando novas hierarquizações no interior dos impressos e da própria imprensa. Ao mesmo tempo em que políticos, escritores e intelectuais passam a dividir espaço com os primeiros jornalistas profissionais (aqueles que têm no jornalismo sua atividade principal) que começam a surgir vão se firmando lógicas para a inserção e, principalmente, para os posicionamentos nas estruturas dos jornais e da imprensa. Nesse sentido, a condição

de jornalista, as inserções nos jornais e, especialmente, a ocupação das posições de direção e/ou de prestígio no jornalismo passam a ser ditadas pela maior ou menor detenção dos recursos sociais que estão na base da constituição do jornalismo brasileiro, especialmente as redes de relações sociais que interligam esferas variadas.

Para ser mais claro, se o espaço e a atividade jornalística no Brasil se constituíram e se estruturaram entorno da atuação de personagens inseridos em outras esferas — política, literária, intelectual — as lógicas dessa imprensa também guardam em seu cerne as influências desse multipertencimento. As características, o que era veiculado e as habilidades que deveriam possuir os produtores desse jornalismo derivavam diretamente das inserções e das características dos seus “fundadores”. Do mesmo modo, os princípios de inserção, posicionamento e prestígio nessa imprensa também foram estabelecidos mediante relações com essas esferas: recursos políticos, atuações literárias e intelectuais. Conquanto, no conjunto das características e dos recursos básicos que foram estabelecidos para a atuação no jornalismo brasileiro da virada do século XIX para o XX destacam-se as redes de relações sociais. Se os impressos de até meados do século passado eram fundados e/ou dirigidos por políticos, intelectuais e/ou escritores, para atuarem ao seu lado estes geralmente recrutavam colaboradores em suas esferas de atuação e círculos de amizade. Além disso, considerando a efemeridade e volatilidade da grande maioria desses jornais, era muito comum um praticante do jornalismo migrar de um impresso para outro ou mesmo atuar em mais de um veículo noticioso ao mesmo tempo. Tudo isso alimentava a constituição de uma rede de relações sociais que permeava esferas diversas e interligava os praticantes do jornalismo a outros espaços de atuação, fazendo-os essencialmente personagens multiposicionados.

Um segundo momento importante para entendermos a constituição da imprensa no Brasil é aquele de meados do século passado (décadas de 1940, 1950 e 1960). Esse curto período marca uma transição mais efetiva do jornalismo político-literário e amador para o empresarial e profissional (RIBEIRO, 2003). Num contexto marcado pelo desenvolvimento da indústria cultural no país, pela incorporação de um conjunto de práticas discursivas desenvolvidas na imprensa norte-americana, pelo surgimento dos primeiros cursos de jornalismo e pela prevalência do enfoque empresarial sobre as determinações políticas nos impressos, o jornalismo no Brasil foi adquirindo certa autonomia. Se até inícios do século XX as inserções na imprensa não representavam uma atividade fim, mas uma ocupação provisória e/ou secundária desenvolvida por quem geralmente buscava ocupar postos destacados em outras esferas (RIBEIRO, 2003; PETRARCA, 2007), em meados do século algumas transformações estruturais na imprensa somadas a redefinições no sentido dado às práticas

jornalísticas acabaram por tornar possível o desenvolvimento de uma carreira como jornalista profissional.

Os anos 1950 marcaram (...) o processo de profissionalização da imprensa. O aumento dos salários permitiu que o jornalismo deixasse de ser um bico, uma ocupação provisória, e que os jornalistas fossem adquirindo um sentido de categoria profissional diferenciada da dos literatos e da dos políticos. Aos poucos foi desaparecendo também a figura do aventureiro, que fazia do jornalismo apenas um lugar de reconhecimento ou que buscava no jornal a possibilidade de ascensão social através de negociatas, suborno e chantagem (RIBEIRO, 2003, p. 152).

De forma mais concreta, a partir das décadas centrais do século passado a transformação da notícia em um produto a ser vendido, as lógicas empresariais de gestão (em detrimento das lógicas políticas), a divisão de funções (repórter, redator, diagramador, editor, diretor jornalístico, diretor financeiro, entre outras), as exigências por uma dedicação maior ou integral às atividades jornalísticas e o melhoramento das retribuições financeiras por este trabalho passaram a ser a regra e não mais a exceção na maioria dos veículos informativos do Brasil. Como resultado, esse longo processo transformou uma atividade inicialmente secundária e sem parâmetros próprios em uma nova profissão: a do jornalista.

Porém, vale frisar que apesar de todas essas mudanças estruturais na imprensa que, entre outras coisas, possibilitaram a profissionalização da atividade jornalística, o espaço da imprensa e a própria profissão jornalística continuam intimamente ligados a outras esferas de atuação, especialmente a da política, através das redes de relações pessoais daqueles que lhes dão vida. Isso pôde ser visto através dos diversos dados aqui levantados e, principalmente, a partir do caso sergipano. Como vimos, durante a segunda metade do século XX, e até os dias de hoje, as ligações entre o jornalismo e o universo político em Sergipe continuaram contundentes e incidindo diretamente sobre as carreiras dos jornalistas. De maneira geral, ao longo do século passado a atuação no jornalismo em diferentes partes do Brasil se consolidou através das vinculações com outras esferas e pelo estabelecimento e mobilização de redes de relações pessoais que extrapolam o espaço da imprensa. De maneira mais específica, a análise do jornalismo em Sergipe demonstrou a estreita relação existente entre a atuação na imprensa e as vinculações com o espaço da política e o peso das redes de relações pessoais tecidas pelos jornalistas — que os interligam entre si, mas também ao espaço da política e a outros universos sociais — para o desenvolvimento de uma carreira na imprensa local.

Na verdade, a própria forma como historicamente a atividade jornalística se constituiu no Brasil, e em Sergipe especificamente, fez com que as vinculações com o universo político

se configurassem como uma fonte de recursos para a atuação na imprensa. Em contrapartida, esse mesmo processo também agiu no sentido inverso e tornou as inserções jornalísticas fontes de recursos convertíveis para a atuação na esfera da política (ocupação de cargos eletivos, cargos comissionados ou postos administrativos em governos). Ou seja, extrapolando fronteiras, as redes de relações pessoais se configuram como um elemento interligador de esferas passível de ser acionado em diversas situações, especialmente no que diz respeito às inserções e atuações no jornalismo.

Enfim, as discussões empreendidas ao longo desse capítulo permitem afirmar que a atividade jornalística se consolidou tendo como característica a interligação com outras esferas através das redes de relações pessoais de seus praticantes. Tratando especificamente do caso sergipano, essas discussões permitiram demonstrar que essa interligação torna fundamentais os recursos oriundos dessas esferas (especialmente a da política) para a atuação e para o desenvolvimento de uma carreira na imprensa deste estado. Além disso, pudemos perceber que o jornalismo também se afirmou como uma atividade que permite aos seus praticantes a arrecadação de recursos variados e passíveis de serem convertidos para inserções em outros espaços. Inserções estas que se valem da dupla função desempenhada pelas redes de relações pessoais dos jornalistas que, ao mesmo tempo em que interligam o universo da imprensa a outras esferas de atuação se expandem a cada nova inserção potencializando as possibilidades de atuação no jornalismo. Ou seja, tratar de jornalismo é pensar em uma atividade caracterizada pelo multipertencimento, pelas estreitas vinculações com a esfera política e pautada pelo amplo poder desempenhado pelas redes de relações pessoais tecidas especialmente a partir das inserções na própria imprensa e no espaço da política.

## **CAPÍTULO II**

### **As Redes de Relações como Característica do Espaço da Imprensa**

No capítulo I desta tese nos dedicamos a uma análise explanatória acerca da constituição histórico-social do jornalismo e da profissão jornalística para compreender o processo de construção desta atividade e suas principais características atuais. Nessa primeira etapa, o recorte central se deu basicamente sobre aqueles que deram vida à profissão jornalística: os jornalistas. Já neste capítulo nos dedicamos a entender melhor o espaço de atuação jornalístico a partir dos suportes/veículos noticiosos. Tal exercício se faz importante na medida em que permite uma melhor compreensão acerca das principais características e lógicas do universo da imprensa e de como estas permitem ou até coatuam na produção das diversas possibilidades de carreiras no próprio jornalismo.

Numa primeira etapa, tratamos do processo de constituição/ampliação do espaço de atuação jornalístico. Através desse esforço, demonstramos as principais transformações pelas quais passaram os veículos noticiosos impressos ao longo do tempo e como outros suportes comunicacionais (como o rádio, a televisão e a Internet) se constituíram como importantes suportes para a atuação jornalística. Nesse sentido, foi demonstrado como o modelo empresa foi aos poucos substituindo os veículos noticiosos político-panfletários até se transformar no padrão dominante no jornalismo brasileiro na segunda metade do século XX. Entre outras coisas, essa análise nos levou a perceber como ao longo de todo o seu processo de estruturação a imprensa se relacionou com outras esferas, especialmente a da política. Trata-se de relações de cunho pessoal estabelecidas entre os donos/gestores de veículos noticiosos e governantes e/ou outros integrantes do meio político-governamental que até os dias de hoje permeiam o jornalismo no Brasil.

Numa segunda etapa, e se dedicando diretamente à realidade empírica em Sergipe, trouxemos novos dados sobre as relações entre imprensa e outras esferas. Primeiramente traçamos um mapa dos principais veículos noticiosos em operação no estado e seus respectivos proprietários/controladores. A partir disso, demonstramos a ampla ligação entre as esferas política e jornalística em Sergipe, na medida em que a grande maioria dos veículos noticiosos locais pertence ou é controlada por integrantes do meio político-partidário. Em seguida, nos dedicando às interações sociais dos gestores/donos desses veículos noticiosos, foi possível demonstrar que a imprensa sergipana se liga não somente à esfera política, mas também a outros espaços de atuação como o empresarial, o jurídico, o associativo, entre

outros. Dentre as formas/indicadores dessas ligações o mais perceptível foram, novamente, as relações/interações pessoais estabelecidas entre os donos/gestores dos veículos noticiosos e políticos, governantes, autoridades jurídicas, empresários, dirigentes associativos.

Por fim, a ideia aqui é nos permitir perceber que o espaço da imprensa tem como uma de suas características principais manter relações com outras esferas de atuação e que tais relações se materializam, em grande medida, através das vinculações e/ou redes de relações tecidas por integrantes do meio jornalístico, especialmente os que ocupam posição de gestão.

## 2.1 – Do Espaço da Imprensa

Como vimos no capítulo I desta tese, durante o século XIX o desenvolvimento do jornalismo brasileiro teve como seus principais agentes grupos, partidos e/ou personagens políticos que criavam, dirigiam e/ou financiavam impressos fazendo-os instrumentos de afirmação e de competição política (SODRÉ, 1999; RIBEIRO, 2003; LUSTOSA, 2000; PETRARCA, 2007). Tratava-se de um jornalismo militante e amador materializado por jornais de estrutura simples, efêmeros e de baixa circulação. Em maior ou menor grau, esse era o modelo característico da imprensa praticada em todas as partes do Brasil até a proclamação da República. A partir de finais do século XIX, no entanto, começam a se desenvolver nos grandes centros populacionais do país (especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo) o que Sodré (1999, p. 275) chamou de “grande imprensa”, ou melhor, impressos de grande circulação e administrados como empresas. A “grande imprensa” conviveu com os “pequenos jornais” políticos até meados do século XX, quando uma associação de fatores se conjugou fazendo das lógicas empresariais a regra no jornalismo brasileiro. Para ser mais específico, entre as décadas de 1940 e 1960 os jornais de estrutura simples, sustentados por personagens ou grupos políticos e voltados para as lutas pelo poder vão perdendo espaço nas diversas partes do país e vão sendo substituídos por empresas jornalísticas (de pequeno ou grande porte) voltadas, basicamente, para o lucro monetário<sup>69</sup>.

---

<sup>69</sup> Vale ressaltar, contudo, que durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) um fenômeno conhecido como “imprensa alternativa” ou “imprensa nanica” destoou desse modelo. Trata-se de um conjunto vasto de impressos, geralmente de baixa circulação e duração efêmera, que se desenvolveu ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980 em várias partes do país e cuja tônica era a crítica política. Segundo Kucinski (2003), a “imprensa alternativa” era intimamente ligada às organizações políticas de esquerda do período e assumiu um papel importante de crítica e de oposição ao regime militar. Apesar de alguns desses impressos terem alcançado tiragens elevadas, como *O Pasquim*, por exemplo, suas principais razões de existência estavam na atuação política declarada e não no lucro monetário.

Vale ressaltar, contudo, que esse processo de transformação da imprensa que a fez assumir um perfil predominantemente empresarial em meados do século passado não diz respeito apenas aos veículos noticiosos impressos, mas também a outros segmentos da mídia que estavam se consolidando no país por essa mesma época: o rádio e a televisão. É bem verdade que o rádio e a televisão não surgiram voltados para o jornalismo e nem o são assim nos dias de hoje, mas com o passar do tempo esses dois veículos de comunicação foram ampliando sua participação no mercado da informação e hoje representam uma parcela significativa do espaço de atuação jornalístico<sup>70</sup>. Com relação ao rádio, ele foi implantado no Brasil ainda nos anos 1920 e operou de forma amadora até a década seguinte, quando a liberação da publicidade privada e o crescimento da audiência o fizeram assumir caráter comercial (BARROS, 2011). A partir de então vários empresários, sobretudo os do ramo do jornalismo impresso, passaram a investir também em radiodifusão criando diversas emissoras de rádio no país entre as décadas de 1930 e 1940. De forma mais específica, o rádio só se consolida no Brasil quando as empresas de mídia existentes diversificam suas atuações investindo na radiodifusão. Com relação à TV, ela já surge como empresa e é implantada no Brasil justamente como mais um ramo de empreendimentos levado a cabo por grandes empresários de mídia. Entre as décadas de 1950 e 1960, várias emissoras de TV foram criadas no país por conglomerados de mídia já estabelecidos — *TV Tupi* (1950), *TV Record* (1953), *TV Rio* (1955), *TV Excelsior* (1960), *TV Globo* (1965), *TV Bandeirantes* (1967), *TV Cultura* (1969), dentre outras —, especialmente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo (PATERNOSTRO, 1999). Enfim, o rádio, a televisão e a imprensa só se consolidam no país quando se constituem enquanto empresas de mídia regidas pelas lógicas comerciais.

Por fim, resta-nos ainda tratar da Internet como suporte para veículos noticiosos. Semelhante ao ocorrido com a televisão, o jornalismo digital foi implantado e se desenvolveu no país através dos investimentos feitos pelas grandes empresas de mídia (FERRARI, 2008). Os primeiros veículos noticiosos brasileiros com circulação na rede mundial de computadores foram versões eletrônicas do *Jornal do Brasil*, de *O Globo* e da *Agência Estado* criadas entre 1995 e 1996. Nos anos seguintes, sobretudo a partir dos anos 2000, vários jornais, revistas e emissoras de TV e de rádio também criaram suportes jornalísticos na Internet, sendo que alguns extinguiram outras versões e passaram a circular exclusivamente no meio digital. Mais recentemente, com aumento do acesso às tecnologias da informação, as pequenas empresas

---

<sup>70</sup> Segundo Barros (2011), desde os anos 1930 algumas emissoras de rádio já possuem programas jornalísticos, mas o rádio só começa a se apresentar como uma segunda possibilidade de atuação para os jornalistas nas décadas de 1940 e 1950. Com relação à televisão, ela já nasce abrindo espaço para o jornalismo, mas é nas décadas de 1970 e 1980 que o telejornalismo se consolida no Brasil (SECCHIN, 2007).

jornalísticas também passaram a criar versões eletrônicas de suas publicações (isso sem falar nos inúmeros *sites*, *blogs* e portais “jornalísticos” pessoais ou de grupos informais que hoje circulam na Internet), mesmo assim, as grandes organizações de mídia dominam o universo do jornalismo digital no Brasil.

De maneira mais específica, esse rápido levantamento histórico das principais características do conjunto dos veículos noticiosos no Brasil desde os anos 1800 nos permite dividir o processo de constituição do universo da imprensa brasileira em três fases principais. A primeira é aquela que vai do surgimento do jornalismo no país até finais do século XIX. Essa fase ficou marcada pelos impressos de estrutura simples, efêmeros e voltados para as lutas políticas, de modo que a imprensa ainda não reunia condições para a profissionalização dos jornalistas. A segunda é aquela que vai de finais do século XIX a meados do XX. Essa fase ficou caracterizada pelo surgimento e desenvolvimento das empresas de mídia que, voltadas para o lucro, deram início a um distanciamento entre a imprensa e outras esferas de atuação como a da política, por exemplo. Por fim, a terceira fase é aquela que se inicia nas décadas de 1950 e 1960 e vem até os dias atuais. Ela é caracterizada pela gradativa consolidação do jornalismo empresa, e voltado para o lucro, por todo o país em seus diversos suportes (impressos, rádio, TV e Internet). De maneira geral, foi nessas duas últimas fases que a imprensa se estruturou proporcionando condições para a profissionalização do jornalismo e dando certa autonomia para o espaço da imprensa. No entanto, será que as vinculações do jornalismo com outras esferas de atuação perderam mesmo sua importância ao longo do tempo? Quais as dinâmicas e lógicas desse jornalismo empresa que se constituiu ao longo do último século? Enfim, é sobre as principais características desses dois últimos momentos da imprensa no Brasil — o de finais do século XIX a meados do XX e o das décadas de 1950 e 1960 até os dias de hoje — que nos deteremos a seguir.

### **2.1.1 – A “Grande Imprensa”**

A virada do século XIX para o XX no Brasil é caracterizada pelo crescimento das cidades, e junto com as cidades cresce também a necessidade por informação que se transforma em mercadoria. A partir desse momento, as populações urbanas passam a necessitar crescentemente de informação para o trabalho, para o consumo e até para o lazer. É nesse contexto, e para atender melhor o público desses núcleos urbanos em crescimento, que se desenvolvem no país as empresas jornalísticas ou a “grande imprensa” (SODRÉ, 1999).

Essa nova modalidade de impressos não estava mais tão submissa aos interesses e ao financiamento dos grupos ou personagens políticos como era comum até então, eles passaram a ser estruturados como empresas de mídia divididas em setores de trabalho, dotadas de pessoal formalmente contratado para o exercício das diversas funções jornalísticas e sustentadas por fontes variadas (anúncios, assinaturas, venda avulsa dos exemplares, entre outras) (BARBOSA, 2000). Nessas circunstâncias abre-se a possibilidade para se viver do jornalismo, seja como jornalista-funcionário, seja como jornalista-sócio-proprietário. Ou seja, o jornalismo começa a se destacar enquanto um novo ramo de atividade que, aos poucos, está ganhando autonomia com relação aos espaços da política e da literatura. Vale ressaltar, no entanto, que esse processo só foi característico das grandes cidades do país, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo. Nas pequenas e médias cidades, e até na maioria das capitais dos estados, o jornalismo como empreendimento eminentemente político continuaria sendo a regra até pelo menos as décadas de 1940 e 1950.

Diferentemente dos pequenos jornais políticos de estrutura simples e baixa circulação, os integrantes da “grande imprensa” passaram a buscar a autossustentação e o lucro monetário e, para isso, desenvolveram estratégias de aproximação e ampliação do público leitor. Publicavam material variado (literatura, reportagens, resultados do “jogo do bicho”<sup>71</sup>), das corridas de cavalo, anúncios de emprego, notícias dos cordões ou blocos carnavalescos, entre outros) e isso aglutinava um público grande e diversificado de leitores o que, conseqüentemente, possibilitava auferir ganhos tanto com a cobrança pelos anúncios quanto pela venda dos exemplares (BARBOSA, 2000). Na década de 1890, por exemplo, a *Gazeta de Notícias* da cidade do Rio de Janeiro possuía uma tiragem diária de 35 mil exemplares que eram vendidos a 40 réis a unidade e a assinatura anual a 12.000 réis, já na década seguinte o mesmo jornal passaria a uma tiragem de 40 mil exemplares que eram vendidos a 100 réis cada (BARBOSA, 2007). Já com relação aos anúncios, estes poderiam ser comerciais (remédios, palitos de fósforo, cigarros, compra de ouro, entre outros) ou publicações dos atos oficiais dos governos (municipal, estadual e federal) e representavam uma segunda fonte de receitas, pois um pequeno anúncio chegava a custar até 150 réis. Por fim, a título de exemplo, em meados da década de 1890 o *Jornal do Comércio*, também da cidade do Rio de Janeiro, possuía um lucro anual em torno de 300 mil contos de réis (BARBOSA, 1997).

---

<sup>71</sup> O jogo do bicho é uma bolsa de apostas cujas séries numéricas são associadas a animais (25 no total). Diferentemente de outras formas de loteria, nesse modelo pode-se apostar qualquer valor e o possível prêmio é proporcional ao valor apostado. Tal loteria surgiu na cidade do Rio de Janeiro na década de 1890 e rapidamente ganhou muitos praticantes, especialmente entre os mais pobres. Atualmente tal jogo é considerado uma contravenção penal no Brasil, mas mesmo assim continua a ser praticado em larga escala em todo o país.

Com relação à propriedade, os impressos da “grande imprensa” pertenciam a empresários, integrantes das elites rurais ou grupos corporativos formados por jornalistas, donos dos prédios onde se instalavam os impressos, industriais gráficos, altos funcionários públicos, banqueiros, investidores, entre outros, com ou sem inserção na política partidária. O jornal *O Paiz*, por exemplo, foi fundado em 1884 na cidade do Rio de Janeiro por Quintino Bocaiuva e Rui Barbosa (dois personagens com amplas experiências no jornalismo e na política carioca), mas todo o capital e a estrutura física pertenciam ao comerciante João José dos Reis Júnior, o conde de São Salvador de Matosinhos (CASTILHO, 2013). Em 1891 o conde de Matosinhos se desfaz do jornal que passa para a propriedade da “Sociedade Anônima O Paíz”, cujo maior acionista era o empresário Pedro de Almeida Godinho. Em 1902 há uma reorganização na sociedade que detém o *O Paíz* e outros nomes, como João Laje (personagem com destacada experiência na imprensa), passam a integrá-la. Em 1904 João Laje se associa ao banqueiro Franklin Sampaio e, juntos, compram a “Sociedade Anônima O Paíz” e detém este impresso até seu fechamento definitivo em 1934 (CASTILHO, 2013). Outro exemplo pode ser o também carioca *Jornal do Brasil*. Em 1906, este impresso foi adquirido por uma sociedade anônima comandada pelos empresários Carvalho de Moraes e Ernesto Pereira Carneiro, o Conde Pereira Carneiro (SODRÉ, 1999). Em 1918, o *Jornal do Brasil* passa totalmente para as mãos do Conde Pereira Carneiro — grande empresário que também se enveredou brevemente na política sendo deputado federal por dois mandatos (1933-1935; 1935-1937) — que o detém até sua morte em 1954 (FERREIRA, 2008). Outro exemplo ainda pode ser a *Gazeta de Notícias*, também do Rio de Janeiro. Em 1890, esse jornal é adquirido por uma sociedade anônima cujo maior acionista era o empresário Salvador Santos que o detém até 1923. Neste mesmo ano, a *Gazeta de Notícias* é adquirida pelo empresário e jornalista Vladimir Bernardes que, além de proprietário, foi também seu diretor até 1949<sup>72</sup>. Neste ano, o jornal muda novamente de dono e é adquirido pelos empresários Amberê Santinho e Benjamim Rangel que dão segmento à administração do impresso<sup>73</sup>.

Com relação ao comando desses impressos, contudo, vale ressaltar duas coisas. Primeiro, a direção jornalística (coordenação dos conteúdos e dos posicionamentos do impresso frente aos temas de ordem política, econômica e social) dessas folhas geralmente não ficava a cargo dos seus empreendedores, mas nas mãos de atores multiposicionados que se inseriam no jornalismo, na política e em outros universos sociais ao mesmo tempo. Segundo, tanto os sócios-proprietários quanto os diretores jornalísticos desses impressos

---

<sup>72</sup> Fonte: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>, acessado em 15 de agosto de 2016.

<sup>73</sup> Idem.

muitas das vezes estabeleciam relações com gestores públicos e/ou com grupos políticos que orientavam o posicionamento do jornal quase sempre em troca de retribuições financeiras. Ou seja, esse novo modelo de jornalismo, o empresarial, não se desliga do universo político, mas se reacomoda a ele. Ou melhor, a “grande imprensa” continuou mantendo uma relação íntima com as forças políticas, porém, deixou de ser um instrumento mantido e direcionado quase que exclusivamente aos interesses de partidos e de personagens políticos para se voltar mais aos interesses econômicos e ao público leitor.

As vinculações dos donos e/ou dos gestores dos jornais com integrantes do jogo político-partidário eram quase uma regra de sobrevivência para a “grande imprensa” nas primeiras décadas de seu desenvolvimento. Mesmo se constituindo em empresas de grande faturamento, esses impressos dependiam dos empréstimos, dos privilégios e de outras benesses do poder público para se manter, e isso interferia fortemente no que era veiculado (BARBOSA, 2000, p. 148). Para Barbosa (1997), a ampla circulação dos impressos da “grande imprensa” e o papel assumido por eles no imaginário popular garantiam-lhes o poder de expressar conceitos, opiniões e unificar discursos entre a população. Diante disso, entre finais do século XIX e meados do XX as relações mantidas entre a “grande imprensa” e os grupos políticos atingiam os dois extremos: de um lado, o “ferrenho oposicionismo”, de outro, o “extremo servilismo” (SODRÉ, 1999, p. 278). Por sua vez, esse poder persuasivo da imprensa estava na base das relações estabelecidas entre os donos/gestores dos veículos de informação e os grupos políticos, pois estes últimos tinham grande interesse em mobilizar esse poder midiático a seu favor e o faziam. Segundo Sodré (1999, p. 277), até meados do século XX a “compra da opinião da [grande] imprensa pelo governo era uma rotina”, e isso era feito à custa de financiamentos pelo Tesouro Nacional, dos recursos que os governos direcionavam aos impressos na forma de contratos de publicação dos atos governamentais, das subvenções financeiras pontuais e dos acordos diretos com os donos/gestores desses jornais. Vejamos a fala de Samuel Wainer a seguir.

Como os recursos obtidos com as vendas em bancas e assinaturas eram insuficientes, os meios de comunicação precisavam valer-se de outras fontes de renda, utilizando como moeda de troca seu peso junto à opinião pública. Graças a esse trunfo, os barões da imprensa sempre mantiveram relações especiais com o governo, que tanto lhes prestava favores diretos como beneficiava seus amigos – amigos que sabiam retribuir a ajuda recebida. Para assegurar o apoio dos meios de comunicação, ou ao menos evitar que lhe fizessem oposição frontal, o governo contemplava jornais e revistas com isenções fiscais, facilidades para a importação de papel (...) anúncios. (WAINER, 1987, p. 224).

Esse excerto é uma fala de Samuel Wainer, dono do jornal *Última Hora* (1951-1971), acerca das relações mantidas entre donos/gestores de impressos e governos e/ou grupos políticos no período em questão. Para deixar essas relações ainda mais claras tomaremos como exemplos os casos do impresso carioca *O País* e da rede *Diários Associados*. Com relação ao *O País*, este impresso se caracterizou pelo seu governismo, especialmente durante o período em que João Laje era seu diretor (1904-1925). Enquanto esteve à frente do *O País*, Laje usou este impresso para apoiar todos os governos que se sucederam na presidência da república e em troca recebia “negócios que proporcionam dinheiro — negócios de Estado” (SODRÉ, 1999, p. 278). No romance “Numa e a Ninfa” de 1917, Lima Barreto afirma que João Laje tipificou o jornalista corrupto, aquele que recebia benefícios financeiros em troca da posição do jornal. Para ser mais específico, João Laje estabelecia relações diretas e pessoais com “os poderosos da indústria, do comércio, da política e dos negócios”: aos gestores públicos oferecia o apoio do seu jornal e em troca pedia vantagens econômicas (SODRÉ, 1999). Exemplo disso pode ser a própria entrada de João Laje na sociedade detentora de *O País* a partir de 1904: sem dispor de recursos próprios para tal investimento, Laje recorreu ao então presidente da república Rodrigues Alves, com quem mantinha boas relações, e costurou um empréstimo junto ao Tesouro Nacional oferecendo o apoio do jornal ao seu governo (SODRÉ, 1999).

Com relação aos *Diários Associados*, cabe destacar que se trata de uma rede de empresas de mídia que se desenvolveu entorno da figura de Francisco de Assis Chateaubriand a partir de 1924. Nascido no estado da Paraíba em 1892 e formado em direito, Assis Chateaubriand se transfere para o Rio de Janeiro em meados da década de 1910, onde passa a atuar na advocacia e na imprensa<sup>74</sup>. Nessa cidade, passa a estabelecer e ampliar uma vasta rede de contatos e de amigos pessoais que marcaria a sua vida e serviria de estrado para sua carreira como empreendedor do ramo de comunicação. Em suas investidas, Chateaubriand se aproxima de nomes como Eptácio Pessoa (presidente da república entre 1919 e 1922), Edmundo Bittencourt (diretor-proprietário do *Correio da Manhã*), Júlio de Mesquita (diretor-proprietário de *O Estado de São Paulo*) e ainda se torna amigo pessoal do dono do *Jornal do Brasil*, o conde Ernesto Pereira Carneiro, que em 1920 o convida para ser redator-chefe do seu impresso (MORAIS, 1994, p. 120). Chateaubriand aceita o convite, mas poucos meses depois larga o posto para voltar a trabalhar como advogado: sua intenção era conseguir contatos e dinheiro que o possibilitassem ser dono do seu próprio jornal.

---

<sup>74</sup> Fonte: <<http://www.fgv.br/cpdac/acervo/arquivo>>, acessado em 10 de setembro de 2016.

A decisão fazia parte de uma estratégia: ao retomar a profissão de advogado, que tinha sido a sua “alavanca” ao chegar ao Rio, Chateaubriand pretendia dar passos decisivos na realização de seu antigo sonho de ter o próprio jornal. Com essa ideia fixa na cabeça ele passou os três anos seguintes acumulando relações e dinheiro. Uma vez que cavar dinheiro parecia cada dia mais difícil, investia na ampliação de seu cartel de amizades influentes — uma maneira um pouco mais lenta de se chegar ao que lhe interessava. (MORAIS, 1994, p. 120).

Atuando na advocacia na capital federal, Chateaubriand estabeleceu amizades pessoais com Alfredo Pujol (advogado atuante e personagem com destacada atuação na política e no jornalismo)<sup>75</sup>, com os ricos industriais Francisco Matarazzo, Sílvio Álvares Penteadó e Oliva Egídio de Souza Aranha, com Alexander Mackenzie e Percival Farquhar (fundadores e diretores da “Rio de Janeiro Light & Power”<sup>76</sup>) e com outros tantos empresários paulistas e fluminenses (MORAIS, 1994, p. 122). Segundo Moraes (1994), enquanto o dinheiro para a aquisição do seu próprio jornal não vinha, Chateaubriand ia “engordando o rol de amigos influentes” através da atuação na advocacia. Tanto que, “Em 1924 Chateaubriand tinha acumulado enorme prestígio (...) e era inegavelmente uma figura influente entre políticos e empresários” (MORAIS, 1994, p. 134). Neste mesmo ano, Chateaubriand aciona sua extensa rede de relações e adquire o impresso *O Jornal* por 6.000 contos de réis mesmo sem dispor nem de um décimo desse valor. Para tanto, Chateaubriand fez valer dinheiro as amizades e os contatos que cultivara: deu 1.500 contos de réis de entrada adquiridos mediante empréstimo fiado pelos amigos Júlio de Mesquita e Alfredo Pujol e parcelou o restante em quinze mensalidades confiando que com tantos “amigos” não teria dificuldades de honrá-las (MORAIS, 1994, p. 138).

**Chateaubriand entendeu que era chegada a hora de começar a gastar o abstrato capital que tão cuidadosamente acumulara durante uma década no Rio e em São Paulo: as amizades.** (...) Mas não era do seu temperamento simplesmente “pedir dinheiro” aos incontáveis amigos influentes que fizera desde 1915. Ainda sem ser dono de nada, mas sentindo que *O Jornal* estava praticamente ao alcance da mão, saiu em campo vendendo ações de uma imaginária Sociedade Anônima *O Jornal*, que só existia na sua cabeça. Na primeira porta em que bateu o resultado foi animador: Raoul Dunlop não só garantiu a “compra” de cinquenta contos em ações como ainda se comprometeu a arranjar mais um grupo de “acionistas” no Rio. Na segunda, melhor ainda. O poderoso empresário carioca Guilherme Guinle, presidente da Companhia Docas de Santos, “subscreveu” 150 contos do capital da futura

<sup>75</sup> Foi deputado estadual por São Paulo por sucessivos mandatos de 1892 até 1915 e secretário do governo deste mesmo estado entre 1894-1896, foi membro da Academia Paulista de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e escreveu ara alguns jornais paulistas e cariocas do seu tempo.

<sup>76</sup> Essa companhia unificou várias concessões de serviços públicos do Rio de Janeiro relativas ao transporte por bondes, à iluminação a gás e à energia hidrelétrica.

empresa. (...) em São Paulo (...) O conde Sílvio Álvares Penteado ficou com cinquenta contos (...), o conde Asdrúbal do Nascimento, presidente da Cervejaria Antártica, desembolsou 110 contos. José Carlos de Macedo Soares, presidente da Associação Comercial de São Paulo, mais cinquenta contos. (MORAIS, 1994, p. 138, grifo nosso).

Após adquirir seu primeiro jornal Assis Chateaubriand continuou cultivando um vasto conjunto de vínculos e amizades com políticos, empresários e jornalistas, contatos estes que lhes foram muito importantes no seu crescimento como empresário do ramo de comunicação. Em 1927, por exemplo, foi com o auxílio de Getúlio Vargas, então Ministro da Fazenda, que Chateaubriand obteve boa parte do capital para a fundação da revista *O Cruzeiro*<sup>77</sup>. Três anos depois, e apoiando com seus jornais a investidura de Vargas à presidência do Brasil, foi a vez de obter recursos para a fundação de outros três impressos (*O Estado de Minas*, em Belo Horizonte, *Diário de São Paulo*, na capital paulista e *Diário da Noite*, no Rio de Janeiro). Já nos anos seguintes, e agora apoiando o governo instituído por Vargas (1930-1945), Chateaubriand conseguiu importantes contratos de publicidade e vultosos empréstimos junto à Caixa Econômica Federal para investir na rede *Diários Associados* e a transformar no maior conglomerado de mídia do Brasil nos anos 1940 e 1950<sup>78</sup>. Anos depois, nas eleições presidenciais de 1955, Chateaubriand usou seu poder midiático para apoiar a candidatura de Juscelino Kubitschek que, eleito, o convidou pessoalmente para ser embaixador do Brasil na Inglaterra a partir de 1957 (MORAIS, 1994).

Como vimos, se as estreitas vinculações com a política eram a principal característica da imprensa praticada no Brasil até a proclamação da república, entre os jornais que se estruturaram como empresas nas décadas seguintes essa realidade não era tão diferente. Apesar de voltados para o lucro monetário, os integrantes da “grande imprensa” não se desligaram do universo político, pois se aproximar de governos e/ou de grupos políticos continuou sendo fator imprescindível para a existência e a sustentação desses “novos” impressos. O que mudou foram as modalidades dessas relações. Não se tratam mais de jornais desse ou daquele grupo ou ator político, mas de empreendimentos jornalísticos cujos donos/gestores realizam acordos, momentâneos ou duradouros, com grupos ou integrantes do universo político com os quais mantêm relações de proximidade ou até de amizade. Enfim, tratar da “grande imprensa” é tratar da resignificação das vinculações entre jornalismo e política a partir das redes de relações pessoais que passaram a interligar integrantes desses dois polos.

---

<sup>77</sup> Fonte: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>, acessado em 10 de setembro de 2016.

<sup>78</sup> Idem.

### 2.1.2 – A “Modernização” do Jornalismo no Brasil

O período marcado pelas décadas de 1950 e 1960 é geralmente tomado como o da “modernização” do jornalismo no Brasil. Trata-se do momento em que se consolida no país um processo de transformação da imprensa que já vem sendo gestado desde inícios do século XX, são mudanças tanto do ponto de vista da produção do conteúdo — padronização do estilo de escrita jornalístico e assimilação do ideal da “objetividade” e/ou “neutralidade<sup>79</sup>” — quanto do ponto de vista técnico-organizacional — implantação de uma administração profissional, racionalização da produção, renovação dos parques gráficos, associação da imprensa com a publicidade, entre outros (RIBEIRO, 2003; BARBOSA, 2007). O principal polo irradiador desse conjunto de transformações foi o Rio de Janeiro, mas quase que simultaneamente esse processo também foi assimilado pela imprensa em outros centros urbanos como São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte e outras capitais. Já com relação às principais consequências desse processo, tivemos o desenvolvimento de um jornalismo de massa no Brasil materializado pela predominância das empresas de mídia (de pequeno ou grande porte) nas diversas regiões do país.

Diante disso, e aceitando que toda empresa capitalista é regida por regras de mercado e visam o lucro, poderíamos especular que a partir desse momento as lógicas empresariais passaram a predominar no jornalismo nacional a ponto de garantir-lhe autonomia frente a outras esferas sociais, especialmente com relação ao universo político. No entanto, à exemplo do que aconteceu com a “grande imprensa” no período anterior, o “moderno” jornalismo-empresa do pós décadas de 1950/1960 não rompeu suas intersecções com a esfera política, mas, mais uma vez, as reestruturou sob uma nova configuração. O modelo é parecido, possuindo elevado alcance midiático esse “novo” jornalismo manteve/ampliou seu poder de expressar opiniões frente ao público (BARBOSA, 1997) e continuou sendo cortejado por grupos políticos interessados em mobilizar tal poder a seu favor. Uma primeira diferença é que agora, sobretudo quando nos referimos às grandes corporações ou redes nacionais de veículos noticiosos, as negociações envolvem tanto valores monetários como também concessões de emissão de sinal para rádio e TV, mudanças na legislação e alguns privilégios excepcionais. Uma segunda diferença é que a partir de então e, sobretudo a partir dos anos

---

<sup>79</sup> Para entender melhor ver capítulo III, tópico 3.1 desta tese.

1970, um esforço maior passou a ser realizado para que essas relações entre veículos noticiosos, governos e/ou grupos políticos não ficasse tão evidente ao público<sup>80</sup>.

Apesar das diferenças, mais uma vez as relações entretidas entre os gestores/donos dos veículos noticiosos e integrantes do universo político-partidário representam um bom indicador das intersecções entre jornalismo e política no Brasil até os dias de hoje. Trata-se, mais especificamente, de relações entre diretores/donos de veículos noticiosos e legisladores (deputados, senadores), altos funcionários públicos, líderes de grupos políticos e titulares do poder executivo (prefeitos, governadores e até presidentes da república). Essas relações se materializam na liberação de licenças especiais para a importação de equipamentos, concessão de empréstimos às empresas midiáticas por meio de bancos estatais, contratos de publicidade do governo e de suas autarquias (na década de 1970 a publicidade oficial chegou a corresponder a mais de 30% do mercado publicitário brasileiro) e, claro, as concessões de emissão de sinal para rádio e TV.

Tomemos como exemplo alguns casos envolvendo as *Organizações Globo* e seu principal gestor durante muitos anos: Roberto Pisani Marinho (1904-2003). As *Organizações Globo* formam, hoje, o maior conglomerado de veículos noticiosos do Brasil com alguns órgãos impressos, dezenas de emissoras de rádio, algumas emissoras de televisão e dezenas de contratos com retransmissoras de sinal. Todo esse império começou a ser montado com alguns veículos impressos e radiofônicos criados na primeira metade do século XX, mas se expandiu mesmo nas décadas de 1960, 1970 e 1980 com a inclusão de novas emissoras de rádio e, principalmente, pela fundação e ampliação de uma grande rede de televisão, a *Rede Globo*. Para montar e ampliar sua rede de televisão, Roberto Marinho se utilizou do grande capital financeiro que já dispunha, mas também encabeçou uma rede de relações ligando seus empreendimentos midiáticos a integrantes da Ditadura Militar (1964-1985) como, por exemplo, o Ministro da Justiça Armando Falcão (1974-1979) e o general João Batista Figueiredo (SOUZA, 2007).

Outro exemplo envolvendo Roberto Marinho pode ser a escolha de Antônio Carlos Magalhães para o Ministério das Comunicações em 1985. Poucas horas depois da eleição de Tancredo Neves para presidente do Brasil (que ocorrera a 15/01/1985) almoçaram juntos, entre outras pessoas, o próprio Tancredo Neves, Roberto Marinho e seu amigo de longa data, A. C. Magalhães. Desse almoço, e sob o intermédio do chefe das *Organizações Globo*, saiu o anúncio de que A. C. Magalhães seria o novo Ministro das Comunicações (NEVES, 2008).

---

<sup>80</sup> Exceção seja feita, mais uma vez, aos veículos noticiosos de políticos e aos integrantes da chamada “imprensa alternativa ou nanica”.

Questionado sobre tal escolha, Tancredo teria respondido: “Olha (...) eu brigo com o Papa, eu brigo com a Igreja Católica, eu brigo com o PMDB, com todo o mundo, eu só não brigo com o Dr. Roberto Marinho” (BIAL, 2004, p. 315). Essa amizade entre A. C. Magalhães e Roberto Marinho traria frutos. Como Ministro das Comunicações, Magalhães suspendeu contratos de uma das principais fornecedoras de equipamentos de telecomunicação para governo, a Nec Brasil, e ainda suspendeu pagamentos de equipamentos já entregues pela empresa, o que a fez passar a ter dificuldades financeiras<sup>81</sup>. Em 1986, no entanto, a Nec Brasil foi adquirida pelo grupo controlado por Roberto Marinho e logo em seguida o governo federal restabeleceu os contratos com tal empresa através do Ministério das Comunicações (HERZ, 1986).

Mas as relações de Roberto Marinho com o primeiro governo pós-ditadura não parariam por aí e incluem também a escolha de Maílson da Nóbrega para o Ministério da Fazenda em 1988. Desde o final de dezembro de 1987 Maílson já era o Ministro da Fazenda interino e sua efetivação ocorreria em poucos dias, mas antes disso o presidente José Sarney (1985-1990) precisou tratar com Roberto Marinho, conforme nos demonstra o próprio Maílson da Nóbrega em sua autobiografia.

Finalmente, Sarney externou seu desejo de me efetivar como ministro. Apenas precisaria de uns dias antes de anunciar a decisão. Havia “arestas a aparar”. Ao ser questionado sobre elas, tentou desconversar. “Tenho algumas dificuldades... É necessário conversar com líderes políticos e algumas outras pessoas.” E então revelou: “Quero antes conversar com o doutor Roberto Marinho”. (...) Apenas no dia 5 de janeiro [de 1988] recebi novas notícias. Naquela manhã, por telefone, Sarney perguntou se haveria problema em conversar com Roberto Marinho. (...) A reunião seria naquela mesma tarde, no escritório da Globo [em Brasília] (...) Durante nossa conversa cordial discorri sobre os temas de que já tratara com Sarney e muitos outros. (...) Depois da explanação, me questionou sobre tudo. Parecia me sabatar. Depois de quase duas horas, revelou: “Gostei muito”. (...) De volta ao Ministério, ali pelas 6 da tarde, apenas uns dez minutos depois de sair do escritório da Globo, fui surpreendido pela secretária. “Parabéns.” Não entendi. (...) Hesitante, confessou: “Porque o senhor é o novo ministro da Fazenda”. (...) “Deu no Plantão do *Jornal Nacional*.” (...) Logo tocou o telefone. O presidente me convocava ao Palácio do Planalto. Quando cheguei, ele estava com o ato de nomeação em mãos, pronto. (NÓBREGA, 2011, p. 380-381).

No entanto, as boas relações entre Roberto Marinho e o novo ministro não durariam muito tempo. Em março de 1988, Maílson da Nóbrega revogou uma lei que permitia trocar dívida externa brasileira por exportações que ele mesmo tinha lutado para aprovar e isso desagradou diversos empresários, dentre eles o dono das Organizações Globo (NÓBREGA, 2011). O descontentamento de Roberto Marinho se justificava na medida em que ele tinha

---

<sup>81</sup> Fonte: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>, acessado em 15 de outubro de 2016.

elaborado um audacioso plano de exportações que envolveria cerca de um bilhão de dólares e que não aconteceu devido à revogação de tal lei (NÓBREGA, 2011). A partir desse episódio, nos editoriais de *O Globo* e nas reportagens da *Rede Globo* passou-se a criticar violentamente as ações do ministro Maílson da Nóbrega, críticas estas respaldadas por Luís Antônio Medeiros (então presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos), por Mário Amato (então presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), por Eduardo Rocha Azevedo (então presidente da Bolsa de Valores de São Paulo) e por Guilherme Afif Domingos (então deputado federal), personagens que afinaram o discurso contra o Ministro da Fazenda graças à ação direta de Roberto Marinho<sup>82</sup>. O jornal *O Globo* de 04 de agosto de 1989 chegou a noticiar “Inflação Derruba Maílson” e o do dia seguinte anunciava “Sarney escolherá com o Congresso o novo coordenador da economia” (NÓBREGA, 2011, p. 477-478). Mas, mesmo com todas as pressões Maílson ocuparia a pasta do Ministério da Fazenda até o final do governo Sarney em 15 de março de 1990.

Por fim, outro exemplo das relações entre Roberto Marinho e integrantes da política partidária pode ser o envolvendo a eleição de Fernando Collor de Melo para a presidência da República em 1989. Nessas eleições, Fernando Collor saiu vitorioso contra nomes consolidados no cenário político nacional e tal vitória é atribuída, em grande medida, ao papel desempenhado pela mídia em construir a imagem de uma liderança política jovem, moralizadora e que iria combater a corrupção: “o caçador de marajás” (KOWALSKI e SANTOS, 2010). Muito desse trabalho midiático de construção de Fernando Collor como o melhor candidato a presidente foi atribuído às *Organizações Globo*<sup>83</sup>. Essa tese é sustentada inclusive na fala do próprio mandatário do referido conglomerado de mídia. Questionado se as *Organizações Globo* apoiaram e influenciaram diretamente na eleição de Fernando Collor em 1989, Roberto Marinho responde: “Sim, nós promovemos a eleição do Collor e eu tinha os melhores motivos para um grande entusiasmo e uma grande esperança de que ele faria um governo extraordinário” (BUCCI, 2000, p. 161).

Mas não era apenas Roberto Marinho, falecido em 2003, que servia de elo entre as *Organizações Globo* e o jogo político, um dos principais gestores atuais deste conglomerado de mídia, João Roberto Marinho, também o faz. A 05 de agosto de 2015, quando as pressões para um possível impedimento da então presidente Dilma Roussef começaram a ganhar força, João Roberto se reuniu com senadores, líderes de partidos, ministros e com o então vice-presidente Michel Temer para se posicionar contra o impedimento da presidente, fato

---

<sup>82</sup> Fonte: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>, acessado em 20 de outubro de 2016.

<sup>83</sup> Idem.

ratificado por editorial d' *O Globo* de 08 de agosto do mesmo ano que conclama os partidos a proporcionar condições de governabilidade a presidente Dilma (PINTO et al, 2016). A intenção de João Roberto Marinho era diminuir o desgaste das *Organizações Globo* para com o governo por causa da cobertura jornalística de sua crise e, assim, não pôr em risco as verbas federais de publicidade recebidas.

Outro viés importante para demonstrarmos as relações entre imprensa e política nas últimas décadas é a partir das concessões de sinal de TV. A partir do Código Brasileiro de Telecomunicações editado em 1962, por exemplo, a prerrogativa de conceder liberação para emissão de sinais de rádio e TV no Brasil se tornava exclusiva do presidente da República, tornando-a moeda de troca entre interesses políticos, econômicos e até pessoais. Tomemos como primeiro exemplo a concessão de sinal de televisão recebida pelo empresário e apresentador de TV Sílvio Santos em 1980. Desde 1976, Sílvio Santos já possuía uma concessão de sinal de TV (o canal 11 do Rio de Janeiro) onde apresentava um programa dominical de grande audiência, o “Programa Sílvio Santos”. Entre outros núcleos, tal programa possuía um em que pessoas se apresentavam e eram avaliadas por um júri de “personalidades” (jornalistas, cantores, colunistas sociais, atores). Em 1980 Sílvio Santos consegue uma nova concessão de sinal de TV (o canal 4 de São Paulo) que foi facilitada graças às relações que este mantinha com pessoas próximas ao presidente da República João Batista Figueiredo (1979-1985), tais como Délio Jardim de Mattos, então Ministro da Aeronáutica, e Carlos Renato, primo da então primeira-dama do país Dulce Figueiredo<sup>84</sup>. Sílvio Santos e Délio Mattos se conheceram e se tornaram próximos quando ambos frequentaram a Escola de Paraquedistas do Exército em 1948, já Carlos Renato era um dos jurados do “Programa Sílvio Santos”. Tomando conhecimento de que o governo federal iria fazer novas concessões de sinal de TV em 1980, Sílvio Santos se apresentou como postulante e fez valer seus contatos: Délio Mattos coordenou a concessão junto ao governo federal, mas pediu ao apresentador que promovesse a dupla de cantores Dom e Ravel (identificada com o regime militar em vigor) e, para isso, Sílvio Santos levou o cantor Dom para fazer parte do júri do seu programa; já Carlos Renato foi o intermediário direto das negociações com o presidente Figueiredo<sup>85</sup>. Ainda como retribuição à concessão do canal, assim que o mesmo entrou em operação o “Programa Sílvio Santos” criou um novo quadro chamado “Semana do Presidente” no qual era relatada, parcialmente e positivamente, a agenda semanal do

---

<sup>84</sup> Fonte: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>, acessado em 20 de outubro de 2016.

<sup>85</sup> Idem.

presidente da República (que, nos primeiros anos, era o general João Batista Figueiredo, o mesmo que lhe conferiu sua segunda concessão de sinal de TV)<sup>86</sup>.

Ainda tratando das relações entre imprensa e política através das concessões de emissão de sinal de rádio e TV, o governo José Sarney (1985-1990) nos traz dados interessantes. Tais concessões foram utilizadas como forma de barganha com os parlamentares da Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988: de 1985 a 1988, o presidente da República fez 1.028 concessões de emissoras de rádio e TV (30,9% de todas as concessões outorgadas no Brasil até 1990); só em 1988, ano decisivo para a votação da nova Constituição, foram 539 concessões; em seus três primeiros anos de governo, Sarney outorgou 168 concessões para empresas ligadas a 91 constituintes (entre deputados federais e senadores), sendo que 82 deles votaram a favor da emenda constitucional que aumentou seu mandato como presidente de quatro para cinco anos (MOTTER, 1994).

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 as concessões de emissoras de rádio e TV feitas pelo governo federal passaram a necessitar de aprovação por parte do Congresso Nacional, sendo que a partir de 1995 tal processo só poderia ser realizado mediante a abertura de licitação. No entanto, essas medidas não acabaram com o jogo de interesses entorno dessas concessões, pois essa legislação não incide sobre as RTVs (Estações Retransmissoras de Sinal de Televisão) que continuaram sendo liberadas diretamente pela União. Esse jogo com as RTVs fica claro durante o primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). Só entre 1995 e 1996 o Ministério das Comunicações distribuiu 1.848 RTVs, sendo 479 a prefeituras e 268 a empresas ou entidades controladas por políticos (02 governadores, 06 senadores, 19 deputados federais, 11 deputados estaduais, 07 prefeitos, 03 ex-governadores, 08 ex-deputados federais, entre outros) votantes ou influentes sobre as votações no Congresso Nacional (BRENER e COSTA, 1997). Entre outras coisas, estava em jogo uma emenda constitucional que permitiria a reeleição para presidente da República (e que possibilitou a reeleição de F. H. Cardoso como presidente da República para um segundo mandato consecutivo a partir de 1999). Nessas circunstâncias quase 400 RTVs, especialmente aquelas destinadas a políticos, receberam autorização de funcionamento em dezembro de 1996, poucas semanas antes da votação e aprovação, em primeiro turno, da referida emenda na Câmara dos Deputados Federais (BRENER e COSTA, 1997).

Diante de tudo o que foi apresentado aqui, podemos perceber que apesar das transformações em termos de organização e de gestão vivenciadas pela imprensa brasileira

---

<sup>86</sup> Fonte: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/arquivo>>, acessado em 15 de outubro de 2016.

nas últimas décadas o jornalismo ainda continua intimamente ligado ao universo político através das relações entretidas entre donos/gestores de veículos noticiosos e governos e/ou integrantes do jogo político-partidário. Ou seja, interesses e ligações pessoais continuam interligando o universo jornalístico à esfera da política até a fase atual da imprensa no Brasil. Enfim, em se tratando das dinâmicas que envolvem os veículos noticiosos e a imprensa brasileira como um todo até os dias de hoje, ainda concordamos com o defendido por Ribeiro (2003) em relação aos impressos cariocas das décadas de 1950 e 1960:

Defendo (...) a hipótese de que o aspecto político jamais desapareceu totalmente, exercendo um papel fundamental – estrutural – na dinâmica das empresas jornalísticas. Apesar de se terem afirmado imperativos de gestão e de administração, estes ainda não eram suficientes para garantir a autonomia das empresas. Por isso, os jornais jamais deixaram de cumprir um papel nitidamente político. O apoio a determinados grupos que estavam no poder ou na oposição (dependendo da conjuntura) era essencial para garantir a sobrevivência de algumas empresas, fosse através de créditos, empréstimos, incentivos ou mesmo publicidade (RIBEIRO, 2003, p. 156).

## **2.2 – Os “Donos da Mídia” Sergipana: concentração dos veículos noticiosos nas mãos de integrantes do jogo político partidário local**

Para analisarmos o desenvolvimento do jornalismo em Sergipe, tomaremos como recorte temporal o período que vai de meados do século passado até os dias de hoje. No caso sergipano, as décadas de 1950 e 1960 marcam o surgimento dos primeiros veículos noticiosos no formato empresa e o início da profissionalização do jornalismo. Nas décadas de 1970 e 1980, esse processo se intensifica e o modelo comercial se consolida na imprensa deste estado com a criação de diversas empresas de mídia. Conquanto, aquilo que é apontado como sendo características gerais do desenvolvimento da imprensa nos grandes centros populacionais brasileiros no século XX também se aplica ao caso sergipano. De maneira mais específica, apesar dos indicadores da “modernização” do jornalismo no estado, do predomínio do modelo empresarial e da profissionalização da atividade jornalística nas últimas cinco décadas, o jornalismo em Sergipe também se mantém vinculado a outras esferas, especialmente a da política.

Vários são os indicadores dessas relações entre imprensa e política em Sergipe atualmente, e um deles é o fato de a maioria das empresas de mídia no estado pertencer a integrantes da política partidária local ou a indivíduos a eles ligados. Essa realidade remonta à

constituição do jornalismo sergipano, pois como demonstramos no capítulo I desta tese (subtópico 1.5.1) a imprensa em Sergipe até meados do século passado era dominada por partidos, grupos ou integrantes da política partidária local que criavam e sustentavam a maioria dos jornais direcionando-os aos seus interesses. Exemplos disso podem ser o *Sergipe Jornal*, que criado em 1921 serviu como órgão PRC de Sergipe até 1961, o *Correio de Aracaju*, que criado em 1906 serviu de órgão político até 1962, o *Diário de Sergipe*, que entre 1945 e 1961 era órgão do PSD sergipano, e *O Nordeste*, que pertencendo ao político Francisco de Araújo Macedo lhe serviu em sua intensa carreira política entre 1938 e 1960 (DANTAS, 2004).

É bem verdade que, em Sergipe, as décadas de 1950, 1960 e 1970 marcam a transição de uma imprensa basicamente sustentada e direcionada à política para uma imprensa empresarial. No entanto, isso não significou um afastamento entre as esferas jornalística e política no estado, mas uma acomodação das relações entre essas duas esferas de atuação. Um primeiro e bom exemplo disso pode ser o processo de fundação e sedimentação da *Gazeta de Sergipe*. Tal impresso foi fundado em 1948 com o nome de *Gazeta Socialista* por Orlando Dantas como órgão do PSB de Sergipe, e assim o foi até meados dos anos 1950 quando é desvinculado do partido (CAMPELLO, 2011). Em 1956, este jornal é assumido diretamente por Orlando Dantas que, a partir de 1958, o transforma em uma empresa de mídia mudando seu nome para *Gazeta de Sergipe* (DANTAS, 2004). A partir de então, este impresso passa a desenvolver um duplo papel, o de empresa voltada para o lucro e o de suporte para a atuação e/ou militância política de seu diretor-proprietário, Orlando Dantas, até sua morte em 1982: serviu para criticar o governo do seu adversário político Leandro Maciel (1955-1959), ajudou a eleger Seixas Dória governador do estado em 1962 e só não deixou de circular (como outros jornais sergipanos) durante a Ditadura Militar (1964-1985) graças às relações que Orlando Dantas mantinha com integrantes do novo governo e à posição de seu filho, Hélio Dantas, que era oficial da reserva do Exército Brasileiro (REIS, 2014).

Nesse mesmo momento em que a *Gazeta de Sergipe* se constitui enquanto empresa jornalística permeada por relações políticas outros veículos noticiosos também passaram a se estruturar dessa maneira, de modo que hoje esse é o perfil dominante entre as empresas de mídia no estado. Considerando os principais jornais impressos (em termos de circulação), as emissoras de TV com sinal aberto e as emissoras comerciais de rádio em operação atualmente em Sergipe podemos perceber que eles pertencem, majoritariamente, a integrantes da política partidária local conforme tabela a seguir (para informações consultar Anexo II).

**Quadro 1 – Propriedade dos Meios de Comunicação em Sergipe**

NOME FANTASIA		CIDADE	PROPRIEDADE	PROPRIETÁRIO COM ATUAÇÃO POLÍTICA
<b>JORNAIS IMPRESSOS DE GRANDE CIRCULAÇÃO</b>				
1	Jornal da Cidade	Aracaju	Marcos Franco e Oswaldo Franco Sobrinho	Sim
2	Correio de Sergipe	Aracaju	João Alves Filho	Sim
3	Jornal do Dia	Aracaju	Elenílton Pereira, Gilvan Manoel e Rita Oliveira	Não
4	Cinform	Aracaju	José Antônio Moura Bonfim	Não
<b>EMISSORAS DE TV COM SINAL ABERTO</b>				
1	TV Canção Nova	Aracaju	Igreja Católica	Não se aplica
2	TV Aperipê	Aracaju	Governo do Estado	Governo do Estado
3	TV Alese	Aracaju	Assembleia Legislativa de Sergipe	A. L. de Sergipe
4	TV Sergipe	Aracaju	Albano Franco	Sim
5	TV Atalaia	Aracaju	Walter Franco	Sim
6	Emissora em Processo de Instalação	B. dos Coqueiros	Calos Massa Jr. e os Irmãos Amorim	Sim
<b>EMISSORAS COMERCIAIS DE RÁDIO</b>				
1	Rede Aleluia (98,1)	Aracaju	Igreja Universal	Não se aplica
2	Sara Brasil FM (97,1)	Aracaju	Comunidade Sara Nossa Terra	Não se aplica
3	103 FM (103,1)	Aracaju	Grupo Cosil	Não
4	Jovem Pan (88,7)	Aracaju	Grupo Cosil	Não
5	Aperipê FM (104,9)	Aracaju	Governo do Estado	Governo do Estado
6	FM Sergipe (95,9)	Aracaju	Albano Franco	Sim
7	Fan FM (99,7)	Aracaju	Grupo Presidente	Sim
8	MIX (93,5)	Aracaju	Walter Franco	Sim
9	Ilha FM (102,3)	B. dos Coqueiros	Irmãos Amorim	Sim
10	Ilha FM (101,5)	Estância	Irmãos Amorim	Sim
11	Ilha FM (102,9)	Propriá	Irmãos Amorim	Sim
12	Transamérica FM (95,5)	Boquim	Família do Dep. Venâncio Fonseca	Sim
13	Xingó (98,7)	C. de S. Francisco	Luiz Eduardo Cost	Sim
14	Fan FM (94,3)	Carmópolis	Grupo Presidente	Sim
15	Itabaiana FM (93,1)	Itabaiana	José Carlos Machado	Sim
16	FM Princesa (99,3)	Itabaiana	José Queiroz da Costa	Sim
17	FM Eldorado (100,7)	Lagarto	Grupo Ribeiro	Sim
18	FM Aparecida (94,7)	Lagarto	Família Reis	Sim
19	Luandê FM (96,1)	Tobias Barreto	Diógenes José de Oliveira Almeida	Sim
20	Tropical FM (104,9)	Simão Dias	Grupo Valadares	Sim
21	Xodó FM (89,9)	N. S. do Socorro	Nelson Nascimento	Não
22	Xodó FM (85,5)	N. S. da Glória	Nelson Nascimento	Não
23	Cultura AM (670)	Aracaju	Igreja Católica	Não se aplica
24	Aperipê AM (630)	Aracaju	Governo do Estado	Governo do Estado
25	Atalaia AM (770)	Aracaju	Walter Franco	Sim
26	Jornal AM (540)	Aracaju	João Alves Filho	Sim
27	Liberdade AM (930)	Aracaju	José Almeida Lima	Sim
28	Esperança AM (1250)	Estância	Jorge do Prado Leite	Sim
29	Abaís AM (1460)	Estância	Zé Nelson	Sim
30	Educadora AM (1440)	Frei Paulo	José Erinaldo	Sim
31	Princesa da Serra AM (830)	Itabaiana	José Queiroz da Costa	Sim
32	Capital do Agreste AM (1370)	Itabaiana	Grupo Chico de Miguel	Sim
33	Progresso AM (750)	Lagarto	Família Reis	Sim
34	Cidade AM (1480)	Simão Dias	Walter Franco	Sim
35	Ilha AM (1520)	Tobias Barreto	Irmãos Amorim	Sim

Fonte: Pesquisa empírica realizada pelo pesquisador em 2016 (maiores informações consultar Anexo II).

Como nos demonstram os dados apresentados no Quadro 1, integrantes do jogo político partidário são donos da maioria dos veículos noticiosos do estado: dos 04 jornais impressos de maior circulação 02 (50%) pertencem a políticos; das 35 emissoras de rádio comerciais 26 (74%) são propriedade de políticos; e das 06 emissoras de TV com sinal aberto 03 (50%), dentre elas as duas de maior audiência — *TV Sergipe* e *TV Atalaia* —, também têm seu controle acionário nas mãos de integrantes do jogo político. Em grande medida, isso se justifica pelo fato de que as emissoras de rádio e de TV funcionam mediante concessões públicas de sinal que, como vimos no tópico anterior, durante muitos anos foram comumente distribuídas por motivos políticos e para políticos. Além disso, o quadro também nos demonstra que apesar de não pertencerem a políticos outros veículos noticiosos sergipanos também são controlados por integrantes do jogo político partidário: o governo do estado, por exemplo, controla duas emissoras de rádio (*Aperipê FM 104,9* e *Aperipê AM 630*) e uma de TV aberta (*TV Aperipê*) e a Assembleia Legislativa de Sergipe controla a quinta de seis emissoras de TV aberta no estado (*TV Alese*). Além do amplo domínio de integrantes do jogo político sobre os órgãos de mídia no estado, o universo jornalístico sergipano possui outra característica ainda mais contundente: grandes conjuntos midiáticos controlados por poucos grupos políticos. Não se trata de uma distinção exclusiva do jornalismo em Sergipe, mas de uma característica comum a outros estados como Ceará, Pernambuco, Maranhão, Bahia, Goiás e Tocantins (NASCIMENTO, CARDOSO e VELOSO, 2011). Dentre os grupos políticos que exercem poder midiático no estado, merecem destaque o dos Franco e o que se organizou em torno da figura de João Alves Filho.

Com relação aos Franco, eles representam bem esse domínio de políticos sobre a mídia sergipana. Trata-se de um grupo familiar com forte atuação empresarial (nos ramos açucareiro e têxtil) desde a segunda metade do século XIX e que se insere fortemente na política sergipana a partir da década de 1940. Encabeçada por Augusto do Prado Franco, essa família se consolida no cenário político estadual nas décadas de 1960 e 1970, mesmo período em que começa a ampliar seu raio de inserção para a imprensa como empreendedora do ramo de comunicação. Se aliando ao grupo civil-militar que implantou uma ditadura no Brasil entre 1964 e 1985, Augusto Franco foi eleito sucessivamente deputado federal (1967-1971; 1983-1987), senador (1971-1979) e governador de Sergipe (1979-1982, por indicação dos militares), mas ao mesmo tempo fez valer seu poder econômico e, principalmente, suas relações e seu alinhamento com o regime militar para adquirir várias concessões de sinal para

rádio e TV<sup>87</sup>. Em 1968, Augusto Franco adquire sua primeira concessão de sinal de rádio e inaugura a *Rádio Atalaia AM 770*, em 1972 adquire o recém-fundado *Jornal da Cidade* e a partir de meados dos anos 1970 adquire sucessivas concessões de sinal de rádio e TV, de modo que em 1975 cria a *TV Atalaia*, em 1979 a *Atalaia FM 93,5*, em 1983 adquire formalmente o controle acionário da *TV Sergipe* e em 1984 cria a *FM Sergipe 95,9*<sup>88</sup>. Como vimos, em menos de vinte anos os Franco montaram um vasto aparato midiático que teve sua montagem facilitada pelas relações mantidas com o regime militar em vigor. Entre outras coisas, esses suportes midiáticos foram usados pelos Franco como suporte político (DIAS, 2010), de modo que nos anos seguintes a inserção política dessa família só se expandiu através de vários de seus descendentes, dentre eles, Albano Franco (que foi deputado estadual entre 1967 e 1971, senador entre 1983 e 1994, governador do estado entre 1995 e 2002 e deputado federal entre 2007 e 2011), Walter Franco (que foi deputado estadual entre 1982 e 1986), Marcos Franco (que foi deputado estadual entre 1998 e 2006), Antônio Carlos Franco (que foi deputado federal entre 1987 e 1990) e Augusto Franco Neto (que foi deputado federal entre 2002 e 2006).

Com relação grupo político que se desenvolveu em torno da figura de João Alves Filho, ele constituiu e controlou um grande aparato midiático ao longo dos anos 1980 e 1990, mas o conjunto de meios de comunicação sob seu controle atualmente perdeu grande parte da importância. Destacando-se nos anos 1960 como sócio-presidente da Habitacional Construções S.A., João Alves inicia sua carreira política em Sergipe no início da década de 1970 quando foi prefeito de Aracaju (1974-1977)<sup>89</sup>. Nas décadas seguintes, João Alves se consolida como um dos mais importantes personagens da política sergipana sendo governador do estado por três mandatos (1983-1987; 1991-1994; 2002-2006), ministro do interior do governo Sarney (1987-1990) e novamente prefeito de Aracaju (2012-2016). No início dos anos 1980, João Alves adquire a rádio *Jornal AM 540*, em 1986 inaugura o *Jornal da Manhã* (que a partir de 2001 mudaria de nome para *Correio de Sergipe*) e adquire três concessões de sinal, duas de rádio e uma de TV, com as quais monta as rádios *Jornal FM 98,1* de Aracaju e *Jornal FM 102,9* de Propriá e a *TV Jornal* (que foi vendida à Igreja Católica em 1997)<sup>90</sup>. Em 1988, e já como ministro, obtém outra concessão de rádio e monta a *Jornal FM 101,5* de Estância, já nos anos 1990 adquire também a rádio *Imperatriz dos Campos AM 1520* de Tobias Barreto (LIMA, 2001). Esse aparato midiático foi utilizado por João Alves como

---

<sup>87</sup> Fonte: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/arquivo>>, acessado em 25 de outubro de 2016.

<sup>88</sup> Idem.

<sup>89</sup> Idem.

<sup>90</sup> Idem.

instrumento de ação política (DIAS, 2010) e o ajudou a formar/consolidar um grupo político muito destacado no estado nos últimos vinte anos. Tal grupo político foi constituído por familiares e pessoas próximas à João Alves, dentre eles Maria do Carmo Alves (sua esposa: senadora da República entre 1998 e 2014), Mendonça Prado (seu genro até por volta de 2015: vereador por Aracaju de 1988 e 1996 e entre 2000 e 2002; deputado federal entre 2003 e 2015) e José Carlos Machado (seu aliado político desde a década de 1970: deputado estadual entre 1987 e 1994 e entre 1998 e 2002; deputado federal entre 2003 e 2010; vice-prefeito de Aracaju entre 2013 e 2016, quando João Alves exercia seu segundo mandato como prefeito desta cidade).

Conquanto, vale mencionar que o domínio midiático do grupo João Alves diminuiu com a ascensão de um “novo grupo político” em Sergipe encabeçado pelos irmãos Edvan e Eduardo Amorim. Apesar de terem ganhado proeminência na política sergipana apenas nos últimos quinze anos, atualmente os irmãos Amorim são donos do segundo maior conjunto midiático do estado. Edvan Amorim foi casado com uma das filhas de João Alves Filho até pelo menos finais da década de 1990, já Eduardo Amorim iniciou sua carreira política como Secretário Estadual de Saúde entre 2003 e 2004, quando João Alves exercia seu terceiro mandato como governador de Sergipe (2003-2006)<sup>91</sup>. Em inícios dos anos 2000, os irmãos Amorim adquiriram três emissoras de rádio até então controladas pelo grupo político de João Alves (*Jornal FM 102,9* de Propriá, *Jornal FM 101,5* de Estância e *Imperatriz dos Campos AM 1520* de Tobias Barreto) e, juntamente com a *Ilha FM 102,3* da Barra dos Coqueiros, formaram a *Rede Ilha*. Além dessas emissoras de rádio, em 2014 os irmãos Amorim se associaram ao também político e empresário Carlos Massa Jr. para montar um novo canal de TV aberta em Sergipe<sup>92</sup>. Trata-se de uma emissora de televisão que está sendo montada no município de Barra dos Coqueiros/SE, mas que ainda não tem data definida para entrar em operação. Apesar de representarem uma nova força na política de Sergipe, nos últimos anos os irmãos Amorim têm se destacado no cenário político estadual. Edvan Amorim nunca ocupou cargo eletivo, mas é considerado um dos maiores líderes políticos do estado nos últimos anos<sup>93</sup>. Eduardo Amorim, por sua vez, representa a força eleitoral da dupla: em 2006 foi eleito o deputado federal mais votado do estado; em 2010, desbancando nomes consolidados em Sergipe como Albano Franco e José Carlos Machado (do grupo João Alves), foi eleito o senador mais votado; nas eleições para governador em 2014 não saiu vitorioso,

---

<sup>91</sup> Fonte: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>, acessado em 29 de outubro de 2016.

<sup>92</sup> Fonte: <<http://www.nenoticias.com.br>>, acessado em 29 de outubro de 2016.

<sup>93</sup> Fonte: <<http://universopolitico.com.br/lideranca-de-edivan-amorim-sobre-14-partidos-incomoda-deputado/>>, acessado em 29 de outubro de 2016.

mas obteve uma votação expressiva (41,37% dos votos válidos)<sup>94</sup>. Diversos são os fatores que explicam o crescimento político dos irmãos Amorim em Sergipe nos últimos anos, e dentre eles se destaca o poder midiático que eles podem mobilizar a seu favor.

Enfim, é característico do universo da imprensa em Sergipe o controle acionário ou a propriedade dos meios de comunicação estar predominantemente nas mãos de políticos. E mais do que isso, é característico de Sergipe, e também dos estados brasileiros, que um mesmo grupo político controle/detenha um grande conjunto de veículos de comunicação. Ou seja, pensar no espaço jornalístico sergipano é pensar no domínio que integrantes do jogo político-partidário local tem sobre os meios de comunicação.

### **2.3 – Constituir Redes de Relações Sociais: possibilidade inerente à posição de gestor/dono de empresa jornalística**

Se no tópico anterior foi apresentado que em Sergipe a maioria dos veículos noticiosos pertencem a integrantes do jogo político partidário local, agora vamos nos dedicar a outra característica comum aos donos/gestores das empresas jornalísticas sergipanas: suas diversificadas redes de relações sociais. Seja pela própria posição ocupada no jornalismo, seja pela origem social ou mesmo por suas inserções em diferentes espaços, os donos/gestores de veículos noticiosos acabam estabelecendo um amplo conjunto de ligações pessoais. São ligações com colegas do próprio espaço da imprensa, com membros do universo político-partidário, com empresários (da mídia e/ou de outros setores da economia), com magistrados, com dirigentes de associações de classe, de organizações sociais e de entidades religiosas, entre outros. De forma mais específica, uma das características da posição de dirigente jornalístico é garantir a seu ocupante múltiplas possibilidades para conhecer e estreitar relações com integrantes de diversas esferas sociais.

Ser gestor/dono de veículo noticioso traz muitas possibilidades para a ampliação de uma rede diversificada de contatos pessoais. Um bom exemplo disso é o trabalho de “cortejamento” a que geralmente são alvo, pois aqueles que detêm tal posição são muito requisitados para encontros com jornalistas, recepções com empresários ou com autoridades (políticas, jurídicas, etc.), eventos públicos, festas, premiações, entre outros. Para deixar isso mais claro, tomaremos como exemplos situações vivenciadas por donos/gestores de algumas

---

<sup>94</sup> Fonte: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>, acessado em 30 de outubro de 2016.

empresas de mídia sergipanas, especialmente daquelas que não pertencem a integrantes do universo político-partidário, como o *Cinform*, o *Jornal do Dia* e o portal de notícias *Infonet*.

Primeiramente tomaremos o caso do semanário *Cinform* e do seu principal gestor e sócio-proprietário, *José Antônio Moura Bonfim*. Ocupando tal posição, Antônio Bonfim representou o *Cinform* em diversos eventos, recepcionou políticos nas dependências do jornal e até fez visitas de “cortesia” a órgãos públicos. Em 25 fevereiro de 2003, por exemplo, Antônio Bonfim recebeu o então vice-prefeito de Aracaju, Edvaldo Nogueira, e o então secretário municipal de comunicação, jornalista Gilson Sousa, em uma visita oficial ao impresso<sup>95</sup>. Em 27 de julho de 2011, foi a vez de Antônio Bonfim receber o então senador Eduardo Amorim nas dependências do jornal<sup>96</sup>. Em 29 de fevereiro de 2012, Antônio Bonfim foi anfitrião novamente, desta vez recebendo o desembargador José Alves Neto, então presidente do TJ-SE (Tribunal de Justiça de Sergipe) em visita institucional<sup>97</sup>. Já em 30 de maio de 2008, Antônio Bonfim e outros empresários, políticos, autoridades do judiciário estadual e profissionais liberais participaram de evento organizado pela prefeitura de Aracaju no auditório do TJ-SE e receberam das mãos do então prefeito da capital, Edvaldo Nogueira, a medalha da Ordem do Mérito Serigy<sup>98</sup>. Conquanto, dando continuidade no seu trabalho de circulação social, em 17 de fevereiro de 2012 Antônio Bonfim faz visita institucional ao TCE-SE (Tribunal de Contas do Estado de Sergipe), onde foi recebido pelo conselheiro Carlos Alberto Sobral<sup>99</sup>. Já em 28 de novembro de 2015, Antônio Bonfim participou de um almoço de confraternização realizado pelo empresário Luciano Barreto, presidente da Construtora Celi, que reuniu políticos como Albano Franco, João Alves Filho e José Carlos Machado, empresários como Wagner Oliveira (diretor da Rede Primavera), autoridades como Carlos Pina (conselheiro do TCE-SE), entre muitos outros<sup>100</sup>. Além disso, através do “Momento de Descontração” Antônio Bonfim transforma o jornal *Cinform* em um espaço de constituição/reafirmção de contatos pessoais. Trata-se de um evento mensal organizado no terraço do prédio do *Cinform* (intitulado espaço Luciano Barreto Júnior) em que Antônio Bonfim e a direção do jornal recebem jornalistas, políticos, empresários, entre outras “personalidades” sergipanas para “conversar num ambiente descontraído”<sup>101</sup>.

<sup>95</sup> Fonte: <<http://www.institutomarcelodeda.com.br/prefeito-em-exercicio-realiza-visitas-a-veiculos-de-comunicacao/>>, acessado em 30 de outubro de 2016.

<sup>96</sup> Fonte: <<http://www.eduardoamorimse.com.br/noticia/>>, acessado em 30 de outubro de 2016.

<sup>97</sup> Fonte: <<http://www.amase.com.br/download?>>, acessado em 30 de outubro de 2016.

<sup>98</sup> Fonte: <<http://www.aracaju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=35275>>, acessado em 30 de outubro de 2016.

<sup>99</sup> Fonte: <<http://www.tce.se.gov.br/sitev2/conteudo.ler.php?id=4513>>, acessado em 30 de outubro de 2016.

<sup>100</sup> Fonte: <<http://www.luxoaju.com/home/post/>>, acessado em 30 de outubro de 2016.

<sup>101</sup> Fonte: <<http://www.institutomarcelodeda.com.br>>, acessado em 30 de outubro de 2016.

Um segundo caso a ser analisado é o do *Jornal do Dia*, que pertence a uma sociedade firmada, entre outros, por Elenilton Pereira (diretor geral) e Rita Oliveira (diretora executiva). Na condição de sócios-proprietários e gestores deste jornal, estes empresários do jornalismo também ampliaram/reafirmaram suas redes de relações com recepções e participações em eventos nos últimos anos. Em outubro de 2006, por exemplo, Elenilton Pereira recebeu a visita de Marcelo Déda, então recém-eleito governador de Sergipe, na sede do *Jornal do Dia*<sup>102</sup>. Em 21 de julho de 2012, foi a vez de Elenilton Pereira receber nas dependências do jornal os políticos João Alves Filho e José Carlos Machado, então candidatos a prefeito e vice-prefeito de Aracaju, respectivamente, e o radialista Carlos Batalha<sup>103</sup>. Em 07 de agosto de 2015, Elenilton Pereira recebeu no *Jornal do Dia*, em “visita de cortesia”, o então senador Eduardo Amorim<sup>104</sup>. Ainda no leque de visitas, Elenilton Pereira também recebeu, a 16 de agosto de 2016, o deputado federal Valadares Filho, então candidato a prefeito de Aracaju<sup>105</sup>. Já a diretora executiva do impresso, Rita Oliveira, recentemente participou de alguns eventos, no quais foi homenageada. Em 27 de abril de 2015, por exemplo, ela foi premiada no “Troféu Melhores de 2014” organizado pela Federação das Entidades Comunitárias de Sergipe (FECS), evento que reuniu e premiou personagens do meio jornalístico, político, educacional, sindical e artístico sergipano<sup>106</sup>. Já a 07 de março de 2014, Rita Oliveira foi homenageada e uma cerimônia promovida pela CONAM (Confederação Nacional das Associações de Moradores) no plenário da Câmara Municipal de Aracaju em que outras mulheres também foram homenageadas, como a promotora pública Euza Missano, a deputada estadual Conceição Vieira (PT) e as jornalistas Susana Guimarães (TV Atalaia) e Susane Vidal (TV Sergipe)<sup>107</sup>.

Outro exemplo ainda pode ser o portal de notícias *Infonet*. Tal portal tem como seus principais sócios-gestores Nivaldo Pereira de Almeida (diretor executivo) e Raquel Almeida (editora chefe) que, como outros proprietários/diretores de veículos noticiosos também têm podido fazer e/ou reforçar contatos pessoais com integrantes de esferas variadas em encontros, recepções, premiações. Em 04 de fevereiro de 2009, por exemplo, Nivaldo e Raquel Almeida receberam na sede da *Infonet* a visita de Saumíneo Nascimento, então presidente do Banco Banese<sup>108</sup>. Já em 16 de agosto de 2016 eles receberam nas dependências

---

<sup>102</sup> Fonte: <<http://www.jornaldodiase.com.br>>, acessado em 31 de outubro de 2016.

<sup>103</sup> Idem.

<sup>104</sup> Idem.

<sup>105</sup> Fonte: <<http://politicaemfoco.net.br/bem-focado/>>, acessado em 31 de outubro de 2016.

<sup>106</sup> Fonte: <<http://www.jornaldodiase.com.br/noticias>>, acessado em 31 de outubro de 2016.

<sup>107</sup> Idem.

<sup>108</sup> Fonte: <<http://www.infonet.com.br/noticias/cidade/>>, acessado em 31 de outubro de 2016.

do portal o deputado federal Valadares Filho e o Pastor Antonio, então candidatos a prefeito e vice-prefeito de Aracaju, respectivamente<sup>109</sup>. Além dessas recepções, os sócios-gestores do portal *Infonet* também participaram de eventos de premiações ao longo dos últimos anos. Em 29 de maio de 2003, por exemplo, Nivaldo Almeida prestigiou evento realizado na CDL/AJU (Câmara de Dirigentes Lojistas de Aracaju) e recebeu, pelo terceiro ano consecutivo, o prêmio “Top de Marketing - Correio de Sergipe<sup>110</sup>”. Em 01 de junho de 2015, foi a vez de Raquel Almeida prestigiar o prêmio “Melhor dos Melhores”, um evento realizado pela UFJS (União das Forças Jovens de Sergipe) que premiou várias pessoas, entidades e empresas sergipanas cujas ações desenvolvidas ao longo do ano de 2014 foram consideradas relevantes pelo órgão promotor<sup>111</sup>. Por fim, em 18 de outubro de 2016 Raquel Almeida representou o *Infonet* no “Prêmio Amigo dos Médicos” realizado pelo SINDIMED/SE (Sindicato dos Médicos de Sergipe) que reuniu jornalistas e integrantes de vários segmentos da sociedade<sup>112</sup>.

Além dos exemplos narrados acima, os dados coletados demonstram que muitas outras oportunidades para o estabelecimento/reforçamento de relações pessoais com integrantes de espaços sociais diversos foram vividas pelos donos/gestores das empresas de mídia citados. Mas, mais do que isso, o conjunto das informações colhidas demonstra que essas oportunidades e vivências também se apresentaram para os proprietários/diretores dos demais veículos noticiosos do estado. Ou melhor, nos últimos anos os donos/gestores dos demais jornais impressos e grandes portais de notícias, das estações de rádio e das emissoras de TV sergipanas também fizeram recepções de autoridades, políticos, dirigentes associativos e também participaram de eventos, encontros, almoços e homenagens com outros jornalistas, empresários e integrantes de espaços sociais diversos.

De maneira geral, o que nos fica claro aqui é que a posição de proprietário/dirigente de empresa de mídia garante amplas possibilidades para se fazer/ampliar contatos com integrantes de espaços sociais diversos, especialmente com aqueles que também ocupam funções/posições de destaque nesses espaços. Entre outros motivos, isso se justifica na medida em que várias instituições, grupos ou personagens têm interesse no poder exercido pelos meios de comunicação. Como nos demonstra Barbosa (1997), os veículos noticiosos possuem um grande poder de expressar opiniões e de unificar discursos entre a população, então manter “boas relações” e demonstrar respeito com os órgãos de imprensa frente à sociedade é muito importante para certos atores e grupos sociais. E o maior indicador disso

---

<sup>109</sup> Fonte: <<http://www.infonet.com.br/noticias/cidade/>>, acessado em 31 de outubro de 2016.

<sup>110</sup> Idem.

<sup>111</sup> Idem.

<sup>112</sup> Idem.

são as relações estabelecidas entre os donos/gestores dos veículos de informação e os atores/grupos políticos, os demais integrantes do jornalismo, os grandes empresários, as associações de classe ou sindicais e outros personagens proeminentes de diversos segmentos sociais.

#### **2.4 – Imprensa: um universo de atuação relacional**

Como vimos, desde finais do século XIX a imprensa no Brasil iniciou um processo de reestruturação que culminaria, na segunda metade do século XX, com a transição de um jornalismo político-literário-artesanal para um modelo dominado pela empresa jornalística. Seja materializada por um impresso, por uma emissora de rádio ou de TV, por *site* na Internet ou por um conjunto desses suportes midiáticos, a empresa jornalística voltada para o lucro monetário é que domina o universo da imprensa brasileira atualmente. O resultado desse processo é que o jornalismo foi adquirindo regras, finalidades e lógicas de existência e sustentação próprias. Conquanto, apesar dessa relativa autonomia adquirida e do viés monetário que caracteriza as empresas de mídia atualmente, o universo da imprensa ainda continua se interligando de diversas formas a outras esferas de atuação, especialmente à da política. De forma mais específica, não podemos pensar em universos de atuação totalmente autônomos ou que não se articulem com outros espaços, ainda mais em se tratando do jornalismo. Aliás, como vimos ao longo desta seção relacionar-se com outros espaços de atuação é uma das principais características da imprensa no Brasil.

Na verdade, não é o jornalismo que se relaciona com outros espaços, mas aqueles que lhes dão vida. Como demonstrando ao longo deste capítulo, em diferentes momentos e situações integrantes da imprensa estabeleceram relações pessoais com políticos, empresários e integrantes de outros universos de atuação. Isso ocorreu, por exemplo, quando do desenvolvimento das primeiras grandes empresas de comunicação na virada do século XIX para o XX, momento em que jornalistas e empresários se articularam com governantes e outros políticos para fazer existir jornais de grande circulação. Nesse momento, as relações entre Estado e empresários da comunicação não foram estabelecidas por meio da lógica de mercado, mas sim da lógica pessoal (PETRARCA, 2007). Ou melhor, como nos demonstra Petrarca (2007) as condições sociais que tornaram possível o desenvolvimento da “grande imprensa” no Brasil estão relacionadas à construção e à mobilização de uma rede de relações de natureza pessoal. Conquanto, isso também se tornou muito perceptível quando nos debruçamos sobre as ligações pessoais entre donos/gestores de grandes empresas de

comunicação (como Roberto Marinho e Sílvio Santos, por exemplo) e integrantes de governos na segunda metade do século passado. Isso sem falar em todo o jogo de relações e até de troca de favores em torno das concessões de sinal de rádio e de TV nas décadas de 1980 e 1990 que, envolvendo gestores governamentais, parlamentares e empresários da comunicação, fizeram se ampliar conglomerados midiáticos já existentes e colocaram nas mãos de políticos boa parte das emissoras de rádio e de televisão em operação no Brasil atualmente.

Tratando do universo jornalístico em Sergipe, percebemos o quanto a imprensa sergipana se associa à política. O principal indicador disso é que a grande maioria dos veículos noticiosos do estado pertence a integrantes do jogo político partidário local, especialmente aqueles que dependem de concessões públicas como o rádio e a televisão. Essa realidade, contudo, não é apenas reflexo do capital econômico detido por estes empreendedores, mas também das ligações que muitos deles puderam mobilizar dentro do universo político para adquirir tais concessões. Exemplos disso são apontados nos processos de constituição de dois conjuntos midiáticos em Sergipe: os dos Franco e o do grupo João Alves. De maneira mais específica, esses dois conjuntos midiáticos foram formados basicamente entre as décadas de 1970 e 1980 quando os principais expoentes dos grupos políticos em questão (Augusto do Prado Franco e João Alves Filho) ocupavam posições políticas de destaque e puderam mobilizar contatos e relações pessoais para receber concessões de sinal e montar emissoras de rádio e de TV no estado.

Outra forma ainda mais contundente de demonstrar que o espaço jornalístico tem como uma de suas características básicas se relacionar com outros espaços, ou melhor, que aqueles que lhes dão vida geralmente constituem um rol de relações/contatos com integrantes de espaços diversos, foi nos debruçarmos sobre o papel institucional dos donos/gestores de empresas jornalísticas em Sergipe. Através de tal exercício, pudemos perceber que a posição de gestor de veículo noticioso permite a seu detentor um amplo conjunto possibilidades de constituir/ampliar contatos, amizades e/ou redes de relações com integrantes da própria imprensa e de outros meios, como o político, o empresarial, o jurídico, entre outros. Trata-se das “visitas cordiais” a órgãos públicos ou associativos, das recepções de políticos e de outras autoridades, das premiações recebidas, dos convites para eventos e de outras tantas formas de socialização a que comumente os donos/gestores de veículos noticiosos são levados a participar.

De maneira mais específica, o que nos fica claro aqui é que desde princípios de sua constituição no Brasil até os dias de hoje o jornalismo tem se caracterizado por se relacionar

com outros espaços de atuação, especialmente o da política. Durante o século XIX a imprensa encontrava no jogo político suas razões de existência e sustentação. A partir de finais dos anos 1800, com o desenvolvimento da empresa jornalística (ou “grande imprensa”), a imprensa passa a se ligar a outros universos como o literário e o empresarial, e as relações com a política ganham um caráter de interdependência. Já a partir das décadas de 1960 e 1970, com o predomínio do jornalismo empresa, com a consolidação de um amplo mercado de atuação jornalístico e com o espaço da imprensa adquirindo certa autonomia as relações entre o jornalismo e outras esferas ganharam outras características. Ou melhor, o que assistimos nesse último meio século foi a dinamização das relações entre imprensa e outros espaços de atuação através dos contatos pessoais e das amizades mantidas entre integrantes do espaço jornalístico e de outros universos. De maneira geral, o que encontramos hoje é um jornalismo caracterizado pelas relações pessoais mantidas por aqueles que lhes dão vida e colegas de profissão, políticos, empresários, autoridades jurídicas, religiosas, associativas, entre outras. Ou seja, uma das características inerentes ao espaço jornalístico atualmente são as redes de relações sociais que interligam integrantes do universo da imprensa a outros jornalistas e empresários da comunicação, mas também a membros de outras esferas de atuação.

## **CAPÍTULO III**

### **A Institucionalização/Profissionalização do Jornalismo em Sergipe**

Ao longo deste capítulo nos dedicamos a analisar o processo de profissionalização da atividade jornalística em Sergipe. Inicialmente, tratamos de inserir tal processo local em uma realidade maior representada pelo processo de profissionalização do jornalismo em curso nos principais centros populacionais do Brasil e que impactou/inspirou a profissionalização desta atividade nas demais regiões do país como o estado de Sergipe, por exemplo. Para tanto, num primeiro momento apresentamos dados mais gerais sobre o processo de profissionalização do jornalismo no Brasil a partir do eixo Rio de Janeiro-São Paulo e, depois, tratamos do conjunto das regras institucionais acerca desta atividade que vem sendo definidas pelo governo federal desde a década de 1930. Com isso, identificamos como o desenvolvimento da imprensa nesses dois grandes centros populacionais foi definindo um conjunto de características próprias para o jornalismo no Brasil que o diferenciaria de outros ofícios e que, aos poucos, se disseminaria pelo país.

Em seguida, nos debruçamos especificamente sobre o processo de profissionalização do jornalismo em Sergipe, buscando identificar suas lógicas e suas características. Primeiro, demonstramos como esse processo começa a ganhar corpo a partir dos anos 1960 e 1970 junto com a constituição das primeiras empresas de mídia no estado e com a ampliação das possibilidades de atuação na imprensa garantidas pela implantação das duas primeiras emissoras de TV locais. Trata-se do momento em que o jornalismo profissional vai, aos poucos, ganhando espaço frente ao jornalismo amador até então predominante e em que as fronteiras entre os jornalisismos radiofônico, televisivo e impresso se confundem bastante. Num segundo momento, demonstramos como o processo de profissionalização do jornalismo em Sergipe se intensifica a partir dos anos 1980 quando o modelo empresarial passa a predominar entre os veículos noticiosos locais e quando um mercado de atuação jornalístico começa a se consolidar no estado. A partir desse momento, a atividade jornalística em Sergipe ganha novos imperativos: a formação acadêmica em jornalismo passa a representar uma credencial importante para o ingresso na carreira; a circulação profissional entre rádio, televisão e impressos vai, aos poucos, sendo substituída pelo direcionamento a uma mesma

modalidade de suporte noticioso; o exercício do jornalismo como profissão e, muitas vezes, como única atividade se transforma em regra entre os jornalistas sergipanos.

Outro tema tratado aqui foi a institucionalização da atividade jornalística no estado. Para isso, mais uma vez inserimos a realidade local em um contexto maior demonstrando que a institucionalização desta atividade em Sergipe está diretamente ligada a um conjunto de regras institucionais editadas pelo governo federal e direcionadas à institucionalização do jornalismo em todo o Brasil. Ou seja, demonstramos inicialmente que a institucionalização do jornalismo no estado é guiada por diretrizes externas. No entanto, apesar desse direcionamento externo, apresentamos que a institucionalização do jornalismo no estado também foi guiada pela realidade local. Mais especificamente, pela criação e pela atuação das principais instituições ligadas ao controle, à promoção e à formação jornalística em Sergipe. Por fim, demonstramos que o processo de profissionalização/institucionalização do jornalismo no estado, assim como para outras regiões, lhe garantiu certa autonomia frente a outras esferas de atuação. Contudo, trata-se de uma autonomia bastante relativa já que o jornalismo em Sergipe, como nas diversas partes do país, continuou intimamente interligado a outros espaços, especialmente ao da política. Interligação esta de cunho institucional, mas, e principalmente, baseada em relações pessoais e/ou de amizade entre integrantes da imprensa, da política e de outras esferas.

### **3.1 – A Profissionalização do Jornalismo no Brasil**

Em primeiro lugar, tratar da temática profissionalização é se debruçar sobre um conceito que exige certa cautela. Até inícios da década de 1980, dentro da própria teoria sociológica, o termo “profissão” remetia a um tipo ideal de atividade dotada de um conjunto de saberes específicos e balizada pela constituição de uma estrutura de treinamento formal, pela definição de uma deontologia (conjunto de deveres e direitos) e pela imposição de instrumentos de controle e recrutamento. Para os funcionalistas<sup>113</sup> estas estruturas serviriam para garantir a qualidade dos serviços prestados, já para os interacionistas<sup>114</sup> essas estruturas representariam essencialmente um instrumento de poder, na medida em que serviriam para garantir o monopólio sobre o mercado de serviços (BOIEGOL e DEZALAY, 1997;

---

<sup>113</sup> Corrente teórica surgida a partir dos trabalhos de Émile Durkheim e que ao longo do século XX foi desenvolvida por outros teóricos como Hebert Spencer, Talcott Parsons e Robert Merton.

<sup>114</sup> Perspectiva teórica e metodológica que começou a se desenvolver na década de 1930 nos Estados Unidos a partir de um conjunto de trabalhos produzidos por pesquisadores da Universidade de Chicago que, depois, ganharia o nome de Escola de Chicago.

SANTOS, 2011). No entanto, apesar de analisarem de formas diferentes o fenômeno profissão essas duas abordagens não questionam os processos de profissionalização das atividades ocupacionais e nem suas características estruturais principais. Para Boiegol e Dezalay (1997), ao contrário, os processos de profissionalização dos ofícios devem ser desnaturalizados, pois o mercado de atuação, as instituições e até mesmo as competências específicas de uma profissão são o resultado provisório das lutas incessantes que redefinem constantemente os espaços profissionais. Ou seja, não se pode estabelecer um modelo único e acabado de profissionalização válido para todas as atividades e em todos os contextos.

No entanto, e apesar dos desencontros teóricos levantados em torno desse tema, é possível identificar certas características comuns aos ofícios ditos profissionalizados. Para ser mais específico, a regulamentação jurídica, o desenvolvimento de um sentimento de identidade profissional, a definição de um conjunto de competências específicas, o direcionamento para um mercado de atuação e o estabelecimento de critérios (institucionalizados ou não) de entrada no ofício, tudo isso tem sido geralmente apontado pelos atuais modelos teóricos que se voltam para análise das profissões como diretamente relacionado aos processos de profissionalização pelos quais passam as atividades ocupacionais (SANTOS, 2011). Não se trata de voltar à ideia de um conceito pronto e acabado para “profissão”, mas de aceitar que as atividades profissionalizadas possuem certas regularidades que, por sua vez, são relativizadas de acordo com as especificidades de cada ofício e o contexto (histórico, institucional, político e nacional) no qual sua profissionalização é forjada.

No caso específico do jornalismo no Brasil, por exemplo, trabalhos como Ribeiro (2003), Petrarca (2007) e Barbosa (2007) demonstram como sua profissionalização decorreu de um processo que começou a ganhar forma em inícios do século passado e culminou com sua constituição enquanto um tipo específico de trabalho, dotado de regras institucionais para a entrada e o exercício e encarado por seus praticantes como sua atividade principal. Apesar de ter produzido tal conjunto de especificidades, o processo de profissionalização do jornalismo, assim como o dos demais ofícios, não é uma obra finalizada, mas apenas o produto atual das lutas pela definição da atividade. Ou seja, mesmo considerando seu início nas primeiras décadas do século passado o processo de profissionalização do jornalismo no Brasil continua até os dias de hoje. Enfim, é diante dessas e de outras questões que nos dedicaremos a seguir à análise do processo de profissionalização do jornalismo no Brasil.

### 3.1.1 – A Demarcação do Jornalismo Enquanto Ofício Específico

Como já apresentado em outros momentos nesse trabalho, até as primeiras décadas do século XX o jornalismo no Brasil era uma atividade sem muitos parâmetros e praticada por letrados (especialmente bacharéis em direito, mas também escritores, médicos, professores) como uma ocupação provisória ou esporádica que, por sua vez, representava em suas vidas um meio de renda complementar e/ou uma forma de afirmação intelectual ou mesmo um meio de atuação política. Isso começa a mudar ainda na virada do século XIX para o XX com o surgimento da “grande imprensa” ou do jornalismo empresa que passa a investir em novas tecnologias, em novas formas de tratamento da informação e na divisão de funções dentro dos impressos. Junto a isso, nesse mesmo período o repórter surge como um novo ator dentro do jornalismo, como aquele que vai desenvolver práticas específicas para a produção de conteúdo<sup>115</sup> para os impressos e que passa a dedicar a maior parte do seu tempo à atividade desenvolvida na imprensa. Enfim, nesse momento e nesse contexto abre-se a possibilidade para se viver do jornalismo como atividade principal e torna-se possível o desenvolvimento de uma carreira dentro da imprensa (PETRARCA, 2007).

Até meados do século XX, no entanto, esse processo tinha alcance limitado e se restringia a alguns poucos impressos de grande circulação da cidade do Rio de Janeiro, nas diversas regiões do país e entre grande parte dos jornais da própria capital federal o modelo de jornalismo amador e praticado por letrados com formações e motivações diversas continuou sendo o padrão dominante. As mudanças mais efetivas nesse padrão se dão a partir dos anos 1950, quando nas principais cidades do país, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, o jornalismo empresarial vai aos poucos se consolidando. Nessa fase, conhecida como de modernização da imprensa, o jornalismo vai deixando de lado o comentário e a apreciação dos acontecimentos para privilegiar a transmissão “objetiva” e “imparcial” da informação (ABREU, 2002; RIBEIRO, 2003).

No caso do jornalismo carioca, esse direcionamento para a informação se dá pelo abandono progressivo do modelo jornalístico francês e pela adoção de práticas discursivas advindas especialmente da imprensa norte-americana como o *lead* e a “pirâmide invertida”. Surgido nos Estados Unidos na década de 1880, o *lead* orienta que uma boa matéria deve trazer um relato objetivo de um fato respondendo a seis perguntas básicas — quem?, fez o quê?, quando?, onde?, como? e por quê? —, já a “pirâmide invertida” define que as

---

<sup>115</sup> Para maiores informações, ver Capítulo I, tópico 1.5 deste trabalho.

informações devem ser apresentadas em ordem decrescente de interesse e relevância para que o leitor tenha fácil acesso aos dados essenciais sobre o acontecimento narrado (RIBEIRO, 2003). Além dessas inovações, outras técnicas como o uso da linguagem direta, a escrita em terceira pessoa e sem o uso de metáforas ou eufemismos, tudo isso passou a ser definido como importante para se tentar chegar ao ideal de impessoalidade preconizado pelo jornalismo norte-americano. Com o intuito de disseminar tais práticas e buscar uma padronização dos textos jornalísticos, a partir da década de 1950 vários jornais brasileiros passaram a desenvolver manuais de redação formalizando essas e outras práticas específicas como regras a serem seguidas por todos os seus integrantes (BAHIA, 1990).

Além de tudo isso, a década de 1950 também é marcada por uma revolução do ponto de vista da apresentação/disposição visual dos conteúdos jornalísticos nos impressos. Segundo Ribeiro (2003), nesse momento se desenvolve no jornalismo brasileiro o conceito de primeira página (espécie de “cardápio atraente” dos conteúdos de um jornal) que, somado ao uso de subtítulos e de textos complementares, deixou a leitura mais agradável. Ainda segundo essa autora, esse momento marca também o aumento das retribuições financeiras (os salários) para aqueles que se dedicam ao jornalismo permitindo que tal atividade deixe de ser um “bico” ou uma ocupação provisória para seus praticantes. Trata-se de um fenômeno que nesse momento se restringiu a algumas cidades do país como Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, mas que contribuiu para os jornalistas irem adquirindo um sentido de categoria profissional.

De maneira mais enfática, segundo Pereira (2008) é nesse momento de transformação na imprensa marcado pelos anos 1950 que se dá a construção dos jornalistas enquanto um grupo diferente dos intelectuais-escritores e dos militantes políticos que davam vida ao jornalismo até então. Ou melhor, para este autor as características assumidas pela atividade jornalística neste momento, suas transformações, promoveram a substituição dos valores político-literários que balizavam o jornalismo até então por uma nova concepção de jornalismo baseada no domínio de um conjunto de competências e valores específicos para tal atividade. Enfim, foram muitas as transformações passadas pela imprensa brasileira até meados do século passado, no que resultou em uma sistematização interna da linguagem jornalística e na obtenção, por parte do jornalismo, de “certa dose de autonomização, se transformando numa comunidade discursiva própria” (RIBEIRO, 2003, p. 158).

### 3.1.2 – A Institucionalização do Jornalismo no Brasil

Em se tratando da profissionalização do jornalismo, uma segunda dimensão desse processo tem que ser considerada: a sua institucionalização. Trata-se do longo e contínuo processo de regulamentação formal da atividade jornalística, do conjunto das leis e regras institucionais que vem sendo forjado desde a primeira metade do século XX para definir os que podem exercer o jornalismo e como o devem fazê-lo. Em se tratando da institucionalização das atividades ocupacionais um fator fundamental a ser levado em consideração são as experiências nacionais na construção das profissões. No caso brasileiro, por exemplo, os processos de institucionalização das profissões se deram como uma maneira de ter acesso a recursos governamentais, mas também de fazer das carreiras profissionais uma forma de conquistar funções dentro das hierarquias do Estado (PETRARCA, 2007). Ou seja, para pensarmos nos processos de profissionalização das ocupações no Brasil é preciso considerar que eles possuem uma relação com o Estado.

Em se tratando da atividade jornalística no Brasil, seu processo de institucionalização se inicia na década de 1930 e já sob o crivo estatal. Segundo Petrarca (2007), o processo de regulamentação da profissão jornalística não ocorreu de forma isolada, mas dentro do projeto corporativista levado a cabo pelo Estado Novo<sup>116</sup> com o objetivo “organizar” grupos específicos que desempenhavam atividades profissionais. Dentre esses grupos, o dos intelectuais foi um dos que mais obteve a atenção do Estado. Nas décadas de 1920 e 1930 os intelectuais, sobretudo através da atuação na imprensa, se tornaram porta-vozes do nacionalismo e atores da construção dos valores nacionais brasileiros. Diante disso, o jornalismo e outras áreas de atuação então dominadas pelos intelectuais passaram a receber atenção do governo e foram colocados a serviço da construção/recuperação da nacionalidade (PÉCAUT, 1990).

A primeira definição jurídica do jornalismo brasileiro foi o decreto-lei 910 de 30 de novembro de 1938 editado pelo governo ditatorial de Getúlio Vargas (1937-1945). Por meio deste decreto, o jornalista foi classificado como o “trabalhador intelectual, cuja função se estende desde a busca da informação e a redação de notícias ou artigos até a organização, orientação e direção dessas atividades” (SILVA, 2009, p. 39-40). Esse decreto definiu, pela primeira vez, a carga horária de trabalho (que seria de cinco horas por dia) e os requisitos básicos para o exercício da função jornalística (obter registro de jornalista junto ao Ministério

---

<sup>116</sup> Estado Novo é o nome dado ao governo ditatorial implantado no Brasil por Getúlio Vargas entre 1937 e 1945.

do Trabalho<sup>117</sup>). Em 1943 veio a Consolidação das Leis do Trabalho que ratificou/definiu melhor as primeiras definições jurídicas da atividade jornalística e deu aval para a criação de cursos superiores de jornalismo. A partir de então, a atividade jornalística passou a ser considerada pelos seus consumidores e, principalmente, pelos seus praticantes como uma atividade dotada da chancela oficial de profissão.

A partir de meados da década de 1940, a atividade jornalística ganhava base legal para obter contornos mais definidos de profissionalismo, deixando de ser considerada como atividade secundária, possibilitando, aos que a exerciam, conquistar prestígio social e reconhecimento por parte da sociedade brasileira. Os jornalistas passariam a dispor do poder de existir publicamente, ser reconhecidos e notados como profissionais da comunicação pela população e pelos consumidores de seus produtos jornalísticos, o que lhes possibilitaria alcançar, aos poucos, maiores poderes de intervenção no âmbito social, político e cultural, por meio das atividades desempenhadas na imprensa. (SILVA, 2009, p. 36).

De maneira geral, o Estado Novo coordenou os primeiros passos da regulamentação da atividade jornalística no Brasil concedendo benefícios trabalhistas aos jornalistas (definição de jornada de trabalho, criação de benefícios previdenciários, instituição de um salário mínimo específico para a categoria, entre outros) e elaborando uma legislação que estruturou a profissão. Junto a isso, Getúlio Vargas também se encarregou de realizar concessões de subsídios às empresas jornalísticas e de se aproximar, institucional ou pessoalmente, de gestores de importantes veículos noticiosos e/ou entidades jornalísticas (SILVA, 2009). Isso pode ser percebido através de alguns casos. Em 1944, por exemplo, Vargas nomeou Mário Guastini, então diretor de *O Estado de São Paulo* (impresso paulista de maior circulação à época), para o cargo de diretor da Divisão Paulista de Imprensa, Propaganda e Radiodifusão. Em retribuição a tanto, durante o tempo em que ocupou tal posto estatal Guastini usou do jornal que dirigia para defender as ações do governo na regulamentação do jornalismo (SILVA, 2009). Outro caso que ajuda a demonstrar isso pode ser o de André Carrazzoni. Na década de 1930, Carrazzoni dirigiu impressos como *Folha Carioca*, *Jornal de Notícias*, *A Hora*, em 1939 publicou uma biografia do presidente Getúlio Vargas, em 1940 foi nomeado pelo próprio Vargas diretor do impresso estatal *A Noite* e a partir de 1944 passou a ser o presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro<sup>118</sup>. Nessa posição, em dezembro de 1944 Carrazzoni organizou um evento realizado

---

<sup>117</sup> Para obter tal registro, o candidato deveria comprovar ser brasileiro (nato ou naturalizado), ter mais de dezoito anos e não possuir antecedentes criminais e nem estar respondendo a processos na justiça.

<sup>118</sup> Fonte: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/arquivo>>, acessado em 30 em julho de 2016.

na sede do referido sindicato em que vários jornalistas e representantes de entidades da categoria demonstraram o apoio às ações do governo Vargas. Além disso, nesse evento Carrazzoni declarou que “Vargas era o campeão na instituição de leis que beneficiavam a categoria” dos jornalistas e “anunciou a realização de um grande almoço em homenagem e agradecimento ao presidente da República” (SILVA, 2009, p. 42). Além desses nomes, e também em 1944, Eduardo Pellegrini, então presidente da Associação Paulista de Imprensa, e Carlos Rizzini, então diretor-geral dos Diários Associados e presidente do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas de São Paulo (e que seria diretor do Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação e Cultura no segundo governo Vargas), organizaram homenagens ao presidente da República pelos avanços na legislação trabalhista para os homens de imprensa (SILVA, 2009). Ou seja, Vargas se aproximou de muitos diretores de jornais e, principalmente, de dirigentes de agremiações representativas da classe quando deu a atividade jornalística suas primeiras definições jurídicas, o que o ajudou a ter esse grupo profissional a seu lado durante o Estado Novo.

Concomitante a isso, foram criados sindicatos e entidades de representação para os jornalistas no país e surgiu também a primeira faculdade de jornalismo, a Fundação Cásper Líbero em 1946 (SILVA, 2009). Em contrapartida, durante o Estado Novo a ditadura varguista também instituiu a censura aos meios de comunicação (impressos e rádio) e criou o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), órgão encarregado de efetivar a censura à imprensa e de promover o governo ditatorial. Enfim, por meio dessas ações, aparentemente contraditórias, o governo ditatorial exercia controle sobre aqueles que desempenhavam atividades nos meios de comunicação, mas também buscava o apoio dos jornalistas e de suas entidades representativas para construir a legitimidade do governo (SILVA, 2009).

Na década de 1960, outros decretos estatais tratando da regulamentação da atividade jornalística foram editados, como os decretos nº 1.177 de junho de 1962 e o nº 53.263 de dezembro de 1963. Em linhas gerais, esses decretos definiam o “jornalista profissional” como aquele que desempenhava atividade remunerada e habitual de coleta/organização de informações, redação e/ou revisão de matérias informativas, ilustração (por desenho, fotografia ou outro meio) dos textos publicados em veículos noticiosos, bem como a orientação e/ou direção dessas atividades<sup>119</sup>. Em 1969, e novamente em meio a uma ditadura que buscava controlar a imprensa, outro decreto estatal dá novos parâmetros institucionais para a atividade jornalística. Por meio do decreto-lei nº 972 de outubro de 1969, as

---

<sup>119</sup> Fonte: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=87792&norma=113865>>, acessado em 10 de setembro de 2017.

características básicas da atividade definidas em decretos anteriores seriam reafirmadas, no entanto, passaria a ser exigido o diploma de curso superior em jornalismo para o exercício de tal atividade. Vale ressaltar, contudo, que segundo o mesmo decreto-lei estariam isentos da exigência de tal titulação os “provisionados”, ou seja, aqueles que comprovassem o exercício do jornalismo nos dois últimos anos anteriores à publicação deste regulamento.

Conquanto, as definições para a entrada e o exercício do jornalismo no Brasil não se consolidaram com o decreto-lei de 1969 e nem em torno da obrigatoriedade de diploma acadêmico específico. Isso ficou ainda mais claro a partir de 2001, quando uma decisão liminar da justiça suspendeu a exigência do diploma para o exercício da profissão jornalística em todo o território nacional. A partir de então vários jornalistas, entidades de representação da classe, empresas de comunicação e instituições de ensino de jornalismo entraram nas discussões, uns se posicionando favoráveis a tal medida e outros se manifestando contrários a ela. Em 2009, nova decisão judicial, agora em caráter definitivo, derruba de vez a necessidade de diploma de curso superior em jornalismo para o exercício de tal atividade no Brasil, deixando mais fluida a fronteira institucional entre o jornalismo e outras atividades.

### **3.2 – A Profissionalização do Jornalismo em Sergipe**

Como visto no tópico 1.4.1 desta tese, a profissionalização da atividade jornalística em Sergipe se inicia a partir das décadas de 1950 e 1960 com o surgimento dos primeiros impressos locais voltados para a lógica empresarial: *Gazeta de Sergipe* (1956-2004) e *Diário de Aracaju* (1964-197?). Entre outras coisas, esses jornais criaram novas condições para a atuação na imprensa e possibilitaram que alguns dos seus integrantes encarassem o jornalismo como sua profissão. Esse período de meados do século XX, no entanto, marca apenas o início desse processo, já que é nas décadas de 1970 e 1980 que a transição do jornalismo amador para o profissional se consolida no estado. Diversos fatores foram importantes nesse processo, dentre eles a criação de novos impressos no sistema empresarial e a implantação da televisão em Sergipe. Para ser mais específico, além dos dois jornais citados acima que continuaram circulando nas décadas seguintes, nos anos 1970 foram fundadas outras duas importantes empresas de mídia impressa de circulação diária em Aracaju — o *Jornal da Cidade* (1971-) e o *Jornal de Sergipe* (1978-1992) — e as duas primeiras emissoras de televisão do estado — a *TV Sergipe* (1971-) e a *TV Atalaia* (1975-). Na década seguinte, foram fundados os impressos *Cinform* (1982-) e *Jornal da Manhã* (1986-, que a partir do ano 2000 passou a se chamar

*Correio de Sergipe*) e as emissoras de televisão *TV Aperipê* (1985-) e *TV Jornal* (1987-, emissora que a partir de 1997 é adquirida pela Igreja Católica e passa a se chamar *TV Canção Nova*). Por circularem ou produzirem algum tipo de telejornal diariamente, todos esses veículos de informação tiveram que montar equipes de pessoal dedicado ao jornalismo e, com isso, formaram um mercado de atuação na imprensa e contribuíram para a profissionalização da atividade jornalística no estado.

Vale ressaltar, entretanto, que esse momento de profissionalização da atividade jornalística em Sergipe se confunde e concorre, também, com o da expansão radiofônica no estado. Apesar de a primeira estação de rádio local, a *Aperipê AM*, ter sido fundada em Aracaju em 1939 foi apenas a partir dos anos 1950, 1960 e 1970 que a radiofonia ganhou espaço no estado com a criação das emissoras de rádio *Liberdade de Sergipe AM* (1953), *Jornal AM* (1958), *Cultura AM* (1959), *Atalaia AM* (1968), *Atalaia FM* (1979), todas na capital, *Esperança AM* (1967), em Estância, e *Princesa da Serra AM* (1978), em Itabaiana. Assim como na mídia impressa, durante muito tempo a atuação no rádio em Sergipe também foi desenvolvida tendo como característica o amadorismo, além disso, os programas informativos mantidos por essas emissoras de rádio tornou comum o trânsito de pessoas com experiência nas áreas de jornalismo impresso e até televisivo nesse meio de comunicação e vice versa.

Se atentando ao encadeamento de fatores, podemos perceber que o processo de profissionalização do jornalismo em Sergipe pode ser entendido como tendo duas fases principais: uma fase de transição que vai de finais dos anos 1950 até a década de 1970 e uma fase de consolidação que vai de inícios da década de 1980 em diante. Enfim, um conjunto vasto de fatores e ações ajudam a explicar a profissionalização da atividade jornalística no estado, mas que podem ser esquematizadas nesses dois eixos principais conforme veremos a seguir.

### **3.2.1 – A Atividade Jornalística como Profissão: primeiro ato**

Como já apresentado em outros momentos ao longo desse trabalho, a atividade jornalística em Sergipe começa a se profissionalizar com o surgimento dos primeiros impressos mais voltados para a lógica empresarial do que para a militância e/ou o propagandismo político a partir de finais dos anos 1950. Até esse momento, o jornalismo no estado era geralmente praticado por integrantes do jogo político-partidário, intelectuais e

outros letrados, mas como uma atuação que quase nunca rendia retorno financeiro<sup>120</sup>, que muitas vezes ocorria de forma esporádica ou descontinuada e que sempre era encarada como uma atividade secundária nas vidas dos seus praticantes.

A partir desse período, especialmente dos anos 1960 e 1970, essa realidade começa a mudar, pois os veículos noticiosos criados a partir de então começaram a se distanciar daquele modelo de jornal panfletário e produzido por amadores e passaram a se organizar como empresas. Essas empresas jornalísticas começaram então a criar estratégias para aumentar a arrecadação de recursos (como a ampliação do número de dias em circulação e o aumento da venda de exemplares e da veiculação de anúncios pagos) e, com isso, poder auferir lucros monetários. Várias foram as consequências dessa mudança, dentre elas a ampliação do número de pessoas contratadas por esses veículos noticiosos para se dedicar à produção jornalística e a oferta de novas condições de atuação para esses “profissionais”. De forma mais específica, essa mudança no perfil dos veículos noticiosos sergipanos tornava possível aos seus integrantes encarar o jornalismo como um ofício e como um meio de sustento ou fonte de renda importante e não mais apenas como uma atividade secundária ou um “bico”.

Dentre as empresas de mídia criadas no estado até finais dos anos 1970 tivemos os impressos *Gazeta de Sergipe* (1956-2004), *Diário de Aracaju* (1964-197?), *Jornal da Cidade* (1971-) e *Jornal de Sergipe* (1978-1992), e as emissoras de televisão *TV Sergipe* (1971-) e *TV Atalaia* (1975-). Todos esses impressos eram de circulação diária, da mesma forma as emissoras de TV também produziam e veiculavam conteúdo jornalístico diariamente. Para tanto, esses veículos noticiosos precisaram montar equipes fixas de pessoal dedicadas à coleta de informações, redação das matérias e produção/apresentação do impresso/telejornal. Isso significa dizer que essas empresas de mídia não podiam mais ficar reféns apenas de colaboradores esporádicos e de profissionais de outras áreas que faziam do jornalismo uma atuação secundária em suas vidas. Era preciso contratar pessoas em regime assalariado para se dedicar exclusivamente, ou pelo menos assiduamente, ao jornalismo. É nesse contexto que entre finais dos anos 1950 e os anos 1970 alguns homens de imprensa encontraram condições de se profissionalizar no jornalismo em Sergipe.

Vale ressaltar que essas empresas de mídia não fecharam as portas para os “jornalistas-colaboradores”, aliás, estes continuam tendo espaço na imprensa sergipana até os dias de hoje, o fato é que a partir desse momento esses veículos noticiosos criaram condições

---

<sup>120</sup> Quando falamos em quase sempre sem retorno financeiro estamos tratando daqueles que escreviam os textos a serem veiculados nos impressos e não daquelas pessoas encarregadas da impressão, da distribuição e da manutenção dos jornais.

para que alguns integrantes de suas equipes de jornalismo se profissionalizassem. Com relação aos jornalistas profissionais, no entanto, não se pode dizer que todos possuíam o mesmo perfil, pois os dados colhidos permitiram identificar ao menos dois padrões principais: um que podemos chamar de “jornalistas de duplo ofício”, um conjunto de profissionais de outras áreas, geralmente servidores públicos, que conseguiam conciliar o trabalho em outra atividade com a atuação regular/formal na imprensa; e outro que podemos chamar de “jornalistas-jornalistas”, um grupo formado por aqueles que encaravam o jornalismo como sua principal atividade e composto, em sua maioria, por jovens que encontravam na imprensa um emprego com remuneração fixa e, que muitas vezes, acabava representado o início de uma longa carreira no jornalismo.

De maneira concreta, durante esse primeiro momento da profissionalização do jornalismo em Sergipe as equipes desses veículos noticiosos passaram a ser compostas por uma mescla de “jornalistas de duplo ofício”, “jornalistas-jornalistas” e “jornalistas-colaboradores”. Ou melhor, ao mesmo tempo em que os primeiros veículos noticiosos estavam se estruturando como empresas eles também estavam criando possibilidades distintas de profissionalização dos seus jornalistas. Alguns fatores ajudam a explicar essa presença dos “jornalistas-colaboradores” e dos muitos colaboradores de jornais que se transformaram em “jornalistas de duplo ofício” nas equipes de jornalismo das empresas de mídia nesse momento. Primeiro, foram eles que construíram o modo de fazer jornalismo vigente no Sergipe de então e ainda eram eles que dominavam tais técnicas/habilidades. Segundo, eles eram reconhecidos perante o público, os colegas de imprensa e até ante os gestores dos veículos noticiosos da época por sua atuação no jornalismo. Terceiro, nesse momento o recrutamento de jornalistas para as empresas de mídia era baseado nas redes de contatos que ligavam seus gestores a integrantes do meio jornalístico, e essas redes sempre perpassavam os nomes daqueles com experiências anteriores na imprensa local.

Conquanto, para que tenhamos um melhor entendimento dessa realidade vamos nos dedicar a conhecer dados biográficos de alguns dos jornalistas que se profissionalizaram atuando nas empresas de mídia de Sergipe entre finais da década de 1950 e finais dos anos 1970. Se nos atentarmos às equipes de jornalismo do *Gazeta de Sergipe* nesse período, por exemplo, encontraremos um grupo formado por colaboradores e jornalistas profissionais. De maneira mais específica, as primeiras equipes de jornalismo do *Gazeta de Sergipe* foram compostas pelos três grupos citados acima: (i) nomes com experiências anteriores no jornalismo como José Rosa de Oliveira Neto (servidor do IBGE/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Pascoal D’Ávila Maynard (servidor do IBGE), Francisco Viana, o

“Tito” (professor na Escola Técnica de Sergipe), João Oliva Alves (servidor do IBGE), Paulo Lacerda<sup>121</sup> e Ludovice José (funcionário público estadual) que começaram a se encaixar no perfil dos “jornalistas de duplo ofício”; (ii) jovens como Ivan Valença, Luiz Antonio Barreto, Osmário Santos e Ancelmo Góis que, sem outra função ou emprego, aceitaram iniciar uma atuação formal na imprensa na condição de “jornalistas-jornalistas”, ou seja, contratados formalmente para atuar como jornalistas em tempo integral; (iii) e outros nomes com experiências anteriores na imprensa como Zózimo Lima (servidor dos Correios), Alberto de Carvalho (servidor do Banco do Brasil), Paulo Gomes Dantas (auditor do TCE/Tribunal de Contas do Estado), Ariosvaldo Figueiredo (advogado), Luiz Antônio Barreto e Alceu Ezequiel Monteiro (Banco do Brasil) que se encaixavam no perfil de “jornalistas-colaboradores” (SANTOS, 2004).

Esse perfil de equipes de jornalismo formadas por mesclas de jornalistas profissionais e colaboradores também se aplica aos demais impressos de Sergipe ao longo dos anos 1960 e 1970. No *Diário de Aracaju*, por exemplo, alguns dos principais integrantes de suas equipes de jornalismo nesse período foram Raimundo Luiz (servidor do Banco do Brasil), Célio Nunes (servidor público estadual), Osório de Araújo Ramos (servidor do Banco do Estado de Sergipe e depois Juiz de Direito), Hugo Costa (advogado e procurador do TCE), João Oliva Alves, Paulo Lacerda — como “jornalistas de duplo ofício” —, Luiz Antônio Barreto, Ivan Valença — como “jornalistas-jornalistas” — e Alberto Carvalho (servidor do Banco do Brasil) e Jurandyr Cavalcante (dentista)<sup>122</sup> — como “jornalistas-colaboradores”. No *Jornal da Cidade* tivemos José Rosa de Oliveira Neto, Célio Nunes, Jurandir Santos (servidor do IAA/Instituto do Açúcar e do Alcool), Carlos Mota (advogado), Paulo Lacerda e Ludovice José como “jornalistas de duplo ofício”, Sérgio Gutemberg, Fernando Sávio, Osmário Santos e Ivan Valença “jornalistas-jornalistas” e Alberto de Carvalho, Luiz Antônio Barreto e Jurandyr Cavalcanti como “jornalistas-colaboradores”. Já no *Jornal de Sergipe* tivemos Raimundo Luiz, Hugo Costa, Jurandir Santos, Ludovice José, Paulo Lacerda como “jornalistas de duplo ofício”, Ivan Valença e Osmário Santos como “jornalistas-jornalistas” e Joel Silveira (escritor) e Ariosvaldo Figueiredo como “jornalistas-colaboradores<sup>123</sup>”. Para uma melhor compreensão desses dados, vejamos o quadro a seguir.

---

<sup>121</sup> Passa a ser servidor público da Universidade Federal de Sergipe a partir de 1970.

<sup>122</sup> Fonte: <<http://usuarioweb.infonet.com.br/~osmario>>, acessado em 06 de setembro de 2017.

<sup>123</sup> Idem.

**Quadro 2 – Distribuição dos Jornalistas por Grupo e por Impresso**

	Jornalistas	Em Quantos Impressos Atuou		Em Qual(is) Impresso(s) Atuou
		Um Impresso	Mais de Um Impresso	
<b>“Jornalistas de Duplo Ofício”</b>	01 - José Rosa de Oliveira Neto	X		GS <sup>124</sup>
	02 - Pascoal D'Ávila Maynard	X		GS
	03 - Francisco Viana	X		GS
	04 - Osório de Araújo Ramos	X		DA
	05 - Carlos Mota	X		JC
	06 - João Oliva Alves		X	GS e DA
	07 - Célio Nunes		X	JC e DA
	08 - Raimundo Luiz		X	DA e JS
	09 - Hugo Costa		X	DA e JS
	10 - Jurandir Santos		X	JC e JS
	11 - Ludovice José		X	GS, JC e JS
	12 - Paulo Lacerda		X	DA, GS, JC e JS
<b>“Jornalistas-Jornalistas”</b>	01 - Ancelmo Góis	X		GS
	02 - Sérgio Gutemberg	X		JC
	03 - Fernando Sávio	X		JC
	04 - Luiz Antonio Barreto		X	GS e DA
	05 - Ivan Valença		X	GS, DA, JC e JS
	06 - Osmário Santos		X	JS, JC e GS
<b>“Jornalistas-Colaboradores”</b>	01 - Zózimo Lima	X		GS
	02 - Paulo Gomes Dantas	X		GS
	03 - Alceu Ezequiel Monteiro	X		GS
	04 - Joel Silveira	X		JS
	05 - Alberto de Carvalho		X	GS, DA e JC
	06 - Jurandyr Cavalcante		X	DA e JC
	07 - Ariosvaldo Figueiredo		X	GS e JS
	08 - Luiz Antônio Barreto		X	GS e JC
<b>Total de jornalistas: 26</b>		<b>12</b>	<b>14</b>	

Fonte: Dados coletados pelo pesquisador.

Atentando-nos para esse quadro, podemos perceber que nesse primeiro momento da profissionalização da atividade jornalística em Sergipe havia na imprensa escrita uma predominância de “jornalistas de duplo ofício”, ou seja, de praticantes do jornalismo que aliavam a atuação perene na imprensa com outra atuação profissional. Além disso, esse conjunto de dados também nos permite perceber outras duas coisas muito importantes sobre esse primeiro momento do processo de profissionalização do jornalismo no estado. A primeira foi uma tendência a encontramos jornalistas com passagens por mais de um veículo noticioso nesse período: como podemos ver na tabela, a maioria dos jornalistas considerados

<sup>124</sup> Legenda das siglas que vem entre parêntesis: GS – para quem atuou no *Gazeta de Sergipe*; DA – para quem atuou no *Diário de Aracaju*; JS – para quem atuou no *Jornal de Sergipe*; e JC – para quem atuou no *Jornal da Cidade*.

(14/26) atuou no período em questão em mais de um impresso, sendo que alguns deles chegaram a atuar em quatro jornais diferentes. A segunda foi o predomínio de praticantes do jornalismo que aliaram suas inserções na imprensa com a atuação em outras esferas: como vimos, a grande maioria dos jornalistas considerados (20/26) — o que equivale aos grupos dos “jornalistas de duplo ofício” e dos “jornalistas-colaboradores” — associava a atividade na imprensa escrita com a atuação em outras esferas profissionais.

Essa lógica de jornalistas multiposicionados que caracterizou a imprensa escrita em Sergipe na primeira etapa de profissionalização do jornalismo no estado também vale para o segmento televisivo local. É isso o que demonstra um conjunto de dados levantados sobre o exercício do telejornalismo em Sergipe no período que vai de inícios da década de 1970 até meados dos anos 1980, momento de criação e consolidação das duas primeiras emissoras de TV do estado: *TV Sergipe* e *TV Atalaia*. De maneira geral, as equipes de jornalismo dessas duas emissoras de TV nesse momento eram compostas basicamente por “jornalistas de duplo ofício” e “jornalistas-jornalistas” com experiências anteriores no rádio e/ou na imprensa escrita. Na *TV Sergipe*, por exemplo, as primeiras equipes de telejornalismo foram compostas por nomes como Sérgio Gutemberg (vindo da imprensa escrita), Fernando Sávio (vindo da imprensa escrita), Dermeval Gomes (vindo do rádio), Gilvan Fontes (vindo do rádio), Carlos Ferreira (vindo do rádio e com passagens pela imprensa escrita), Rosalvo Nogueira (vindo do rádio), Ivaldo José (vindo do rádio) como “jornalistas-jornalistas”, Euler Ferreira (vindo do rádio; servidor do Banco do Brasil), César Cabral (vindo do rádio; servidor da SUDAP/Superintendência Estadual da Agricultura e Produção), Ludovice José (vindo do rádio e com passagens pela imprensa escrita; servidor público estadual) e Hugo Costa (vindo da imprensa escrita; advogado), como “jornalistas de duplo ofício<sup>125</sup>”. Já na *TV Atalaia*, seu departamento de jornalismo nessa época teve nomes como Roberto Batista (vindo do rádio), Sérgio Gutemberg, Fernando Sávio, Adalvo Fernandes (vindo do rádio), Dermeval Gomes, Ivaldo José, que preenchem o perfil de “jornalistas-jornalistas”, e Carlos Mota (vindo do rádio e com passagens pela imprensa escrita; advogado), Ludovice José e César Cabral, estes últimos como “jornalistas de duplo ofício<sup>126</sup>”. Vejamos o quadro a seguir.

---

<sup>125</sup> Fonte: <<http://redeglobo.globo.com/se/tvsergipe/noticia/2012/01/quatro-decadas-de-inovacao.html>>, acessado em 10 de setembro de 2017.

<sup>126</sup> Fonte: <<http://linux.alfamaweb.com.br/asm/AbreConteudo.php?d=34302>>, acessado em 11 de setembro de 2017.

**Quadro 3 – Distribuição dos Jornalistas na Imprensa Televisiva por Grupo**

	Jornalistas	Tipos de Veículos Noticiosos em que Atuou			
		TV e Rádio	TV e Impresso	TV, Rádio e Impresso	Veículo(s) Noticioso(s) em que Atuou
<b>“Jornalistas de Duplo Ofício”</b>	01 - César Cabral	X			(TVA - RAD <sup>127</sup> )
	02 - Euler Ferreira	X			(TVS – RAD)
	03 - Hugo Costa		X		(TVS – DA e JS)
	04 - Luduvice José			X	(TVS – RAD – GS, JC e JS)
<b>“Jornalistas-Jornalistas”</b>	04 - Gilvan Fontes	X			(TVS, TVA – RAD)
	05 - Roberto Batista	X			(TVA – RAD)
	06 - Adalvo Fernandes	X			(TVA – RAD)
	07 - Rosalvo Nogueira	X			(TVS, TVA – RAD)
	08 - Dermeval Gomes	X			(TVS, TVA – RAD)
	09 – Ivaldo José	X			(TVS, TVA – RAD)
	11 - Sérgio Gutemberg		X		(TVA, TVS – JC)
	12 - Fernando Sávio		X		(TVS, TVA – JC)
14 - Carlos Mota				(TVA – RAD – JC)	
	<b>Total de jornalistas: 13</b>	<b>08</b>	<b>03</b>	<b>01</b>	

Fonte: Dados coletados pelo pesquisador.

Neste quadro, podemos ver sintetizados dados sobre praticantes do jornalismo em emissoras de TV de Sergipe no primeiro momento de profissionalização da atividade jornalística no estado. As informações apresentadas nos apontam para uma predominância de “jornalistas-jornalistas” nesse conjunto, ou seja, de praticantes do jornalismo que faziam dessa atuação sua principal ou única atividade. Porém, esse conjunto de dados também nos permite perceber que, à exemplo do que encontramos entre os praticantes do jornalismo impresso no estado, os praticantes do telejornalismo em Sergipe nesse período também tendiam a circular por espaços de atuação e, principalmente, por veículos noticiosos diferentes. Como podemos ver na tabela, além de atuar no telejornalismo todos os jornalistas considerados (13/13) também se inseriram em outros tipos de veículos noticiosos: oito (08/13) tiveram passagens pelo rádio antes de se estabelecerem na TV, três (3/13) passaram pela imprensa escrita antes de chegar ao telejornalismo e dois (02/13) desenvolveram passagens tanto pelo rádio quanto pela imprensa escrita antes de se firmarem na televisão. Vale frisar, ainda, que dentre os jornalistas considerados cinco (04/13) — o que equivale ao grupo dos “jornalistas de duplo ofício” — associaram a atividade no jornalismo televisivo com a atuação em outros universos profissionais.

<sup>127</sup> Legenda das siglas entre parêntesis: TVS – *TV Sergipe*, TVA – *TV Atalaia*; RAD – para quem atuou no rádio; GS – para quem atuou no impresso *Gazeta de Sergipe*; JC – para quem atuou no impresso *Jornal da Cidade*; DA – para quem atuou no impresso *Diário de Aracaju*; e JS – para quem atuou no impresso *Jornal de Sergipe*.

Entre outras coisas, esses dados sobre os praticantes do jornalismo no estado entre finais dos anos 1950 e inícios dos 1980 nos indicam que a profissionalização da atividade jornalística em Sergipe esteve mais ligada a personagens que conseguiram se inserir em espaços de atuação e, principalmente, em veículos noticiosos distintos do que àqueles que se restringiam a apenas um órgão de comunicação. Desenvolvendo inserções diversas, esses praticantes do jornalismo puderam estreitar relações com colegas de imprensa e também com integrantes de outros espaços formando redes de relações pessoais que acabavam ampliando suas possibilidades de inserção e de profissionalização no jornalismo. Vale ressaltar que os critérios de entrada no jornalismo sergipano desse período se baseavam, quase que exclusivamente, nas indicações de amigos ou conhecidos ligados à atividade jornalística. Apesar de o Decreto-lei nº 972 de 17 de outubro de 1969 exigir a posse de título acadêmico para o exercício do jornalismo em todo o território nacional, em Sergipe inexistiam cursos dessa natureza e todos os integrantes das equipes de jornalismo do estado até inícios dos anos 1980 (incluindo os nomes citados acima) não detinham tal titulação sendo amparados pelo mesmo decreto-lei como jornalistas provisionados (ou práticos). Diante disso, era muito comum nesse momento não somente a migração de praticantes do jornalismo entre o rádio, a televisão e os impressos, como também o exercício da atividade jornalística por parte de profissionais de outras áreas com interesse na imprensa. Tudo isso ajudou a cristalizar as redes de relações pessoais como um recurso fundamental para a atuação no jornalismo sergipano até os dias de hoje.

Além disso, tomados em conjunto esses dados nos levam a perceber esse primeiro momento do processo de profissionalização da atividade jornalística em Sergipe como um período de transição. Se por necessidade as empresas de comunicação que estavam se constituindo criaram condições para que membros de suas equipes de jornalismo se profissionalizassem, essa profissionalização não ocorreu em massa e nem foi vivida da mesma maneira pelos praticantes do jornalismo: enquanto alguns, especialmente jovens sem outro emprego ou formação, acabaram fazendo do jornalismo sua atividade e fonte de renda principais, a grande maioria, nomeadamente funcionários públicos e profissionais liberais, acabou se profissionalizando no jornalismo tendo-o como uma segunda atividade e meio de sustento. Vários fatores podem ser citados como definidores dessa configuração. Dentre eles vale destaque para o baixo valor dos salários pagos aos jornalistas profissionais nesse período que atraía principalmente jovens solteiros e servidores públicos que, com jornadas de trabalho reduzidas, podiam fazer da atividade regular na imprensa uma segunda ocupação e fonte de renda.

### 3.2.2 – A Atividade Jornalística como Profissão: a consolidação

Se o período compreendido entre os anos 1960 e 1970 podem ser tomados como de transição do jornalismo amador para o profissional em Sergipe, as duas décadas seguintes marcam a consolidação do jornalismo enquanto profissão no estado. Os anos 1980 e 1990 são o momento em que a atividade jornalística em Sergipe tem suas características principais firmadas — credenciais, competências. É também nesse momento que, aos poucos, o modelo encarnado pelo “jornalista-jornalista” (aquele que assume o jornalismo como sua atividade e fonte de renda principais) vai se transformar no padrão assumido pela grande maioria dos jornalistas sergipanos. Isso não significa dizer, entretanto, que os “jornalistas de duplo ofício” e os “jornalistas-colaboradores” deixaram completamente de atuar nos veículos noticiosos locais, na verdade estes continuam atuando no jornalismo local até os dias de hoje, mas ocupam um espaço bem menor do que outrora.

Para melhor entender esse processo, nos dedicaremos agora a analisar alguns dados biográficos dos integrantes das equipes de jornalismo dos veículos noticiosos sergipanos do período. Dentre as principais empresas de mídia criadas ou ainda em atuação no estado de inícios dos anos 1980 até inícios dos anos 2000 tivemos os impressos *Gazeta de Sergipe* (1956-2004), *Jornal da Cidade* (1971-), *Jornal de Sergipe* (1978-1992), *Cinform* (1982<sup>128</sup>-) e *Jornal da Manhã* (1986-, que a partir de 2001 muda de nome para *Correio de Sergipe*) e as emissoras de televisão *TV Sergipe* (1971-), *TV Atalaia* (1975-), *TV Aperipê* (1985-) e *TV Jornal* (1987-, que a partir de 1997 passa a se chamar *TV Canção Nova*). Com relação à circulação excetuando-se o *Cinform* que é um semanário, todos os demais impressos citados eram/são de circulação diária, já as emissoras de TV todas produzem e veiculavam conteúdo jornalístico diariamente.

Como podemos ver, em relação ao período anterior (décadas de 1960 e 1970) houve um aumento no número de empresas de mídia atuando no estado. Na realidade, ao longo das décadas de 1980 e 1990 não somente novas empresas jornalísticas surgiram como todas elas passaram por processos de modernização e ampliação dos seus setores de produção jornalística custeados, principalmente, pelo aumento das receitas com publicidade. Trata-se mais especificamente da implantação de novos imperativos de produção de conteúdo jornalístico, ampliação das redações e melhoramento das condições de atuação e das retribuições financeiras dos jornalistas. Além disso, a partir de então as empresas de mídia de

---

<sup>128</sup> O *Cinform* foi fundado em 1982 como um “balcão de classificados”. Somente a partir de 1986 tal impresso inicia a montagem de uma equipe de jornalistas e passa a produzir e veicular conteúdo jornalístico.

Sergipe passaram a intensificar a setorização das funções (editor de política, editor de cidades, editor variedades, repórter policial, repórter generalista...). O resultado de tudo isso é que a partir das últimas décadas do século XX houve uma ampliação significativa das possibilidades de atuação para os jornalistas em Sergipe, ou seja, mais praticantes do jornalismo passaram a ser absorvidos por essas empresas de mídia.

Junto a isso, nesse momento em que as empresas de mídia sergipanas estão se consolidando e ampliando sua capacidade de produção de conteúdo noticioso, o perfil de praticante do jornalismo também vai mudando. A partir dos anos 1980 as equipes de jornalismo dos veículos noticiosos passaram a ser predominantemente compostas por nomes que se encaixam no padrão “jornalista-jornalista”. Isso fica mais claro quando nos dedicamos a analisar dados biográficos de integrantes das equipes de jornalismo das empresas de mídia locais entre a década de 1980 e inícios dos anos 2000. Com relação à equipe de jornalismo do *Gazeta de Sergipe*, por exemplo, destacaram-se nesse momento nomes como Diógenes Brayner (Bacharel em Comunicação Social, ocupou cargo comissionado na esfera pública<sup>129</sup>), Cláudio Nunes (Bacharel em Comunicação Social, passou pelo rádio), Osmário Santos (Bacharel em Comunicação Social, ocupou cargo comissionado na esfera pública), Rita Oliveira (Bacharel em Comunicação Social, ocupou cargo comissionado na esfera pública), Rubens Barroso (Bacharel em Comunicação Social, ocupou cargo comissionado em órgão público), Luiz Antônio Barreto (ocupou cargo comissionado na esfera pública), Eugênio Nascimento (ocupou cargo comissionado na esfera pública) e Gilvan Manoel (ocupou cargo comissionado na esfera pública) — estes três últimos remanescentes do primeiro momento de profissionalização do jornalismo no estado — representando o perfil de “jornalista-jornalista<sup>130</sup>”.

Esse padrão de equipes de jornalismo formadas, predominantemente, por “jornalistas-jornalistas” também pode ser observada nos demais impressos de Sergipe no mesmo período. No *Jornal da Cidade*, por exemplo, alguns dos principais integrantes de suas equipes de jornalismo nesse período foram Acácia Trindade (Bacharel em Comunicação Social, ocupou cargo comissionado na esfera pública), José Araújo de Santana (Bacharel em Comunicação Social, ocupou cargo comissionado na esfera pública), Avelar Mattos (Bacharel em Comunicação Social), Osmário Santos, Cleomar Brandi (Bacharel em Comunicação Social,

<sup>129</sup> O termo “cargo comissionado” é aqui entendido como cargo na Administração Pública (municipal, estadual ou federal) ou em assessoria parlamentar que pode ser ocupado por uma pessoa que não faz parte do quadro de funcionários efetivos, ou seja, que não passou pela aprovação em concurso público. A seleção para esse tipo de cargo se dá mediante indicação direta de integrante da administração pública.

<sup>130</sup> Fonte: <<http://midiadepressa.blogspot.com.br/2009/09/saudades-da-gazeta-de-sergipe.html>>, acessado em 13 de setembro de 2017.

ocupou cargo comissionado na esfera pública), Marcos Cardoso (Bacharel em Comunicação Social, ocupou cargo comissionado na esfera pública), Dilson Ramos (Bacharel em Comunicação Social, ocupou cargo comissionado na esfera pública), Antônio Carlos da C. Garcia (Bacharel em Comunicação Social), Rosa Vasconcelos (Bacharel em Comunicação Social), Raimundo Brito (Bacharel em Comunicação Social, ocupou cargo comissionado na esfera pública), Roberto Batista, Eugênio Nascimento, Luiz Antônio Barreto e Ivan Valença (ocupou cargo comissionado na esfera pública) — estes quatro últimos remanescentes do primeiro momento de profissionalização do jornalismo no estado. No *Jornal de Sergipe* destacaram-se nesse período Diógenes Brayner, Cleomar Brandi, José Araújo de Santana, Luciano Correia (Bacharel em Comunicação Social, ocupou cargo comissionado na esfera pública), Jozailto Lima (Bacharel em Comunicação Social), Antônio Carlos da C. Garcia, César Gama (ocupou cargo comissionado na esfera pública), Eugênio Nascimento e Gilvan Manoel. No *Jornal da Manhã* destacaram-se Raimundo Brito, Gilson Sousa (Bacharel em Comunicação Social, ocupou cargo comissionado na esfera pública), Marcos Cardoso, Cláudia Lemos (Bacharel em Comunicação Social), César Gama, Eron Ribeiro (Bacharel em Comunicação Social, tem passagens pelo rádio), José de Araújo Santana, Carlos Ferreira (com passagens pelo rádio, ocupou cargo comissionado na esfera pública), Eugênio Nascimento e Célio Nunes (ocupou cargo comissionado na esfera pública). Já no *Cinform* destacaram-se, entre outros, Jozailto Lima, Dilson Ramos, Guga Oliveira (Bacharel em Comunicação Social em 2001), José Cristian Góes (Bacharel em Comunicação Social), Gilson Sousa, Marcos Cardoso, César Gama e Carlos Ferreira. Todos estes nomes fizeram/fazem do jornalismo sua atividade e fonte de renda principais.

Com relação às emissoras de TV, esse segundo momento do processo de profissionalização do jornalismo em Sergipe começa a ser sentido a partir de meados da década de 1980, quando as duas primeiras emissoras de TV do estado (*TV Sergipe* e *TV Atalaia*) passam por processos internos de reformulação e duas novas emissoras de televisão locais entram no ar (*TV Aperipê* e *TV Jornal*), e vai também até inícios dos anos 2000. A partir de meados dos anos 1980, especialmente as emissoras *TV Sergipe* e *TV Atalaia*, sofreram reformulações que impactaram fortemente sobre o que era produzido e veiculado o que, por sua vez, recaiu diretamente sobre o perfil dos integrantes das equipes de jornalismo e dos demais setores dessas empresas de mídia. Tais reformulações decorreram de exigências e ações definidas pelas diretorias das redes de televisão (*Globo*, *SBT*, *Bandeirantes*) do sudeste do país às quais estas emissoras locais estavam filiadas. Se adequando às exigências das grandes redes de televisão, as emissoras locais implantaram um conjunto de mudanças

organizacionais e de produção de conteúdo noticioso que interferiu no perfil dos integrantes de suas equipes de jornalismo. A partir desse momento passou-se a dar primazia aos jornalistas com titulação acadêmica na área de comunicação social e com dedicação integral ao telejornalismo, de modo que os jornalistas sem tal titulação ou os oriundos do rádio e/ou da imprensa escrita vão sendo preteridos. Isso não significa dizer, no entanto, que os jornalistas não titulados ou que circulam entre o rádio, os impressos e a televisão perdem todo o espaço no telejornalismo, mas sim que eles passaram a representar um número cada vez menor no conjunto dos integrantes das equipes de jornalismo das TVs sergipanas.

Para verificarmos o perfil dos jornalistas no meio televisivo sergipano a partir de meados dos anos 1980 até inícios dos anos 2000, levaremos em conta dados biográficos de integrantes das equipes de jornalismo das quatro emissoras de televisão de sinal aberto de Sergipe nesse período: *TV Sergipe*, *TV Atalaia*, *TV Aperipê* e *TV Jornal* (que a partir de 1997 passa a se chamar *TV Canção Nova*). Na *TV Sergipe*, por exemplo, nesse período alguns nomes se destacaram, dentre eles Gilvan Fontes, Euler Ferreira (ocupou cargo comissionado na esfera pública), Cleomar Brandi, Eugênio Nascimento, Rosalvo Nogueira (começou no rádio, ocupou cargo comissionado em órgão público, Bacharel em Comunicação Social em 2004), Antônio Carlos da C. Garcia, André Barros (Bacharel em Comunicação Social), Cláudio Nunes, Dilson Ramos, Marcos Cardoso, Luciano Correia, Carla Suzanne (Bacharel em Comunicação Social), Rivando Góis (Bacharel em Comunicação Social), Rosângela Dória (Bacharel em Comunicação Social, ocupou cargo comissionado em órgão público) e Ana Fontes (Bacharel em Comunicação Social). Na *TV Atalaia* destacaram-se nesse período Eduardo do Valle, André Barros, Rosângela Dória, Rosalvo Nogueira, Nivaldo Cândido (Bacharel em Comunicação Social, tem passagens pelo rádio), Roberto Batista, Euler Ferreira e Gilvan Fontes. Na *TV Aperipê*, merecem destaque nesse período Cleomar Brandi, Marcos Cardoso, Rosa Vasconcelos, Acácia Trindade, Nivaldo Cândido e Avelar Mattos. Já na *TV Jornal*, podemos citar Cleomar Brandi, André Barros, Ana Fontes, Nivaldo Cândido, Eron Ribeiro, Rivando Góis, Rosa Vasconcelos, Avelar Mattos, Eugênio Nascimento, Otoniel Amado (o "Bareta", tem passagens pelo rádio) e Carlos Batalha (começou no rádio, ocupou cargo comissionado na esfera pública).

Para uma melhor compreensão desses dados, observemos a tabela a seguir que reúne informações de todos os jornalistas citados nesta seção.

**Quadro 4 – Distribuição dos Jornalistas por Impresso e por Emissora de TV**

Jornalistas	Bacharel em Com. Social	Passou pelo Rádio	Ocupou Cargo Comissionado <sup>131</sup>	Em Quantos Impressos atuou			Em Quantas Emissoras de TV Atuou			Atuou em Impresso e TV
				Um	Mais de Um	Impressos	Uma	Mais de Uma	Emissoras	
1 - Acácia Trindade	X		X	X		JC <sup>132</sup>	X		TVP	X
2 - André Barros	X		X					X	TVS, TVA, TVJ	
3 - Ana Fontes	X							X	TVS, TVJ	
4 - Antônio C.C. Garcia	X				X	JC JS	X		TVS	
5 - Avelar Mattos	X			X		JC		X	TVP, TVJ	X
6 - Carlos Batalha		X	X				X		TVJ	
7 - Carla Suzanne	X						X		TVS	
8 - Carlos Ferreira		X	X		X	CM, JM				
9 - Célio Nunes			X	X		JM				
10 - César Gama			X		X	JS, JM, CM				
11 - Cláudia Lemos	X			X		JM				
12 - Cláudio Nunes	X	X			X	GS, JM	X		TVS	X
13 - Cleomar Brandi	X		X		X	JC, JS		X	TVS, TVP, TVJ	X
14 - Dilson Ramos	X		X		X	JC, CM			TVS	
15 - Diógenes Brayner	X		X		X	GS, JS				
16 - Eduardo do Valle							X		TVA	
17 - Eron Ribeiro	X	X		X		JM	X		TVJ	
18 - Eugenio Nascimento			X		X	GS, JC, JS, JM		X	TVS, TVJ	X
19 - Euler Ferreira		X	X					X	TVS, TVA	
20 - Gilson Sousa	X		X		X	CM, JM				
21 - Gilvan Fontes		X						X	TVS, TVJ	
22 - Gilvan Manoel			X		X	GS, JS				
23 - Guga Oliveira	X			X		CM				
24 - Ivan Valença			X	X		JC				
25 - José A. de Santana	X		X		X	JC, JS, JM				
26 - Jozailto Lima	X				X	CM, JS				
27 - Luciano Correia	X		X	X		JS	X		TVS	X
28 - Luiz A. Barreto			X		X	JC, JS				
29 - Marcos Cardoso	X		X		X	JC, CM, JM		X	TVS, TVA	X
30 - Nivaldo Cândido	X	X						X	TVA, TVP, TVJ	
31 - Osmário Santos	X		X		X	GS, JC				
32 - Otoniel Amado		X					X		TVJ	
33 - Raimundo Brito	X		X		X	JC, JM				
34 - Rita Oliveira	X		X	X		GS				
35 - Rivando Góis	X							X	TVS, TVJ	
36 - Roberto Batista				X		JC	X		TVA	X
37 - Rosa Vasconcelos	X			X		JC		X	TVP, TVJ	X
38 - Rosalvo Nogueira	X	X	X					X	TVS, TVA	
39 - Rosângela Dória	X		X					X	TVS, TVA	
40 - Rubens Barroso	X	X	X	X		GS				
<b>Total de jornalistas: 40</b>	<b>27</b>	<b>10</b>	<b>24</b>	<b>12</b>	<b>16</b>		<b>10</b>	<b>13</b>		<b>09</b>

Fonte: Dados coletados pelo pesquisador.

<sup>131</sup> Refere-se à ocupação de cargo em comissão (de confiança) em governos (municipal, estadual ou federal).

<sup>132</sup> Legenda das siglas usadas na tabela: GS - *Gazeta de Sergipe*, JC - *Jornal da Cidade*, JS - *Jornal de Sergipe*, JM - *Jornal da Manhã*, CM - *Cinform*, TVS - *TV Sergipe*, TVA - *TV Atalaia*, TVP - *TV Aperipê* e TVJ - *TV Jornal*.

Os dados levantados nos levam a perceber o período compreendido entre a década de 1980 e inícios dos anos 2000 como um momento de consolidação do processo de profissionalização da atividade jornalística em Sergipe. Nesse momento, as possibilidades de atuação nos veículos noticiosos sergipanos foram se modificando e se ampliando e mais pessoas puderam encarar o jornalismo como sua atividade e fonte de renda principais. Esse processo foi acompanhado, também, por uma mudança no perfil dos praticantes do jornalismo. Como vimos, a partir dos anos 1980 houve um aumento significativo da importância da formação acadêmica em jornalismo para a atuação na imprensa. Isso pôde ser verificado não somente pelo significativo aumento no número de praticantes do jornalismo com tal titulação, mas também quando percebemos que mesmo depois de vários anos de experiência na imprensa local alguns jornalistas buscaram tal formação como, por exemplo, Guga Oliveira (que começou a atuar no jornalismo local em meados dos anos 1980 e concluiu o Bacharelado em Comunicação Social em 2001) e Rosalvo Nogueira (que iniciou sua carreira na imprensa de Sergipe na década de 1970 e concluiu curso superior em jornalismo em 2004).

Diversos fatores podem ser apontados como importantes para essa nova configuração do jornalismo no estado. Um deles foi o aumento das retribuições financeiras para atuação na imprensa local. Tal fator fez o jornalismo se transformar em uma opção de ofício para um número maior de pessoas que passaram a exercer o jornalismo como sua principal ou até única atividade e fonte de renda. Sendo assim, se justificavam ações que viessem a garantir ou a aumentar as possibilidades de atuação na imprensa como, por exemplo, a obtenção de uma formação acadêmica em jornalismo.

Conquanto, tomados em conjunto esses dados também nos demonstram que a formação acadêmica não é determinante para a atuação no jornalismo e que a migração entre veículos noticiosos diferentes e a inserção em outras esferas profissionais continuam significativas nesse momento de consolidação do processo de profissionalização do jornalismo em Sergipe. Como podemos ver no quadro acima, dos quarenta jornalistas tratados treze (13/40) não possuem titulação acadêmica em jornalismo, vinte e nove (29/40) já atuaram em mais de um veículo noticioso, nove (09/40) já atuaram em impressos e em emissoras de TV, dez (10/40) possuem passagens pelo rádio e vinte e quatro (24/40) ocuparam cargos comissionados na esfera pública. Assim, o que esses dados nos demonstram é que, até os dias de hoje, a atividade jornalística em Sergipe continua ligada a personagens que conseguem se inserir em espaços de atuação distintos e, principalmente, circular por veículos noticiosos

diferentes. Ou seja, o processo de profissionalização do jornalismo em Sergipe consolidou esta atividade em torno da multiposicionalidade dos seus praticantes e, conseqüentemente, da constituição/ampliação de redes de relações pessoais que extrapolam o espaço da imprensa. Dessa forma, podemos perceber que as redes de relações pessoais se cristalizaram como um recurso imprescindível para a inserção e para a atuação no jornalismo sergipano.

Assim, podemos concluir que, mesmo com o aumento da importância de uma titulação acadêmica específica para a atuação na imprensa em Sergipe a partir dos anos 1980, as credenciais de entrada e exercício do jornalismo neste estado continuaram profundamente baseadas em outros critérios, especialmente nas redes de relações tecidas pelos jornalistas. Ou seja, que mesmo para aqueles que detêm a formação acadêmica em jornalismo as possibilidades de inserção e atuação na imprensa sergipana continuam intimamente ligadas à constituição e mobilização de redes de relações pessoais diversas.

### **3.3 – A Institucionalização do Jornalismo em Sergipe**

Outro viés importante para pensarmos a profissionalização do jornalismo em Sergipe é tratar das características específicas da institucionalização desta atividade no estado. Ou melhor, é tratarmos das instituições ligadas ao controle, à representação de classe, à formação de quadros e à promoção da atividade jornalística local. Pensar na criação e na atuação dessas entidades é tratar da importância de suas ações para as delimitações formais da atividade jornalística no estado, é tratar da constituição de fronteiras entre o exercício do jornalismo e o de outras atividades, é pensar na gradativa autonomia que o exercício do jornalismo vai ganhando com relação a outras esferas de atuação a partir do trabalho realizado por elas. Conquanto, para tratarmos da institucionalização do jornalismo em Sergipe precisamos ter ciência de que a realidade local está inserida em uma realidade maior representada, principalmente, por um conjunto de regras institucionais de amplitude nacional que, como vimos no tópico 3.1.2, vem sendo definidas pelo governo federal desde a década de 1930. Ou seja, as ações (e até a própria criação) dos órgãos sergipanos ligados ao jornalismo respondem, em certa medida, a dinâmicas externas ao estado.

Com relação a estas instituições, merecem destaque a ASI (Associação Sergipana de Imprensa), o SINERTERJ/SE (Sindicato das Empresas de Rádio, Televisão e Jornais do Estado de Sergipe), o SINDIJOR-SE (Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Sergipe) e as faculdades de Comunicação Social da UNIT (Universidade Tiradentes) e da

UFS (Universidade Federal de Sergipe). Com relação à ASI, trata-se de uma agremiação fundada em 1933 por um conjunto de “homens de imprensa” (donos de impressos, intelectuais e outros produtores de conteúdo jornalístico) para ser uma entidade de representação jornalística e ao mesmo tempo uma espécie de clube de notáveis. Dentre seus fundadores e sócios-diretores nas primeiras décadas tivemos Edson de Oliveira Ribeiro (desembargador do TRE/SE – Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe), Gonçalo Rollemberg Leite (jurista, promotor público e professor da Faculdade de Direito de Sergipe), Godofredo Diniz (prefeito de Aracaju 1934-1941; deputado federal por Sergipe entre 1947-1954), Virgínio Santana (professor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Sergipe), Omer Mont’alegre (intelectual e político), Acrísio Cruz (professor e político), dentre outros. A ASI foi a primeira entidade a reunir e a defender os interesses dos praticantes do jornalismo em Sergipe, e dentre suas ações nos primeiros tempos destacou-se a luta pela fixação de um salário mínimo para a categoria<sup>133</sup>. A partir de finais dos anos 1970, com a criação de sindicatos profissionais específicos (como o SINDIJOR-SE), a ASI passou a desempenhar um papel mais ligado à promoção da atividade jornalística com a realização de festas, cursos e seminários e a entrega de premiações como o prêmio de reportagem “Pascoal Maynard” (a partir de 1984) e o troféu “Destaque Imprensa” (nos anos 1990)<sup>134</sup>.

Com relação ao SINERTERJ-SE, trata-se de uma associação jornalística patronal criada em 2003 para agregar e representar os gestores das empresas de comunicação de Sergipe. Já com relação ao SINDIJOR-SE, este foi criado em 1977 como uma agremiação de jornalistas profissionais para se posicionar com relação às questões referentes ao exercício do jornalismo no estado: representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais de sua categoria profissional e dos seus associados; participar de negociações e celebrar contratos, acordos e convenções coletivas de trabalho; defender a regulamentação profissional; entre outros<sup>135</sup>. Desde sua fundação, tal sindicato tem atuado na defesa da categoria, na reserva/constituição de um mercado de atuação próprio para os jornalistas e na definição de critérios para a entrada e o exercício do jornalismo. Exemplos disso podem ser dois fatos ocorridos em março de 1985: o primeiro refere-se a uma denúncia feita por este sindicato à Delegacia Regional do Trabalho a respeito de empresas jornalísticas sergipanas que montaram assessorias de comunicação sem contratar nenhum jornalista com titulação acadêmica na área (como defina a legislação da época) para compor suas equipes; já o

---

<sup>133</sup> Fonte: <<http://www.infonet.com.br/noticias/cultura//ler.asp?id=146420>>, acessado em 15 de setembro de 2017.

<sup>134</sup> Idem.

<sup>135</sup> Fonte: <<http://sindijor-se.com.br>>, acessado em 05 de outubro de 2017.

segundo refere-se a uma solicitação formal feita pelo SINDIJOR-SE ao governo do estado acerca da necessidade de contratação de jornalistas formados para atuar nas assessorias de imprensa de órgãos públicos estaduais<sup>136</sup>.

Essa atuação do SINDIJOR-SE em torno do exercício do jornalismo não se restringiu aos seus primeiros anos de fundação, aliás, o principal sentido de existência de um sindicato é (ou pelo menos deveria ser) atuar nas questões referentes a atuação do grupo profissional que representa, e isso nunca cessa. Concordando com essa afirmação, podemos citar algumas ações mais recentes deste sindicato nesse sentido: em abril de 2008, por exemplo, em alusão ao dia do jornalista o referido sindicato lançou um informativo dizendo que a categoria dos jornalistas em Sergipe não tem muito a comemorar, pois tem “o piso salarial mais rebaixado do país”, “é obrigado a cumprir jornadas além do que manda a lei (cinco horas)”, além de ter “outros direitos cotidianamente desrespeitados<sup>137</sup>”; nove anos depois, a 22 de janeiro de 2017, o então presidente do SINDIJOR-SE, Paulo Sousa, e outros diretores desta agremiação profissional, reuniram-se com a coordenação do curso de Comunicação Social e com a assessoria jurídica da UNIT para discutir as regras de estágio em jornalismo<sup>138</sup>; já a 02 de maio do mesmo ano este presidente do SINDIJOR-SE compareceu à sessão aberta na Câmara dos Vereadores de Aracaju para apresentar algumas reivindicações da classe jornalística: concurso público para jornalistas na Câmara de Vereadores e na Prefeitura da cidade de Aracaju<sup>139</sup>. Isso sem falar que, em parceria com a OAB/SE (Ordem dos Advogados do Brasil/seção Sergipe) e com a SETRANSP/AJU (Secretaria de Transportes de Aracaju), o SINDIJOR-SE realiza anualmente a entrega de duas premiações jornalísticas: o “Prêmio OAB de Jornalismo” e o “Prêmio SETRANSP de Jornalismo”.

Conquanto, nada exemplifica melhor a importância do SINDIJOR-SE e do SINERTERJ-SE no processo de institucionalização da atividade jornalística no estado do que as Convenções Coletivas de Trabalho costuradas anualmente entre esses dois sindicatos da classe jornalística local. Trata-se de acordos formais devidamente registrados na SRTE-SE (Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Sergipe) que têm sido firmados entre o sindicato dos jornalistas profissionais e o sindicato dos empresários de comunicação de Sergipe desde pelo menos inícios dos anos 2000 para definir ou aperfeiçoar (naquilo que a Constituição Federal de 1988 permite) regras para a atividade jornalística no estado. Tais

---

<sup>136</sup> Fonte: GAZETA DE SERGIPE. Jornalistas Denunciam Empresas Irregulares. Gazeta de Sergipe, Aracaju, nº 7.903, 10 e 11 de março de 1985, p. 02.

<sup>137</sup> Fonte: <<http://www.infonet.com.br/blogs/winstonneil/ler.asp?id=72014>>, acessado em 05 de outubro de 2017.

<sup>138</sup> Fonte: <<http://sindijor-se.com.br>>, acessado em 05 de outubro de 2017.

<sup>139</sup> Idem.

Convenções Coletivas de Trabalho representam o resultado momentâneo das disputas pela definição do exercício do jornalismo em Sergipe e determinam pautas transitórias como o piso salarial anual para a categoria, por exemplo, mas também redefine ou cria normas de validade perene: (i) regras específicas para os estágios dos estudantes dos cursos de Comunicação Social; (ii) normas específicas para a contratação de jornalistas por parte das empresas de comunicação — as últimas Convenções Coletivas de Trabalho, por exemplo, definem que somente jornalistas com titulação acadêmica em Comunicação Social podem ser formalmente contratados para exercer o jornalismo em empresas de comunicação do estado<sup>140</sup>; (iii) obrigações para as empresas de comunicação — pagar gratificações e adicionais específicos aos jornalistas contratados, oferecer planos de saúde sob condições especiais para seu corpo de jornalistas, bancar custos de defesa advocatícia do jornalista juridicamente processado no exercício da função para a empresa<sup>141</sup>; entre outros.

Já com relação às instituições de ensino superior que passaram a oferecer formação em jornalismo a partir dos anos 1980 e 1990, elas representam a constituição de instâncias formais de habilitação para atuação no jornalismo. Conforme já citado outras vezes neste trabalho, desde 1969 um decreto-lei foi criado exigindo a posse de titulação acadêmica específica para o exercício do jornalismo em todo território nacional. No entanto, em Sergipe, assim como em outras regiões do país distantes dos grandes centros populacionais, durante muito tempo o jornalismo continuou sendo praticado por jornalistas sem tal titulação. Entre os motivos para tal realidade é que todos aqueles que comprovassem experiência na imprensa anterior a tal legislação poderiam requerer o registro de jornalista profissional junto às Delegacias Regionais de Trabalho, além disso, o mesmo decreto-lei estabelecia que até decisão em contrário os veículos de informação poderiam continuar contratando profissionais sem tal titulação até o limite de um terço dos integrantes de suas equipes de jornalismo na condição de jornalistas provisionados. Na verdade, durante muito tempo não houve um controle efetivo sobre a atuação de jornalistas sem titulação acadêmica e somente em 1985 é que os registros para jornalistas provisionados deixam de ser expedidos<sup>142</sup>. Em parte, isso se

---

<sup>140</sup> Essa regra da Convenção Coletiva de Trabalho celebrada entre o SINDIJOR-SE e o SINERTERJ-SE se sobrepõe a decisão judicial de âmbito nacional do ano de 2009 que desobriga a necessidade do diploma de curso superior em jornalismo para o exercício formal desta atividade, mas não se aplica aos jornalistas que obtiveram o registro de Jornalista Profissional junto às Delegacias Regionais do Trabalho antes de 1985. Fonte: <<http://sindijor-se.com.br>>, acessado em 08 de outubro de 2017.

<sup>141</sup> Fonte: <<http://sindijor-se.com.br>>, acessado em 14 de outubro de 2017.

<sup>142</sup> Com o fim das expedições de registros de jornalistas provisionados pela Lei nº 7.360, de 10 de Setembro de 1985, todos aqueles que comprovassem atuação na imprensa nos dois anos anteriores à publicação desta lei poderiam requerer o registro permanente de jornalista profissional junto à Delegacia Regional de Trabalho de sua região e, portanto, continuar atuando sem formação acadêmica em jornalismo.

explica pelo fato de que em muitos estados ou centros populacionais os primeiros cursos superiores em jornalismo só foram criados a partir dos anos 1980.

Em Sergipe, por exemplo, o primeiro curso de jornalismo só foi criado em 1981 pela UNIT, uma instituição de ensino particular, e somente em 1985 é formada a primeira turma. De maneira concreta, apesar de haver uma reserva de mercado de atuação para jornalistas com titulação acadêmica definida por lei nacional desde 1969, até 1981 Sergipe não possuía nenhum curso superior em jornalismo e até meados dos anos 1980 o mercado de atuação jornalístico local era quase que totalmente ocupado por profissionais provisionados. No entanto, entre os jornalistas sergipanos dos anos 1970 e 1980 muitos possuíam formação acadêmica em outras áreas, especialmente em filosofia, história, letras português e direito. O curso de comunicação social da UNIT ficou sendo o único na área em Sergipe até 1993 quando a UFS, uma instituição de ensino pública, também passa a oferecer curso superior em jornalismo. Através desses cursos, mas também pelos seminários, palestras e produções acadêmicas sobre o mercado de atuação jornalístico local que vem produzindo, esses dois estabelecimentos de ensino também passaram a atuar na institucionalização da atividade jornalística em Sergipe.

Segundo Tuzzo (2005, p. 163), no entanto, durante muito tempo os empresários da comunicação em Sergipe defenderam a ideia de que os jornalistas formados na universidade não possuíam as competências necessárias para atuar na imprensa e que a formação acadêmica na área não era necessária. Diante disso, desde que criou curso de comunicação social a UNIT iniciou um trabalho de valorização da formação acadêmica em jornalismo que, ao longo dos anos 1980 e 1990, ganharia a adesão de outras instituições e grupos como o SINDIJOR-SE, a ASI e o Departamento de Comunicação Social da UFS. Nos primeiros anos do curso de Comunicação Social, a UNIT incluiu no seu corpo docente alguns jornalistas reconhecidos no cenário sergipano e titulados em outras áreas de conhecimento como, por exemplo, Ivan Valença<sup>143</sup>. A ideia era “preservar a estima” daqueles jornalistas que já estavam atuando na imprensa local e passar a imagem de que o curso superior em Comunicação Social seria um espaço de discussão e ampliação das competências caras à atividade jornalística (TUZZO, 2005). Conquanto, é nos anos 1990 que as instituições de formação em comunicação social e que a titulação acadêmica em jornalismo ganham destaque em Sergipe, passando a desempenhar papel importante na profissionalização da atividade jornalística local. É nesse momento que Complexo de Comunicação social da UNIT e o

---

<sup>143</sup> Ivan Valença é licenciado em Filosofia pela UFS em 1974 e atua na imprensa de Sergipe desde a década de 1950.

Departamento de Comunicação Social da UFS passaram a representar, junto aos veículos de comunicação e às associações de classe, instâncias de credenciamento e valorização dos jornalistas e da atividade jornalística no estado. Importância esta que não se abala com a desobrigação da necessidade de formação acadêmica na área para o exercício do jornalismo definida a partir de 2009, pelo contrário, esses dois núcleos dessas instituições de ensino continuam formando jornalistas, promovendo ações de promoção da atividade e sendo reconhecidas como tal pelos próprios profissionais do jornalismo, pelos empresários da comunicação e pela comunidade sergipana como um todo.

De maneira geral, essas entidades ligadas ao jornalismo local não definiram, sozinhas, as regras que balizam o estado atual da institucionalização da atividade jornalística em Sergipe, pois como demonstrado no início desta seção a realidade estadual também responde a demandas externas. No entanto, o momento e as condições em que foram criadas tais entidades, as ações específicas que tomaram e as interações mantidas entre elas definiram o ritmo e certas características específicas do processo de institucionalização desta atividade no estado. O momento em que o título acadêmico em jornalismo ganha importância no jornalismo sergipano é um exemplo disso, pois, diferentemente de outras regiões do país, em Sergipe isso só começa a acontecer a partir de inícios dos anos 1980 com a criação do primeiro curso superior de Comunicação Social no estado. Outro exemplo pode ser a reserva de mercado de trabalho para a atuação de jornalistas profissionais em alguns órgãos públicos locais, fato que decorre das pressões do SINDIJOR-SE nos últimos anos.

Por fim, vale dizer que se durante muito tempo a atividade jornalística em Sergipe (assim como o fora em outras regiões do país) não possuía muitos parâmetros, hoje ela é um atividade constituída sob regras institucionais próprias, e para isso muito contribuiu a atuação das instituições tratadas neste capítulo. Tais regras ajudaram a delimitar um nicho de mercado de atuação para os jornalistas e ao mesmo tempo concorreram para a definição de quem pode exercer o jornalismo no estado. Além disso, elas ajudaram a definir também condições específicas para a atividade jornalística para as empresas de comunicação. Como resultado desse processo, a atividade jornalística em Sergipe adquire certa autonomia com relação a outras esferas de atuação.

### 3.3.1 – A Autonomia da Atividade Jornalística em Sergipe

Entre outras coisas, as discussões levantadas nesta seção nos levaram a pensar em outra temática, qual seja, aquela da autonomia do jornalismo em relação a outras esferas de atuação. Para os estudos sobre profissões, a profissionalização e/ou institucionalização de um ofício tem como uma de suas consequências a construção de certa autonomia frente a outras atividades e/ou esferas sociais. No entanto, diversos trabalhos (BOURDIEU, 1997; CHAMPAGNE, 2000; NEVEU, 2006; PETRARCA, 2007; entre outros) têm demonstrado que mesmo assumindo a feição de ofício profissionalizado e institucionalizado a atividade jornalística continua amplamente interligada a outros espaços. Ao tratar da realidade francesa, por exemplo, Champagne (2000) demonstra como o jornalismo profissional e institucionalmente organizado naquele país continua intimamente interligado a outros espaços, especialmente ao político e ao econômico, de modo que tal interligação ajudou até a alterar a própria noção de “informação” na imprensa francesa das últimas décadas. Em relação ao Brasil, Petrarca (2007) têm seguido no mesmo viés e demonstrado como o jornalismo neste país também se caracteriza pela baixa autonomia em relação a outras esferas de atuação. Segundo esta autora, mesmo com o longo processo que culminou com a constituição de um conjunto de saberes próprios para o jornalismo, com a criação de entidades de controle e com a definição de recursos formais para a atuação profissional (como o diploma) a prática do jornalismo no Brasil continuou permitindo a acumulação e reconversão de recursos diversos, sobretudo aqueles arrecadados em inserções no universo da política, em credenciais de entrada e atuação na imprensa.

Tratando especificamente da realidade do jornalismo em Sergipe, podemos constatar que aquilo que foi apresentado acerca da autonomia da atividade jornalística em outras realidades e por outros autores também se aplica ao caso sergipano. Ou seja, mesmo com o avanço dos processos de profissionalização e institucionalização do jornalismo em Sergipe a autonomia dessa atividade em relação a outras esferas, especialmente a da política, se manteve bastante relativa. Em primeiro lugar, e conforme já demonstrado neste trabalho, historicamente a grande maioria dos veículos noticiosos sergipanos tem pertencido a integrantes do jogo político local — atualmente, 50% das emissoras de TV de sinal aberto, 72% das emissoras comerciais de rádio e 50% dos jornais impressos do estado pertencem a políticos — e isso já é demonstrativo de uma íntima ligação entre os espaços jornalístico e político local. Conquanto, as interligações entre o jornalismo sergipano e outras esferas também podem ser percebidas ao longo do próprio processo de

profissionalização/institucionalização desta atividade no estado, especialmente através das ligações pessoais e/ou institucionais estabelecidas entre integrantes dos meios jornalístico e político local. Para demonstrar isso, tomaremos alguns casos envolvendo instituições de representação jornalística, personagens com atuação destacada na imprensa local, instâncias governamentais e integrantes do meio político sergipano.

Tomando a ASI, por exemplo, percebemos como desde sua fundação, em 1933, esta instituição representa um elo de ligação entre o jornalismo e o meio político em Sergipe. Para isto basta-nos lembrar que entre seus fundadores e/ou presidentes figuraram homens dedicados ao jornalismo, mas também atuantes na política local, como Godofredo Diniz (prefeito de Aracaju entre 1934 e 1941 e deputado federal por Sergipe entre 1947 e 1954), Francisco Leite Neto (deputado estadual entre 1935 e 1937, deputado federal entre 1946 e 1963 e senador entre 1963 e 1964) e Acrísio Cruz (Diretor da Instrução Pública entre 1947 e 1951, diretor do Conselho Estadual de Educação na década de 1950 e deputado estadual entre 1951 e 1955). Além disso, as ligações entre a ASI e o meio político sergipano também podem ser observadas em eventos, solenidades e parcerias envolvendo esta instituição e autoridades políticas locais. Em 1950, por exemplo, um ato festivo em comemoração ao décimo sétimo aniversário desta agremiação jornalística contou com a presença de diversas autoridades, dentre elas a do então governador do estado José Rollemberg Leite. Mais recentemente, as relações entre a ASI e a esfera política local ficaram ainda mais evidentes: em 2004, por exemplo, esta instituição recebeu 90.000,00 reais em investimentos do governo estadual para a realização de uma reforma em sua sede própria, reforma esta comemorada a 17 de dezembro do mesmo ano em uma solenidade que homenageou, entre outros, o então governador do estado e responsável por tal investimento, João Alves Filho<sup>144</sup>; já em março de 2007, os então governador do estado, Marcelo Déda, e prefeito de Aracaju, Edvaldo Nogueira, foram homenageados pela ASI com a medalha do mérito jornalista Monsenhor Fernandez da Silveira<sup>145</sup>.

Com relação ao SINDIJOR/SE, suas relações com a esfera política local também são intensas, e alguns eventos são demonstrativos disso. Em 2013, por exemplo, essas relações ficaram claras quando o então governador do estado em exercício, Jackson Barreto, cedeu ao SINDIJOR/SE um imóvel integrante do patrimônio público para lhe servir de sede. Concessão esta que foi oficializada em solenidade realizada no Palácio de Veraneio e

---

<sup>144</sup> Fonte: <<http://www.infonet.com.br/noticias/cidade//ler.asp?id=30231>>, acessado em 15 de outubro de 2017.

<sup>145</sup> Fonte: <<http://www.passeiociclistico.se.gov.br/noticias/governo/marcelo-deda-recebe-medalha-da-associacao-sergipana-de-imprensa>>, acessado em 15 de outubro de 2017.

presidida pelo próprio governador em exercício, Jackson Barreto, na presença do então presidente do SINDIJOR/SE, Paulo Sousa, e de outras autoridades políticas e jornalísticas<sup>146</sup>. Outro exemplo dessas relações pode ser a cerimônia de posse da diretoria do SINDIJOR/SE para o triênio 2013/2016. Este evento reuniu várias autoridades jurídicas, jornalísticas e políticas locais como o governador em exercício Jackson Barreto, os senadores Antônio Carlos Valadares e Eduardo Amorim, os deputados federais André Moura e Márcio Macêdo, o secretário adjunto de Comunicação da Prefeitura de Aracaju, André Carvalho, os diretores de Jornalismo da *TV Sergipe*, Pedro Varone, da *TV Canção Nova*, Rosalvo Nogueira, e do *Cinform*, Jozailto Lima, o presidente da OAB/SE (Ordem dos Advogados do Brasil, seção Sergipe), Carlos Augusto, entre outros<sup>147</sup>.

Além dessas ações que assumem um caráter mais institucional, podemos perceber as relações entre o jornalismo e a esfera política local também através das carreiras de muitos personagens destacados do jornalismo em Sergipe, como Raimundo Luiz e Luciano Correia. Raimundo Luiz fez carreira na imprensa sergipana como diretor de jornalismo do *Diário de Aracaju* (década de 1960) e do *Jornal de Sergipe* (finais dos anos 1970 e primeira metade dos 1980). A partir de 1966, Raimundo passa a dividir a atuação na imprensa com o cargo de secretário particular do então governador Lourival Baptista (1966-1970), cargo que ocupa graças à indicação de Geraldo Barreto Sobral, seu colega dos tempos de universidade e genro de Lourival Batista<sup>148</sup>. Tempos depois, na primeira gestão de João Alves Filho como governador (1983-1987), e novamente por indicação de amigos, Raimundo Luiz foi Secretário de Comunicação do Estado e, depois, Superintendente da *Fundação Aperipê de Telecomunicação*. Na administração seguinte, do governador Antônio Carlos Valadares (1987-1991), sua experiência em pastas governamentais e sua rede de contatos o levaram a ocupar o cargo de Secretário Especial de Assuntos Político-Governamentais. E, por fim, na segunda gestão de João Alves Filho como governador (1991-1994), Raimundo Luiz atua novamente como Secretário de Comunicação Social do Estado<sup>149</sup>. Conquanto, as ligações ou redes de contatos tecidas entre o jornalista Raimundo Luiz e integrantes do meio político local também possuem outra face: a concessão de comendas públicas. Exemplos disso podem ser o “Diploma da Ordem do Mérito Aperipê”, concedido por articulação do ex-governador João

<sup>146</sup> Fonte: <<http://www.agencia.se.gov.br/noticias/governo/jackson-oficializa-cessao-de-imovel-para-sede-do-sindicato-dos-jornalistas>>, acessado em 16 de outubro de 2017.

<sup>147</sup> Fonte: <<http://universopolitico.com.br/posse-da-nova-diretoria-do-sindijor-reune-grandes-nomes-da-sociedade-sergipana>>, acessado em 16 de outubro de 2017.

<sup>148</sup> Fonte: <[http://usuarioweb.infonet.com.br/~osmario/igc\\_conteudo.asp?codigo=1553&catalogo=5&inicio=24](http://usuarioweb.infonet.com.br/~osmario/igc_conteudo.asp?codigo=1553&catalogo=5&inicio=24)>, acessado em 16 de outubro de 2017.

<sup>149</sup> Idem.

Alves Filho, e a “Medalha do Mérito Parlamentar”, concedida em dezembro de 2001 por indicação da então deputada estadual Susana Azevedo e entregue em solenidade realizada na Assembleia Legislativa de Sergipe com as presenças do então vice-prefeito de Aracaju, Edvaldo Nogueira, e do então conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, Reinaldo Moura, e de outras autoridades estaduais<sup>150</sup>.

Com relação a Luciano Correia dos Santos, este se inseriu no jornalismo sergipano atuando como editor de telejornais na *TV Sergipe* (1987-1990), depois atuou no *Jornal de Sergipe* (1991-1993) e desde 1997 é professor titular do Departamento de Comunicação Social da UFS. Conquanto, juntamente com sua atuação na esfera do jornalismo Luciano Correia tem desenvolvido forte inserção no meio político ocupando cargos na administração pública. Entre 1998 e 2000, por exemplo, suas ligações com integrantes da gestão do então prefeito de capital, João Augusto Gama, o levaram a ocupar o cargo de Secretário de Comunicação Social da prefeitura de Aracaju. Tempos depois, e graças à amizade pessoal que mantinha com o então governador do estado Marcelo Déda, ocupou o cargo de presidente da *Fundação Aperipê de Telecomunicação* entre 2011 e 2015<sup>151</sup>. E mais recentemente, graças também a amizade pessoal que mantém com o então prefeito da capital sergipana, Edvaldo Nogueira, integrante do grupo político liderado por Marcelo Déda, é novamente Secretário de Comunicação Social da prefeitura de Aracaju desde 2016<sup>152</sup>.

Enfim, por esses dados, podemos perceber que o processo de profissionalização/institucionalização do jornalismo em Sergipe o fez ganhar certa dose de autonomia frente a outros espaços. Contudo, trata-se de uma autonomia relativa já que o jornalismo em Sergipe se relaciona de diversas formas com outras esferas, especialmente a da política. Essas relações se dão de forma institucional e, especialmente, de forma pessoal através de redes de contatos e amizades que interligam integrantes das esferas da imprensa e da política resultando em cargos públicos para jornalistas, premiações jornalísticas para políticos e vice versa, entre outros.

---

<sup>150</sup> Fonte: <<http://www.institutomarcelodeda.com.br/jornalista-raimundo-luiz-recebe-medalha-na-assembleia-legislativa>>, acessado em 15 de outubro de 2017.

<sup>151</sup> Fonte: <<http://www.infonet.com.br/blogs/clauidionunes/ler.asp?id=116007>>, acessado em 15 de outubro de 2017.

<sup>152</sup> Fonte: <<http://www.aracaju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=50787>>, acessado em 15 de outubro de 2017.

### **3.4 – A Institucionalização/Profissionalização do Jornalismo em Sergipe: a importância das redes de relações pessoais**

Ao longo deste capítulo apresentamos uma análise acerca do processo de profissionalização/institucionalização da atividade jornalística em Sergipe. Inicialmente, tal apresentação trouxe dados mais gerais sobre o processo de profissionalização do jornalismo no Brasil com foco no eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Com isso, percebemos como o jornalismo praticado nesses dois grandes centros populacionais foi adquirindo um conjunto próprio de características que o diferenciaria de outros ofícios e que se disseminaria pelo país ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980. Em seguida, nos debruçamos propriamente sobre o processo de profissionalização/institucionalização do jornalismo em Sergipe, traçando suas linhas gerais e identificando suas especificidades. Primeiro, demonstramos que o processo de profissionalização da atividade jornalística neste estado se intensificou a partir da década de 1980 quando a lógica empresarial passou a ser a regra entre os veículos noticiosos locais e quando um mercado de atuação jornalístico se formou em Sergipe. Segundo, apontamos como esse processo local se insere em um contexto maior representado, principalmente, pelas dinâmicas do jornalismo praticado no sudeste do país e por um conjunto de regras institucionais que vem sendo definidas pelo governo federal desde a primeira metade do século XX.

Conquanto, apesar de esse processo de profissionalização/institucionalização do jornalismo em Sergipe ter definido regras formais para a entrada e para a atuação nessa atividade, ele também cristalizou a importância das redes de relações pessoais para o exercício do jornalismo no estado. Trata-se, mais especificamente, de redes de contatos pessoais tecidas pelos jornalistas e que os ligam entre si, mas que também extrapolam o universo da imprensa interligando o jornalismo a outros espaços de atuação, especialmente ao da política. Essa importância das redes de relações para a atuação no jornalismo sergipano pôde ser percebida de duas formas básicas: em primeiro lugar, como materializador das ligações do jornalismo com o espaço da política e com outros universos sociais; em segundo lugar, como recurso profissional para os praticantes do jornalismo no estado, aumentando suas possibilidades de inserção na imprensa e de sucesso profissional.

Com relação a esse primeiro ponto, ela recai sobre a autonomia profissional conquistada pelo jornalismo ao longo da segunda metade do século passado. Tratando da realidade sergipana, vimos que o processo de profissionalização/institucionalização do jornalismo local contribuiu para que tal atividade ganhasse delimitações formais e,

consequentemente, certa autonomia frente a outros espaços de atuação. Porém, trata-se de uma autonomia relativa, de modo que sua interligação com outras esferas, especialmente a da política, é bastante contundente. Essas ligações entre o jornalismo e outros espaços até ocorrem de forma institucional, conquanto, é principalmente através dos contatos pessoais entretidos entre os praticantes do jornalismo e personagens desses outros espaços que essas ligações mais se materializam. Ou seja, o processo de profissionalização/institucionalização do jornalismo em Sergipe acabou afirmando as relações de cunho pessoal entre os jornalistas e integrantes de outros espaços sociais como um determinante profissional fundamental.

Já com relação à importância das redes de relações pessoais como recurso profissional no jornalismo, podemos dizer que elas se configuram como uma credencial imprescindível para a atuação no jornalismo local. O processo de profissionalização/institucionalização do jornalismo em Sergipe (que começou a ganhar corpo a partir dos anos 1960) foi aos poucos definindo os recursos/credenciais básicos para o exercício de tal atividade no estado. Entre as décadas de 1960 e 1970, o jornalismo sergipano estava se estruturando enquanto uma atividade regular, formal e remunerada e estava aberto a profissionais de outras áreas, egressos do rádio e jovens sem formação específica. A partir dos anos 1980, no entanto, o processo de profissionalização/institucionalização desta atividade no estado se faz mais intenso, de modo que credenciais mais específicas para a entrada e a para atuação na imprensa do estado começam a se impor ajudando a criar um perfil de profissional para o jornalismo local ligado à posse de titulação acadêmica específica. No entanto, esse mesmo processo foi acompanhado pela afirmação e diversificação da importância das redes de relações pessoais constituídas pelos praticantes do jornalismo em Sergipe. Como vimos, ao longo da segunda metade do século XX a posse desses contatos pessoais passou a representar fator importantíssimo para a inserção e para a atuação no jornalismo sergipano, de modo que aqueles jornalistas com mais inserções profissionais e, consequentemente, mais contatos pessoais firmados representam a maioria dentre aqueles que se profissionalizaram nesse período. Entre outras coisas, isso pode ser explicado pelo fato de que quanto mais contatos/amizades tem um praticante do jornalismo, especialmente entre integrantes da própria imprensa, mas também entre personagens de outras esferas, mais chances ele tem de conseguir um posto profissional no meio jornalístico. Conquanto, como veremos mais à frente, esses contatos não permitem apenas uma consagração interna ao jornalismo, pois podem ser convertidos também em inserções profissionais em outros universos, especialmente cargos na administração pública.

Em resumo, ao tratarmos do processo de profissionalização da atividade jornalística em Sergipe percebemos que ele se insere em um contexto maior e externo às instituições e ao próprio meio jornalístico sergipano. Ou melhor, que ele se insere no longo processo de profissionalização/institucionalização do jornalismo no Brasil que resultou na transformação desta atividade em um ofício especializado, institucionalizado e dotado de regras próprias de entrada e exercício. Porém, ao nos dedicarmos a entender as especificidades e as condições da profissionalização do jornalismo em Sergipe vimos como certos recursos foram sendo definidos para o exercício de tal atividade no estado e que, dentre eles, merecem destaque as redes de relações pessoais tecidas pelos jornalistas entre si, mas também entre integrantes de outros espaços, especialmente o da política. Ou seja, os dados aqui levantados e analisados demonstram que o processo de profissionalização/institucionalização do jornalismo no estado consolidou a constituição de redes de relações pessoais como um recurso profissional imprescindível para o exercício dessa atividade.

## **CAPÍTULO IV**

### **Das Competências para a Ocupação de Postos de Gestão no Jornalismo**

Ao longo deste capítulo nos dedicamos a identificar as competências que devem ser dominadas para a ocupação de postos de gestão jornalística em veículos noticiosos em Sergipe e como elas são adquiridas/desenvolvidas. Para tanto, recorreremos a dados coletados diretamente através de entrevistas aprofundadas com jornalistas-dirigentes sergipanos, mas também a informações levantadas por outros trabalhos sobre o jornalismo. Com relação à construção da análise ela foi dividida em três momentos principais: apresentação da hierarquia básica das posições jornalísticas em órgãos midiáticos; identificação e apresentação das principais habilidades que devem ser dominadas pelos jornalistas-dirigentes; e discussão sobre as instâncias de aquisição de tais competências.

Antes de avançar sobre a identificação e análise das competências que devem ser dominadas pelos ocupantes de postos de direção jornalística, fez-se necessário conhecer a hierarquia básica das posições dentro do setor jornalístico (para diferenciar do setor administrativo e/ou comercial) de um veículo noticioso. Apesar de não haver uma hierarquia fixa e válida para todos os órgãos de comunicação, foi possível perceber que os diversos órgãos noticiosos têm suas equipes divididas e hierarquizadas em quatro setores básicos: Direção de Jornalismo, Chefia de Redação, Editorias e Reportagem. Em cada veículo de comunicação esses setores podem possuir subdivisões específicas, mas, mesmo assim, permanece perceptível uma hierarquização constante. E isso foi o que tornou possível levar em consideração as experiências de jornalistas-dirigentes de veículos noticiosos muito diferentes.

Num segundo momento, foi realizada a identificação e a análise das principais competências que devem ser dominadas pelos ocupantes de postos de gestão jornalística em veículos noticiosos. A esse respeito, foi levantado que cabe a um jornalista-dirigente dominar desde habilidades gerais do fazer jornalístico até competências mais específicas ligadas diretamente à gestão de uma equipe de jornalistas e à administração de custos, interesses dos controladores do órgão noticioso, fontes de informação, entre outros. Por fim, em uma última etapa tratamos das instâncias de aprendizado do ofício jornalístico ou, mais especificamente, das condições de assimilação das habilidades necessárias à ocupação de um posto de gestão

no jornalismo. Tal etapa seguiu no sentido de demonstrar que a inserção/atuação no próprio espaço da imprensa desempenha papel imprescindível na formação dos jornalistas, especialmente no desenvolvimento das competências para a ocupação de postos de direção nesse espaço profissional.

#### **4.1 – Competências para a Gestão no Jornalismo**

Uma das questões centrais nos estudos sobre grupos profissionais é a dos saberes específicos para cada profissão, já que o domínio desses qualificativos é definidor da entrada e da atuação profissional. Ou melhor, uma das preocupações desses estudos é identificar as competências fundamentais ao exercício de uma profissão e, principalmente, compreender como elas adquiriram tal importância. Tratando especificamente do jornalismo, a ideia seria identificar as competências/saberes que um jornalista precisa dominar para se apresentar como tal e entender a importância desses qualificativos no exercício desta atividade e como eles adquiriram tal *status*.

De maneira geral, em se tratando dos saberes jornalísticos a literatura chama muito a atenção para aquelas competências referentes à construção e apresentação das notícias, mas há também outras habilidades que precisam ser dominadas pelos jornalistas para a atuação e, principalmente, para a ascensão profissional na imprensa, foco do presente trabalho. Ou melhor, em se tratando da ocupação de postos de comando jornalístico o domínio dos saberes relacionados à construção e à apresentação das notícias é indispensável, conquanto, também é imprescindível o domínio de habilidades mais sutis referentes aos limites da atuação no jornalismo e às exigências e constrangimentos específicos dos veículos noticiosos. A assimilação desses dois conjuntos de competências é de suma importância para o crescimento profissional, e posicional, no jornalismo, pois como imaginar o reconhecimento da autoridade do Chefe de Redação de um jornal, por exemplo, frente aos seus comandados (seus colegas jornalistas) sem que este possua esses conhecimentos? Além disso, os jornalistas mais bem qualificados tendem a ser mais reconhecidos pelos gestores financeiros das empresas de mídia do que os mais limitados, e isso impacta diretamente na ocupação de postos de direção ou comando jornalísticos nos veículos noticiosos.

Entretanto, poucos são os trabalhos que se ocupam em identificar as habilidades específicas dominadas pelos jornalistas que ocupam postos de direção na imprensa e de como elas são adquiridas/desenvolvidas. É bem verdade que existem os manuais de redação ou

jornalismo editados por vários veículos de comunicação, mas eles são específicos para cada veículo ou conglomerado de mídia e apenas definem estruturas hierárquicas e apontam algumas normas de atuação. Há também alguns trabalhos acadêmicos como Medina (1988), Pereira Jr. (2009) e Neveu (2006) que nos fornecem subsídios importantes para o tratamento dessa questão, no entanto, esses trabalhos não têm como foco central as habilidades dos gestores da área jornalística.

Conquanto, antes de avançar sobre a identificação e a análise das habilidades dos ocupantes de postos de direção jornalística, faz-se necessário conhecer a hierarquia básica das posições jornalísticas dentro de uma empresa de mídia. De antemão, vale mencionar que não há uma hierarquia fixa e válida para todos veículos noticiosos, já que o número de subdivisões na hierarquia de um veículo noticioso depende do tamanho de sua redação, ou melhor, do maior ou menor número de integrantes de sua equipe jornalística. Apesar disso, é possível identificar uma setorização comum a todos os órgãos de mídia como esquematizado no quadro a seguir:

**Quadro 5: Hierarquia Jornalística Básica de uma empresa de Mídia**

ORDEM	SETOR	DESCRIÇÃO BÁSICA DAS FUNÇÕES
1°	<b>Direção de Jornalismo</b>	Setor estrutural de um veículo noticioso geralmente circunscrito ao cargo jornalístico mais elevado de uma empresa de mídia, cuja posição pode ser designada por nomes diferentes como, por exemplo, <b>Diretor de Jornalismo, Diretor de Redação, Editor Geral</b> .
2°	<b>Chefia de Redação</b>	Setor operacional de um veículo noticioso, ou seja, responsável pelo funcionamento prático da redação. Tal setor pode ser composto por apenas um jornalista ou por alguns profissionais em ordem hierárquica de funções e seu(s) titular(es) pode(m) ser designado(s) por diversos nomes a depender do veículo noticioso e da função prática que exerce como, por exemplo, <b>Chefe de Redação, Secretário de Redação, Chefe de Reportagem, Editor-Chefe, Editor-Executivo</b> .
3°	<b>Editorias</b>	Setores responsáveis por cadernos ou telejornais específicos e cujos titulares são chamados de <b>Editores</b> (no caso das TVs, esse setor pode abrigar <b>Editores de Imagem, Redatores, Produtores</b> ).
4°	<b>Reportagem</b>	Setor responsável por produzir as reportagens cujos titulares são chamados de <b>Repórteres</b> .

Fonte: Dados coletados pelo pesquisador.

Como vimos no quadro acima os títulos das posições variam, mas os princípios organizacionais que orientam a hierarquização das funções numa empresa jornalística são constantes. A veiculação regular, às vezes diária, de conteúdo noticioso requer uma coordenação e uma definição de papéis entre integrantes de uma equipe jornalística bem afinada, pois muitas vezes não há tempo para retardar uma deliberação. Ou seja, quem atua no jornalismo tem uma relação tensa com o tempo (NEVEU, 2006). De forma geral, todo veículo noticioso tem uma equipe estruturada em quatro setores que, de forma hierárquica, podem ser

apresentados da seguinte forma: **Direção de Jornalismo, Chefia de Redação, Editorias e Reportagem.**

A **Direção de Jornalismo**, na verdade, é representada pelo cargo jornalístico mais importante de um veículo noticioso, cujo titular é responsável pela linha editorial do órgão, pelas negociações com o setor comercial (com os donos do veículo noticiosos, se for o caso de uma empresa privada), pela representação pública do jornalismo do órgão midiático (em eventos, perante autoridades, etc.), pelas promoções, às vezes até pelo recrutamento de novos jornalistas, entre outros. A **Chefia de Redação**, por sua vez, representa o segundo setor mais importante na hierarquia de um veículo noticioso, pois é responsável pelo gerenciamento e funcionamento prático da redação. Determina as pautas diárias, de acordo com a linha editorial, supervisiona as equipes de produção, escolhe as matérias que serão veiculadas, auxilia em problemas corriqueiros, atua diretamente no recrutamento de novos jornalistas, demissões, escalas de trabalho, remanejamentos e promoções, tudo com a ajuda do setor Financeiro e/ou do de Recursos Humanos do órgão midiático, entre outros. Em pequenos jornais, esse setor pode ser composto apenas por um jornalista, já em grandes impressos ou em departamentos de jornalismo de emissoras de televisão esse setor conta com alguns profissionais posicionados em uma hierarquia própria do setor e designados por nomes diferentes. Nas palavras de Neveu (2006), ao analisar a estrutura hierárquica da redação do jornal francês *Le Monde*, esse segundo setor de um veículo noticioso pode ser representado pelo cargo de Secretário de Redação:

“(...) o secretário de redação é antes de tudo o gestor das pressões que resultam em orientações da informação jornalística e dos julgamentos que nascem do fluxo da atualidade. Ele tem de traduzir em fatos as escolhas realizadas em reunião de pauta. Seu trabalho, ingrato e essencial, consiste em gerar a repartição do espaço jornalístico, acompanhar o retorno das matérias dentro dos prazos, controlar seu tamanho e sua qualidade, enfrentar os imprevistos decidindo as mudanças de uma página diante da sobrecarga da atualidade ou, ao contrário, preenchendo na hora um espaço deixado em branco pela queda de uma matéria.” (NEVEU, 2006, p. 77).

Já as **Editorias** são responsáveis por cadernos (no caso do jornalismo impresso) ou por telejornais (no caso do jornalismo televisivo) específicos e seus titulares são chamados de Editores. Os Editores normalmente participam do planejamento, mas não da produção primária das matérias: orientam o trabalho de sua editoria, discutem as pautas com os repórteres, decidem quais matérias entram ou não na edição, decide quais textos terão destaque. Também são responsáveis por fazer adequações nos materiais que recebem (dos repórteres), corrigir os erros e até reescrever o que achar necessário: no caso da imprensa

escrita o Editor também faz a diagramação do seu caderno, decide se vai ter fotos e, se for o caso, as seleciona; no caso da imprensa televisiva revisa e/ou produz textos para as reportagens e para o telejornal que edita (CAVERSAN, 2009). Por fim, a **Reportagem** é o setor que está na base da hierarquia de um veículo noticioso, é responsável por realizar pesquisa de informações, fazer as reportagens de rua (entrevistar pessoas, gravar e produzir externas), redigir textos, fazer cobertura de eventos e coletivas, entre outros. Em órgãos de imprensa de porte médio e grande existem equipes de reportagem específicas para cada editoria e compostas por repórter, motorista e repórter fotográfico (para a imprensa escrita) ou cinegrafista (no caso do telejornalismo).

Vale frisar, mais uma vez, que essa hierarquização não é rigorosamente seguida em todos os veículos noticiosos, mas a descrição desses quatro principais setores jornalísticas dentro dos órgãos de mídia nos ajuda a entender como estes funcionam, as fronteiras entre os papéis evocados e até as relações de força entre seus componentes. Além disso, esse esforço analítico em torno da hierarquização das posições em um veículo noticioso se faz imprescindível para procedermos à tarefa de identificar as competências/saberes mais importantes para o exercício do jornalismo, e conseqüentemente para o crescimento posicional na imprensa, a partir do caso sergipano.

#### **4.2 – Das Competências para a Ocupação de Postos de Comando no Jornalismo**

Quando pensamos nas competências para a atuação e, principalmente, para a ocupação de postos de comando no jornalismo um leque grande de saberes importantes se abre, afinal de contas os cargos de direção jornalísticos exigem o desempenho de diversas funções como podemos perceber nos excertos abaixo.

“Ao director compete:

- › Orientar, superintender e determinar o conteúdo da publicação;
- › Designar os jornalistas com funções de chefia e coordenação;
- › Representar o periódico perante quaisquer autoridades em tudo quanto diga respeito a matérias da sua competência (...).
- › Fazer a “ponte” entre a administração do jornal e a redacção e vice-versa.
- › Gerir o pessoal e custos por exemplo de acordo com as directivas da administração zelando sempre pelo interesse dos jornalistas e pelo bom ambiente na redacção.” (SIMÃO, 2007, p. 16-17).

“O chefe de jornalismo é o responsável pela linha editorial (...) e participa, juntamente com gerentes e diretores de outras áreas, da direção da empresa. É sobre ele que despendem os maiores problemas, desde a palavra final sobre a contratação ou demissão de um jornalista até as investidas da área comercial.” (BARBEIRO e LIMA, 2002, p. 99).

“O chefe de jornalismo deve ter também conhecimento técnico do processo, ter habilidade de negociação, conhecer os membros de sua equipe, conquistar a credibilidade do grupo, saber motivar as pessoas, ser transparente e ter trânsito em todas as áreas. Ele deve ser respeitado por suas qualidades e não temido pelo poder que a empresa lhe delegou.” (BARBEIRO e LIMA, 2002, p. 103).

Os excertos acima, retirados de manuais de jornalismo, citam diversas funções dos ocupantes de postos de direção jornalística, como “determinar o conteúdo da publicação”, “representar o periódico perante quaisquer autoridade”, “gerir pessoal e custos”, “ter conhecimento técnico do processo”, “saber motivar as pessoas”, entre outros. Trata-se de habilidades comuns aos diretores jornalísticos das diversas modalidades de veículos noticiosos, conquanto muitas outras competências também devem ser dominadas pelos jornalistas para ocuparem tal posição. E para melhor tratar disso, nos ocuparemos a partir de agora da realidade do jornalismo em Sergipe.

Quando indagados sobre as habilidades que um jornalista precisa dominar para ascender a postos de direção jornalística em órgãos de mídia, os jornalistas-dirigentes sergipanos entrevistados fizeram várias declarações, algumas muito recorrentes e que serão melhor tratadas ao longo deste capítulo, outras mais gerais como as que se seguem.

“Eu acho que ele tem que ter um conjunto de habilidades. Primeiro tem que ter muita ética profissional para lidar com os contrários, porque você lida com gente, com colegas, você lida com fontes, com interesses comerciais de uma empresa.” (Entrevista com “I”).

“Tem gente que imagina que ser jornalista aqui é apenas cumprir as cinco horas, cumprir funções (...) jornalista tem que trabalhar o tempo todo, dentro do horário que você está e fora do seu horário (...) porque você tem que tá informado, saber o que tá acontecendo.” (Entrevista com “L”).

Essa primeira fala nos chama a atenção para algumas habilidades gerais de um ocupante de cargo de gestão jornalística, como “lidar com colegas” de profissão, lidar com “fontes” e com “interesses comerciais de uma empresa”, ou seja, ela enfatiza o caráter multifunção dessa posição. Já a segunda fala chama a atenção para uma questão muito pertinente na imprensa que é a do tempo de dedicação à atividade jornalística. Nessa fala fica explícito que, por características próprias do ofício, o tempo de dedicação do jornalista à sua

atividade excede o turno de trabalho, o que ainda é mais válido quando ele ocupa uma posição de direção. Segundo Neveu (2006), a amplitude dos horários de trabalho no jornalismo é grande “a ponto de ser devastadora para a vida familiar” (NEVEU, 2006, p. 87). Além disso, a notícia é um produto perecível e, por isso, exige que se monte uma estrutura permanentemente atenta e capaz de ser mobilizada rapidamente sempre que insurgir o imprevisível.

Outra habilidade geral de um jornalista-dirigente apontada pelos entrevistados refere-se à “responsabilidade com a informação”. Trata-se de uma competência geral de todo jornalista prevista, inclusive, no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros<sup>153</sup>, mas que ganha ainda mais peso quando recai sobre os gestores da área jornalística. A esse respeito, o Manual de Jornalismo Impresso define que é atribuição do diretor de jornalismo “Assumir as responsabilidades legais de todos os textos não assinados que são publicados no jornal, bem como co-responsabilizar-se pelos textos assinados” (SIMÃO, 2007, p. 16-17). Entretanto, não se trata apenas das responsabilidades legais e/ou jurídicas, mas também de responsabilidades outras ligadas aos interesses comerciais e políticos do órgão de mídia. Isso fica mais claro quando o veículo noticioso é uma empresa privada, pois ele é administrado para gerar lucro monetário, portanto, a veiculação ou mesmo o enfoque dado a certas informações podem desagradar anunciantes (empresários de outros ramos ou governos) que podem retirar patrocínios comerciais. Além disso, o cargo de direção jornalística é muito instável, ou seja, um diretor de jornalismo de um órgão noticioso pode ser demitido ou remanejado a qualquer momento por motivos diversos (contenção de gastos, fechamento do veículo noticioso, questões pessoais, entre outros) e ele precisa manter “boas relações” com políticos, empresários e autoridades que, a qualquer momento, podem representar uma ponte para a reinserção ou uma ascensão no mercado de trabalho jornalístico. A esse respeito, vejamos a fala a seguir.

“Você tem que ter experiência para conhecer o mercado, para conhecer os personagens que fazem parte da história do momento, você tem que ter conhecimento disso (...). Então, um cara que chega a um cargo superior tem que ter um amplo conhecimento das pessoas, das coisas, dos fatos (...) tem que conversar muito, dialogar muito com as pessoas. Então é isso. Você tem que ter capacidade de dialogar, você tem que ter discrição para conseguir dialogar com todos, inclusive, pra guardar informações que você não possa tornar públicas, sabe? (...) e muita coisa você tem que filtrar. Nem tudo pode ser dito. Apesar que tem aquela máxima de que, assim, ‘você não pode dizer uma coisa pra um jornalista porque ele vai contar pra todo mundo’. Não é isso. Pra você

---

<sup>153</sup> Disponível em <<http://fenaj.org.br>>, acessado em 22 de dezembro de 2017.

ser respeitado você tem que ser confiável. Você tem que ter essa capacidade de saber o que dizer na hora certa”. (Entrevista com “Q”).

Por essa fala, podemos perceber mais claramente esse segundo viés da “responsabilidade com a informação” tão referenciada entre os jornalistas-dirigentes entrevistados. Trata-se de uma competência que alia “discrição” para conseguir apurar a validade de uma informação que envolva personagens do meio político, grandes empresários, autoridades jurídicas, e saber “filtrar” quais das informações apuradas podem e como podem ser veiculadas. A ideia é ser visto como um jornalista “confiável” por parte dos gestores financeiros do órgão midiático, por pessoas próximas a eles e por proeminentes integrantes de outros espaços, como o político e o empresarial, por exemplo. De maneira mais específica, a ocupação de uma posição de direção jornalística exige que seu titular gerencie a veiculação de informações pensando na validade dos fatos, mas também nos impactos, positivos ou negativos, que elas possam causar em sua extensa rede de contatos, diretos ou indiretos, em esferas variadas. Ou seja, constituir uma rede vasta de contatos dentro e fora do meio jornalístico e ser aceito como um profissional que sempre vai pensar e, às vezes, até consultar seus membros antes de veicular alguma informação que lhes diga respeito é fundamental para a atuação de um jornalista-dirigente.

Além dessas, muitas outras habilidades específicas para a ocupação de posições de direção na imprensa foram apontadas pelos jornalistas-dirigentes entrevistados. Muitos desses saberes também são citados por outras pesquisas da área ou por manuais de jornalismo, mas merecem uma atenção maior. Diante disso, e a partir do caso sergipano, é sobre essas outras competências necessárias aos gestores do jornalismo que nos debruçaremos a seguir.

#### **4.2.1 – Gestão do Trabalho e da Equipe Jornalística**

Dentre as competências mais importantes que devem ser dominadas pelos ocupantes de postos de comando na imprensa está a capacidade de gestão do trabalho jornalístico: distribuição das tarefas e responsabilidades entre os setores do veículo noticioso, acompanhamento das atividades, monitoramento dos resultados e até o gerenciamento dos custos. Segundo Sousa (2001), é função da direção de jornalismo fazer a ponte entre a redação e a administração geral de um veículo noticioso, já à chefia de redação cabe elaborar a agenda, distribuir serviço entre os jornalistas, controlar o setor de transporte e os deslocamentos dos jornalistas de rua, entre outros. Ou seja, os cargos de comando no

jornalismo exigem dos seus titulares um conjunto de habilidades ligadas à gestão, deliberação, distribuição de afazeres e até de controle de gastos. Para termos uma visão mais clara sobre isso vejamos a fala a seguir de um dos jornalistas-dirigentes entrevistados tratando de suas funções:

“Eu acordo (...) cinco da manhã com três rádios ligados em casa, porque o radio é o pontapé inicial da notícia, você tá com o radio ligado e você já pega os jornais. Eu recebo os jornais em casa e já começo a dar uma olhada nos jornais e televisão (...) e também o celular, dando uma olhada nos grupos, dando uma olhada nas redes sociais, dando uma olhada nos principais jornais que estão na Internet. E daí a gente já tinha deixado [no dia anterior] uma pauta pra a equipe da manhã. E aí aquilo, às vezes, tudo caía, tudo caía. Aí já começa a ligar pros produtores, ‘olha vamos derrubar a matéria tal porque vai ter uma invasão não sei aonde’, ‘o governador hoje vai dar uma coletiva, vai falar sobre a greve da polícia militar, então derruba a segunda e manda fulano pra tal lugar, fulano pra tal lugar, sicrano pra tal lugar’... de casa mesmo você já despachava as coisas (...) e vinte e quatro horas ligado.

(...)

Fora a equipe toda, uma equipe às vezes chegava a sessenta, setenta pessoas, entre cinegrafista, motorista, câmera, repórter, apresentador, editor, estagiário, maquiador, enfim, a coordenação de transporte tudo isso é ligado à direção jornalística.” (Entrevista com “R”).

Por essa fala podemos perceber que o ocupante de um posto de direção jornalística tem que ser muito mais do que um jornalista, ele tem que pôr a “mão na massa” definindo o que deve ser noticiado, tem que coordenar o trabalho jornalístico, gerenciar toda a logística do processo de produção e ainda lidar com os imprevistos. Longe de ser glamorosa, a rotina de um jornalista-dirigente é exaustiva. Ordinariamente, seu dia começa cedo e termina com o avançar da noite, mas não é incomum que, às vezes, vire a noite coordenando a cobertura de determinado acontecimento. Nas primeiras horas da manhã, enquanto a equipe matutina já vai seguindo algumas atividades da pauta definida previamente no dia anterior, um jornalista-dirigente se coloca a par do que outros veículos noticiosos estão veiculando. Se em alguma mídia um fato digno de cobertura é noticiado ou se algum informante repassa um “furo de reportagem” toda a programação do dia anterior tem que ser refeita rapidamente e toda a logística tem que ser repensada. Não importa onde esteja o diretor, o chefe de setor, o editor geral, pessoalmente, por telefone ou pela Internet ele tem que contatar sua equipe, discutir sobre o assunto e deliberar. Ou seja, um jornalista-dirigente precisa desenvolver um conjunto de habilidades ligadas à gestão do trabalho jornalístico e de uma equipe multi-profissional (que engloba desde o motorista do carro de apoio, os estagiários, fotógrafos e/ou cinegrafistas e repórteres até os produtores, redatores e/ou editores) e ainda fazer a verificação do resultado

desse trabalho antes da veiculação, tudo isso sob o estresse de cumprir horários rígidos para fechar a edição ou colocar um telejornal no ar.

Conquanto, apenas habilidades de logística, divisão de tarefas e resolução rápida de imprevistos não são suficientes para gerenciar o trabalho jornalístico em um órgão de mídia. Um jornalista-dirigente precisa também liderar e comandar uma equipe formada por colegas jornalistas com suas vaidades, anseios, resistências e preferências e, para isso, tem que desenvolver competências na área de gestão de pessoas. Segundo Chiavenato (2003), a gestão de pessoas diz respeito a um conjunto de métodos, políticas e práticas levadas a cabo pelo administrador para liderar, motivar e conduzir os membros de uma organização produzindo um clima de confiança e respeito, harmonia e cooperação. No caso do jornalismo, aquele que comanda precisa saber se impor diante de uma equipe heterogênea integrada por jornalistas iniciantes, outros tantos mais experientes e, muitas vezes, também por jornalistas premiados por seus trabalhos ou até por ex-gestores de jornais ou de departamentos de jornalismo de emissoras de televisão. A esse respeito, vejamos os excertos a seguir de algumas entrevistas.

***Entrevistador:** Quais competências ou saberes um jornalista precisa dominar para ocupar um cargo de direção em um veículo noticioso?*

“Você tem que ter uma coisa fundamental que é a capacidade de coordenar uma equipe. (...) Quando eu estava na direção, o Jornal da Cidade contava com uma gama de profissionais dos mais gabaritados que tinham aqui. (...) Você tem que saber lidar com isso né, com as vaidades de cada um, você tem que saber como dialogar com todo mundo, saber como tratar para poder manter a harmonia. Na verdade dirigir implica muita coisa, assim, e muitas coisas que são sutis, sabe? Mas, assim nada que o bom entendimento das coisas, das pessoas, a forma de tratar com humildade a todo mundo, claro com autoridade, mas com humildade né, tudo isso faz parte.” (Entrevista com “Q”).

“Você tem que ter jogo de cintura (...), você não pode dizer não a ninguém e nem você pode dizer sim a todo mundo (...) o cargo é passageiro, você tem que ser colega dos seus colegas. Você é diretor dessa forma, não adianta você chegar com autoritarismo para você permanecer diretor. Porque é um ser humano e o ser humano um dia lhe boicota sem que você até perceba isso. (...) Durante os meus doze anos aí que eu fui editor [geral] eu jamais cheguei para eles e disse bem assim ‘Eu sou o editor do jornal.’ Não sou não. ‘Olha, eu estou editor, sou colega de vocês, agora sou jornalista como vocês são, então o que vocês fazem eu já fiz’”. (Entrevista com “G”).

“Ter um bom relacionamento com os colegas (...) Não adianta você ter conhecimento, se você não é humano, se você não sabe tratar as pessoas. Não adianta. O bom relacionamento dentro de uma empresa é super importante, porque se não você vai passar a ser um tirano, as pessoas vão passar a não gostar de você, a não fazer a coisa como devia ser feita, com amor, com carinho, não se há um *feedback*. Porque o que é que acontece? Todas as pessoas, até crianças, quando ela recebe uma tarefa e ela desenvolve essa tarefa com perfeição ela espera que você venha e afague. Então, o que é que

acontece? No jornalismo também é assim, numa empresa pode ser com trinta, cinquenta, você trabalhar com pessoas até com cem anos elas tem que ser bem tratadas, você tem que reconhecer o valor daquele funcionário. Porque se você for depender de salário para sobreviver no jornalismo você não sobrevive, porque o salário não é o tudo que conta no jornalismo, o que conta no jornalismo é o reconhecimento profissional. (...) Porque as pessoas não gostam de quem manda. (Entrevista com “P”).

Pelo que pudemos acompanhar nas falas citadas, o titular de um cargo de comando em um veículo noticioso precisa saber gerir os anseios e as vaidades dos integrantes de sua equipe, precisa “saber como dialogar”, saber agir “com autoridade, mas com humildade”, saber “ser colega dos seus colegas”, “saber como tratar para poder manter a harmonia”. Ele precisa também saber reconhecer o valor do trabalho dos seus comandados, precisa estabelecer com eles um *feedback*, um canal de retorno, e até “apagar incêndios de relacionamento na equipe” (PEREIRA JR., 2009, p. 157). Ou seja, trata-se de habilidades sutis — autoridade e humildade, “jogo de cintura”, diálogo, coleguismo — que devem ser dominadas e colocadas em prática pelo jornalista-dirigente para garantir os imperativos da “harmonia” e do “bom relacionamento” entre os membros de sua equipe, até mesmo porque “o cargo é passageiro” e que hoje é comandante amanhã pode ser comandado de um ex-comandado seu.

Em resumo, os titulares de cargos de comando no jornalismo possuem a incumbência de gerenciar a produção jornalística em um veículo noticioso por meio da determinação de tarefas, da organização logística do trabalho jornalístico, da vigilância pelo cumprimento de sua linha editorial e, também, da gestão de pessoal. Para isso, o jornalista-dirigente precisa desenvolver e colocar em prática um conjunto de habilidades próprias à administração na imprensa e assumir o papel de gestor do trabalho jornalístico e dos recursos humanos de um veículo noticioso.

#### **4.2.2 – “Saber Fazer” Jornalismo**

Outro conjunto de competências que devem ser dominadas pelos ocupantes de postos de comando na imprensa é aquele relacionado ao fazer jornalístico, ou melhor, ao desempenho das atividades básicas desse ofício. Todo gestor de uma empresa ou organização de qualquer ramo profissional precisa entender, minimamente, do funcionamento prático e/ou dos processos de produção do(s) setore(s) que gerencia. No caso do jornalismo isso não é diferente, pelo contrário, todo jornalista-dirigente precisa ter conhecimento técnico/prático do

processo jornalístico antes de ascender a tal posto (BARBEIRO e LIMA, 2002). Mas quais seriam essas habilidades básicas do fazer jornalístico?

Tratando desse tema, Ericson, Baranek e Chan (1987, p. 113) enumeram três saberes básicos que devem ser dominados pelos jornalistas: (i) “**o saber de reconhecimento**”, que pode ser resumido como o domínio dos critérios de noticiabilidade, do valor-notícia e de outros parâmetros por meio dos quais o jornalista reconhece quais acontecimentos são noticiáveis; (ii) “**o saber de procedimento**”, que pode ser entendido como as normas que orientam a seleção, a verificação e a recolha das informações e o conhecimento das regras que regem a relação com as fontes de informação; (iii) e “**o saber de narração**”, que consiste na habilidade de compilar e expor todas as informações selecionadas, nas condições de tempo e espaço disponíveis, num relato construído de acordo com a linguagem ou o modo de escrita típica do espaço jornalístico, o “jornalês” (TRAQUINA, 2005, p. 43). Ou seja, segundo esses autores todo jornalista precisa saber reconhecer quais acontecimentos possuem valor-notícia, precisa dominar um conjunto de regras e procedimentos para coletar as informações necessárias à construção da notícia e precisa saber narrar as informações sob uma forma de narração própria do jornalismo.

De maneira geral, esses saberes apontados por Ericson, Baranek e Chan (1987) teorizam sobre as habilidades dos jornalistas tomando como viés a construção das notícias. Porém, se formos um pouco mais pragmáticos poderemos pensar nesses saberes a partir das tarefas básicas que os jornalistas precisam realizar, quais sejam: buscar e selecionar informações de diversos segmentos; organizar pautas; planejar e executar coberturas de eventos públicos ou privados; agendar, preparar e realizar entrevistas; redigir textos segundo as normas jornalísticas; revisar e editar matérias; entre outros. Ou seja, é função do jornalista realizar todo o processo necessário à produção e veiculação de notícias e, para isso, ele precisa dominar as habilidades teóricas e os procedimentos práticos fundamentais desse ofício. E isso não é diferente para o jornalista-dirigente, pois além das habilidades em gestão sua posição exige também que conheça esse conjunto básico de competências jornalísticas como podemos ver nos excertos abaixo.

***Entrevistador:** Que habilidades um jornalista tem que dominar para ocupar um cargo de gestão jornalística?*

“Tem que ter o domínio de vários aspectos da redação. Tem que se conhecer um pouco de produção, tem que se conhecer um pouco de edição, conhecer um pouco da parte também que envolve a televisão, equipamentos, essas coisas, então você tem que ter uma ideia macro da coisa, do funcionamento geral da redação, entendeu?” (Entrevista com “M”).

“O sujeito precisa passar por todas as fases. Eu diria que precisa passar essencialmente por todos os postos do departamento de jornalismo. É muito bom que ele seja um produtor, que ele entenda de produção, de como elaborar pautas. Ele precisa saber como é a vida da reportagem no dia a dia, precisa entender o que é uma reportagem.” (Entrevista com “N”).

“Ele tem que entender de tudo. (...) Ele tem que compreender como é que funciona tudo aqui. Entendeu? Tudo que eu digo é todo o processo, da reportagem, da produção e da edição. (...) Tem que conhecer todo o processo.” (Entrevista com “O”).

Nas falas acima os entrevistados são enfáticos ao afirmar que o jornalista-dirigente precisa dominar, na prática, as habilidades básicas do trabalho jornalístico, deixam clara a necessidade de “que ele entenda de produção”, “de como elaborar pautas”, “de edição”, do funcionamento de “equipamentos”, de “como é a vida da reportagem no dia a dia”, dos “vários aspectos da redação”. Todo aquele que ocupa cargo de comando jornalístico em um veículo noticioso deve dominar o conjunto das competências básicas do ofício jornalístico, ou melhor, precisa saber fazer, pois como delegar funções, como orientar o trabalho jornalístico, como solicitar que uma matéria seja refeita e como ser justo em suas cobranças se o jornalista-dirigente não conhecer o dia a dia de um jornalista em suas funções?

“Além da rotina você ainda tem que corrigir texto, acompanhar edição, chamar o repórter ‘olha, aquela entrevista não tava boa, esse texto aqui não tá bom, tá muito superficial’. (...) Tem que conhecer todo o processo. (...) Eu comecei como repórter. Então, repórter, apresentadora, editora, coordenadora, produtora, então eu conheço todas as áreas. Então, quando você passa a ser gestora que você vai falar pra um repórter e o repórter vai falar pra você, você sabe do que ele está falando. Quando você exige uma coisa você sabe o que você está exigindo, você faz aquilo também, entendeu? Não é uma pessoa que nunca exerceu aquilo, não é uma pessoa que desconhece o fazer diário como é.” (Entrevista com “R”).

Ou seja, antes de ser diretor, editor-chefe, chefe de reportagem ou ocupar qualquer cargo de deliberação em um veículo noticioso o jornalista-dirigente precisa saber as limitações — temporais, materiais e de acesso — que um repórter de rua enfrenta, o desgaste emocional a que está submetido um produtor de reportagens, os dilemas e as cobranças que um editor de caderno ou de telejornal tem que lidar. Enfim, o jornalista-dirigente tem que dominar as funções dos seus comandados, “tem que compreender como é que funciona (...) todo o processo, da reportagem, da produção e da edição” (Entrevista com “O”), tem que saber fazer para poder comandar.

### 4.2.3 – Lidar com os Constrangimentos Institucionais

Outra competência indispensável à posição de comando na imprensa é a habilidade em lidar com os constrangimentos institucionais que, às vezes, chega ao cerceamento da liberdade do trabalho jornalístico. Apesar de um esforço contínuo de afirmação dos imperativos da objetividade, da neutralidade e da liberdade de expressão na imprensa ao longo do século XX, esses ditames são apenas ideais historicamente associados ao jornalismo. Segundo Fígaro e Nonato (2016), o fazer jornalístico no “ambiente real e concreto” de um veículo noticioso se mantém controlado “pelo interesse privado”, “regulado pela vontade do dono” ou dos controladores do órgão de mídia. Para Traquina (2004), as notícias não são mera retratação do real, mas construções sociais que refletem diversos fatores, dentre eles “constrangimentos organizacionais que poderão incluir a intervenção direta do(s) proprietário(s) e os imperativos econômicos” (TRAQUINA, 2004, p. 204). Tratando da realidade brasileira, Kucinski (1998) demonstra que mesmo em pleno regime democrático não há liberdade de expressão e/ou de trabalho na imprensa, pois é muito comum que os controladores de veículos de comunicação imponham restrições sobre o que e como publicar. Na verdade, em maior ou menor grau essas restrições no trabalho jornalístico são percebidas nas diversas partes do mundo. A esse respeito, vejamos o que alguns entrevistados têm a dizer.

***Entrevistador:** Você tem liberdade para trabalhar com as informações ou você sofre algum tipo de restrição dos controladores do órgão?*

“A gente sofre restrição sim... A gente tem que aprender (...) existe uma voz de comando, existe uma hierarquia que tem que ser seguida”. (Entrevista com “C”).

“Quem disser que tem total liberdade tá mentindo”. (Entrevista com “G”).

“Muitas coisas vem orientados pela diretoria. A diretoria influencia muito no conteúdo”. (Entrevista com “H”).

“Ó, no jornalismo não existe liberdade de informação, existe liberdade de empresa”. (Entrevista com “I”).

As falas acima só vêm a confirmar o que já vinha sendo apontado acerca das restrições e/ou dos direcionamentos impostos à produção jornalística pelos controladores de órgãos de comunicação. Vale ressaltar, entretanto, que quando falamos em controladores de veículos noticiosos estamos nos referindo aos seus proprietários ou acionistas (no caso de empresas

privadas) ou aos seus conselhos administrativos (no caso de fundações ou órgãos públicos). Essa diferenciação se faz importante para deixarmos claro que quando falamos em imposição de limitações/enquadramentos sobre o trabalho jornalístico desenvolvido em um órgão midiático estamos nos referindo às ações do(s) seu(s) dono(s), presidente(s), superintendente(s), que toma(m) decisões segundo critérios de ordem econômica, política e até pessoal, e não às dos seus gestores jornalísticos. Ou seja, um gestor da área jornalística de um veículo noticioso ocupa uma posição de intermediário entre os seus controladores e o seu setor de produção de notícias. E é nesse ponto que entra a necessidade de os jornalistas-dirigentes dominarem/desenvolverem certas habilidades para lidar com os constrangimentos institucionais do trabalho na imprensa, pois somente dominando esses saberes é que um profissional consegue ascender a um posto de gestão jornalística em um órgão de comunicação.

É preciso explicitar, no entanto, que o que entendemos por constrangimentos institucionais na imprensa não se limita apenas à pura e simples restrição da liberdade de expressão/informação, mas deve ser tomado como um conjunto de normas organizacionais que orienta/controla o trabalho editorial “de forma paralela ao raciocínio da redação, privilegiando, eventualmente, assuntos e ângulos de interesse da empresa” (MATOS, 2014, p. 240), ou melhor, daqueles que controlam o veículo noticioso. Trata-se, mais especificamente, daquilo que se convencionou chamar de **linha editorial**. Todo veículo de comunicação possui uma linha editorial, uma forma de enquadrar a notícia, uma orientação para com a seleção, coleta e angulação da apresentação das informações que deve ser seguida por todos os seus integrantes. A linha editorial, por sua vez, é definida pelo titular do cargo mais alto do setor jornalístico de um órgão midiático de acordo com as determinações dos seus controladores (NEVEU, 2006; MELO, 2010). Ou seja, os jornalistas-dirigentes precisam dominar um conjunto de habilidades para saber lidar com os interesses e com as restrições impostas pelos controladores do veículo noticioso que comandam, pois precisam traduzir essas limitações em orientação editorial e ainda zelar pelo seu cumprimento entre os demais membros do setor de produção jornalística do órgão.

De maneira mais específica, a liberdade de trabalho com a informação na imprensa, ou melhor, as possibilidades de definição do quê e como veicular em um órgão noticioso dependem dos interesses/intenções dos seus controladores e os ocupantes de postos de direção jornalística têm que aprender a lidar com essa realidade. E isso fica ainda mais claro quando pensamos naqueles veículos de comunicação pertencentes a integrantes do jogo político partidário ou a seus familiares (realidade que corresponde à maioria dos veículos noticiosos

no país). Neste caso, a definição geral dos conteúdos jornalísticos a ser veiculados responde a muitos interesses, sobretudo político-partidários, impostos pelos seus controladores. Seguindo nessa linha, o espaço jornalístico em Sergipe serve bem para tratarmos de tal questão, pois como já demonstrado neste trabalho (vide Anexo II) a grande maioria dos órgãos noticiosos no estado pertence a políticos. Diante disso, vejamos o que disseram alguns jornalistas-dirigentes sergipanos a respeito da liberdade de tratamento da informação e/ou definição dos conteúdos jornalísticos.

“Você não tem cem por cento de liberdade. Não tem. Se você escreve num jornal que é de uma família tradicional, de uma família de políticos, um jornal que tem muitos interesses envolvidos, sabe, políticos, econômicos, tem muitos interesses envolvidos. Então, claro que você não pode dizer tudo. Mas a gente conseguia ter uma margem de liberdade pra trabalhar (...) e isso foi assim, foi uma coisa permitida por ‘X’ [dono do jornal]. (...) Agora, claro que eventualmente uma coisa ou outra não podia dizer né. Eu me lembro que ele dizia assim (...) ‘o que os meus irmãos pedirem você faça’, pronto (...) agente atendia isso pra agradar a família”. (Entrevista com “Q”).

“Liberdade de expressão em órgão de comunicação quem vê a imprensa como o quarto poder normalmente confunde isso, o quarto poder não é o jornalista é o dono da empresa de comunicação. (...) Tem coisas que podem ofender, atingir algum amigo ou outro dele que ele de vez em quando ‘não, não bote não, deixe ver (...) depois é meu amigo, vai ficar inimigo’ (...). Ontem mesmo ele liberou duas matérias aqui que normalmente não sairiam. (...) Coisas de amigos dele, aqueles amigos que sempre pedem favor a dono de jornal, prefeitos do interior, vereador, lideranças políticas próximas.” (Entrevista com “D”).

As falas acima demonstram a percepção de dois jornalistas-dirigentes sergipanos acerca das condições de seleção e veiculação de informações em órgãos de imprensa. Os entrevistados são enfáticos ao dizer que não há “cem por cento de liberdade” de expressão, que “não se pode dizer tudo” em veículos noticiosos privados e que o “dono da empresa de comunicação” delibera diretamente sobre a publicação ou não de determinadas informações. Um órgão noticioso, especialmente se ele é uma empresa pertencente a integrantes do jogo político-partidário, sempre mantém relações com a esfera política, relações que quase sempre se dão de forma pessoal entre os seus controladores e membros do espaço político. Ou seja, baseado em relações de amizade ou parentesco com integrantes do meio político os controladores de um veículo de comunicação orientam a direção de jornalismo sobre a publicação ou não de determinadas informações apuradas. A ideia é prestar um “favor” para um aliado ou não “ofender, atingir algum amigo ou outro”. Ou melhor, um veículo noticioso

pode ser usado como um instrumento de atuação política: pode servir para reafirmar uma aliança através da não-publicação de determinadas notícias (não ofender um amigo) ou da veiculação de informações enaltecedoras (prestar favor a amigo) a cerca de aliados, mas também pode servir para fazer oposição como, por exemplo, através de uma cobertura enfática sobre determinado evento/acometimento que recaia de forma negativa sobre desafetos.

Ainda seguindo na linha dos constrangimentos institucionais sobre o trabalho jornalístico, outra modalidade de relação que resulta em restrições sobre a veiculação de informações em órgãos noticiosos é aquela referente ao jogo com os patrocinadores. Para Neveu (2006), com base nos anunciantes (dos quais os governos são parte importante) a direção comercial de um órgão noticioso também exerce influência efetiva sobre os conteúdos noticiosos. Segundo Sousa (2001), as empresas de comunicação visam o lucro e têm na publicidade sua principal fonte de obtenção de recursos, por isso, direta ou indiretamente seus controladores acabam impondo constrangimentos sobre a veiculação ou sobre o enquadramento de determinados temas que possam vir a desagradar seus maiores anunciantes.

“Todo jornalista tem restrições. Você tem uma série de restrições de assuntos que a diretoria não quer que você fale. (...) Nós temos vários assuntos proibidos, e isso entra também na questão do valor-notícia, que a gente não concorda. (...) A gente tem esse tipo de restrição pela própria linha editorial. Mas, assim... é bem tranquilo. (...) Todo jornal vai ter restrições. E todo jornal vai ter restrições principalmente com relação aos maiores patrocinadores e eu tô falando isso e não é segredo pra ninguém (...) porque os maiores patrocinadores geralmente são prefeitura, governo federal ou estadual (...) então, enquanto não houver essa reformulação de captação de verba a gente sempre vai ter restrição, tanto salarial quanto restrição editorial. Isso em qualquer jornal do estado ou do Brasil”. (Entrevista com “H”).

Como essa fala deixa explícito, não se trata apenas de proibições pontuais sobre um assunto ou acontecimento de momento que possa vir a atingir um anunciante ou um ramo de anúncios específico, mas de uma orientação contida na própria linha editorial dos órgãos noticiosos que impacta até no seu valor-notícia (critérios de definição do que é notícia). Ou seja, em um veículo de comunicação os jornalistas não têm total liberdade na definição de quais assuntos cobrir e como os construir enquanto notícia, pois têm que seguir certas orientações e até se atentar para impedimentos que lhes são impostos. E é nesse quesito que, mais uma vez, entra em questão a necessidade de os jornalistas-dirigentes desenvolverem um conjunto de habilidades específicas, pois o papel de controlar a produção jornalística em um órgão de mídia é desses profissionais e, para isso, eles precisam dominar saberes não somente

para construir a linha editorial do órgão levando em consideração os interesses dos seus controladores, como também para repassar essas orientações para os demais integrantes da equipe de produção jornalística.

A esta altura, vale ressaltar que a definição do que é notícia não responde apenas a fatores internos aos veículos noticiosos, mas se insere numa dinâmica muito maior e até externa ao espaço jornalístico. Segundo Fausto Neto (2002), embora tenham margem para definir individualmente muito daquilo que vão veicular, os órgãos de comunicação seguem/se adequam à “agenda midiática”, a uma linha geral de temas/acontecimentos noticiáveis definida constantemente pela/para a esfera do jornalismo<sup>154</sup>. Conquanto, de acordo com Traquina (2004) a “agenda midiática” é apenas um dos muitos fatores que agem sobre o trabalho de produção de conteúdos noticiosos. Para a “Teoria Interacionista<sup>155</sup>”, as notícias são o resultado de um processo de percepção, seleção e transformação de acontecimentos em notícias, levado a cabo por um corpo de profissionais relativamente autônomo que partilha de uma cultura comum e que reivindica para si autoridade e legitimidade para fazê-lo (TRAQUINA, 2004, p. 180-181). Além disso, as notícias também carregam consigo “os constrangimentos organizacionais, os enquadramentos e narrativas culturais que governam a expressão jornalística, as rotinas que orientam e condicionam a produção de notícias, os valores-notícia e as negociações entre jornalistas e fontes de informação” (SOUSA, 2004, p. 09). Ou seja, as notícias não são o retrato fiel de uma realidade, mas o fruto de um processo complexo que sofre influências diversas para além das restrições/intenções dos controladores dos veículos noticiosos.

Ainda tratando da linha editorial, ela não é comunicada explicitamente pela chefia aos jornalistas da redação, mas transmitida tacitamente no dia a dia a todos os profissionais do jornalismo do órgão midiático (MATOS, 2014). À direção de jornalismo, ou seja, à instância jornalística mais elevada de um veículo de comunicação representada, geralmente, pelo diretor de jornalismo, cabe “definir prioridades e até mesmo estabelecer proibições, especificar o que será considerado como notícia e assim destacado, bem como que tipo de

---

<sup>154</sup> Vale mencionar, entretanto, que a “agenda midiática” não é constituída unilateralmente por decisões do conjunto dos veículos de comunicação, mas é o produto da articulação de interesses e agendas de diferentes esferas sociais (das quais a esfera jornalística é apenas uma) resultante de negociações tensas entre poderes, ideologias e instituições (FAUSTO NETO, 2002).

<sup>155</sup> Apesar de bastante difundida atualmente, a explicação sobre o processo de construção de notícias à luz da Teoria Interacionista não é a única e nem a primeira já produzida sobre o tema. Na verdade, ao longo do século XX os estudos sobre o jornalismo produziram várias “teorias” para explicar as notícias, como a “Teoria do Espelho”, a “Teoria da Ação Pessoal ou do *Gatekeeper*”, a “Teoria Organizacional”, a “Teoria da Ação Política”, a “Teoria Estruturalista”, a “Teoria Construcionista”, a “Teoria Interacionista” e a “Teoria Multifatorial”. Para uma maior compreensão acerca de tais teorias das notícias ver Traquina (2004) e Sousa (2004).

assunto não deve ‘entrar’ na pauta” (MELO, 2010, p. 136). No entanto, o papel de sentinela da orientação editorial não é exclusivo do titular do cargo jornalístico mais elevado de um órgão noticioso, mas se estende a todos aqueles que nele ocupam posições de deliberação jornalística, como os chefes de redação e até os de editorias específicas. O titular da direção de jornalismo (que está envolvido em outras questões além das propriamente jornalísticas) não participa diretamente do processo de produção de todo o material publicado no veículo noticioso que comanda, mas, mesmo assim, é publicamente responsável por todo ele. Por isso, faz-se necessária a manutenção de uma sintonia entre todos os cargos de gestão jornalística de um órgão de comunicação para se fazer cumprir a linha editorial estabelecida pela/para a organização que representam (MELO, 2010).

Ou seja, entra aí outra habilidade relacionada aos constrangimentos institucionais no jornalismo que deve ser dominada pelos jornalistas-dirigentes em órgãos midiáticos, qual seja, estabelecer uma relação de autoridade-confiança com os membros da equipe jornalística sob seu comando. Ou melhor, aquele que ocupa um posto de direção jornalística em um veículo noticioso precisa não somente saber repassar as orientações editoriais aos seus comandados diretos (titular da direção de jornalismo para titular(es) da chefia de redação; titular(es) da chefia de redação para os titulares das editorias; e assim por diante) como também estabelecer com eles uma relação profissional de confiança na execução do trabalho de produção noticiosa. Para um gestor jornalístico, estabelecer uma relação de confiança profissional é muito mais do que se impor pela posição ocupada, mas sim criar em seus comandados um sentimento de responsabilidade coletiva sobre o que é veiculado pelo órgão noticioso. A ideia é fazer com que todos os envolvidos no processo de produção noticioso tenham a expectativa de ser afetados, positiva ou negativamente, pelos resultados obtidos pela organização midiática e, assim, gerar uma sintonia dentro de sua equipe jornalística em torno do cumprimento de sua linha editorial.

Enfim, são muitas as habilidades que os ocupantes de postos de gestão jornalística em órgãos de comunicação precisam dominar para lidar com os constrangimentos sobre os conteúdos noticiosos impostos pelos seus controladores: saber traduzir as limitações/interesses impostos pelos controladores do veículo noticioso em orientação editorial, zelar pelo cumprimento dessas orientações editoriais entre os demais membros do setor de produção jornalística do órgão, manter uma relação de autoridade-confiança com os demais integrantes de sua equipe jornalística, entre outras. No entanto, resta ainda tratar de como um gestor jornalístico deve proceder na prática diante de um caso que se enquadre dentro dos critérios restritivos da linha editorial do veículo noticioso e/ou nos impedimentos

diretamente apontados pelos seus controladores. É sobre essa temática que nos debruçaremos a seguir.

#### 4.2.3.1 – Como Fazer

Poucos são os trabalhos empíricos que se ocupam das interferências das organizações jornalísticas (através das pressões e impedimentos impostos pelos seus controladores) sobre o trabalho de produção de conteúdo noticioso de suas equipes (formulação das pautas, definição dos valores-notícia, apresentação/enquadramento das informações veiculadas), o que serviria até para dar uma resposta àqueles que questionam se essas interferências são realmente relevantes. Seguindo nessa linha, Matos (2014) realiza uma pesquisa empírica tratando da percepção dessas interferências por parte dos jornalistas. Tal pesquisa toma como universo empírico as redações de TV aberta da cidade brasileira de Curitiba/PR e, resumidamente, traz os seguintes resultados: 88,6% dos jornalistas contatados admitiu perceber, em alguma medida, essa interferência, sendo que 74,3% deles já produziu alguma reportagem com tema e/ou enquadramento recomendado pela direção da emissora em que atua.

Como apresentado na seção anterior, as limitações/direcionamentos sobre temas ou sobre seus enquadramentos estão previstas na linha editorial de cada órgão noticioso, mas em alguns casos as interferências se dão diretamente por indicação dos seus controladores. Apesar disso, o papel de controlar o trabalho produzido pela equipe jornalística de um veículo de comunicação cabe aos gestores de sua área jornalística. Ou seja, é tarefa do(s) titular(es) da chefia de redação e, principalmente, da direção de jornalismo de um órgão midiático zelar pelo cumprimento de sua linha editorial e traduzir para a equipe de jornalismo as demandas pontuais de seus controladores. Entretanto, como procede, na prática, um gestor jornalístico de um órgão noticioso diante dos constrangimentos impostos pelos seus controladores sobre o quê e como noticiar?

Baseados nas intenções e restrições impostas pelos controladores do veículo noticioso, nas ligações pessoais destes com integrantes dos diversos espaços e até em solicitações do seu setor comercial, os seus gestores jornalísticos estabelecem uma linha editorial e determinam ações pontuais para a equipe jornalística, tais como o veto (total ou parcial) a determinadas informações apuradas, a imposição de pautas específicas com base em critérios não-jornalísticos, a orientação para a projeção intencional de determinados personagens ou minimização de certas informações em detrimento de outras, entre outros (MATOS, 2014).

Conquanto, para tratarmos melhor de como agem os jornalistas-dirigentes de um órgão de comunicação diante dos constrangimentos impostos pelos seus controladores sobre a produção de conteúdo noticioso, mais uma vez recorreremos ao caso do jornalismo em Sergipe.

Ao longo da pesquisa empírica, mais precisamente durante as entrevistas realizadas com os jornalistas-dirigentes selecionados, toda vez que o tema era a liberdade para a veiculação de informações de conhecimento público (ou que já estão sendo publicadas em outros veículos de comunicação) que pudessem desagradar/atingir os controladores do órgão noticioso, pessoas próximas a eles ou grandes anunciantes a resposta sempre girava em torno da palavra “credibilidade”. Ou melhor, os dirigentes jornalísticos entrevistados sempre faziam questão de afirmar que, acima de tudo, era necessário manter a credibilidade do impresso, emissora de TV ou site de notícias. Então, questionados sobre como equacionavam os interesses e impedimentos impostos pelos controladores do órgão noticioso que comandavam e a responsabilidade em manter a credibilidade do mesmo as respostas quase sempre apontaram para alguns “truques” ligados a aquilo que Abramo (2016) chama de “manipulação da informação”. Ou seja, a informação é veiculada, mas é intencionalmente manipulada através de alguns artifícios como a ocultação de alguns fatos integrantes da notícia, a fragmentação do fato/acontecimento e descontextualização de suas partes, a publicação da versão oficial, entre outros (ABRAMO, 2016). A esse respeito, vejamos o que disseram alguns entrevistados.

“Olha (...) você sabe que não tem imprensa livre. Quem determina quem é quem é o lado comercial da história. Você pode dar a notícia, mas se você tem uma pessoa [envolvida na notícia] que é o seu patrocinador como é que você vai falar do seu patrocinador de uma forma totalmente aberta? O cara tira logo a publicidade do jornal. (...) Por exemplo, o grupo sempre tinha seu lado. E sempre estava do lado do governo. Porque lá era o governo que sempre mantinha o jornal, então a gente tinha que fazer aquela linha. Você tinha que ser inteligente nas matérias, entendeu? Como você tinha esses empecilhos que prejudicavam o seu trabalho, você podia fazer... deixar com uma linguagem subliminar. Você podia muito bem trabalhar com esse tipo de linguagem, no entrelinhas, entendeu? (...) Você fazia a matéria e dizia: ‘fulano de tal não foi preso porque não tinha policiais’ (...). Você podia falar porque que fulano não foi preso, a polícia estava em greve, mas você não podia falar que a polícia tava de greve. Você dizia ‘faltou policiais’ e pronto, não falava da greve. (...) Não tinha médicos, você dizia: ‘no momento não tinha médico de plantão’. Ou então: ‘no hospital o médico tinha saído pra resolver alguma coisa’, entendeu? (...) Agora, os ‘médicos estavam em greve’ não podia. (...) Porque tem, tem muitas formas de você dar a notícia não de forma direta se você não pode.” (Entrevista com “P”).

“(...) era muito complicado, porque eu não poderia deixar de mostrar uma realidade que estava acontecendo, mas também não podia provocar um mal-estar dentro da casa da gente [na empresa jornalística] (...) Mas, a gente desenvolveu uma técnica, uma estratégia de que poderia se mostrar o fato sem ser tão explícito. (...) Um vereador que era muito ligado ao dono da empresa ligou pra reclamar ao diretor de jornalismo na época que fulano tava numa audiência e que a emissora filmou o cara, pra não botar esse cara (...) eu colocava, agora eu colocava de uma maneira tal que não comprometesse a gente e muito menos a emissora” (Entrevista com “J”).

Essas falas exemplificam bem os limites e a sutileza com que os gestores jornalísticos de órgãos de comunicação têm que trabalhar fatos/acontecimentos de conhecimento público que entrem (ou possam entrar) em choque com os interesses dos seus controladores. Via de regra, a informação é veiculada, mas nesse caso sua construção enquanto notícia é diferenciada e se dá mediante a utilização de artifícios como “uma linguagem subliminar” ou “no entrelinhas”, mostrando o fato “sem ser tão explícito”. Por exemplo, quando uma informação recai negativamente sobre os controladores do órgão noticioso ou sobre pessoas que lhes são próximas ela é veiculada sem qualquer ênfase: num telejornal, ela não é manchete e geralmente rende uma breve narração do fato sem qualquer filmagem que lhe faça referência; na imprensa escrita, digital ou em papel, não é matéria de capa e quase sempre rende apenas uma pequena notinha sem imagens que é colocada “escondida” em alguma página do impresso ou *link*<sup>156</sup> do *site* de notícias.

A esse respeito, um bom exemplo pode ser o tratamento dispensado pela imprensa sergipana à prisão da presidente do DEM/SE (Partido Democratas, seção Sergipe), Ana Alves, em dezembro de 2017. Ana Alves ficou presa preventivamente entre 01 e 08 de dezembro de 2017 como um desdobramento da “Operação Caça-Fantasmas<sup>157</sup>” que apurou irregularidades na administração de seu pai, João Alves Filho, como prefeito de Aracaju entre 2013 e 2016. O interessante aqui é percebermos que a cobertura jornalística do caso por parte dos veículos noticiosos da família Alves (*Correio de Sergipe* e portal de notícias *AJNI*) foi significativamente diferente daquela conferida pelos demais órgãos midiáticos do estado. Entre 01 e 02 de dezembro de 2017, por exemplo, veículos de comunicação sergipanos de grande audiência destacaram a prisão de Ana Alves. A *TV Sergipe*, a *TV Atalaia*, o *Jornal do*

<sup>156</sup> Palavra, texto ou imagem integrante de um *site* ou página da Internet que funciona como uma porta digital que dá acesso a outra página na Internet com outros textos e/ou imagens.

<sup>157</sup> Trata-se de um conjunto de investigações conduzidas pelo Ministério Público de Sergipe, através do GAECO (Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado), e pela polícia civil do estado, através do DEOTAP (Departamento Especializado de Combate aos Crimes Tributários e Administração Pública), que identificou irregularidades na contratação e prestação de serviços de funcionários públicos em cargos de comissão lotados em órgãos da administração direta da prefeitura de Aracaju entre 2013 e 2016, período em que João Alves Filho, pai de Ana Alves, era prefeito da cidade. Ana Alves foi presa preventivamente acusada de tentar atrapalhar as investigações. Quando da finalização deste trabalho tais investigações ainda estavam em curso.

*Dia* (em suas versões impressa e digital), o *Cinform*, o *Jornal da Cidade* (em sua versão na Internet) e o portal *Infonet* deram ênfase a tal fato colocando-o como manchete e apresentando-o em reportagens elaboradas com imagens da própria Ana Alves (ver imagens no Anexo III). Já o *Correio de Sergipe* e o portal *AJNI*, pertencentes à família Alves, deram pouca atenção ao caso: apesar de amplamente repercutida na imprensa local, a notícia da prisão de Ana Alves não ganhou sequer uma chamadinha de capa no *Correio de Sergipe* que apresenta tal informação apenas em pequena reportagem sem nenhuma imagem colocada no final da página A11 do caderno “Geral” da edição do fim de semana 02, 03 e 04 de dezembro; no portal *AJNI*, por sua vez, tal notícia é apresentada apenas em um *link* discreto posicionado na parte final de sua página na Internet que direciona para uma pequena matéria sem nenhuma imagem que lhe faça referência (ver imagens no Anexo III). Dias depois, mais precisamente a 08 de dezembro do mesmo ano, Ana Alves deixa a prisão e a repercussão jornalística do fato é a mesma: veículos de informação locais de grande audiência, como a *TV Sergipe*, a *TV Atalaia*, o *Cinform* e o portal *Infonet*, dão destaque à cobertura do caso estampando imagens de Ana Alves; diferente disso, o *Correio de Sergipe* não dá qualquer atenção ao fato em sua capa e o portal *AJNI* apresenta tal notícia apenas em uma nota simples com um *link* para uma pequena matéria novamente sem qualquer imagem (ver imagens do Anexo IV).

Este caso é representativo de como procedem os gestores jornalísticos de órgãos de comunicação diante de fatos de ampla repercussão que entram em choque com os interesses dos seus controladores. No caso citado, enquanto a grande maioria dos veículos de informação do estado divulgou intensamente a prisão de Ana Alves os gestores jornalísticos do *Correio de Sergipe* e do portal de notícias *AJNI*, controlados pela família Alves, se utilizaram de artifícios como a não utilização de imagens e a apresentação das matérias relacionadas ao fato em “lugares” pouco visíveis dos veículos de comunicação, sem lhe dar muita atenção. A ideia é manter a credibilidade do órgão midiático veiculando um fato noticioso que se liga negativamente aos seus controladores, mas de forma discreta buscando disfarçar tal ligação.

No entanto, como se dá a identificação de que a veiculação de determinada informação digna de ser noticiada ou amplamente repercutida pela imprensa pode desagradar aos controladores de um órgão midiático? Fica fácil de se fazer essa identificação quando se trata de informações que recaem negativamente sobre os controladores do veículo noticioso, sobre parentes ou amigos seus ou sobre grandes anunciantes. Fica fácil também quando uma informação se encaixa naqueles casos restritivos previstos na linha editorial do órgão comunicacional. No entanto, rotineiramente chegam às redações fatos diversos que não se

encaixam nos critérios acima citados e aí cabe aos gestores jornalísticos de um veículo de informação decidir se e como noticiá-los. Ou seja, os controladores de um órgão noticioso não passam o tempo todo verificando se o trabalho dos jornalistas da redação lhe agrada e nem são sempre consultados pelos gestores do setor jornalístico a cada caso omissos, na verdade os gestores jornalísticos de um veículo de comunicação quase sempre decidem baseando-se naquilo que podemos chamar de autocensura.

“Dentro do meu entendimento do que acontecia ali na redação já dava pra ir lapidando o que podia e o que não podia, o que não devia. Mas, muitas vezes algumas barreiras foram quebradas. Por quê? Porque tinha que se mostrar até pra ganhar credibilidade do público”. (Entrevista com “J”).

Segundo Matos (2014), através da prática cotidiana do trabalho jornalístico em um órgão noticioso e da observação de outros casos, seus jornalistas constroem uma ideia de quais informações são passíveis de restrições neste órgão e recorrem a essa ideia no processo de produção das notícias. Ou seja, ao identificar assuntos ou enquadramentos que possam contrariar os interesses ou prejudicar a imagem dos controladores do veículo de comunicação em que trabalham os jornalistas tendem a praticar autocensura. Conquanto, se a autocensura é uma prática relativamente comum no jornalismo entre os jornalistas da redação<sup>158</sup>, entre os jornalistas-dirigentes ela se converte em habilidade indispensável.

A autocensura jornalística (...) É uma particularidade das relações de trabalho na imprensa brasileira (...). Nossos grandes jornais e redes de TV são empresas familiares, nas quais os jornalistas em cargos executivos são entendidos como profissionais de confiança dos proprietários, cuja lealdade é para com os donos do jornal (KUCINSKI, 1998, p. 69).

De forma concreta, é esperado de um jornalista-dirigente que ele compreenda as concepções e intenções dos controladores do órgão noticioso no qual ocupa cargo de direção e tome decisões se orientando por tais princípios. É essa a ideia da autocensura no jornalismo, é o ato de tomar decisões que impactam na produção de conteúdo noticioso para determinado órgão midiático segundo as orientações dos seus controladores sem a necessidade de consultá-los. Ou seja, não é que toda informação antes de ser divulgada deva passar pelo crivo dos controladores do veículo de comunicação, as restrições com relação a determinados temas/assuntos estão previstas na orientação editorial seguida pela equipe jornalística (e zelada pela direção de jornalismo) de modo que impacta sobre a própria definição do que é

---

<sup>158</sup> Em sua pesquisa sobre a influência das organizações jornalísticas sobre o trabalho de produção noticioso de suas equipes, Matos (2014) demonstra que 71% dos jornalistas contatados disseram já ter praticado autocensura.

digno de ser elevado ao patamar de notícia pelo órgão de mídia e sobre o enquadramento que a ele será dado.

“Às vezes tem o imaginário das pessoas, assim, que a gente trabalha com o dono do jornal aqui atrás [neste momento faz um gesto com o dedo indicando para suas costas] olhando o jornal que a gente faz, e não é assim. Muito do que é censurado no jornalismo é de autocensura”. (Entrevista com “R”).

Enfim, pelo exposto aqui fica patente que, em relação ao quê e como publicar, um ocupante de cargo de direção jornalística de um órgão midiático precisa dominar competências para lidar com os constrangimentos institucionais, com as intenções/restrições impostas pelos controladores deste órgão. Ou melhor, um jornalista-dirigente precisa dominar habilidades específicas para saber como construir e publicar notícias que contrariem os interesses dos controladores do veículo noticioso que comanda, precisa saber apresentá-las de forma discreta ou até indireta, enfim, precisa “ser inteligente nas matérias” (Entrevista com “P”), precisa saber evitar “um mal-estar na casa” (Entrevista com “J”).

#### **4.2.4 – Lidando com Fontes de Informação**

Outro segmento de competências que deve ser dominadas pelos ocupantes de postos de comando jornalístico na imprensa é aquele que diz respeito ao relacionamento com suas fontes de informação. No jornalismo, o termo fonte de informação (ou simplesmente “fonte”) geralmente se refere a informantes, pessoas com quem os jornalistas estabelecem algum tipo de relação para a coleta ou confirmação de informações. Em seu trabalho diário de construir notícias e produzir matérias/reportagens o jornalista precisa recolher informações sobre pautas pré-definidas (política, área policial, economia, esportes), mas também sobre acontecimentos inesperados (um acidente, a prisão de um chefe do crime, a deflagração de uma operação policial contra a corrupção, etc.). Isso não significa dizer que o jornalista precisa se deslocar diariamente (ou pelo menos rotineiramente) e pessoalmente para os setores de informação dos diversos órgãos públicos (delegacias de polícia, hospitais, secretarias de governos municipais e estaduais, entre outros), de grandes empresas privadas, de ocupantes de cargos públicos eletivos e nem mesmo para todos os lugares onde ocorrer um fato noticiável. Para tudo isso o jornalista pode contar com a ajuda de informantes ou fontes de informação.

Além dessa etapa inicial de coleta de informações, cabe ao jornalista selecionar os fatos sobre os quais vai se debruçar, buscar mais dados sobre eles e confirmar as informações

em tempo hábil para a construção e veiculação da matéria. O jornalista não tem como antever onde vai acontecer um fato noticioso não programado e nem pode estar em vários lugares ao mesmo tempo, dessa forma, o jornalista geralmente se alimenta com informações repassadas por seus informantes. Ou seja, é fundamental para o jornalista possuir uma grande quantidade de informantes, ou melhor, uma rede de contatos em diversos espaços prontos para lhes repassar informações de outro modo quase inacessíveis.

“Um bom relacionamento com fontes, com pessoas em pontos estratégicos, isso é fundamental (...). Você ter uma agenda de contatos boa? Oh, isso é fundamental! Porque muitas vezes chega uma informação aqui pelos grupos [do *WhatsApp*] e você precisa checar essa informação e se você tem essa rede pronta aqui, essa agenda boa aqui, você liga e já pega com fulano, ‘não eu não tenho’, mas outro tem e aí você vai checando, sabe? É extremamente importante”. (Entrevista com “C”).

“O jornalista tem que ter fonte, tem que ter informação, tem que ter agilidade. Hoje em dia é tudo muito rápido. Então, uma coisa vai acontecer eu tenho que saber onde procurar, quem achar pra me responder aquilo ali rapidamente. Então, é importante”. (Entrevista com “M”).

A produção de conteúdo noticioso para órgãos de comunicação é basicamente tarefa de repórteres, produtores, editores, enfim, dos profissionais que estão na base de sua hierarquia jornalística. No entanto, a produção de material informativo para estes órgãos também é função dos seus gestores jornalísticos: são eles os responsáveis finais pelos conteúdos veiculados, muitas vezes eles atuam como coeditores de reportagens e em outras situações chegam até a se encarregar por toda a construção de uma matéria (o editorial de um impresso, por exemplo) desde a coleta de informações até sua produção final. Entre outras atribuições, cabe aos gestores jornalísticos de veículos noticiosos definir pautas exequíveis, abrir caminhos para a apuração de determinados fatos, confirmar ou refutar informações controversas apuradas por seus comandados, e para tudo isso ele precisa recorrer à informantes. Ou seja, mais até do que os integrantes da redação os gestores jornalísticos de órgãos midiáticos precisam cultivar uma densa rede de contatos em diversos espaços para desempenhar o seu trabalho. Conquanto, como um jornalista-dirigente constitui uma rede de informantes e, acima de tudo, como ele se relaciona com suas “fontes”?

Antes de ocupar cargo de gestão jornalística em um órgão midiático, um jornalista-dirigente já percorreu um longo caminho como jornalista neste ou em outros veículos noticiosos. Via de regra, todo jornalista se inicia na profissão na reportagem e como repórter faz coberturas jornalísticas de eventos, pega informações no “lugar” do acontecimento, vai

um busca de pessoas que possam lhe passar informações de um fato, enfim, está sempre se relacionando com informantes. Muitas vezes o repórter volta ao mesmo lugar rotineiramente (órgãos governamentais e jurídicos, casas legislativas, assessorias de parlamentares, emergências médicas, delegacias), por vezes aí reencontra amigos ou conhecidos dos tempos da faculdade, às vezes é recebido diretamente pelo gestor do espaço que o vê como um canal de acesso à imprensa, em outros momentos um contato ou um colega da imprensa lhe apresenta a um amigo influente em um ou outro órgão e assim um jornalista vai constituindo, ao menos momentaneamente, informantes em espaços distintos.

Ao jornalista-dirigente, no entanto, não é suficiente possuir alguns informantes aqui ou ali, ele precisa estabelecer e, acima de tudo, manter ativa uma extensa rede de fontes de informação nos diversos espaços, e isso exige certas habilidades. Para o tratamento dessas habilidades, mais uma vez, recorreremos ao caso sergipano. Em primeiro lugar, um jornalista-dirigente precisa identificar os segmentos sociais e/ou órgãos que mais impactam sobre a construção dos conteúdos noticiosos que são ofertados aos leitores/espectadores pelo veículo de comunicação que gerencia. Ciente disso, ele deve buscar entrar nesses espaços e estabelecer relações com alguns de seus componentes de modo que possam, imediata ou posteriormente, atuar como seus informantes. A esse respeito, vejamos a fala a seguir:

“É sempre bom começar de repórter de cidade, depois ir para política, economia e aí fortalecer os contatos, as relações com segmentos da sociedade que tem muita influência no processo de construção da informação. Por exemplo, eu cobri Assembleia [dos deputados estaduais], cobri TRE [Tribunal Regional Eleitoral], e era muito ligado à área política. Isso lhe dá muito conhecimento, lhe abre espaços para você ter acesso a um monte coisas”. (Entrevista com “D”).

Ou seja, um jornalista-dirigente necessita de um conjunto diversificado de fontes de informação, mas precisa priorizar a constituição de informantes naqueles espaços/órgãos “que tem muita influência no processo de construção da informação”, especialmente na esfera da política partidária. Uma segunda habilidade ligada ao trato com as “fontes” que deve ser dominada por um ocupante de posto de gestão jornalística é inspirar-lhes confiança e/ou credibilidade. Um contato em um órgão ou ambiente qualquer só repassa/confirma informações restritas para um integrante da imprensa quando confia no sigilo sob o qual vai ficar seu nome e no uso que vai ser feito dessas informações. Do mesmo modo, o profissional da imprensa precisa saber selecionar e cativar informantes em que possa confiar. Ou seja, constituir informantes dignos de credibilidade e inspirar-lhes confiança são competências que devem ser dominadas por qualquer jornalista. No entanto, um jornalista-dirigente precisa

associar ao seu nome a responsabilidade no relacionamento com suas “fontes”, pois sua credibilidade enquanto jornalista impacta diretamente sobre a credibilidade do órgão de comunicação que gerencia e até sobre sua própria ascensão profissional na imprensa.

*Entrevistador: Qual a importância de uma “agenda de contatos”, de uma rede de informantes para a atuação enquanto gestor jornalístico?*

“Olha, eu sempre fui uma pessoa que busquei sempre ter minhas fontes né, e fazer com que essas fontes fossem confiáveis e que eu tivesse um bom relacionamento com elas e elas confiassem em mim (...). Tem que ser um relacionamento de mão dupla ‘você confia em mim e eu confio em você’. Aí você tem que ter essa cartela, você tem que sempre ir conquistando em todas as áreas. Saber passar, saber andar, saber falar, saber tratar. E é isso que emana o jornalismo.” (Entrevista com “P”).

Como bem explicitado nessa fala, um gestor jornalístico de um órgão noticioso precisa saber constituir “fontes” confiáveis e que, ao mesmo tempo, confiem na sua forma de trabalhar. Ele precisa saber “saber passar, saber andar, saber falar, saber tratar”, ou seja, ele precisa saber entrar e transitar nos diversos espaços, precisa saber quem e como procurar e precisa saber se apresentar como um profissional íntegro e fiável. Agindo assim, um jornalista-dirigente será capaz de selecionar e conquistar informantes leais e dignos de crédito “em todas as áreas”.

Por fim, uma terceira habilidade que deve ser dominada por um jornalista-dirigente na relação com seus informantes diz respeito ao tratamento das “fontes interessadas”. Nenhuma “fonte” é realmente desinteressada, pois quem repassa uma informação para um jornalista tem algum interesse nisso (manter a amizade com esse jornalista, realizar troca de favores, entre outros), no entanto, o termo “fontes interessadas” se refere a pessoas ou organizações que, sem necessariamente ser solicitadas, fornecem regularmente material informativo para os veículos noticiosos na tentativa de obter visibilidade midiática para determinadas mensagens (MELO, 2010). Trata-se, mais especificamente, de “fontes profissionais” representadas basicamente pelas assessorias de comunicação de diversos órgãos públicos ou privados e pelas agências de notícias. Essas “fontes profissionais” atuam como “definidores primários” daquilo que é veiculado nos órgãos de comunicação, pois advindos do meio jornalístico e/ou profundos conhecedores dos métodos de trabalho dos jornalistas<sup>159</sup> são capazes de antecipar muitas das rotinas produtivas e expectativas por informações da imprensa e, a partir disso, lhes fornecem material já pronto para publicar (NEVEU, 2006). A principal consequência

---

<sup>159</sup> A grande maioria dos assessores de comunicação ou integrantes de agências de notícias é recrutada entre jornalistas com formação específica para a área e/ou que já atuaram nos meios de comunicação tradicionais.

disso é que boa parte das informações repassadas aos órgãos midiáticos já chegam na condição de conteúdo noticioso intencionalmente pré-elaborado (MELO, 2010). E é justamente aí que entram as habilidades dos jornalistas-dirigentes em lidar com as “fontes interessadas”.

Todo gestor jornalístico de órgão noticioso sabe que os conteúdos informacionais repassados pelas “fontes profissionais” são previamente trabalhados, que eles podem ter sido intencionalmente manipulados para ofuscar um fato ou para tentar promover um produto ou personagem, por exemplo. Em contrapartida, um jornalista-dirigente não pode simplesmente desconsiderar todos os materiais repassados por essas “fontes”, até mesmo porque não se tratam de informações falsas. Além disso, dada a quantidade e a importância dos conteúdos informacionais repassados rotineiramente pelas “fontes profissionais”, muitas vezes estabelece-se uma relação de colaboração e até de dependência mútua entre veículos de comunicação e assessorias de imprensa ou agências de notícias (MELO, 2010). Ao jornalista-dirigente cabe lidar com a sedução das “matérias pagas<sup>160</sup>” ou dos textos prontos oferecidos por essas “fontes”, cabe selecionar os conteúdos recebidos que interessam ao órgão noticioso que comanda, coordenar a elaboração de matérias com informações retiradas desses conteúdos ou, como bem assinala Sousa (2001), construir, através da “negociação”, os significados de um acontecimento com assessorias de imprensa.

Como vimos, muitas são as habilidades que devem ser dominadas pelos ocupantes de postos de direção jornalística em órgãos noticiosos para lidar com suas fontes de informação. Ele precisa desenvolver saberes para identificar e acessar os espaços/órgãos que mais atuam sobre o processo de construção de notícias, para constituir e manter informantes confiáveis nesses espaços e para se utilizar dos conteúdos repassados pelas “fontes profissionais” sem se submeter aos seus enquadramentos. Em resumo, dentre as competências que devem ser dominadas por um jornalista-dirigente para o tratamento de suas fontes de informação podemos citar a capacidade de constituir e gerir uma extensa rede de contatos confiáveis em espaços diversos e a habilidade em selecionar as informações por elas repassadas de acordo com a linha editorial do veículo noticioso em que atua.

---

<sup>160</sup> No jornalismo o termo “matéria paga” refere-se a materiais publicitários construídos e veiculados com características de conteúdo noticioso, mas que, por sua natureza, só são produzidos e publicados mediante retribuição financeira ou equivalente. Em geral, tais materiais são editados por profissionais do órgão de comunicação em que são veiculados.

### 4.3 – Principais Habilidades de um Jornalista-Dirigente e suas Instâncias de Aquisição

Como discutido ao longo deste capítulo, são diversas e, às vezes, muito específicas as habilidades que precisam ser dominadas pelos ocupantes de postos de gestão jornalística em veículos noticiosos. Ao jornalista-dirigente faz-se necessário o domínio das habilidades gerais do fazer jornalístico, ou melhor, ele precisa ter conhecimento técnico e prático para realizar as atividades básicas desse ofício. A ele cabe também desenvolver/dominar competências para lidar com os colegas de profissão na condição de comandados, para administrar o tempo de produção de conteúdos noticiosos (pois as notícias são um produto altamente perecível) e até para gerir os impactos, positivos ou negativos, que a veiculação de determinada informação venha a causar em sua rede de contatos. Por fim, ao titular de posto de gestão jornalística em um órgão de comunicação cabe ainda o domínio de habilidades mais específicas: saber lidar com os constrangimentos institucionais que, às vezes, chega ao cerceamento da liberdade do trabalho jornalístico; saber gerir o trabalho da equipe de jornalismo — distribuição das tarefas, acompanhamento das atividades, monitoramento dos resultados e até gerenciamento de custos; saber constituir, selecionar, cativar e lidar com um conjunto amplo de fontes de informação em espaços diversos; entre outros. Entretanto, qual ou quais as instâncias de aprendizagem do jornalismo e, principalmente, de aquisição das habilidades específicas para a ocupação de um posto de direção no jornalismo?

O jornalismo no Brasil é uma atividade institucionalizada que conta com entidades de formação de quadros — instituições que oferecem cursos superiores de formação profissional — de modo que é muito comum a posse de titulação acadêmica em jornalismo entre os praticantes desse ofício no país. Desde 2001 tal titulação deixou de ser obrigatória para o exercício desta atividade no Brasil<sup>161</sup>, apesar disso, a formação acadêmica em jornalismo continua sendo muito buscada entre os jornalistas brasileiros. Apesar disso, diversos autores (ZELIZER, 1993; BOURDIEU, 1997; ERICSON, BARANEK e CHAN, 1987; PENA, 2005; TRAQUINA, 2004 e 2005) têm defendido que a principal instância de aquisição de competências/saberes fundamentais para a atuação nessa atividade é a própria vivência no meio jornalístico, e mais do que isso, que certas habilidades jornalísticas só são acessíveis pela atuação na imprensa. Zelizer (1993) toma os jornalistas como uma “comunidade interpretativa” que comunga de determinados valores e parâmetros apreensíveis apenas pela interação e pelo diálogo com essa comunidade. Seguindo nessa linha, Bourdieu

---

<sup>161</sup> A titulação em jornalismo para o exercício da profissão tinha sido tornada obrigatória no Brasil a partir de 1969 para os recém-ingressos na atividade.

(1997) e Pena (2005) também entendem o conjunto dos jornalistas como um grupo que partilha determinadas referências assimiláveis apenas pela vivência interna a essa comunidade. Para Traquina (2005), a assimilação dessas referências, ou melhor, a aprendizagem dos saberes/competências próprios à atividade jornalística “constitui um processo sutil, de acumulação, baseado na experiência e nas transações diárias com colegas, fontes, superiores hierárquicos e textos jornalísticos” (TRAQUINA, 2005, p. 41).

Outros trabalhos mais empíricos, como Marocco (2011), por exemplo, seguem na mesma linha demonstrando a importância de uma inserção/vivência no meio jornalístico para a formação do jornalista. Tal trabalho contou com a participação de 57 repórteres de diferentes veículos de comunicação do estado brasileiro do Rio Grande do Sul que, por meio de questionários densos, foram indagados sobre temas ligados à formação jornalística e ao controle discursivo na imprensa. Com relação aos resultados dessa pesquisa, 62,4% dos repórteres contatados responderam que a competência jornalística é ensinada na prática, conquanto, quando a competência específica é o “sentido de notícia” a taxa dos que afirmam que ela é apreendida no exercício diário do jornalismo sobe para 75,4% dos repórteres contatados. Ou seja, o que Marocco (2011) nos apresenta em seu trabalho é que a ideia do próprio exercício do jornalismo como uma forma de aprendizado da profissão é amplamente defendida entre os jornalistas gaúchos.

Tratando agora da realidade apreendida no trabalho de campo sobre o jornalismo em Sergipe, vejamos o que alguns jornalistas-dirigentes entrevistados disseram quando questionados sobre as instâncias de aprendizado do ofício jornalístico.

**Entrevistador:** *Onde é que se aprendem as habilidades para ser jornalista e, principalmente, para ocupar cargo de direção no jornalismo?*

“Trabalhando, no dia a dia. (...) O mundo da faculdade é um, o mundo do jornal é outro. Você aprende no dia a dia”. (Entrevista com “G”).

“Fazendo, fazendo. Hoje em dia o modelo que se aprende na universidade é importante para você aprender a absorver conceitos que você deve seguir, é como se fosse mais ou menos um guia, só que você só vai aprender fazendo”. (Entrevista com “H”).

“Na faculdade você pega as técnicas e no dia a dia você coloca em prática essas técnicas e aperfeiçoa (...) sem a técnica você vai fazer besteira, sem a prática também você não vai chegar a lugar nenhum, vai ficar engessado, você vai ser um jornalista medíocre”. (Entrevista com “L”).

“Na academia você tem uma parte teórica importante, uma parte prática importante, mas é ainda na redação que você vai aprender mesmo, na prática.” (Entrevista com “M”).

Por essas falas, alguns jornalistas sergipanos também deixam transparecer essa percepção de que a própria atuação na imprensa funciona como instância importante, senão a mais importante, de aprendizado do ofício jornalístico. Isso fica patente em frases como “você aprende no dia a dia”, “você só vai aprender fazendo” e “é ainda na redação que você vai aprender mesmo”. De maneira geral, todo iniciante em uma profissão procura se aproximar de colegas mais experientes para assimilar, na prática, as habilidades do ofício. No jornalismo não é diferente, todo aquele recém-inserido na imprensa também vai buscar conviver profissionalmente com jornalistas mais experientes para conhecer e/ou desenvolver as competências jornalísticas.

***Entrevistador:** Cite pessoas que foram importantes na sua caminhada no jornalismo até aqui.*

“Na Folha da Praia eu era um menino começando a me envolver com isso (...) eu ali pude conviver com Amaral Cavalcanti, mas também com Fernando Sávio (...), com Ilma Fontes, com Clara Angélica. Tinha muita gente boa e, então, eu menino ali aprendendo com aquele povo. (...) Ai depois na Aperipê [TV Aperipê] foi quando eu passei a conviver com Cleomar Brandi (...) um jornalista superexperiente com uma capacidade de diálogo imensa, uma humildade que ele tinha e uns ensinamentos, assim, aparentemente muito simplórios, mas que eram coisas fundamentais (...) e na própria Aperipê um sujeito chamado Eduardo Almeida (...) eu aprendi a fazer edição de televisão com ele (...). Aí eu fui para o Jornal da Manhã, aí convivi pela primeira vez com Luis Melo, como editor, e também com Celio Nunes, com Valdomiro Jr, o próprio Adiberto Sousa, Eugênio Nascimento e tal, mas principalmente com Luis Melo, que foi com quem eu aprendi a fazer edição de jornal (...). Aí fui pra a TV Sergipe e convivi com um cara que foi um diretor de jornalismo que veio de São Paulo pra cá chamado Ivan Rodrigues, Ivan Renato Rodrigues. Esse cara é maravilhoso sabe, quer dizer eu já sabia alguma coisa de televisão, mas aí tudo que eu aprendi de televisão foi com ele basicamente sabe, de jornalismo, de texto jornalístico de TV, sabe”. (Entrevista com “Q”).

“Eu citaria Roberto Batista que foi o diretor de jornalismo quando o meu pai morreu foi ele quem assumiu, era da equipe do meu pai, e foi um sujeito que eu aprendi muito. Carlos Mota também. Carlos Mota foi diretor de jornalismo aqui da TV Atalaia e também das emissoras de rádio. Silvio Santana, quando eu comecei aqui, ele era repórter e foi um sujeito que me ensinou muito (...). Gilvan Manoel que era redator aqui (...) e foi editor-chefe do jornal 1ª edição daqui nos anos 80, que também era da equipe de meu pai. Fernando Sávio também, quando eu comecei aqui ele era editor-executivo do jornal da noite (...) e fora os colegas do dia a dia que sempre um ensina um pouco né”. (Entrevista com “N”).

Como podemos perceber através dessas falas, no jornalismo o aprendizado acontece no trabalho ordinário e/ou através da convivência. Não se trata necessariamente de se ter um

colega como “professor”, como aquele que se dedica a repassar seus conhecimentos para os iniciantes. Na maioria das vezes, os iniciantes na imprensa vão se inspirando em colegas com quem tem a oportunidade de conviver em diferentes veículos noticiosos. Com estes vai estabelecendo uma relação de troca de experiências, de respeito, de proximidade e, às vezes, até de amizade, de modo que o processo de assimilação das competências jornalísticas também é o de constituição de redes de jornalistas com experiências distintas. Isso fica muito claro nas falas acima, especialmente em trechos como “Eduardo Almeida (...) eu aprendi a fazer edição de televisão com ele” e “Silvio Santana, quando eu comecei aqui, ele era repórter e foi um sujeito que me ensinou muito”, ou ainda, quando os entrevistados citam diversos jornalistas com quem conviveram e que teriam contribuído em sua “formação”, mas sem explicitar como. Ou seja, o processo de absorção/desenvolvimento das habilidades jornalísticas por parte de um iniciante se dá mediante sua própria atuação na imprensa, pelo convívio e pelas trocas com colegas mais experientes, mas, ao mesmo tempo, possibilita a formação de laços de proximidade, de respeito profissional e até de amizade entre jornalistas de gerações distintas.

E tudo isso é ainda mais válido quando se trata da assimilação das competências para a ocupação de postos de gestão jornalística em órgãos noticiosos. Se é na prática, no dia a dia do trabalho na imprensa, que um jornalista adquire boa parte de suas habilidades, os saberes de um jornalista-dirigente são ainda mais práticos e informais. Gerir o trabalho de uma equipe de jornalismo, gerenciar custos do setor de produção jornalístico, lidar com os interesses dos controladores do órgão midiático, constituir e lidar com um conjunto amplo de fontes de informação em espaços diversos, estas são apenas algumas das principais atribuições de um gestor jornalístico. Para tanto, como vimos ao longo deste capítulo, um jornalista-dirigente precisa dominar um conjunto de competências muito específicas que, mais do que as habilidades gerais de um jornalista, são absorvidas/desenvolvidas na prática e/ou no convívio com outros jornalistas gestores.

“Como aprendizado eu devo muito a Cesar Gama. Como aprendizado de ser editor ele foi um cara que me ensinou bastante, que me deu as dicas todas. Os outros passavam, mas parece que tinham um certo receio de dizer, assim, ‘olha pra você ser chefe você tem que ser assim, assim’”. (Entrevista com “G”).

“Todo esse conhecimento que eu adquiri eu aprendi praticando ao lado de pessoas que já tinham um conhecimento mais efetivo, principalmente na área de escrita, de produção de matérias, de elaboração de textos mais interessantes. Então, isso foi me dando um suporte para que eu conseguisse, assim, chegar onde eu estou”. (Entrevista com “J”).

Essas falas, e diversos outros dados apresentados aqui, só vêm a confirmar o argumento defendido por um conjunto de autores (ZELIZER, 1993; BOURDIEU, 1997; ERICSON, BARANEK e CHAN, 1987; PENA, 2005; TRAQUINA, 2004 e 2005) que afirmam ser as habilidades ou o “vocabulário jornalístico” um enquadramento de referência partilhado que só pode ser apreendido através da vivência na própria imprensa. Isso não significa dizer, no entanto, que o peso da obtenção de uma titulação acadêmica em jornalismo é nulo sobre a formação de um profissional da imprensa, mas sim que as experiências no próprio meio jornalístico desempenham um papel significativo sobre a formação de um jornalista.

Enfim, ao longo desse capítulo nos dedicamos a identificar e a apresentar as principais habilidades que precisam ser dominadas pelos ocupantes de postos de direção jornalística em órgãos noticiosos e como elas são apreendidas. Vimos que saber fazer jornalismo (produzir conteúdo noticioso) é fundamental, mas que também é imprescindível saber lidar com os constrangimentos institucionais e saber gerenciar pessoal, custos e uma vasta rede de contatos e/ou informantes em espaços diversos. Por fim, demonstramos a importância da própria atuação na imprensa, e do convívio com profissionais mais experientes, para a aquisição dessas competências por parte dos jornalistas.

## **CAPÍTULO V**

### **Composição Social, Recrutamento e Modalidades de Ingresso e Ascensão na Atividade Jornalística**

O principal problema a ser tratado neste capítulo diz respeito aos mecanismos de reconversão de recursos sociais em posições profissionais no jornalismo. Mais especificamente, trata-se de analisar as condições que tornam possível a conversão de qualificativos sociais diversos em recursos válidos para a atuação e para a ascensão profissional na imprensa.

Como já abordado em outro momento neste trabalho, a atividade jornalística no Brasil se enquadra no rol dos ofícios juridicamente institucionalizados, ou seja, possui uma definição formal no que diz respeito aos critérios de entrada na “profissão”, aos saberes necessários ao seu exercício e aos limites na sua atuação. A esse respeito, o diploma acadêmico em comunicação social se configura como o elemento formal dessa institucionalização, no entanto, tal título não representa o único critério levado em consideração para a entrada no jornalismo e nem a formação acadêmica é o qualificativo social mais importante para a ascensão nesse ofício. Segundo Petrarca (2007), o diploma universitário só adquire valor no jornalismo quando combinado com outros recursos e, portanto, seu valor varia de acordo com os recursos mobilizados por aquele que o detém. Diante disso, a análise das condições de entrada e ascensão na atividade jornalística precisa deixar um pouco de lado suas determinações formais e levar em consideração os outros diversos recursos e bases sociais acionáveis para esse fim.

Nesse sentido, foi observado que as redes de relações pessoais e que um conjunto de outros recursos arrecadados pela própria atuação na imprensa desempenham papel de credenciais fundamentais para a atuação e para a ascensão posicional na imprensa. As análises dos itinerários profissionais dos jornalistas aqui considerados serão direcionadas, portanto, ao tratamento da importância desses recursos para o exercício do jornalismo. Assim, a principal tarefa neste capítulo é citar e analisar as principais modalidades de inserção e ascensão na atividade jornalística e os seus respectivos princípios de legitimação.

Para tanto, tomaremos o meio jornalístico sergipano como foco de análise e nos debruçaremos sobre os itinerários profissionais de um conjunto de jornalistas previamente definido na apresentação deste trabalho. Seguindo esse viés, nossa explanação será dividida

em dois momentos principais. Num primeiro momento, traçaremos o perfil biográfico-profissional desse conjunto de jornalistas apresentando dados acerca de idade, sexo, formação escolar, inserções profissionais, origem geográfica e social, entre outros. Essa etapa se faz importante para conhecermos as características sócio-profissionais daqueles que se dedicam ao jornalismo chegando a ocupar posições de destaque na imprensa. Num segundo momento, e a partir da análise dos itinerários profissionais desses jornalistas, nos dedicaremos a apresentar os principais padrões e/ou modalidades de ascensão profissional nessa atividade e as bases sociais dos recursos mobilizados.

### **5.1. – Caracterização Social do Grupo dos Jornalistas-Dirigentes em Sergipe**

Neste capítulo, o foco das discussões recai sobre as características sociais do conjunto dos jornalistas considerados, sobre seus trajetos profissionais e sobre o jogo realizado por estes com os recursos sociais detidos. Para tanto, faz-se necessário levantar alguns dados acerca da composição social deste grupo de jornalistas, e o ponto de partida aqui é esclarecer as suas características em termos de idade, sexo, formação escolar, inserções profissionais, origem geográfica e social, entre outros.

A fim de ajudar a situar o conjunto dos jornalistas-dirigentes sergipanos, seguem algumas informações sobre o universo dos jornalistas no Brasil. A esse respeito, o levantamento mais abrangente de dados sobre jornalistas no país foi elaborado por Mick e Lima (2013) em 2012 e aponta que, naquele ano, a população de jornalistas no Brasil atingia o número de 145 mil profissionais. Quando nos aprofundamos um pouco nos dados, tal pesquisa nos aponta uma predominância de jornalistas do sexo feminino (64% do total), jovens (cerca de 60% têm até 30 anos, 80% têm até 40 anos de idade e apenas 08% têm acima de 51 anos), com formação superior em jornalismo (89% do total) e com renda salarial baixa ou média (60% recebem até cinco salários mínimos pela atuação na imprensa) no país (MICK e LIMA, 2013). É bem verdade que esses dados não tratam especificamente de jornalistas-dirigentes, mas nos fornecem um panorama geral sobre o conjunto dos jornalistas no país e nos permite situar o grupo de jornalistas considerado.

Como já apresentado na introdução deste trabalho, são considerados para esta pesquisa 19 jornalistas sergipanos: 13 jornalistas ocupantes de postos de gestão jornalística em veículos noticiosos de Sergipe atualmente (ano referência 2016) e outros 06 jornalistas que se destacaram nessa condição nos últimos anos (para estes últimos os dados a respeito de idade,

formação acadêmica, vencimentos e fontes de renda referem-se ao período em que cada um ocupou o cargo jornalístico mais elevado da carreira). O número relativamente baixo de jornalistas-dirigentes selecionados, e suas respectivas carreiras profissionais, reflete a natureza qualitativa do trabalho. Ou seja, não se trata aqui de uma pesquisa com base estatística, mas de uma análise de um grupo com características particulares.

Ao analisar os itinerários sócio-profissionais dos 19 jornalistas sergipanos considerados foi possível identificar que 13 (68,4%) são do sexo masculino, que 16 (84,2%) têm/tinham entre 40 e 60 anos de idade quando da ocupação do posto de comando jornalístico (e somente 01 tem/tinha menos de 30 anos), que 13 (68,4%) são sergipanos de nascimento e que 16 (84,2% incluindo 03 jornalistas nascidos fora do estado) moram em Aracaju desde pelo menos a adolescência. Nesse conjunto de informações chama a atenção o fato de a grande maioria dos jornalistas-dirigentes sergipanos terem crescido em Aracaju. Uma das explicações para isso pode ser o fato de todos os jornais de grande circulação (*Jornal da Cidade, Correio de Sergipe, Jornal do Dia e Cinform*) e de todas as emissoras de TV (*TV Sergipe, TV Atalaia, TV Aperipê, TV Canção Nova, TV Alese, +TVC*) do estado estarem sediadas nesta cidade. Isso concentra o mercado de atuação para jornalistas em Aracaju, tornando mais fácil o acesso profissional a esses veículos de comunicação para os habitantes da região.

Outro conjunto de dados importante é aquele que diz respeito à inserção no mercado jornalístico. Dos 19 jornalistas-dirigentes considerados, 18 (94,7%) se iniciaram no jornalismo em Sergipe e somente 03 (15,7%) já atuaram no jornalismo fora do estado. Mais uma vez, os dados chamam a atenção para a importância do fator “origem sergipana” para os jornalistas-dirigentes em Sergipe. Desta vez não se trata estritamente de origem geográfica, mas de lugar de socialização jornalística, uma vez que o desenvolvimento de uma carreira exclusiva na imprensa sergipana é fator característico da grande maioria dos jornalistas-dirigentes considerados (16 casos no total), dado que leva em consideração também os jornalistas que não exercem mais cargos de direção no jornalismo local atualmente. Um dado complementar nesse quadro pode ser o fator formação acadêmica, pois dos 19 jornalistas que compõem a amostra 14 possuem diploma de curso superior em jornalismo, sendo que 13 (68,4%) se formaram em universidades sergipanas (Universidade Tiradentes/UNIT e Universidade Federal de Sergipe/UFS). Já com relação aos 05 jornalistas que não detêm tal titulação, todos eles se iniciaram e se mantêm atuando exclusivamente na imprensa sergipana até os dias de hoje. Ainda com relação à titulação acadêmica, dos 14 com formação superior em jornalismo 09 também possuem curso de pós-graduação, sendo 08 com curso a nível *lato*

*sensu* e apenas 01 com curso a nível *stricto sensu*. Considerados em conjunto, todos esses dados são indicativos da importância da vivência e da socialização na imprensa local para a ascensão profissional no jornalismo em Sergipe.

Com relação às fontes de renda, dos 19 jornalistas considerados 14 (73,7%) têm/tinham o posto de direção na imprensa como função e fonte de renda exclusiva e 05 (26,3%) aliam/aliavam o cargo de gestão jornalística com outras funções remuneradas. Com relação aos rendimentos, todos os integrantes da amostra têm/tinham como principal fonte de renda o cargo de gestão jornalística que ocupam/ocupavam. Esses dados nos apontam para o peso que a dedicação à atividade jornalística desempenha sobre a ascensão aos cargos de direção na imprensa em Sergipe, visto que a grande maioria dos jornalistas-dirigentes contatados (73,7% do total) não desempenha/não desempenhavam outra atividade concomitante com a gestão jornalística.

Com relação às faixas de renda na função jornalística, dos 19 casos considerados 03 (15,7%) recebem/recebiam até 05 salários mínimos atuais<sup>162</sup> (R\$ 4.400,00), 09 (47,3%) recebem/recebiam entre 05 e 10 salários mínimos (entre R\$ 4.400,00 e R\$ 8.800,00), 05 (23,3%) recebem/recebiam entre 10 e 15 salários mínimos (entre R\$ 8.800,00 e R\$ 13.200,00) e 02 (10,5%) recebem/recebiam mais de 15 salários mínimos (mais de 13.200,00). Outro dado importante aqui é aquele relacionado às condições de formação escolar desses jornalistas. A esse respeito, dos 19 jornalistas considerados 12 (63,2%) concluíram todo o ensino básico (ensino fundamental e ensino médio) em instituições públicas, 02 (10,5%) fizeram parte do ensino básico em escolas públicas e parte em escolas particulares e 05 (26,3%) concluíram todo esse nível de ensino em instituições privadas. Além disso, vale também trazer informações acerca da formação escolar dos pais desses jornalistas. Dos 19 jornalistas contatados, 02 (10,5%) são filhos de pais analfabetos, 05 (26,3%) são filhos de pais com no máximo o ensino fundamental incompleto, 08 (42,2%) têm ao menos um dos pais com no máximo o ensino médio completo e 04 (21,0%) tem pelo menos um dos pais com formação máxima representada pelo ensino superior.

Quanto à profissão do pai, 13 (68,5%) são filhos de pequenos comerciantes, agricultores, motoristas ou de pessoas que desempenham funções autônomas que exigem baixa formação escolar como sorveteiro e carpinteiro, 02 (10,5%) são filhos de profissionais liberais (agrônomo e jornalista), 02 (10,5%) são filhos de funcionários públicos em cargos administrativos e 02 (10,5%) possuem funções com altos rendimentos (nomeadamente

---

<sup>162</sup> Referente ao ano de 2016.

promotor público e grande produtor rural). Com relação à profissão da mãe, podemos dividi-las em três grupos: 11 (57,8%) donas de casa, agricultoras ou autônomas (desempenhando funções como cabeleireira e costureira), 04 (21,1%) funcionárias públicas em cargos administrativos e outras 04 (21,1%) profissionais liberais (nomeadamente 03 professoras de nível básico e 01 enfermeira). Com relação às condições gerais de renda, dos 19 jornalistas considerados 15 (78,9%) percebem que houve ascensão social em comparação à situação financeira dos pais, 02 (10,5%) não perceberam mudanças significativas e outros 02 (10,5%) percebem que houve um descenso social. Em conjunto, esses dados acerca dos rendimentos, das instituições de ensino, da formação escolar e da profissão dos pais nos demonstram que os jornalistas-dirigentes sergipanos provêm, em sua maioria, de origem social baixa.

De maneira geral, esses dados indicam que o grupo analisado é relativamente homogêneo em quase todos os indicadores levantados, na medida em que ele é formado basicamente por homens de meia idade, crescidos na capital do estado, com carreiras desenvolvidas exclusivamente na imprensa local e de origem social baixa. Todas essas características sócio-profissionais do grupo estudado nos trazem informações valiosas sobre o “mundo dos jornalistas” e, principalmente, sobre a ascensão profissional nesse meio. Porém, para que esses dados ganhem valor para a presente pesquisa eles precisam ser associados a outros indicadores, tais como espaços profissionais percorridos, modalidades de ascensão posicional em veículos noticiosos, redes de relações constituídas intra e extrajornalismo, inserções fora da imprensa, entre outros.

## **5.2 – Das Credenciais na Atividade Jornalismo**

Pensar nas credenciais que importam para uma atividade profissional é pensar no conjunto dos recursos sociais que devem ser detidos para a entrada e o exercício neste ofício. A chamada “sociologia das profissões”, já invocada outras vezes no presente trabalho, tem como um de seus focos de atenção justamente os sistemas de credenciamento das atividades profissionais, ou melhor, os critérios de entrada e exercício das profissões. Durante muito tempo, os estudos sobre profissões naturalizaram os processos de profissionalização das atividades ocupacionais desconsiderando, entre outras coisas, as disputas internas às profissões pela definição dos seus parâmetros. A partir de finais dos anos 1980, contudo, os estudos sobre profissões ganharam um novo enfoque e passaram a entender a profissionalização dos ofícios como processos inacabados e resultantes de lutas incessantes

pela (re)definição do espaço profissional (BOIEGOL e DEZALAY, 1997). Ou seja, essa nova abordagem toma o fenômeno profissão como uma ocupação em contínuo processo de construção que envolve, entre outras coisas, constantes conflitos para a imposição de fronteiras e/ou critérios de pertencimento profissional.

Um indicador desse novo viés analítico dos estudos sobre profissões pode ser o peso do título acadêmico como credencial de entrada nos ofícios. Antes tomado como parâmetro essencial de recrutamento para as profissões institucionalizadas, agora o diploma acadêmico passa a ser entendido como apenas mais um critério de seleção profissional. Ou melhor, o que os estudos sobre profissões nos demonstra é que, sendo objeto de lutas constantes por sua definição, as credenciais de entrada num espaço profissional extrapolam a posse de um título escolar e se organizam em torno da articulação de recursos sociais diversos (dos quais o diploma é apenas um) e convertíveis para o espaço profissional pleiteado. Sendo assim, dentre as preocupações desse novo viés dos estudos sobre profissões está identificar quais recursos sociais e/ou competências funcionam como credenciais para a entrada e para a atuação em um determinado universo profissional e, principalmente, entender como tais credenciais são elevadas a tal patamar.

Esse enfoque dos estudos sobre profissões representa, então, uma entrada analítica fundamental para o presente trabalho. Pois, para entendermos as hierarquizações na imprensa se faz necessário identificar as credenciais e as combinações de recursos sociais mais importantes para a atuação nesse espaço: Quais recursos sociais presidem a entrada e a atuação no jornalismo? Quais combinações de recursos presidem os posicionamentos nesse espaço profissional? Responder a essas questões se faz imprescindível para procedermos à tarefa de traçar os padrões e/ou modalidades de ascensão profissional no jornalismo.

Se, conforme Bourdieu (2007), as chances de proveito numa determinada esfera dependem dos recursos possuídos pelos seus integrantes, isso não significa dizer que qualquer recurso de qualquer origem pode se constituir num “trunfo” em qualquer espaço. Nesse sentido, a seleção e, acima de tudo, o sucesso profissional de um jornalista baseiam-se no conjunto dos “qualificativos/competências<sup>163</sup>” sociais detidos por este e que podem ser acionados para o universo da imprensa. A esse respeito, o que se tem observado é que a constituição de uma rede diversificada de relações, que seja interna ao espaço jornalístico, mas que também proporcione ligações com diversos outros espaços, se apresenta como um

---

<sup>163</sup> O termo “qualificativos/competências” é aqui entendido como o conjunto formado pelos títulos escolares e pelos recursos adquiridos em inserções/vinculações diversas como, por exemplo, reconhecimento profissional dentro e/ou fora do jornalismo, redes de relações, posição social ocupada, histórico de militância política e/ou jornalística, entre outros.

recurso profissional imprescindível no jornalismo (RIEFFEL, 1984; PETRARCA, 2007). Trata-se de uma rede de contatos firmados pelos jornalistas através da socialização familiar, do percurso escolar, de inserções em outras esferas (como a da política, a da religião, entre outras), mas principalmente através da própria atuação no jornalismo, pois atuando na imprensa — no serviço interno das redações ou nas coberturas de eventos, atos políticos e reportagens de rua em geral — o jornalista acaba tendo a possibilidade de firmar ligações com diversos colegas de profissão, políticos, empresários, autoridades jurídicas, entre outros personagens inacessíveis de outro modo.

Além das redes de relações, também podemos apontar como recursos indispensáveis à atuação jornalística um conjunto de competências próprias a esta atividade, tais como o domínio do vocabulário jornalístico, a capacidade de lidar com as fontes de informação e com os interesses dos controladores dos veículos noticiosos e a própria habilidade em cultivar/estabelecer uma vasta rede de contatos em espaços diversos. Trata-se de competências básicas para a atuação no jornalismo, mas cuja assimilação se dá basicamente através da inserção, da vivência no próprio espaço da imprensa (ZELIZER, 1993; BOURDIEU, 1997; TRAQUINA, 2004 e 2005; PENA, 2005).

Ou seja, quando tratamos das credenciais para a atuação na imprensa sempre esbarramos na importância que a própria inserção no jornalismo representa para a arrecadação de tais recursos. Tratando especificamente da realidade estudada, das características sócio-profissionais dos jornalistas mais bem posicionados no espaço jornalístico sergipano, os dados também apontam para a importância do investimento profissional nas redações para o crescimento posicional no jornalismo. De maneira mais específica, os dados apontam que o forte investimento profissional no jornalismo funciona como um fator de diferenciação e de qualificação para a ocupação de posições elevadas na imprensa deste estado. Tudo isso nos apontou para a necessidade de uma atenção maior sobre as atuações profissionais dos jornalistas considerados e, principalmente, sobre os recursos arrecadados nessas inserções.

Diante disso, ao longo deste capítulo nos dedicaremos a três tarefas: identificar os principais recursos sociais que agem sobre as hierarquizações no jornalismo; compreender como esses recursos se combinam para produzir o crescimento posicional nesse espaço; e demonstrar a importância do investimento profissional no próprio jornalismo para a arrecadação desses recursos. Para tanto, recorreremos aos itinerários profissionais dos 19 jornalistas considerados para esta pesquisa e, a partir deles, buscaremos traçar padrões de inserção e combinações de recursos diversos em ascensão posicional na imprensa.

### 5.2.1 – As Redes de Relações Pessoais como Recurso Profissional no Jornalismo

Dizer que as redes de relações pessoais funcionam como um recurso importante para a entrada e a atuação no jornalismo pode parecer redundante, visto que elas desempenham algum tipo de papel para a inserção profissional nos diversos espaços. No entanto, no jornalismo essas redes de relações, também chamadas de *network*, desempenham um peso maior e podem ser utilizadas para colocações na imprensa, para o acesso a posições profissionais fora das redações (assessorias de comunicação para políticos ou empresários, cargos públicos, entre outros), mas também como credenciais para a ascensão posicional no próprio jornalismo (PETRARCA, 2008).

O desenvolvimento bem sucedido de uma carreira jornalística depende em grande medida dos contactos que o jornalista possua. Um jornalista sem contactos dificilmente conseguirá cimentar uma boa carreira e obter sucesso e reconhecimento profissional. Por isso, a agenda do jornalista (...) é de crucial importância. (SOUSA, 2001, p. 74).

A atividade jornalística é caracterizada por possibilitar aos seus praticantes conviver e/ou manter contatos pessoais com integrantes de espaços diversos. Dentro das redações, os jornalistas estabelecem relações com os colegas de veículo noticioso e com diversos outros personagens que rotineiramente visitam as sedes dos jornais, revistas e emissoras de TV (candidatos a cargos eletivos, anunciantes, artistas). Em suas incursões externas (coberturas de eventos, sessões de casas legislativas, atos governamentais e reportagens de rua em geral), os jornalistas conhecem e se aproximam de outros jornalistas, mas também de políticos, empresários, funcionários públicos, juristas, religiosos. Na verdade, as redes de relações são uma característica estrutural do jornalismo que age desde as concessões de emissão de sinal de TV e rádio, passa pela conquista dos anunciantes (que se estendem do mundo empresarial ao espaço político-governamental), pela necessidade da constituição de fontes de informação em diversos espaços ao mesmo tempo e, por fim, chega até ao recrutamento dos profissionais por parte dos veículos de comunicação.

Um dado indicador dessa importância das redes de relações para a atuação no jornalismo também pôde ser percebido pelo pesquisador ao longo da realização das entrevistas com os integrantes do grupo considerado. Boa parte dos jornalistas-dirigentes entrevistados possuíam contato direto (inclusive número de telefone pessoal) com outros jornalistas-dirigentes sergipanos, com políticos de destaque na esfera local (deputados federais, senadores, prefeito da capital, ex-governadores do estado), com grandes empresários

do ramo da construção civil, entre outros. Isso pôde ser percebido de diversas formas. Em primeiro lugar, alguns entrevistados não só comentaram conhecer outros jornalistas-dirigentes sergipanos como também repassaram o número de telefone pessoal (celular) de muitos deles ou ainda intermediaram pessoalmente entrevistas facilitando o caminho do pesquisador. Em segundo lugar, chamou a atenção o local escolhido por alguns entrevistados para a concessão da entrevista. A maioria escolheu a sede do veículo noticioso em que atuam para o encontro, no entanto, alguns entrevistados preferiram ser ouvidos em locais públicos como praças de alimentação de *shoppings* e uma *delicatessen* na região mais nobre da cidade (o bairro “13 de Julho”). O que chamou a atenção nessas entrevistas em locais públicos foi a quantidade de integrantes dos meios político, empresarial e jornalístico que também frequentava o espaço no momento da entrevista. As entrevistas chegaram a ser interrompidas diversas vezes para um cumprimento a um deputado, a um ex-vereador, a alguns gestores de autarquias públicas, a empresários e a alguns outros jornalistas. Além disso, em três momentos ao longo dessas entrevistas além do entrevistador e do entrevistado a mesa foi compartilhada com outras pessoas (um ex-prefeito de Aracaju, um ex-diretor de jornalismo da *Fundação Aperipê* e um grande empresário) que fizeram questão de falar da amizade e das “qualidades” do entrevistado. Isso sem falar nas diversas vezes em que as entrevistas foram interrompidas por uma ligação telefônica em que o entrevistado fazia questão de verbalizar que estava na linha com um ex-governador do estado ou com o secretário pessoal do prefeito da capital, quando ordenava a algum subalterno que entrasse em contato com determinada autoridade política em seu nome ou ainda quando pedia, pelo ramal telefônico de sua sala, que sua secretária procurasse em sua agenda o contato deste ou daquele gestor jornalístico. O que tudo isso deixa transparecer é que os entrevistados queriam demonstrar para o pesquisador que possuía muitos contatos. E isso é um indicador veemente da importância das redes de relações pessoais no jornalismo.

Ou seja, redes de relações e jornalismo são coisas absolutamente inseparáveis. Diante disso, não é de espantar que as redes de contatos estabelecidas pelos jornalistas funcionem, em combinação com outros recursos, como credenciais de entrada e de posicionamento na imprensa. A questão agora é saber como elas funcionam para esse fim.

Tratando do jornalismo na França, Rieffel (1984) demonstra que o desenvolvimento de um “caderno de endereços”, ou melhor, que a constituição de redes de relações pessoais é essencial para a obtenção de informações em determinados espaços, de modo que quanto mais diversificada for a rede de um jornalista mais chances ele terá de acessar informações privilegiadas. Desse modo, segundo esse autor as redes de relações pessoais funcionam como

competências no jornalismo e resultam em uma forma de reconhecimento interno o que, por sua vez, age diretamente sobre as possibilidades de ascensão nesse universo profissional. Tratando do jornalismo no Rio Grande do Sul/BR, Petrarca (2007) demonstra que no Brasil as redes de relações pessoais também se constituem como um recurso imprescindível para a atuação no jornalismo servindo tanto para o acesso a informações jornalísticas quanto para a ascensão profissional, uma vez que as indicações de amigos balizam a ocupação de certos postos jornalísticos (PETRARCA, 2008). Enfim, o que esses autores estão demonstrando é que o desenvolvimento de redes de relações funciona como um critério de reconhecimento profissional no interior do jornalismo e, portanto, como um recurso para a ascensão posicional nesse meio.

Para nos aprofundarmos sobre como as redes de relações funcionam como um recurso de atuação profissional no jornalismo, a partir de agora nos debruçaremos sobre alguns casos ilustrativos da importância dessas redes para o crescimento posicional na imprensa sergipana. Um primeiro indicador disso pode ser o papel desempenhado pelas indicações para a entrada e a circulação no meio jornalístico local. A esse respeito vejamos o que disseram alguns jornalistas entrevistados sobre a importância das relações pessoais para as colocações na imprensa em Sergipe.

**Entrevistador:** *Qual a importância de se manter um conjunto vasto de contatos para se ocupar um cargo de gestão no jornalismo?*

“Eu acho que fundamental nessa área são os relacionamentos. Na linha do tempo você vai conhecendo as pessoas e... quantas vezes algumas pessoas passaram pela minha carreira, várias vezes, e foram fundamentais para isso. Aracaju é muito pequena e o mercado de jornalismo aqui também é muito pequeno. Então, possivelmente eu já tenha passado por todas as TVs aqui e todo mundo me conhece em todas as TVs. Então, você vai ter sempre alguém que lhe indique”. (Entrevista com “R”).

**Entrevistador:** *Como Você se inseriu no mercado jornalístico?*

“Eu tava procurando estágio (...) aí como eu conhecia alguém na Aperipê TV eu acabei indo pra Aperipê estagiar lá”.

**Entrevistador:** *E como você foi trabalhar na TV Jornal?*

“Na TV Jornal foi que estavam precisando de alguém pra fazer um ‘frila’ [trabalho *freelancer*], já me conheciam da TV Aperipê, que eu circulava e me chamaram (...). No meio todo mundo acaba se conhecendo. O mercado é pequeno e antigamente, então, era menor ainda”.

**Entrevistador:** *E depois como foi para o Jornal da Cidade?*

“Aí também, o diretor já me conhecia, surgiu uma vaga de pauteira e me chamaram pra o Jornal da Cidade. (...) Cleomar Brandi (...) eu o conhecia da TV Aperipê”. (Entrevista com “M”).

Como podemos ver nessas falas, o fator indicação desempenha um forte papel para as colocações na imprensa, pois “no meio todo mundo acaba se conhecendo” e “você vai ter sempre alguém que lhe indique”. Conquanto, representando um recurso imprescindível no jornalismo, as redes de relações dos jornalistas também lhes garantem reconhecimento profissional agindo um recurso para a ascensão nas hierarquias jornalísticas dos veículos noticiosos. E para melhor percebermos isso no dedicaremos aos itinerários jornalísticos de dois dos entrevistados: jornalista “Q” e jornalista “R”.

Nascido em Aracaju em 1962, “Q” conclui o curso de Técnico em Edificações no início dos anos 1980 e logo em seguida é efetivado como servidor público estadual. Nesse mesmo período “Q” cursava Comunicação Social nas Faculdades Integradas Tiradentes (hoje Universidade Tiradentes/UNIT) e, em 1985, vai estagiar na *TV Aperipê*, uma emissora de televisão pública vinculada ao governo estadual. Concluindo o curso de jornalismo em 1986, “Q” recorre a amigos na administração do governador João Alves Filho (1983-1987) e na referida emissora de televisão e é remanejado como servidor cedido para atuar na *TV Aperipê*. Em 1987 chega ao fim o mandato de João Aves e vários profissionais do jornalismo que atuavam nesta TV pública são dispensados, mas graças aos vínculos com o grupo político de João Alves muitos deles vão trabalhar nos órgãos midiáticos deste então ex-governador. Este foi o caminho seguido por “Q” que, em 1987 e graças às amizades com alguns colegas dos tempos da *TV Aperipê*, vai trabalhar como repórter no *Jornal da Manhã* pertencente ao referido ex-governador. No ano seguinte, e novamente graças aos seus contatos tecidos nos tempos da *TV Aperipê*, “Q” migra novamente de veículo noticioso indo atuar na *TV Jornal*, também pertencente a João Alves Filho. Com base nessas inserções, “Q” amplia sua rede de contatos e começa a circular por outros veículos noticiosos do estado. Em 1989, e por indicação de amigos do meio jornalístico, passa a atuar como editor de texto de telejornal na *TV Sergipe* onde fica até 1994. Durante o ano de 1990 acumula também a função de repórter no *Jornal da Cidade* (pertencente ao mesmo grupo detentor da *TV Sergipe*). Em 1991, “Q” vive sua primeira promoção no meio jornalístico e, por meio de indicação de colegas jornalistas, deixa a reportagem do *Jornal da Cidade* e vai atuar como editor no *Cinform*, cargo que ocupa até 1995. Como poderemos ver no excerto a seguir, os convites são muito importantes para as inserções dos jornalistas nos veículos noticiosos.

“A partir da *TV Aperipê* aí eu já fui convidado pra outras coisas. Fui convidado para o *Jornal da Manhã* (...) era uma equipe muito boa e eu fui aproveitado nessa equipe. Eu, um ‘foca’, um jornalista começando, fui levado pra o *Jornal da Manhã* e lá fiquei algum tempo e tal. E aí surgiram outras oportunidades. Aí, por exemplo, pela minha experiência na televisão e

também já estando no *Jornal da Manhã*, aí fui convidado pra trabalhar na *TV Jornal* [que era do mesmo grupo detentor do *Jornal da Manhã*] (...). Pronto, da *TV Jornal* já fui pra a *TV Sergipe*, fui pra o *Cinform*, fui pra o *Jornal da Cidade*". (Entrevista com "Q").

Ainda em 1995, "Q" muda-se para a cidade de Salvador/BA. Lá reside até o final de 1996 quando resolve retornar para Aracaju e para o jornalismo sergipano. Em sua volta para Sergipe, e mais até do que em outros momentos, sua rede de relações pessoais é acionada para lhe garantir colocações na imprensa local. Em primeiro lugar, a própria volta de "Q" para Aracaju foi motivada por um convite de integrantes do grupo político do ex-governador João Alves Filho com os quais estabeleceu relações nos anos 1980 atuando no *Jornal da Manhã* e na *TV Jornal* (veículos de comunicação pertencentes a este ex-governador). Suas relações com tal grupo político eram tão valorizadas que "Q" foi convidado para assumir o posto máximo do jornalismo da *Rede Jornal de Comunicação* (rede de veículos de comunicação do ex-governador João Alves<sup>164</sup>), a direção de jornalismo. Sua passagem por este posto, no entanto, foi muito breve e durou apenas algumas semanas, mas a alta gama de contatos de um jornalista experiente como "Q" rapidamente lhe traria outras opções de reinserção profissional. Em inícios de 1997, José de Araújo Santana, então diretor de redação do *Jornal da Cidade*, o convida para ser editor do segundo caderno mais importante deste impresso: o "Caderno de Cidade". Dois anos depois, e com a saída de José de Araújo Santana do impresso, "Q" é convidado pelos controladores do *Jornal da Cidade* para assumir o posto de diretor de redação do jornal, cargo que ocuparia até 2009. Depois de sair do *Jornal da Cidade*, "Q" se inseriu em outros espaços não propriamente jornalísticos (na esfera política como veremos adiante), mas fez questão de nunca quebrar os vínculos pessoais e profissionais com o *Jornal da Cidade* de modo que até hoje edita um caderno semanal intitulado "Mercado" para tal veículo noticioso. Por fim, em 2015 "Q" fez nova inserção direta na imprensa local e ocupou o posto mais elevado do jornalismo da *TV Atalaia*: o de diretor de jornalismo. A ocupação de tal cargo se deu, mais uma vez, graças aos vínculos diversos que o jornalista em questão possui, já que mesmo sem nunca ter atuado nesta emissora de TV "Q" foi convidado para ocupar tal cargo diretamente pelos seus controladores. Vale ressaltar que a *TV Atalaia* pertence à família Franco, a mesma que controla outros veículos de comunicação em que "Q" já atuou como o *Jornal da Cidade* e a *TV Sergipe*. Diante disso, o convite para "Q" assumir o cargo máximo do jornalismo na *TV Atalaia* por parte dos seus controladores demonstra o

---

<sup>164</sup> Em 1996 a *Rede Jornal de Comunicações* era formada pelo *Jornal da Manhã*, pela *TV Jornal* e pelas emissoras de rádio *Jornal AM 540* e *Jornal FM 98,1*, ambas de Aracaju, *Jornal FM 102,9*, de Propriá, *Jornal FM 101,5*, de Estância, e *Imperatriz dos Campos AM 1520*, de Tobias Barreto.

quão profissionalmente valorizado é este jornalista e o quanto pesa sua rede de relações para sua valorização profissional.

Com relação à jornalista “R”, seu itinerário jornalístico também nos fornece indicações contundentes do peso das redes de relações pessoais para a atuação e para a ascensão profissional na imprensa. Nascida em São Paulo/SP em 1966, “R” se radicou em Aracaju ainda na adolescência e concluiu o curso de Graduação em Jornalismo na UNIT em 1992. Em se tratando da sua primeira inserção no jornalismo, ela se dá através da *TV Atalaia* onde atua entre 1990 e 1996. Nos seus primeiros anos nesta emissora, e ainda cursando a graduação em jornalismo, “R” atua como estagiária na reportagem, já a partir de 1992 é efetivada como repórter. Entre 1993 e 1996, e a convite de Carlos Mota, então diretor da *Atalaia AM*, trabalha também como repórter de rua para essa emissora de rádio. “R” e Carlos Mota se conheceram e estreitaram relações trabalhando no mesmo ambiente, pois a *TV Atalaia* e a rádio *Atalaia AM* integram o *Sistema Atalaia de Comunicação*<sup>165</sup> e funcionam no mesmo prédio. Ainda em 1996, e através da indicação de seu esposo, “R” é convidada pelo então diretor de jornalismo da *TV Sergipe*, José Carlos de Andrade, para atuar como repórter e editora de telejornal nesta emissora. A essa época, o marido de “R” trabalhava na equipe de jornalismo da *TV Sergipe* e vendo surgir uma vaga sugere seu nome para o citado diretor de jornalismo.

**Entrevistador:** *Como se deu sua ida para a TV Sergipe?*

“Fui para a *TV Sergipe* a convite do então diretor de jornalismo José Carlos de Andrade (...). Pra ir pra lá eu fui com a proposta de ir como editora-chefe do jornal, do jornal do meio dia que na época se chamava SN1 (...). Durante uns seis meses eu ainda fiquei como repórter e como editora, mas depois eu fiquei só como editora”.

**Entrevistador:** *Mas, como se deu efetivamente esse convite?*

“Meu marido já trabalhava na *TV Sergipe*, era editor do jornal da noite. Eles precisavam de um repórter com perfil de cobertura política e eu cobria política, eu cobri na *TV Atalaia* durante cinco anos Câmara e Assembleia todos os dias (...). Aí um dia ela me telefonou, a secretária, e disse: ‘Ó, José Carlos quer falar com você, quer conversar com você’. Aí eu fui lá conversar com ele. Aí ele disse que a emissora tava querendo investir mais numa cobertura política (...) e se eu queria ir pra lá. E eu disse que eu ia com a condição de que se eu pudesse também editar o jornal (...). Aí ele aceitou a proposta e eu fiquei lá, ficamos juntos lá por dois anos”. (Entrevista com “R”).

---

<sup>165</sup> Grupo de comunicação pertencente ao político e empresário Walter Franco e que, a época, era integrado pela *TV Atalaia*, pelas emissoras de rádio *Atalaia AM* e *Atalaia FM* e pelo *Jornal da Cidade*, sendo este último o único a funcionar em um prédio em separado.

Na *TV Sergipe*, “R” trabalha entre 1996 e 1998, quando se desentende com o então diretor de jornalismo da emissora e é demitido. Conquanto, ainda em 1998 o diretor-presidente da *TV Sergipe*, Albano do Prado Franco, disputaria a reeleição para o governo do estado e, por indicação de membros de sua equipe de jornalismo, inclui “R” entre os seus colaboradores de campanha. Mas, o que parecia ser um revés muito forte na carreira deste jornalista acabou sendo uma porta aberta para novas e duradouras inserções na imprensa. Trabalhando como redator dos textos para os discursos e para a propaganda eleitoral da referida candidatura, “R” conheceu e estreitou relações com Jefferson Andrade, dono da produtora onde eram gravados os programas eleitorais da campanha para o rádio. Em 1999 Jefferson Andrade cria a *TV Cidade*, uma emissora de televisão por assinatura com sede em Aracaju, e o convida para assumir a montagem e a coordenação dos seus diversos programas (de jornalismo, mas também de entretenimento). A partir de 2003, “R” assume exclusivamente a gerência de jornalismo desta emissora de TV, nele ficando até o ano de 2010. Em 2011, e a convite de Sales Neto, um amigo do meio jornalístico que a época era Secretário Adjunto de Comunicação do Estado, “R” assume a direção de jornalismo da *Fundação Aperipê de Comunicação*. Em 2015, pouco tempo depois de deixar a *Fundação Aperipê*, “R” passa a atuar como editor-chefe de telejornal na *TV ALESE*, cargo que ocupa até os dias de hoje.

Nesses dois itinerários jornalísticos percebemos diversas situações em que uma indicação ou um contato no meio jornalístico possibilita a ocupação de um posto na imprensa. Como vimos, por diversas vezes os dois jornalistas considerados migraram de um veículo noticioso para outro mobilizando seus contatos. Vimos também como, em algumas situações, as redes de relações funcionaram como recurso para a ascensão profissional. Isso pode ser visto, por exemplo, quando “Q” é convidado a retornar de Salvador/BA para assumir a direção de jornalismo da *Rede Jornal de Comunicações* em 1996 e também quando “R” é convidada a assumir a coordenação de televisão da *TV Cidade* em 1999. Por fim, vimos ainda como as redes de relações de um jornalista funcionam junto com suas experiências na imprensa como um forte elemento de reconhecimento profissional. Isso pode ser claramente percebido quando, em 2015 e sem nunca ter atuado na *TV Atalaia*, o jornalista “Q” é convidado pelos controladores desta emissora de TV a assumir seu cargo jornalístico mais elevado: a direção de jornalismo. Esse dado é significativo porque a *TV Atalaia* é a segunda emissora de TV de maior audiência no estado e porque, sem conhecer de perto o trabalho de “Q”, seus controladores o convidaram para tal posto valendo-se das indicações feitas a seu nome por contatos em comum e da sua vasta experiência profissional no jornalismo local.

Ao longo dessa seção, todos os esforços empreendidos confluíram no sentido de entender a importância que os contatos e as indicações dos jornalistas assumem para as colocações e para a ascensão posicional na imprensa. Pelas discussões e pelos casos analisados aqui ficou demonstrado que as redes de relações desempenham papel direto sobre as inserções dos jornalistas na imprensa e sobre o reconhecimento profissional nesse meio, no sentido de que as indicações de amigos ou conhecidos são fundamentais tanto para as inserções dos jornalistas nos veículos noticiosos quanto para a ascensão a seus postos mais elevados.

### **5.2.2 – A Experiência no Jornalismo: quando as redes de relações pessoais se combinam com outros recursos**

Na seção anterior vimos como as redes de relações dos jornalistas agem sobre as inserções e sobre a ascensão posicional na imprensa. Nesse esforço, tais redes foram tomadas como uma credencial isolada, ou seja, separada de outros qualificativos sociais. No entanto, como veremos a partir de agora as redes de relações dos jornalistas ganham ainda mais valor no jornalismo quando combinadas com outros recursos sociais arrecadados pela própria atuação na imprensa e convertíveis em reconhecimento profissional.

Os dados levantados acerca dos itinerários jornalísticos dos entrevistados nos fizeram perceber a existência de uma estreita relação entre o tempo de atuação no jornalismo e o reconhecimento profissional, de modo que os jornalistas mais experientes têm maiores chances de ocupar um cargo elevado na imprensa do que os menos experientes. Além desse padrão geral, também foi observado que o “tempo de casa” é outro fator que desempenha papel importante nesse sentido, na medida em que boa parte dos jornalistas entrevistados atuou durante muitos anos em cargos diversos no veículo de comunicação em que, tempos depois, viria a ocupar cargo de comando. Isso não significa dizer que existe uma relação instrumental (se isso, logo aquilo) que reserva os cargos de gestão na imprensa aos jornalistas com mais anos de atuação, até mesmo porque muitos dos titulares dos cargos de gestão jornalística considerados têm entre suas equipes de jornalismo profissionais com muito mais anos de experiência do que eles próprios. Na verdade, o que foi percebido é que a atuação no jornalismo proporciona a constituição e o reforçamento de uma rede de contatos capaz de potencializar os rendimentos de outros recursos sociais detidos pelos jornalistas e válidos no espaço da imprensa. Dessa forma, quanto mais longa é carreira de um jornalista mais contatos

ele pode firmar e, portanto, mais chances ele tem de converter essa rede relações em reconhecimento profissional.

Segundo Petrarca (2007), a passagem pelas redações é um critério importante de reconhecimento profissional pelo grupo. Nelas os jornalistas adquirem prática na produção de material noticioso e desenvolvem as principais habilidades do ofício, mas também se relacionam entre si fazendo-se conhecidos entre os pares e entre os gestores dos veículos noticiosos.

“Assim, a redação constitui-se como um importante espaço de socialização que oferece não só a aprendizagem das habilidades necessárias para o ofício do jornalista, mas possibilita a formação de redes amplas e diversificadas. É no interior das redações que os contatos profissionais se intensificam. A relação com o editor-chefe e o contato com outros editores influenciam as mudanças de posição internas às redações e permitem indicações. Ser conhecido no mercado significa ser conhecido por outros jornalistas e veículos. Isso contribui para formar um conjunto de contatos internos à atividade, o que faz com que as possibilidades de acesso a certas funções e a emprego apareçam”. (PETRARCA, 2007, p. 190).

Como bem destaca esse excerto, atuando na imprensa os jornalistas vão arrecadando recursos importantes para a atuação no próprio jornalismo e, ao mesmo tempo, vão firmando e/ou reforçando contatos com colegas de veículo noticioso e com integrantes de outros órgãos de comunicação. Através das indicações de amigos e/ou da proximidade com os gestores jornalísticos, esses contatos potencializam o reconhecimento profissional dos jornalistas aumentando suas possibilidades de inserção e de ascensão na imprensa. Ou seja, o conjunto dos vínculos e/ou amizades constituídas pelos jornalistas com integrantes da imprensa podem se converter, junto com outros recursos sociais arrecadados também pela atuação nas redações, em reconhecimento profissional no jornalismo. E para compreendermos melhor como se dá essa relação, a partir de agora nos dedicaremos a analisar alguns casos exemplares dentre os itinerários profissionais dos jornalistas entrevistados.

Ao longo das entrevistas, o domínio das competências básicas do fazer jornalístico ganhou destaque como credencial importante para a ascensão posicional no jornalismo. Isso pode ser percebido em passagens como:

“Do jornalismo eu sei tudo, da área do jornalismo impresso. Porque eu comecei como revisora, editava... Quer dizer, eu podia muito bem gerenciar um jornal, porque eu conhecia todas as etapas e como é, e todos os meandros, como chegar aí, como agilizar o processo. Tudo eu sabia, porque eu estava ali dentro e sabia muito bem fazer isso. Foi o que me credenciou”. (Entrevista com “P”).

“Então, acho que a grande vantagem pra mim foi eu ter passado por todas as áreas antes de me tornar gestora. (...) Você tem que ter autoridade, conhecimento da área. É fundamental que você conheça o que você está fazendo e... poder entender as nuances do jornalismo.” (Entrevista com “R”).

Como visto no capítulo anterior, saber realizar as tarefas básicas dos seus comandados é indispensável ao ocupante de um cargo de gestão em qualquer área e no jornalismo não é diferente. Então, não é de surpreender que os jornalistas contatados afirmem serem seus conhecimentos em jornalismo um recurso importante no conjunto das credenciais que lhes possibilitaram chegar a um cargo de gestão na imprensa. O interessante aqui é perceber qual o peso do desenvolvimento de uma carreira no jornalismo para a assimilação desses conhecimentos. Um bom indicador disso pode ser o fator tempo de atuação na imprensa, e consequentemente de assimilação das habilidades jornalísticas, antes da ascensão aos postos de comando no meio. A esse respeito, dos 19 jornalistas entrevistados 02 (10,5%) chegaram ao mais alto posto de direção jornalística de suas carreiras com menos de 10 anos de atuação na imprensa, outros 02 (10,5%) com entre 10 e 14 anos de atuação, 06 (31,6%) com entre 15 e 19 anos de atuação, 04 (21,0%) com entre 20 e 24 anos de atuação, outros 02 (10,5%) com entre 24 e 29 anos de jornalismo e 03 (15,8%) com 30 anos ou mais de jornalismo. Ou seja, dos 19 jornalistas contatos, 15 (79% do total) só chegaram a ocupar postos de direção no jornalismo com ao menos quinze anos de atuação na área. Além disso, vale ressaltar que destes 19 jornalistas todos se iniciaram no jornalismo em posições muito baixas como revisor, estagiário ou repórter e, aos poucos, foram ascendendo a posições mais elevadas até chegar aos postos de direção. É bem verdade que dificilmente um jornalista vai se inserir na imprensa já ocupando um cargo de gestão, no entanto, esse último dado é significativo porque demonstra que não basta apenas ter muitos anos de jornalismo para se chegar a um posto de direção, mas é preciso também passar pelos principais níveis hierárquicos comuns aos veículos noticiosos antes de ascender aos cargos de comando.

Ter muitos anos de experiência no jornalismo e passar pelos principais postos nas hierarquias dos veículos noticiosos (iniciando-se pelos mais baixos e, aos poucos, ir ascendendo) é imprescindível para um jornalista assimilar as principais habilidades do ofício. Mas, mais do que isso, é fundamental também para criar entre os pares e entre os controladores dos órgãos de comunicação um sentimento de confiança no domínio dessas habilidades. E isso é ainda mais válido quando um jornalista desenvolve uma longa inserção em um mesmo veículo noticioso, no sentido que o “tempo de casa” pesa para a constituição

dessa confiança que, combinada com outros recursos, pode resultar em ascensão posicional. A esse respeito, debruçemo-nos sobre os depoimentos a seguir.

**Entrevistador:** *Que fator pesou mais para você chegar a ocupar esse cargo no Jornal da Cidade?*

“O texto e a responsabilidade (...) e o tempo de casa porque eles acabaram conhecendo o meu trabalho com mais tranquilidade”.

“Comecei como repórter (...) eu fiquei por um bom tempo como repórter, muito, muito tempo (...) de 1997 até... até 2008 como repórter. Aí eu fui pra a editoria do Caderno B, que é o caderno de cidades, aí fiquei um ano na editoria do Caderno B e depois passei pra a editoria da ‘primeira página’ até eu vir pra cá [até ocupar o cargo de Chefe de Reportagem] em novembro de 2014.” (Entrevista com “C”).

**Entrevistador:** *Você disse que quando o dono do Correio de Sergipe lhe concedeu o cargo de Editora-Chefe ele confiou muito em você. Como você construiu essa confiança?*

“Eu construí nesses anos todos. São duas décadas que eu estou aqui. É um trabalho que não teve nenhuma falta até hoje, eu acho que foi isso que justificou esse fim. Trabalho aqui a mais de vinte anos e não tem nenhuma falta minha anotada nem de conhecimento de ninguém. Não, não houve. Então, eu acho que essa história que eu construí com meu trabalho é que resultou nisso”. (Entrevista com “F”).

**Entrevistador:** *Como se deu sua ascensão à direção de redação no Jornal da Cidade?*

“Então (...) a capacidade que você desenvolve ao longo do tempo faz com que você galgue um posto maior dentro do trabalho”. (Entrevista com “P”).

Nesses depoimentos, os jornalistas entrevistados creditaram um peso importante ao longo tempo de atuação prévia no veículo noticioso em que hoje ocupam cargo de comando para a ascensão a tal posto. O jornalista “C”, por exemplo, relata uma trajetória de dezessete anos no *Jornal da Cidade* desde sua entrada no impresso como repórter até sua chegada à chefia de reportagem: foram onze anos como repórter (1997-2008), cerca de um ano como editor do Caderno B (2008-2009) e mais cinco anos como editor da “primeira página” (2009-2014) até assumir a chefia de reportagem a partir de 2014. Em sentido parecido, “F” também trilhou um longo caminho no *Correio de Sergipe* até assumir o posto de seu editor-chefe: foram oito anos como repórter policial (1994-2002) e mais dez anos como secretário de redação (2002-2012) até ser elevado ao posto de editor-chefe a partir de 2012. Já o jornalista “P” trilhou um caminho ainda mais longo, foram vinte e um anos desde sua entrada no *Jornal*

*da Cidade* até a chegada ao seu posto jornalístico mais elevado: foi cerca de um ano como revisor (1988), três anos como repórter de polícia (1989-1991), mais de uma década acumulando as funções de repórter com a de editor do caderno de polícia (1991-200?) e cerca de cinco anos como chefe de reportagem (meados dos anos 2000 até 2009) até assumir a chefia de redação do impresso a partir de 2009. Em comum nesses três casos podemos ver um longo tempo de casa e a passagem pelos postos mais baixos até a ascensão aos cargos de direção.

Vale ressaltar, no entanto, que o desenvolvimento de uma duradoura inserção em um veículo noticioso só vai se converter em oportunidades de ascensão nesse mesmo órgão de comunicação se acompanhada de um esforço contínuo no sentido do desenvolvimento das habilidades jornalísticas já mencionadas e de uma aproximação pessoal em relação aos membros dos seus diversos setores. Ou melhor, somente muitos anos de atuação em um mesmo veículo noticioso, uma gradativa ascensão a partir dos seus postos jornalísticos mais baixos e as competências assimiladas ao longo dessa atuação não é suficiente para explicar a ocupação de um posto de direção em um órgão de comunicação. Na verdade, tais experiências devem ser acompanhadas pelo estabelecimento de relações de proximidade ou até de amizade com os integrantes da equipe jornalística do veículo noticioso e com os seus controladores, pois tais relações são balizadores imprescindíveis da ascensão aos postos de comando no jornalismo.

**Entrevistador:** *Qual o principal fator para a ascensão aos cargos de direção no jornalismo?*

“Ter um relacionamento bom com os colegas aqui de dentro, conhecer já todo o processo interno e externo e ter um relacionamento bom também com a direção, com os diretores da casa”. (Entrevista com “L”).

Em se tratando da importância do estabelecimento de relações de proximidade com os colegas de veículo noticioso para a ocupação de postos de direção jornalística, dediquemo-nos agora a três inserções profissionais do jornalista “Q”: sua passagem pela direção de jornalismo da *Rede Jornal de Comunicação*, sua inserção como diretor de jornalismo da *TV Atalaia* e sua passagem como diretor de redação do *Jornal da Cidade*. Como já apresentado na seção anterior, em 1996 “Q” foi convidado para assumir a direção de jornalismo da *Rede Jornal de Comunicação*, porém sua passagem por este cargo duraria poucas semanas. O convite para assumir tal posto partiu dos controladores desta rede de veículos noticiosos, personagens do meio político com quem “Q” mantinha relações desde a década anterior.

Porém, apesar de, à época, ser um jornalista com relativa experiência no estado e de conhecer pessoalmente alguns profissionais dessa rede de veículos noticiosos, “Q” não era um jornalista “da casa”<sup>166</sup> e não possuía relações de proximidade e/ou afinidade com os seus comandados que, por sua vez, não o reconheciam como comandante. O resultado disso foi um desencontro de perspectivas, grandes dificuldades para o diálogo e um pedido de demissão poucas semanas depois de aceitar o desafio. Duas décadas depois, e em outro veículo noticioso, “Q” vive uma situação com contexto e resultado parecidos. Em 2015, “Q” é convidado pelos controladores da *TV Atalaia* para assumir sua direção de jornalismo, mas, novamente, sua passagem por esse cargo seria breve. Por essa época, “Q” já era um profissional com larga experiência no jornalismo sergipano, inclusive com passagens importantes em cargos de direção jornalística e, nessas inserções, conheceu e estreitou relações com os controladores da *TV Atalaia* que resultaram no referido convite. Conquanto, à exemplo do que ocorrera no caso da *Rede Jornal de Comunicação*, “Q” até conhecia pessoalmente alguns jornalistas deste emissora, mas não era um profissional “da casa”, não possuía relações de proximidade com a equipe de jornalismo que iria gerenciar e enfrentou problemas para ter sua autoridade reconhecida pelos seus comandados. O resultado disso é que depois de cerca de sete meses na função, e sem romper essas barreiras, “Q” novamente pede demissão.

Diferente dessas duas investidas frustradas como comandante jornalístico, a passagem de “Q” como diretor de redação do *Jornal da Cidade* teve outro enredo, pois representou a continuidade de uma inserção que já vinha sendo construída há alguns anos. Entre 1989 e 1990, “Q” já havia atuado no *Jornal da Cidade* como repórter. Já entre 1990 e 1994, a inserção se deu como editor de texto de telejornal na *TV Sergipe* que, à época, pertencia ao mesmo grupo acionista do *Jornal da Cidade* e realizava intercâmbio profissional com o impresso. Depois desse período, “Q” passa por outros veículos de comunicação de Sergipe e passa uma temporada residindo fora do estado. Em 1997, e já de volta à Aracaju, suas relações o reconduzem ao *Jornal da Cidade*, desta vez como editor do Caderno de Cidades. Nessa posição, “Q” vai estreitando ainda mais suas relações com os controladores e demais gestores do órgão, bem como com seus colegas de trabalho. Dois anos depois, e diante da saída do então diretor de redação, “Q” é convidado a assumir o mais alto posto jornalístico do impresso. Desta vez, “Q” era “cria da casa”, um jornalista praticamente formado no *Jornal da Cidade* conhecedor e detentor de boas relações com toda a sua equipe jornalística e com os

---

<sup>166</sup> Apesar de ter atuado brevemente em dois órgãos da *Rede Jornal de Comunicação* (nomeadamente *TV Jornal* e *Jornal da Manhã*) durante a década de 1980.

seus controladores. O resultado disso foi uma longa passagem pelo comando desse impresso que se inicia em 1999 e vai até 2009, quando “Q” é convidado a assumir a Secretaria de Comunicação da prefeitura de Aracaju.

O que a análise dessas três investidas em cargos de comando jornalístico nos deixa claro é que recursos como o domínio das competências jornalísticas e o tempo de casa são muito importantes para a ascensão profissional em um veículo noticioso, mas que as possibilidades de obtenção de ganhos com esses recursos dependem do estabelecimento de relações de proximidade com os colegas de profissão e com os controladores deste órgão de comunicação. O estabelecimento de amizades e/ou relações de proximidade com os colegas de veículo noticioso pode ser realizado no dia a dia de trabalho, reafirmado em espaços de lazer comuns ou ainda em eventos próprios para os jornalistas (premiações, reuniões sindicais, entre outros). No entanto, como se dão as aproximações entre um jornalista e os controladores de um órgão noticioso capazes de colaborar para a ascensão aos cargos de comando? Baseando-se no conjunto das entrevistas realizadas, as respostas para esse questionamento giram em torno das relações que os ocupantes de postos jornalísticos intermediários geralmente estabelecem com os controladores dos veículos de comunicação em que atuam. Vejamos,

“Quem assume o cargo de editoria de política (...) normalmente tem um bom contato com o dono do jornal. Por quê? Porque ele conta as coisas que está sabendo, as coisas de amigos dele também, ele tem papel político também (...) e você vai se aproximando gradativamente. Ele vai contando as coisas pra você e tal, tal, tal. E em dado momento, sei lá, ele adquire confiança nos contatos, nas conversas”. (Entrevista com “D”).

“No *Jornal da Manhã* eu entrei em janeiro 1988 como editor de polícia e nacional (...). Aí Passado um período que eu não tenho assim bem em mente (...) aí houve um convite pra eu ser o secretário de redação (...). E aí eu me aproximei muito dos donos do jornal como secretário de redação (...) e depois de oito anos como secretário de redação eu recebi o convite pra ser o editor-geral do jornal”. (Entrevista com “G”).

Como podemos ver nessas falas, ocupar posições jornalísticas intermediárias em um veículo noticioso é também uma forma de estreitar relações com os seus controladores. Ou melhor, na condição de titular de cargo de segundo escalão o jornalista tem a oportunidade de se aproximar mais dos controladores do órgão, de discutir pautas com eles, de receber informações privilegiadas ou acessar informantes e, assim, de demonstrar competência. O resultado dessa relação é a conquista da confiança dos controladores do veículo noticioso,

recurso altamente convertível em valorização profissional e acionável para a ascensão posicional na imprensa.

Ao longo dessa seção vimos como as redes de relações tecidas pelos jornalistas no meio da imprensa podem se combinar com outros recursos adquiridos pela própria atuação nos veículos noticiosos e resultar em reconhecimento profissional. É atuando nos órgãos de comunicação que os jornalistas assimilam as principais habilidades do ofício, é desenvolvendo uma carreira na imprensa que eles demonstram dominar essas competências e é também através do investimento profissional das redações que eles se fazem conhecidos pelos pares e pelos controladores de veículos de comunicação. Os esforços aqui empreendidos se direcionaram a apresentar como esses recursos sociais funcionam como credenciais importantes para a inserção e a atuação na imprensa. Mas, mais do isso, se direcionaram também a demonstrar como esses recursos podem ter seus rendimentos potencializados no meio jornalístico quando combinados com as redes de contatos/amizades mantidas pelos jornalistas com integrantes da própria imprensa e resultar em reconhecimento e ascensão profissional.

### **5.2.3 – Quando as Redes de Relações Extrapolam o Universo da Imprensa**

Na seção anterior vimos como a atuação nos veículos noticiosos permite aos jornalistas constituir redes de contatos internos ao espaço jornalístico que, combinadas com outros recursos também arrecadados pela atuação na imprensa, podem resultar em reconhecimento profissional materializado na ascensão a postos de comando jornalístico em órgãos noticiosos. No entanto, a atuação no jornalismo também permite a constituição de contatos que extrapolam o universo da imprensa e que podem resultar não somente em reconhecimento profissional no próprio meio jornalístico, como também representar uma ponte para inserções profissionais em outras esferas, especialmente inserções ligadas ao universo político.

De maneira objetiva, pelas incursões externas, pelo trato com as fontes de informação e pelos contatos que elas possibilitam, a atuação no jornalismo permite aos seus praticantes a constituição de relações pessoais fora da imprensa, especialmente entre integrantes do meio político, mas também entre empresários, juristas, dirigentes sindicais, entre outros. Por sua vez, esses contatos podem ser mobilizados pelos jornalistas tanto como um recurso profissional no próprio jornalismo quanto para o desenvolvimento de atividades externas à

imprensa, como assessorias de comunicação para partidos políticos ou grandes empresas e cargos na esfera pública (PETRARCA, 2007).

A respeito do papel desses contatos externos à imprensa como recurso profissional no próprio jornalismo, podemos citar sua importância como ferramenta de acesso a informações. A atuação no jornalismo gira em torno da produção/veiculação de notícias e, por isso, os canais de acesso a informações, como as “fontes de informação” dos jornalistas, são um qualificativo profissional muito valorizado nesse ofício. Dentre as fontes de informação a que um jornalista pode recorrer, as mais efetivas são os seus contatos pessoais com integrantes dos diversos espaços, especialmente aqueles ligados ao universo político cujas temáticas sempre ganham destaque nos veículos noticiosos. E isso pode ser percebido até pelas falas dos próprios jornalistas:

**Entrevistador:** *Qual a importância da proximidade com personagens do meio político para sua atuação?*

“Eu sempre contei com muito apoio deles, assim, pra pegar informações. Quem trabalha nessa área de política tem uma proximidade muito grande com as personalidades do ambiente (...). E esse convívio com esse pessoal também lhe orienta a saber o que fazer, o respeito à fonte de informação (...). Você tem relação boa com todos eles, consegue conviver bem. Eles porque precisam de suas notícias no jornal e você porque precisa também de fontes. É uma interdependência natural”. (Entrevista com “D”).

**Entrevistador:** *Você disse que o prefeito de Aracaju te convidou pessoalmente para a Secretaria de Comunicação da prefeitura, como isso se deu?*

“Ele me chamou lá, Edvaldo [então prefeito de Aracaju], e eu nem pensei, nem imaginei que fosse isso. Porque a gente se falava muito né. Porque eu sempre, como eu disse, eu sempre conversei com todo mundo, de Albano a João, de Edvaldo a Déda [quatro personagens de destaque na política partidária local], todo mundo (...). A gente se falava por telefone muito assim, às vezes eu ligava pra saber alguma informação, alguma coisa, ou ele ligava e passava alguma coisa como acontece mesmo no jornalismo político e na relação com esse povo todo. Aí ele me chamou”. (Entrevista com “Q”).

**Entrevistador:** *Você possui uma rede de informantes? Como isso funciona?*

“Eu (...) fui uma pessoa que busquei sempre ter minhas fontes (...). Desde a época em que eu era repórter de polícia eu tinha um bom relacionamento com delegados (...) políticos, também que passam informações, diretores de empresas e tudo”. (Entrevista com “P”).

Nesses excertos, os jornalistas entrevistados citam a posse de contatos pessoais em espaços diversos (delegados de polícia, diretores de empresas e, acima de tudo, integrantes do

jogo político partidário) que lhes servem como fontes de informação. Na verdade, possuir uma rede de contatos pessoais em espaços diversos e capazes de serem acionados para repassar ou confirmar informações é uma característica objetiva da prática jornalística. E mais do que isso, pois representa um recurso valioso no jornalismo que age até sobre o reconhecimento profissional nesse meio, de modo que quanto mais vasta é a rede de relações de um jornalista mais reconhecido profissionalmente ele é. Vale ressaltar, no entanto, que o reconhecimento profissional de um jornalista não se baseia apenas em sua rede de contatos/fontes de informação, mesmo assim esse qualificativo desempenha papel importante nas hierarquizações na imprensa, sobretudo como critério para a ocupação de postos de comando jornalístico em órgãos noticiosos.

Entretanto, se as redes de relações funcionam como recurso convertível em reconhecimento profissional na própria imprensa, ao interligar o jornalismo a outros universos essas relações também podem resultar na ampliação das possibilidades de atuação para os jornalistas. Como já mencionado anteriormente, a atuação na imprensa permite aos seus praticantes estreitar relações com integrantes de diversas esferas, especialmente entre aqueles do universo político, e essas relações podem render cargos em veículos noticiosos controlados por governos ou convites para a ocupação de postos fora da imprensa comercial, mas que exigem certa *expertise* jornalística: cargos em assessorias de imprensa, em setores ou secretarias de comunicação de governos, entre outros.

No desempenho de suas atividades na imprensa, mas também pela socialização familiar, pelo percurso escolar, pela participação em organizações político-militantes, entre outros, os jornalistas vão constituindo contatos e/ou amizades com diversos integrantes do universo político: ocupantes de cargos eletivos, titulares de secretarias de governo, superintendentes ou presidentes de órgãos ou autarquias públicas. Estes, por sua vez, têm em suas mãos o poder de nomear funcionários para cargos em comissão em diferentes níveis administrativos e os selecionam entre seus contatos. Quando os cargos são na área de comunicação (assessorias de imprensa, secretarias de comunicação, veículos noticiosos públicos, entre outros) a prioridade é dada aos profissionais da área jornalística, até mesmo porque para a ocupação de muitos desses cargos a formação em jornalismo (ou a posse do registro profissional em jornalismo adquirido junto às Delegacias Regionais de Trabalho) é um pré-requisito básico. Ou seja, as relações dos jornalistas com integrantes do universo político podem resultar em chances para inserções profissionais para além dos veículos noticiosos comerciais.

Para compreendermos melhor como se dão essas indicações, em quais condições elas são viabilizadas e quais atividades geralmente desempenham os jornalistas no meio político-administrativo, nos dedicaremos a seguir aos itinerários profissionais de dois jornalistas: o jornalista “A” e o jornalista “R”. O jornalista “A” é servidor público da administração estadual desde 1982 e iniciou sua carreira no jornalismo em 1985 como repórter no *Gazeta de Sergipe*. Tempos depois, e nesse mesmo impresso, “A” passa para a posição de editor e repórter de política onde permanece até 2003. No ano seguinte, e junto com outros colegas também recém-saídos do *Gazeta de Sergipe*, “A” funda o *Jornal do Dia* onde até os dias de hoje ocupa a posição de colunista político. Nesses mais de vinte anos trabalhando com jornalismo político “A” se aproximou de vereadores, deputados e gestores públicos estaduais que acabaram lhes garantindo diferentes inserções profissionais. Realizando coberturas das atividades legislativas da Câmara de Vereadores de Aracaju para o *Gazeta de Sergipe*, por exemplo, “A” se aproximou da vereadora Terezinha de Jesus que o convidou para ser seu assessor parlamentar entre 1988 e 1992. Anos depois, entre finais dos anos 1990 e meados dos anos 2000, “A” atuou novamente como assessor parlamentar, desta vez para a deputada estadual Susana Azevedo, personagem que conheceu quando ambos cursavam jornalismo na UNIT (Universidade Tiradentes) na década de 1980. Concomitante com todas essas atividades (no jornalismo e nas assessorias políticas), “A” continuou como servidor público estadual, mas nem sempre na função de oficial-administrativo. Entre 1995 e 2002, por exemplo, “A” foi removido para a assessoria de comunicação da SEED/SE (Secretaria de Estado da Educação de Sergipe). Tal remoção resultou da proximidade desenvolvida com o então secretário de educação do estado, Clodoaldo Alencar, em entrevistas realizadas com ele para o *Gazeta de Sergipe*. Entre 2007 e 2014, “A” é remanejado para a Coordenadoria de Comunicação da SEMAH/SE (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe) e a partir de 2015 é novamente remanejado, desta vez para a Coordenadoria de Comunicação da CODISE (Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe). Esses dois últimos remanejamentos de “A” também ocorreram por intermédio de contatos firmados com integrantes do meio político local através de sua atuação jornalística. O primeiro remanejamento se deu graças à sua proximidade com Márcio Macêdo, ex-deputado federal e nomeado secretário de meio ambiente em 2007, já o segundo se deu pela amizade mantida com Sérgio Reis, também ex-deputado federal e então presidente da CODISE.

Em sentido parecido com “A”, o jornalista “R” também desenvolveu várias inserções profissionais fora dos veículos noticiosos comerciais graças às relações que desenvolveu com

personagens ligados ao universo político e à administração pública local. Trata-se de passagens por setores de comunicação social de secretarias de governo e, principalmente, por veículos noticiosos públicos, onde os vínculos com políticos e gestores públicos se fazem muito importantes para as colocações profissionais. “R” iniciou-se no jornalismo em 1990 como repórter na *TV Atalaia* e nesse posto permaneceu por seis anos. Em 1996, vai para a *TV Sergipe* onde atua como editor-chefe de telejornal até 1998. No ano seguinte, vai para a recém-criada *TV Cidade* onde atua como coordenador de jornalismo até 2010. Nessas atuações, “R” desenvolveu uma extensa rede de contatos entre jornalistas, integrantes do meio político-partidário e personagens ligados à administração pública que acabaram lhes abrindo diversas possibilidades de atuação profissional fora da imprensa comercial. Entre 2004 e 2005, por exemplo, “R” atua como coordenador de comunicação na SECOP/SE (Secretaria Estadual de Combate à Pobreza de Sergipe), inserção resultante da proximidade desenvolvida com a então secretária estadual de combate à pobreza, Maria *Selma* Mesquita, em suas coberturas jornalísticas. Entre 2007 e 2010, “R” assume o posto de repórter e apresentadora na *TV ALESE*, uma emissora pública de televisão controlada pela ALESE (Assembleia Legislativa de Sergipe). Tal inserção profissional resultou de um convite feito por Cristina Almeida, então diretora de comunicação da ALESE e personagem de quem “R” se aproximou pela atuação no jornalismo. Já entre 2011 e 2014, suas relações o levaram a ocupar a direção de jornalismo da *Fundação Aperipê*. A chegada de “R” para o cargo de diretor de jornalismo desta fundação pública de comunicação se dá mediante as relações de proximidade constituídas com Sales Neto, então secretário-adjunto de comunicação de Sergipe, e com Carlos Cauê, então secretário de comunicação do estado. Essas relações foram construídas ao longo dos anos 2000 em inaugurações, solenidades públicas e em atos governamentais diversos, “R” realizando coberturas jornalísticas, Sales Neto e Carlos Cauê gerenciando o relacionamento dos governos municipal e estadual com a imprensa. O resultado dessa proximidade foi um convite desses então gestores da comunicação estadual para que “R” assumisse tal posto.

Os dois casos tratados acima se referem a jornalistas que, atuando em posições baixas ou intermediárias na imprensa (repórter, editor, coordenador de jornalismo), conseguiram firmar redes de contatos com gestores públicos e com ocupantes de cargos eletivos, contatos que lhes renderam inserções profissionais em veículos noticiosos públicos, assessorias políticas, setores de comunicação de órgãos governamentais. Conquanto, as possibilidades para o desenvolvimento de redes de relações no meio político-administrativo são ainda maiores para os ocupantes de posições jornalísticas de direção. A ocupação de um posto de

comando jornalístico em um veículo de comunicação tende a “abrir” certos espaços para seu titular: surgem convites para eventos promovidos por partidos políticos, órgãos governamentais, associações de classe, órgãos jurídicos, empresas privadas e até encontros mais restritos (visitas, almoços, jantares) com políticos, empresários, representantes sindicais, entre outros. Nesses encontros, ao mesmo tempo em que é cortejado pelos anfitriões o jornalista-dirigente vai estreitando e/ou reforçando suas ligações com estes e com os demais presentes.

Na verdade, pela importância que os veículos de comunicação assumem para governos e grupos políticos aquele que ocupa a posição de seu comandante jornalístico ganha a atenção de integrantes do meio político. Essa atenção pode se materializar de diversas formas, como na concessão de comendas públicas ou títulos de cidadania e convites para a ocupação de cargos na administração pública. Com relação a esses convites para postos em governos ou em órgãos públicos, está em jogo não somente os contatos estabelecidos diretamente entre jornalista-dirigente e gestor público, mas também a capacidade deste jornalista de mobilizar sua extensa rede de relações no desempenho das atividades em seu novo posto. Para compreendermos melhor essas relações entre integrantes do meio político e ocupantes de postos de comando jornalístico em veículos noticiosos, nos debruçaremos a seguir sobre o itinerário profissional do jornalista “Q”.

O jornalista “Q” possui um longo histórico de atuação em diversos veículos noticiosos de Sergipe e, entre 1999 e 2009, ocupou o cargo de diretor de redação do *Jornal da Cidade*, impresso de maior circulação do estado. Ocupando o posto jornalístico mais elevado no jornal mais lido de Sergipe, “Q” estabeleceu uma vasta rede de contatos em espaços diversos e despertou a atenção e o interesse profissional de integrantes do meio político. Esse interesse o levaria a ocupar dois cargos ligados à administração pública no estado: o de secretário de comunicação da prefeitura de Aracaju entre 2009 e 2012 e o de diretor de comunicação do TCE/SE (Tribunal de Contas do Estado de Sergipe) a partir de 2016. Vejamos.

**Entrevistador:** Como é que se deu sua ida pra o cargo de Secretário de Comunicação da Prefeitura de Aracaju em 2009?

“Um diretor de jornal ele acaba sendo... você tem que ter conhecimento político, você tem que saber transitar bem nesse meio (...). Você tem que saber conhecer, saber frequentar, as pessoas, os lugares e tudo. Então, você acaba sendo um cara muito conhecido e muito visado. Você acaba sendo muito requisitado, procurado (...) você acaba sendo um cara de muita visibilidade, pelo menos no meio político, sabe? Porque um jornal como era o *Jornal da Cidade* (...) é um veículo importante para o político, e era mais. Então, todo mundo me procurava, do governador a todos, todo mundo me procurava,

tinham sempre interesse (...). Quando foi em 2009 aí Edvaldo [então prefeito de Aracaju] me chamou pra ser Secretário de Comunicação (...). E a gente que já vem assim de uma experiência já grande de jornalismo você acaba conseguindo realizar aquilo de uma forma mais tranquila até. Porque é importante pra o Secretário de Comunicação ter uma relação boa com a imprensa como um todo. E isso eu sempre mantive até por ter circulado por tantos lugares e por ter conhecido também muita gente da política, porque isso também facilita nos diálogos, nas coisas”. (Entrevista com “Q”).

Nessa fala, “Q” deixa transparecer o prestígio que um ocupante de cargo de direção em um veículo noticioso tem frente aos integrantes do meio político e também o assédio, político e profissional, a que ele está submetido. Isso se explica pela visibilidade pública e pela rede de contatos, especialmente nos meios jornalístico e político, que a ocupação dessa posição garante ao seu titular. Tudo isso foi levado em conta quando o então prefeito de Aracaju, Edvaldo Nogueira, convida “Q” para ser secretário de comunicação da prefeitura em 2009 e também quando o então presidente do TCE/SE, Clóvis Barbosa, o convida para assumir a direção de comunicação deste órgão a partir de 2016.

Além desses contatos estabelecidos pelo desenvolvimento de uma carreira na imprensa e capazes de garantir aos jornalistas possibilidades de atuação profissional no meio político-administrativo, há também a possibilidade de esses contatos terem como base as relações mantidas com os controladores de veículos noticiosos. Nas diversas partes do Brasil, é comum que personagens do meio político-partidário detenham a propriedade e/ou o controle de órgãos de comunicação e em Sergipe não é diferente. Como vimos no tópico 2.2 deste trabalho, a maioria dos veículos noticiosos sergipanos também estão nas mãos de políticos locais. Assim, ao atuar em veículos noticiosos pertencentes e/ou controlados por políticos, especialmente em cargos de direção, um jornalista pode estabelecer um conjunto de relações capazes de lhes garantir posições profissionais no meio político-administrativo. Entre os jornalistas entrevistados, diversos são os casos que representam essa modalidade de inserção profissional e dentre eles destacam-se os dos jornalistas “E”, “F”, “G” e “S”.

O jornalista “G”, por exemplo, iniciou-se no jornalismo em 1980 como repórter no *Jornal da Cidade*. Em 1985, é aprovado em concurso público federal e se torna servidor junto ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e, a partir de então, passa a acumular essa nova função com a de jornalista. Em 1988, deixa o *Jornal da Cidade* e se transfere para o *Jornal da Manhã* (que desde o ano 2000 passou a se chamar *Correio de Sergipe*), onde permanece até 2012 e passa por quase todos os postos de sua hierarquia jornalística: entre 1988 e 1989 atua como editor de polícia, entre 1989 e 2000 exerce a função de secretário de redação e entre 2001 e 2012 passa para o posto de editor-chefe. A partir de 2001, e graças ao conjunto de

relações tecidas com integrantes do meio político dentro do próprio *Correio de Sergipe*, “G” também desenvolve uma duradoura inserção profissional no meio político-administrativo. Ao longo de sua atuação neste veículo noticioso, “G” acabou estreitando relações com seus donos/controladores, dentre eles personagens com diversas passagens por cargos públicos eletivos em Sergipe como João Alves Filho<sup>167</sup> e Maria do Carmo Alves<sup>168</sup>. E foi a partir desses contatos que “G” viu se abrir novas possibilidades de atuação profissional para além do meio jornalístico. Entre 2001 e 2012, por exemplo, “G” é remanejado do seu vínculo no INSS para o cargo de assessor parlamentar da então senadora Maria do Carmo Alves. Como tal cargo permite que as atividades que lhes são inerentes sejam desenvolvidas junto do domicílio eleitoral do ocupante de cargo eletivo, “G” pôde acumular os postos de assessor parlamentar e de editor-chefe do *Correio de Sergipe*. Já entre 2013 e 2016, com a ascensão de João Alves ao cargo de prefeito de Aracaju, “G” tem o remanejamento de seu vínculo com o INSS transferido para a prefeitura de Aracaju, onde ocupa o posto de secretário-adjunto de comunicação.

Com relação aos casos dos jornalistas “E” e “F”, eles também estão ligados aos vínculos tecidos por estes com integrantes do jogo político-partidário nos veículos noticiosos do grupo político chefiado por João Alves Filho. Na verdade, em diferentes ocasiões João Alves nomeou funcionários de seus órgãos noticiosos para cargos comissionados sob sua responsabilidade direta. Entre 1990 e 1994, por exemplo, e ocupando o posto de governador de Sergipe, João Alves manteve o jornalista “E” como superintendente-adjunto da *Fundação Aperipê*. “E” possui histórico de atuações nos órgãos noticiosos de João Alves e, à época da nomeação, ocupava os postos de diretor de jornalismo da *TV Jornal* e de locutor e diretor-geral na rádio *Jornal AM*, ambas pertencentes a então governador. Já entre 2013 e 2016, quando ocupava o cargo de prefeito de Aracaju, João Alves Filho manteve o jornalista “F” como assessor de comunicação da SEPLOG/AJU (Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão de Aracaju). “F” também possui uma longa atuação em um veículo noticioso de João Alves, pois trabalha no *Correio de Sergipe* desde 1994 e, à época da nomeação, ocupava o posto de editor-chefe deste impresso.

Por fim, com relação ao jornalista “S” o padrão geral dos três casos anteriores se repete. “S” também possui uma forte inserção no jornalismo local e, ocupando cargo de comando jornalístico em um veículo noticioso controlado por integrantes do meio político-

---

<sup>167</sup> Foi prefeito de Aracaju (1975-1979, 2013-2016), governador de Sergipe (1983-1987, 1991-1995, 2003-2006) e Ministro do Interior durante o governo José Sarney (1987-1990).

<sup>168</sup> Senadora da República desde 1999 (1999-2006, 2007-2013, 2014-).

partidário local, estabeleceu relações que o levaram a ocupar um posto na administração-pública estadual. “S” inicia-se no jornalismo em 1981 como repórter na *TV Atalaia* e nesta emissora de TV fica até 1985. Durante o ano de 1986, tem uma curta passagem como repórter na *TV Sergipe* e, no ano seguinte, se transfere para a *TV Globo Brasília*, onde fica por cerca de quatro anos. De volta a Sergipe, entre 1991 e 1995, “S” atua como editor e apresentador de telejornal na *TV Jornal* e, dois anos depois, volta para a *TV Sergipe*. Nessa sua segunda passagem por esta emissora de TV, “S” fica entre 1997 e 1999 atuando inicialmente como editor-chefe e apresentador de telejornal e, a partir de 1998, como diretor de jornalismo. Nesta posição, “S” se aproximou dos controladores da *TV Sergipe*, dentre eles Albano Franco, e essa proximidade lhe permitiu ampliar seu raio de atuação profissional para o meio político-administrativo. Para ser mais específico, entre 1999 e 2002 Albano Franco, então governador de Sergipe, manteve “S” como secretário de comunicação do estado.

Como pudemos acompanhar em todos esses casos, a atuação no jornalismo permite o estabelecimento de contatos diversos entre integrantes do meio político que podem resultar tanto em reconhecimento profissional dentro do próprio jornalismo quanto em oportunidades de atuação fora da imprensa comercial: setores de comunicação de órgãos governamentais, assessorias de imprensa para ocupantes de cargos eletivos, postos em veículos noticiosos públicos, entre outros. Vimos que essas oportunidades podem advir de uma relação de proximidade direta com um personagem do meio político-partidário e/ou político-administrativo ou ainda da posse de um conjunto vasto de relações nos meios jornalístico e político que, por sua vez, são potencializados pela visibilidade pública garantida pela ocupação de posições de comando na imprensa. Essas oportunidades geralmente surgem de convites de amigos/conhecidos que detém o poder de nomear pessoas para cargos em comissão em governos ou em órgãos/autarquias públicas, mas também do oferecimento de serviços (por parte dos jornalistas) entre seus contatos que, muitas vezes, resultam em indicações. Enfim, possuir uma rede de contatos ligados ao meio político representa um trunfo profissional importantíssimo para um jornalista, pois se trata de um recurso convertível tanto em reconhecimento profissional na própria imprensa, como também em inserções profissionais no meio político-administrativo.

### **5.3 – Credenciais no Jornalismo: redes de relações e investimento profissional nas redações**

Neste capítulo, nos dedicamos a analisar os processos de conversão das redes de relações pessoais em recurso profissional no jornalismo. Em muitos momentos, no entanto, as redes de relações dos jornalistas apareceram combinadas com outros recursos que potencializaram suas chances de ganho profissional na imprensa. De maneira geral, os esforços aqui empreendidos se deram no sentido de compreender o peso das redes de relações pessoais para a ascensão posicional no jornalismo, apontar quais outros recursos sociais também funcionam como credenciais para esse fim e identificar as combinações de recursos mais válidas nesse espaço profissional.

Trabalhos como Rieffel (1984) e Petrarca (2007 e 2008) chamam a atenção para a importância das redes de relações pessoais como recurso profissional no jornalismo, e os itinerários profissionais lançados à mão aqui dão a medida dessa importância. Como vimos, o desempenho da atividade jornalística se baseia na constituição de redes de contatos/amizades em espaços diversos, especialmente no próprio meio jornalístico e na esfera da política. Os contatos no meio jornalístico garantem indicações para novas inserções na imprensa e possibilitam o reconhecimento profissional dos jornalistas frente aos seus colegas. Já os contatos fora da imprensa possibilitam um trânsito melhor em outros espaços e o acesso mais facilitado a certas informações, o que funciona como um elemento de reconhecimento profissional por parte dos controladores de veículos noticiosos levado em consideração, inclusive, na distribuição dos cargos de comando jornalístico nestes órgãos. Ou seja, as redes de relações dos jornalistas funcionam como uma ferramenta de atuação e como um fator de reconhecimento profissional na imprensa e, por isso mesmo, atuam diretamente sobre a ascensão no jornalismo.

Isso não significa dizer, no entanto, que as redes de relações dos jornalistas representam a única credencial para a atuação na imprensa, pois, também como vimos aqui, outros recursos sociais se combinam com tais redes produzindo as possibilidades de inserção e/ou ascensão profissional no jornalismo. Trata-se, basicamente, de recursos arrecadados pela inserção na própria imprensa como, por exemplo, uma longa experiência no jornalismo, a passagem pelos principais postos/funções jornalísticos comuns aos veículos noticiosos, “o tempo de casa” e a proximidade com os controladores e demais gestores de um órgão de comunicação. O que foi percebido é que a atuação na imprensa possibilita aos jornalistas constituir/reforçar contatos pessoais, mas também arrecadar as principais habilidades do

ofício, demonstrar o domínio dessas competências e se fazer conhecidos pelos pares e pelos controladores de veículos de comunicação, em suma, permite a arrecadação de recursos passíveis de serem convertidas em reconhecimento profissional no próprio jornalismo. Ou seja, se as redes de relações representam um elemento fundamental para as inserções e para o crescimento profissional na imprensa elas não atuam sozinhas, mas em combinação com outros recursos.

Vale ressaltar, porém, que não existe uma fórmula mágica ou um conjunto único de recursos que, combinados em doses exatas, proporcionam a ascensão posicional no jornalismo. Isso pôde ser percebido através dos vários itinerários profissionais aqui apresentados, pois, como vimos, os jornalistas entrevistados ascenderam no espaço da imprensa mobilizando recursos diversos e em combinações específicas. Uns se valeram mais de suas redes de relações internas ao jornalismo, outros do “tempo de casa”, outros ainda da proximidade desenvolvida com os controladores de veículos noticiosos, mas todos combinaram recursos diversos às suas redes de relações pessoais convertendo esse amálgama de credenciais em reconhecimento profissional no jornalismo materializado na ascensão a postos de comando jornalístico em veículos noticiosos.

Outra coisa que esse capítulo permitiu mostrar é que os contatos pessoais que os jornalistas constituem em universos diferentes do jornalismo podem resultar não somente em reconhecimento profissional na própria imprensa, como também possibilitar inserções profissionais em outras esferas, especialmente em postos ligados ao universo político-administrativo. Depois daqueles que dão vida ao jornalismo, é entre os integrantes da esfera política que os jornalistas mais constituem relações de proximidade ou amizade. Isso gera uma aproximação com relação a gestores públicos (em cargos eletivos ou não) que pode resultar em convites para a ocupação de posições na esfera política, principalmente em órgãos da administração pública e em veículos noticiosos controlados por governos ou como assessores de comunicação para ocupantes de cargos eletivos. Entretanto, não é totalmente incomum que jornalistas acabem participando diretamente do jogo político-partidário, já que a visibilidade pública garantida por certas posições dentro do jornalismo pode se converter em um recurso valioso nas disputas eleitorais.

Enfim, o que todos os dados e todas as colocações e análises desenvolvidas ao longo deste capítulo nos deixa de claro é que as redes de relações pessoais representam uma credencial se suma importância para a atuação e para o crescimento profissional na imprensa, mas que seu valor depende da articulação com outros recursos acumulados basicamente pela atuação no próprio jornalismo.

## CONCLUSÕES

O presente trabalho constitui-se em um esforço para a compreensão das engrenagens sociais que presidem a constituição e a formação de grupos profissionais a partir da atividade jornalística. Para tanto, vários outros trabalhos sobre o jornalismo foram consultados contribuindo para a construção das problemáticas aqui desenvolvidas, mas também demonstrando lacunas que precisavam ser analiticamente preenchidas. Uma dessas lacunas diz respeito aos critérios de entrada e ascensão profissional na imprensa e foi sobre essa temática que esta tese se debruçou, residindo aí sua maior contribuição.

Para ser mais específico, a presente pesquisa teve como objeto a investigação da importância das redes de relações pessoais e de um conjunto de outros recursos sociais, especialmente aqueles arrecadados pela própria atuação na imprensa, para o ingresso e para a ascensão profissional no jornalismo. Procurando superar perspectivas que analisam as possibilidades de entrada e as chances de sucesso profissional no jornalismo a partir de critérios mais formais — como o a formação acadêmica, por exemplo — ou de determinantes estruturantes — como as origens sociais elevadas —, a abordagem aqui utilizada possibilitou a análise da importância de outros elementos para o recrutamento dos jornalistas e para o crescimento posicional na imprensa. As atenções se voltaram para o valor assumido pelas redes de relações constituídas pelos jornalistas com integrantes da imprensa e de outros universos, especialmente do meio político, e por outros recursos arrecadados em inserções na própria imprensa para a inserção e para a ascensão profissional no jornalismo. O enfoque empregado possibilitou analisar os usos feitos desses recursos sociais no recrutamento dos jornalistas e, principalmente, na ascensão aos postos jornalísticos mais elevados em órgãos noticiosos.

Para demonstrar os recursos sociais passíveis de serem usados para a inserção e para a ascensão na imprensa, a análise dos itinerários profissionais dos jornalistas se mostrou um procedimento fundamental. Sem tal análise, a identificação dos recursos convertíveis por parte dos jornalistas em credenciais no jornalismo e a compreensão das principais modalidades de combinações entre esses recursos para esse fim não atingiriam níveis satisfatórios. Este procedimento possibilitou tornar mais claras as condições de recrutamento no jornalismo e os recursos mais importantes para a ascensão profissional nesse meio.

Todas essas considerações, juntamente com outras reflexões mais específicas, serviram de base para a construção do objeto central desta tese, qual seja, o de que as redes de relações pessoais combinadas com outros recursos arrecadáveis pela própria atuação na imprensa desempenham papel fundamental para a atuação e para o sucesso profissional no jornalismo. Para ser mais específico, o exercício do jornalismo depende da arrecadação de recursos sociais diversos, de modo que o crescimento posicional nas hierarquias da imprensa resulta do acúmulo e da reconversão desses recursos em reconhecimento profissional nesse meio. Além disso, vale ressaltar que a acumulação desses qualificativos sociais por parte dos jornalistas também ampliam suas possibilidades de inserção profissional para além do jornalismo como, por exemplo, assessorias de comunicação ou postos em órgãos governamentais.

Desde inícios do desenvolvimento do jornalismo no Brasil os contatos pessoais, as amizades e as indicações se apresentam como um recurso importante para a atuação na imprensa. E isso vale tanto no sentido das possibilidades de inserção no jornalismo (para a entrada e circulação nos veículos noticiosos), como também para o exercício desta atividade facilitando o acesso a informações e o aprendizado de suas principais competências. Trata-se das relações que os praticantes do jornalismo estabelecem entre si, nas redações jornalísticas, na universidade e nas incursões externas, mas também com integrantes de outros espaços, especialmente o da política partidária. E foi justamente nesse sentido que a primeira etapa desse trabalho seguiu, de modo que a análise das condições sócio-históricas do desenvolvimento do jornalismo no país e o exame de diferentes itinerários profissionais representativos das diversas gerações de jornalistas permitiu mostrar que as redes de relações pessoais se afirmaram como uma credencial de suma importância para o exercício e para o sucesso profissional nessa atividade.

Até meados do século XX, quando as possibilidades de se fazer do jornalismo uma atividade profissional eram pequenas, a inserção simultânea em mais de um veículo noticioso e a migração de um impresso para outro eram uma constante. Nessas passagens, os jornalistas acabavam se conhecendo e estreitando laços temporários ou perenes. Das décadas de 1940 e 1950 até os dias de hoje, e mesmo com condições melhores para a profissionalização, os jornalistas continuaram a firmar amizades e/ou laços de proximidade entre si, seja com os colegas de órgão de comunicação — no dia a dia das redações —, seja com jornalistas de outros veículos noticiosos — em reuniões da categoria, em coberturas jornalísticas ou pelo pertencimento a esferas sociais em comum. Dessa forma, estabelecer contatos pessoais e/ou

amizadas internas ao universo da imprensa representa uma realidade objetiva para os praticantes do jornalismo.

Conquanto, se historicamente o estabelecimento de redes de contatos internos à imprensa se consolidou como uma característica da atuação no jornalismo, o mesmo também se pode dizer a respeito da constituição de contatos fora da imprensa. Até meados do século XX, as reduzidas possibilidades de se fazer da atividade jornalística uma profissão levavam seus praticantes a associar a atuação na imprensa com outras atividades, geralmente nas áreas da política, do direito, da literatura ou do funcionalismo público (SODRÉ, 1999; RIBEIRO, 2003; PETRARCA, 2007). Assim, aos contatos firmados na imprensa os praticantes do jornalismo de até essa época somavam as relações pessoais estabelecidas a partir de suas atuações em outras esferas formando uma extensa e diversificada rede de relações. A partir dos anos 1940 e 1950, a prática jornalística no Brasil começa a passar por um processo de profissionalização mais acentuado e, assim, a adquirir relativa autonomia. Mesmo assim, longe de se desvincular completamente de outros espaços sociais a prática e todo o universo jornalístico continuam intimamente interligados a outras esferas, especialmente a da política, até a atualidade. Ou melhor, até os dias de hoje é extremamente comum que jornalistas acumulem inserções profissionais no jornalismo e em outros espaços como no meio político, por exemplo, e firmem contatos entre políticos, empresários, funcionários públicos, entre outros.

Na verdade, o próprio processo de constituição do jornalismo no Brasil foi marcado por vinculações com o universo político e com outros espaços, de modo que a posição do jornalista se consolidou como a de quem se vincula, pessoalmente ou através de seus contatos, com espaços diversos. Dessa forma, a possibilidade de acionar vínculos de esferas sociais distintas representa uma das características básicas do exercício do jornalismo e permite fazer dessa atividade uma instância de mediação/intersecção com outros universos sociais (PETRARCA, 2007).

Vale ressaltar, contudo, que esse jornalismo interligado a outros universos sociais e em que as redes de relações pessoais podem ser convertidas em reconhecimento profissional interno resultou das suas condições de profissionalização e institucionalização. Em se tratando da profissionalização do jornalismo no Brasil, vimos como esse processo começa a ganhar corpo entre as décadas de 1940 e 1960 quando os jornais de estrutura simples, voltados para as lutas pelo poder e sustentados por personagens ligados ao universo político, vão sendo substituídos por empresas jornalísticas (de pequeno ou grande porte) direcionadas, basicamente, ao lucro monetário. A empresa jornalística passa a produzir material diário e,

para isso, investe na contratação de pessoal direcionado exclusivamente às atividades jornalísticas permitindo sua profissionalização. Entretanto, se os veículos noticiosos vão se transformando em empresas capitalistas, suas ligações com o universo político não se extinguem. Na verdade, essas relações também passam por mudanças e assumem a feição de relações pessoais estabelecidas entre os donos/gestores dessas empresas de mídia e integrantes do meio político-governamental (ocupantes de cargos eletivos ou de postos na administração pública direta).

Já com relação ao processo institucionalização do jornalismo, podemos dizer que ele está ligado a um conjunto de regras institucionais editadas pelo governo federal e direcionadas ao exercício desta atividade em todo o país. O ponto principal dessas regras é a afirmação do título acadêmico em jornalismo como critério importante (mas não indispensável atualmente<sup>169</sup>) para o exercício dessa atividade. Conquanto, a partir da realidade sergipana foi possível perceber que apesar desse direcionamento tal processo também depende da criação e da atuação de instituições ligadas ao controle, à promoção e à formação jornalística em nível local. Esse processo de institucionalização do jornalismo lhe rendeu certa autonomia frente a outros espaços sociais, mas trata-se de uma autonomia muito relativa já que o jornalismo permaneceu intimamente ligado a outros universos, especialmente através das relações pessoais e/ou de amizade que interligam integrantes da imprensa, da política e de outras esferas nessas instituições. Enfim, esse exercício em torno dos processos de profissionalização e institucionalização do jornalismo teve como importância permitir um melhor entendimento acerca das principais características e lógicas da atuação no universo da imprensa e de como elas oportunizam/produzem as diversas possibilidades de carreiras nesse espaço profissional.

Depois de tratar dos processos de constituição sócio-histórica, de profissionalização e de institucionalização do jornalismo no Brasil, o que permitiu evidenciar a sua interligação com outros espaços sociais e a importância das redes de relações pessoais para o seu exercício, partimos para uma segunda etapa no presente trabalho: a análise das modalidades de entrada e ascensão profissional nessa atividade. Esta etapa se dedicou à identificação dos recursos sociais passíveis de serem utilizados como credenciais para a atuação na imprensa e à compreensão de como esses recursos podem ser combinados e convertidos em sucesso profissional nesse espaço. Para tanto, percorremos dois caminhos diferentes, porém, complementares: primeiramente realizamos um levantamento das principais competências necessárias à atuação no jornalismo em posições de direção; em segundo lugar, nos

---

<sup>169</sup> Desde 2009 a exigência do título acadêmico em jornalismo para o exercício dessa atividade no Brasil foi derrubada pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

dedicamos a entender como essas habilidades, juntamente com as redes de relações pessoais e outros recursos sociais, podem funcionar como credenciais para a atuação e para a ascensão a postos de comando no espaço da imprensa. Como material empírico para tal etapa, foram utilizados dados biográficos e profissionais de um conjunto de jornalistas que ocupa/ocuparam cargos de gestão jornalística em veículos noticiosos sergipanos.

Tratar das habilidades básicas de um ofício é se atentar para recursos sociais que, ao mesmo tempo, representam credenciais de entrada e atuação nessa atividade. Seguindo nessa linha, nos dedicamos a identificar as principais competências que devem ser assimiladas para a ocupação de cargos de comando jornalístico em veículos noticiosos e como elas são adquiridas/desenvolvidas. Para a concretização desses objetivos, recorreremos a dados coletados diretamente por meio de entrevistas realizadas com jornalistas-dirigentes e também a informações trazidas por outros trabalhos sobre o tema. A partir disso, foi possível demonstrar que cabe aos jornalistas-dirigentes dominar um conjunto de habilidades diversas que inclui desde as competências gerais do fazer jornalístico até saberes mais específicos e ligados diretamente à ocupação de postos de comando no jornalismo, como a capacidade de administrar os custos de produção de um veículo noticioso, de gerir uma equipe de jornalistas, de lidar com os interesses dos controladores de um órgão de comunicação, de se relacionar com as fontes de informação, entre outras.

Já com relação às instâncias de aprendizagem dessas habilidades, foi observado que é através da inserção no próprio meio jornalístico, da troca de experiências com colegas de profissão, que os jornalistas adquirem/desenvolvem boa parte dessas competências. Esse dado não pode ser desprezado, na verdade ele ajuda a reforçar a importância da constituição de redes de relações pessoais para a atuação no jornalismo, especialmente daqueles contatos estabelecidos com integrantes da própria imprensa. Pois, se a assimilação das principais habilidades jornalísticas se dá através da acumulação de experiências nessa atividade, quanto mais contatos/amigos na imprensa tiver um jornalista maiores serão suas chances de experimentar a prática jornalística e, assim, de desenvolver saberes caros a essa atividade. Ou seja, a constituição de redes de relações pessoais desempenha papel importante no jornalismo até para a aprendizagem de suas competências básicas.

Após todas essas explanações, chegamos à questão chave desta tese que é a dos mecanismos de reconversão de recursos sociais diversos em credenciais para a atuação e para a ascensão profissional no jornalismo. Inicialmente foi realizado um levantamento dos qualificativos sociais passíveis de serem reconvertidos em recursos profissionais no espaço da imprensa e de como eles podem ser adquiridos. A esse respeito, o conjunto dos dados e dos

itinerários jornalísticos analisados apontaram que as redes de relações pessoais assumem papel de destaque no jornalismo como um recurso capaz de agir tanto sobre a entrada quanto sobre a atuação e a ascensão posicional nessa atividade. Porém, tais redes de relações não atuam de forma isolada, mas combinadas com outros recursos sociais arrecadáveis, basicamente, em inserções profissionais no próprio espaço da imprensa.

Para demonstrar a importância das redes de relações pessoais para a atuação e para o crescimento posicional na imprensa, nos debruçamos sobre as modalidades de entrada e ascensão profissional no universo jornalístico sergipano. Tal exame demonstrou que, para obter sucesso profissional na imprensa, os jornalistas precisam investir na constituição de uma vasta rede de contatos capazes de serem mobilizados em diversas situações (para a entrada ou para a ascensão a determinadas posições em um órgão de comunicação, para o acesso ou confirmação de informações, para o aprendizado/assimilação de competências jornalísticas, entre outros).

A importância das redes de relações pessoais como recurso profissional no jornalismo já vem sendo apontada por outros trabalhos sobre a realidade brasileira e também sobre outras realidades nacionais. No caso da França, por exemplo, Rieffel (1984) chama a atenção para a importância dessas redes como um recurso profissional indispensável ao acesso a informações jornalísticas, de modo que quanto mais diversificado for o “caderno de endereços” de um jornalista maiores serão suas chances de acessar informações privilegiadas. Diante disso, para esse autor as redes de relações dos jornalistas se convertem em um atributo de competência profissional e, conseqüentemente, em um elemento de reconhecimento interno que age diretamente sobre as possibilidades de ascensão posicional na imprensa. No caso do Brasil, trabalhos como Petrarca (2007) demonstram que o acúmulo desses contatos também se converte em um recurso profissional fundamental no jornalismo capaz de ser convertido em consagração interna. No entanto, para esta autora a posse de redes de relações pessoais diversificadas também pode trazer outro ganho para os jornalistas que é a ampliação do raio de atuação profissional para esferas diferentes da imprensa, especialmente junto ao universo político.

No entanto, apesar de seguir uma linha parecida com a desses trabalhos o que essa tese demonstrou é que em realidades distantes dos grandes centros populacionais, como o caso estudado, a importância das redes de relações pessoais para a atuação no jornalismo é mais significativa do que a demonstrada até aqui. Na verdade, todos os dados e análises desenvolvidas ao longo desta tese nos levam a entender as redes de relações pessoais dos

jornalistas como o principal fator de consagração interna e de ascensão profissional no jornalismo.

Os contatos pessoais de um jornalista lhes são importantes desde o momento da entrada no ofício, pois é extremamente comum que a primeira inserção na imprensa se dê pela indicação de um amigo, parente ou conhecido. Esses contatos prévios são constituídos através da socialização familiar, do percurso escolar, de possíveis inserções profissionais em outras esferas de atuação antes do jornalismo, entre outras. Uma vez inseridos na imprensa, os jornalistas passam a acumular contatos em número crescente entre colegas do próprio meio jornalístico, mas também entre integrantes de outros universos formando redes de relações diversificadas. Reforçadas constantemente, essas redes de relações pessoais se convertem em um recurso profissional imprescindível no jornalismo servindo tanto para o acesso a informações quanto para o crescimento profissional nesse meio.

Como vimos ao longo deste trabalho, o exercício do jornalismo se baseia na constituição e no gerenciamento de redes de contatos pessoais em espaços diversos, especialmente entre integrantes da própria esfera jornalística e do universo político. Os contatos no meio jornalístico asseguram o reconhecimento profissional dos jornalistas diante dos seus colegas de profissão e ainda indicações para novas inserções na imprensa. Já os contatos externos ao jornalismo garantem uma circulação melhor em outros universos e facilitam o acesso a certas informações e furos de reportagem, o que atua como um fator de reconhecimento profissional dos jornalistas frente aos controladores de órgãos noticiosos levado em conta, especialmente, na escolha dos ocupantes dos cargos de gestão jornalística de seus órgãos. Isso não significa, no entanto, que as redes de relações pessoais se configuram como a única credencial de entrada e atuação no jornalismo já que outros recursos sociais, especialmente aqueles arrecadados em inserções na própria imprensa, também se combinam com essas redes forjando as possibilidades de inserção e ascensão profissional nessa atividade. Apesar disso, o que podemos dizer é que as redes de relações dos jornalistas se configuram como o principal fator de reconhecimento profissional no jornalismo. Dito de outro modo, o que todas as discussões e análises aqui apreendidas nos leva a entender é que as redes de relações pessoais dos jornalistas funcionam como uma importante ferramenta de atuação e como o principal fator de reconhecimento profissional na imprensa, de modo que atuam diretamente sobre a ascensão posicional nessa atividade.

Por fim, tomada como um todo esta tese trouxe contribuições analíticas importantes para o estudo dos critérios de entrada e atuação nas profissões demonstrando a importância de princípios menos formais no conjunto das credenciais profissionais. O presente trabalho se

debruçou sobre o jornalismo, uma atividade caracterizada por possuir fronteiras relativamente fluidas, e conseguiu demonstrar o peso de princípios não institucionalizados, como as redes de relações pessoais, para a inserção e o reconhecimento profissional nesse ofício. Apesar disso, as análises aqui empreendidas também contribuem para pensarmos aquelas atividades cristalizadas em torno da formação técnica e do diploma acadêmico, na medida em que questionam o valor absoluto desses critérios como credenciais profissionais.

## REFERÊNCIAS:

ABRAMO, Perseu. Significado Político da Manipulação na Grande Imprensa. In: CAPRIGLIOLE, Laura et. al. (Orgs.). **Padrões de Manipulação na Grande Imprensa**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016, p. 37-70.

ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.

ADGHIRNI, Zélia Leal. Jornalistas do Mito ao Mercado. In: **Estudos em Jornalismo e Mídia**, vol. II, nº 1, p.45-57, 1º Semestre de 2005.

BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira**. São Paulo: Ática, 1990.

BARBEIRO, Heródoto. LIMA, Paulo Rodolfo de. **Manual de Telejornalismo**. Os segredos da notícia na TV. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BARBOSA, Marialva C. **Imprensa, Poder e Público: Os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFF, 1996.

BARBOSA, Marialva C. Imprensa, Poder e Público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920). In: **INTERCOM – Revista Brasileira de Comunicação** –, São Paulo, Vol. XX, nº 2, p. 87-102, julho a dezembro de 1997.

BARBOSA, Marialva C. **Os Donos do Rio: imprensa, poder e público**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

BARBOSA, Marialva C. **História Cultural da Imprensa no Brasil – 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BARROS, Marcella Cunha. **A Voz no Radiojornalismo: História, Técnica e Construção de Credibilidade**. Monografia. Brasília/DF: UNB, 2011.

BECKER, Howard. **Outsiders: estudo de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

BIAL, Pedro. **Roberto Marinho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

BOIGEOL, Anne e DEZALAY, Ives. De l'agent d'affaires au barreau: conseils juridiques et la construction d'un espace professionnel. **Genèses**, n. 27, p. 49-68, juin, 1997.

BOLTANSKI, Luc. **Les Cadres. La Formation d'un Groupe Social**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1982.

BONELLI, Maria da Glória. O Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros e o Estado: a profissionalização no Brasil e os limites dos modelos centrados no mercado. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 14, n. 39, p. 61-81, fevereiro, 1999.

BORGES, Valdeci Rezende. O “Romance Brasileiro” de José de Alencar nas Páginas da Imprensa Fluminense de seu Tempo. In: **Anais do SILEL** – Simpósio Internacional de Letras e Linguística, vol. 3, n° 1, Uberlândia/MG: EDUFU, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.

\_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz (português de Portugal). 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, cap. II e VI.

BRAGA JUNIOR, Celso. **Rede Globo e Política**. O Comentarismo Político do Jornal Nacional no Escândalo do Mensalão. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro/RJ: UFRJ, 2007.

BRENER, Jayme; COSTA, Sylvio. “Coronelismo eletrônico: o governo Fernando Henrique e o novo capítulo de uma velha história”. In: **Comunicação & Política**, Brasília, vol. 4, n. 2, 1997, p. 29-53.

BRITO. I. M. S. de. **Machado de Assis: Formação e autonomia Literária em Memórias Póstumas de Brás Cubas**. Dissertação de Mestrado em Letras. Fortaleza/CE: UFCE, 2010.

BUCCI, Eugênio. **Brasil em tempo de TV**. 3. ed. São Paulo: Bomtempo, 2000.  
CABRAL, André da Costa. **Escritos Brasileiros na Correspondência Passiva do Crítico Literário Plínio Barreto**. Tese de Doutorado. USP: São Paulo, 2009.

CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza. Produção e circulação do jornal Gazeta de Sergipe – uma página da imprensa sergipana. In: **Fato&Versões**, Uberlândia, v. 3, n. 6, 2011.

CASTILHO, Marcio de Souza. “O amigo incondicional de todos os governos”: a trajetória de João Lage em *O Paiz* nos primeiros anos da República. In: **Anais do 9º Encontro Nacional de História da Mídia**, UFOP, Ouro Preto/MG, 30 de maio a 1º de junho de 2013.

CAVERSAN, Luiz. **Introdução ao Jornalismo Diário**. Como fazer jornal todos os dias. São Paulo: Saraiva, 2009.

CHALABY, Jean. O Jornalismo como Invenção Anglo-Americana. Comparação entre o Desenvolvimento do Jornalismo Francês e o Anglo-Americano (1830-1920). **Media & Jornalismo** (3) p. 29-50, 2003.

CHAMPAGNE, P. Introduction: le journalisme à l'économie. **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, v. 131, n. 1, p. 3-7, 2000.

CHARLE, C. **Naissance des “intellectuels”, 1880-1900**. Paris: Minuit, 1990.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria geral da administração**: uma visão abrangente da moderna administração nas organizações. Edição compacta. 7ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CONNIFF, Michael L. A Elite Nacional. In: HIENZ, Flávio. **Por outra História das Elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 99-121.

CORADINI, Odaci Luiz. Grandes famílias e elite ‘profissional’ na medicina no Brasil. In: **História, Ciência e Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, novembro de 1996, p. 425-466.

\_\_\_\_\_. **Em nome de quem?** Recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

\_\_\_\_\_. Titulação escolar, condição de “elite” e posição social. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 43 jan./abr de 2010, p. 45-63.

CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em Papel e Tinta: periodismo e vida urbana - 1890-1915**. São Paulo: EDUC, FAPESP, 2000.

DANTAS, José Ibarê Costa. **O Tenentismo em Sergipe: Da Revolta de 1924 à Revolução de 1930**. Aracaju: Editora J. Andrade LTDA. 2ª ed. 1999.

\_\_\_\_\_. **História de Sergipe: República (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

\_\_\_\_\_. Florentino Teles de Menezes, o Sociólogo Pioneiro. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe/IHGSE**, nº 39, 2009, p. 205-226.

DIAS, Deise Ribeiro. **A Mídia Impressa Sergipana nas Eleições para Governador em 2006: cobertura do Cinform, Correio de Sergipe e Jornal da Cidade**. Dissertação de Mestrado. Natal/RN: UFRN, 2010.

ERICSON, R. V., BARANEK, P. M., e CHAN, J. B. L. **Visualizing Deviance: A Study of News Organizations**. Toronto: University Of Toronto Press, 1987.

FAUSTO NETO, Antonio. O agendamento do esporte: uma breve revisão teórica e conceitual. **Verso & Reverso**, São Leopoldo-RS, v. 16, nº 34, p. 9-17, 2002.

FERRARI, Pollyana. **Jornalismo Digital**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A Reforma do Jornal do Brasil. In: ABREU, Alzira Alves de. **A Imprensa em Transição. O jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2008, p. 141-156.

FÍGARO, Roseli e NONATO, Cláudia. A autocensura como aspecto da prática no mundo do trabalho dos jornalistas. In: **Líbero**, v. 19, n. 37, p. 71-80, Janeiro-Junho de 2016.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. A construção do campo do jornalismo em uma perspectiva histórica. In: **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 18, p. 1-18, janeiro/junho 2008.

GAZETA DE SERGIPE. Jornalistas Denunciam Empresas Irregulares. **Gazeta de Sergipe**, Aracaju, nº 7.903, 10 e 11 de março de 1985, p. 02.

GUARANÁ, Armindo. **Diccionario Bio-bibliographico Sergipano**. Rio de Janeiro, RJ: s.n., 1925. Versão digitalizada disponível em <https://vdocuments.mx/diccionario-biobibliografico-armindo-guarana.html>, acessado em julho de 2015.

GUIMARÃES, Bruna Vieira. **Deodoro da Fonseca – A Propaganda Política do Primeiro Presidente do Brasil**. Dissertação de Mestrado em Comunicação Social. São Bernardo do Campo: UMESP, 2007.

HERZ, Daniel. **A História Secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Editora Tchê!, 1986.

JORGE, Tais de Mendonça; BORGES, Rogério Pereira. Dilema e Experimentação em João do Rio: contribuições ao jornalismo e à literatura. **Contratempo**. Revista do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação da UFF, vol. 18, p. 181-201, 2008.

KOWALSKI, Camila; SANTOS, Nina. **A Mídia nas Eleições de 1989**. In: Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Caxias do Sul/RS – 02 a 06 de setembro de 2010.

KUCINSKI, Bernardo. **A Síndrome da Antena Parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

\_\_\_\_\_. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: EDUSP, 2003.

LIBERAL, Maurício; ASSIS, Ival & JUVENAL, José. **A Conquista dos Direitos**. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

LIMA, Maria Érica de Oliveira. Nordeste: O Desenvolvimento para Além das Oligarquias. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. In: **Anais do XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação – Campo Grande /MS – setembro 2001**.

LIMA, Soraia Herrador Costa. **Júlio de Mesquita Filho: entre a máquina de escrever e a política**. O discurso como elo entre o líder civil e o jornalista na cobertura da revolução de 1932 pelo jornal O estado de São Paulo. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2008.

LUSTOSA, Isabel Idelzuite. **Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na Independência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MAROCCO, Beatriz. O saber que circula nas redações e os procedimentos de controle discursivo. In: SILVA, Gislene et al (Orgs.). **Jornalismo Contemporâneo: figurações, impasses e perspectivas**. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2011. P. 295-316.

MARTINS, Luciano. A Gênese de uma Intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil 1920 a 1940. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.4, vol 2, p.1-26, junho de 1987.

MATOS, Ester Pepes Athanásio de. Controle Editorial: Estudo Sobre as Percepções dos Jornalistas de TV de Curitiba. In: **Revista UNINTER de Comunicação**, Vol. 2, N.3, Julho-Dezembro de 2014, p. 233-249.

MEDINA, Cremilda. **Notícia um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. 2ª ed. São Paulo: Summus, 1988.

MELO, Rostand de Albuquerque. **Telejornalismo e Cotidiano: A Construção de Enquadramentos Sobre a Vida Urbana no JPB 1ª Edição**. Dissertação de Mestrado. João Pessoa/PB: UFPB, 2010.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: DIFEL, 1979.

\_\_\_\_\_. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MICK, Jacques (coord.); LIMA, Samuel. **Perfil do Jornalista Profissional Brasileiro**. Características Demográficas, Políticas e do Trabalho Jornalístico em 2012. Florianópolis/SC: Editora Insular, 2013.

MORAIS, Fernando. **Chatô: o rei do Brasil**. A vida de Assis Chateaubriand. 2. ed. São Paulo/SP: Companhia das Letras, 1994.

MOREL, Marco. **Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade**. Salvador: Academia de letras da Bahia; Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2001.

MOTTER, Paulino. 1994. “O uso político das concessões das emissoras de rádio e televisão no governo Sarney”. **Comunicação & Política**, Brasília, vol. 1, n. 1, p. 89-116.

NASCIMENTO, A. M. do; CARDOSO, L. C. F.; VELOSO, A. M. da C. Mídia e poder: os veículos midiáticos pernambucanos, seus donos e caminhos para a democratização da comunicação no estado. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. In: **Anais do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste** – Maceió/ AL – 15 a 17 de junho 2011.

NEVES, Flora. **Telejornalismo e Poder nas Eleições Presidenciais**. São Paulo: Summus Editorial, 2008.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo/SP: Loyola, 2006.

NÓBREGA, Maílson Ferreira da (com Louise Z. Sottomaio e Josué Leonel). **Além do Feijão com Arroz** (Autobiografia). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. 2ª ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

OLIVEIRA SOBRINHO, José Bonifácio de. **O Livro do Boni**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.

PATERNOSTRO, Vera Íris. **O Texto na TV: manual de telejornalismo**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PEREIRA, F. H. **Os Jornalistas-Intelectuais no Brasil**. Identidade, práticas e transformações no mundo social. Tese de Doutorado. Brasília/DF: UNB, 2008.

PEREIRA JR., Luiz Costa. **Guia para a Edição Jornalística**. Petrópolis: Vozes, 2009.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

PERISSINOTTO, Renato M. e CODATO, Adriano. Por um retorno à Sociologia das Elites. In: **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, v. 16, n. 30, p. 7-15, jun. 2008.

PESSANHA, Andréa Santos da Silva. O PAIZ e GAZETA NACIONAL: Imprensa, memória e abolição no Rio de Janeiro. In: Anais do **II Simpósio de História do Maranhão Oitocentista**, UEMA, São Luís, janeiro de 2011.

PETRARCA, Fernanda Rios. **“O Jornalismo como Profissão”**: Recursos Sociais, Titulação Acadêmica e Inserção Profissional dos Jornalistas no Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

\_\_\_\_\_. Elites Jornalísticas, Recursos Políticos e Atuação Profissional no Rio Grande do Sul. In: **TOMO**, Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais/Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão – SE, NPPCS/UFS, n. 13, jul/dez de 2008, p. 169-200.

PINTO, Eduardo Costa; et al. A Economia Política dos Governos Dilma: acumulação, bloco no poder e crise. In: **Texto para Discussão 004**, IE – Instituto de Economia/UFRJ –, 2016.

REIS, Carla Darlem Silva dos. GAZETA DE SERGIPE: “GAZETA COMBATIVA” (1959-1968)? In: **Revista Crítica Histórica**, ano V, nº 10, dezembro de 2014, p. 37-63.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. In: **Estudos Históricos**, n. 31, 2003.

RIEFFEL, Rémy. **L’élite des Journalistes**. Paris: Presses Universitaires de France, 1984.

RIZZATTI, Lucas Osório. **João do Rio: O Escritor da Vida Real**. A apuração jornalística e o texto de reportagem em a Alma Encantadora das Ruas. Monografia. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

RODRIGUES, João Carlos. **João do Rio: uma biografia**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

RODRÍGUEZ, R. V. **Alberto Salles (1857-1904) e o Papel Do Direito nas Instituições Republicanas**. Centro de Pesquisas Estratégicas Paulino Soares de Sousa: UFJF, 2014.

SANTOS, Clara Cruz. **Profissões e Identidades Profissionais**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro e ROSA, Simone Contreira da. A Literatura Sergipana – “Males” de Origem, “Bens” de Formação: A Saga de uma Escrita de Sergipe por Sergipe. In: **Ponta de Lança**, São Cristóvão, v.5, n. 10 abr. - out. 2012.

SANTOS, Osmário. **Oxente! Essa é a nossa gente**. Aracaju: Editora Ós, 2004.

SANT'ANNA, F. C. C. M. **Mídia das Fontes - o difusor do jornalismo corporativo**. Brasília: Casa das Musas, 2005.

SAVIANI, Dermeval. A Expansão do Ensino Superior no Brasil: Mudanças e Continuidades. In: **Póiesis Pedagógica**, vol. 8, nº 2, 2010, p. 04-17.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de Notícias: ações e estratégicas das fontes no jornalismo**. Florianópolis/SC: Combook, 2011.

SECCHIN, Vitor. **Analisando os quatro principais telejornais da Globo à luz da análise do discurso crítica**. Monografia. Viçosa/MG: UFV, 2007.

SIMÃO, João. **Manual De Jornalismo Impresso – O Informativo**. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2007. Disponível em: <<https://comunicamos.files.wordpress.com/2007/09/press-manual.pdf>>, acessado em 05 de março de 2017.

SILVA, Cyro. **Quintino Bocayuva, o Patriarca da Republica**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983.

SILVA, Heber Ricardo da. **A Democracia Impressa: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa 1945-1948**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SILVA, Sérgio Conde de Albite (Coord.). **Arquivo Machado de Assis: Inventário**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003.

SOARES, Maria Susana Arrosa (Coord.). **A Educação Superior no Brasil**. Porto Alegre: IESALC/UNESCO, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4a ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Jorge Pedro. Elementos de jornalismo impresso. **Biblioteca On-line de Ciência da Comunicação**, Porto/PT, 2001. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>>, acessado em 27 de dezembro de 2017.

\_\_\_\_\_. Construindo uma Teoria Multifactorial da Notícia como uma Teoria do Jornalismo. **Biblioteca On-line de Ciência da Comunicação**, Porto/PT, 2004. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-multifactorial-jornalismo.pdf>>, acessado em 27 de janeiro de 2018.

SOUZA, Cristiane V. de. **A República das Letras em Sergipe (1889-1930)**. Monografia. São Cristóvão/SE: UFS, 2001.

SOUZA, Florentina das Neves. **O Jornal Nacional e as Eleições Presidenciais de 2002 e 2006**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2007.

TÔRRES, A. **Imprensa em Sergipe**. Brasília: Poder Legislativo / Senado Federal / Centro Gráfico, 1993.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo** – Por que as notícias são como são. Vol. I. Florianópolis: Insular, 2004.

\_\_\_\_\_. **Teorias do Jornalismo**. A Tribo Jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Vol. II. Florianópolis: Insular, 2005.

TUZZO, Simone Antoniaci. **Deslumbramento coletivo: opinião pública, mídia e universidade**. São Paulo: Annablume, 2005.

VALES, Gislaíne O.; SANTOS, M. F. de J. “Um Vasculhador de Cousas Passadas”: Manoel dos Passos de Oliveira Telles e a Escrita da História de Sergipe. In: **Práxis Pedagógica: Revista do Curso de Pedagogia Aracaju**, Volume 3, Número 5, Jul/Dez 2015.

VIDAL e SOUZA, Candice. Cartografias do Brasil: A Reportagem como Narrativa Política. In: **XXVII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, GT “Rituais, Representações e Narrativas Políticas”, Caxambu/MG, 21 a 25 de outubro de 2003.

VITA, Luiz Washington. **Alberto Salles, ideólogo da República**. São Paulo: Companhia Editora Nacional / EDUSP, 1965.

ZANELLI, Leonardo. Avanços e retrocessos em 47 anos de jornalismo no Sergipe. In: INTERVOZES - Coletivo Brasil de Comunicação Social. **Vozes da Democracia: histórias da comunicação na redemocratização do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. p. 220-233.

ZELIZER, Barbie. Journalists as Interpretive Communities. In: **Critical Studies in Mass Communication**, nº 10, setembro de 1993, p. 219-237.

WAINER, Samuel. **Minha razão de viver**. Memórias de um repórter. Rio de Janeiro: Record, 1987.

# APÊNDICE I

## ROTEIRO DE ENTREVISTA

### I – CARACTERÍSTICAS, RELACIONAMENTOS E ITINERÁRIOS NA ESFERA ESCOLAR.

- 1) Qual seu nome completo, idade e local de nascimento?  
A – nome \_\_\_\_\_  
B – idade: \_\_\_\_\_  
C – local de nascimento: \_\_\_\_\_
- 2) Em quais colégios estudou?  
A – nome [\_\_\_\_\_ PÚ ( ), PRI ( )]
- 3) Que cursos técnicos e/ou de graduação você concluiu?
- 4) Têm pós-graduação? Quais?
- 5) Fale sobre seus deslocamentos geográficos (especificar origem, destino e ano).

### II – ATUAÇÃO NO JORNALISMO.

- 6) Fale sobre sua inserção no mercado de trabalho. Quais empregos você já teve fora do jornalismo?
- 7) Quando foi que você começou a trabalhar na imprensa? Como isso se deu?
- 8) (Para quem atua na TV) Você iniciou sua carreira na televisão ou na mídia impressa? Se foi na mídia impressa, como se deu essa transição?
- 9) Qual era a sua função inicial no jornal (ou TV)?
- 10) Faça uma cronologia de seus cargos no jornalismo.
- 11) (Para quem, no momento da entrevista, estava ocupando cargo de direção na imprensa) Há quanto tempo você ocupa este cargo de direção neste veículo noticioso?
- 12) (Para quem, no momento da entrevista, não estava ocupando cargo de direção na imprensa) Por quanto tempo você ocupou seu último cargo de direção em um veículo noticioso?
- 13) Que habilidades um jornalista tem que dominar para trabalhar em um veículo noticioso e onde se aprende estas habilidades?
- 14) Cite pessoas que foram importantes em sua caminhada no jornalismo?
- 15) Cite personagens do espaço político que foram importantes em sua caminhada no jornalismo?
- 16) Como é (ou como era) o seu dia a dia de trabalho no jornal ou TV?
- 17) Você tem (ou tinha) total liberdade para atuar na imprensa ou sofre (ou sofreu) alguma restrição? Se sofre (ou sofreu), de que tipo?
- 18) Como é (ou era) seu relacionamento com seus superiores? E com seus colegas de jornal?
- 19) (Para quem, no momento da entrevista, estava ocupando cargo de direção na imprensa) Que mais além de atuar na gestão dessa empresa jornalística você faz no ramo da imprensa?

20) Dentre os fatores seguintes, quais pesaram mais na escolha do órgão noticioso onde você ocupa (ou ocupou) cargo de direção jornalística?

A - conhecimento prévio de colegas que já atuavam no órgão noticioso. [ ]

B - proximidade com os controladores do órgão noticioso. [ ]

C - outros (especificar)[\_\_\_\_\_] [ ]

21) Você considera importante a formação acadêmica em jornalismo para o exercício de sua atividade?

22) Para você o que é o trabalho jornalístico? O que é ser jornalista em Sergipe?

### **III – INSERÇÕES E ITINERÁRIOS NA ESFERA POLÍTICO-ASSOCIATIVA.**

23) Você participa ou já participou de alguma organização política (partidos, movimentos sociais, etc.)?

A - Sim [ ]

B - Não [ ]

24) Se sim, quais? (especificar o período).

25) Já ocupou/ocupa algum cargo público eletivo ou de confiança?

A - Sim [ ]

B - Não [ ]

26) Se sim, quais? (especificar os cargos e o período).

27) Você já participou/participa de organizações sindicais ou profissionais?

A - Não [ ]

B - Sim [ ]

28) Se sim, quais? (especificar os cargos e o período).

29) Fale sobre engajamentos ou militância política na família.

### **IV - INSERÇÕES NA ESFERA PROFISSIONAL.**

30) Além da função de gestão jornalística exercida, você desempenha outra atividade remunerada atualmente (para quem, no momento da entrevista, não estava mais ocupando cargo de gestão jornalística, responder referente ao último cargo desta natureza ocupado)?

A - Sim [ ]

B - Não [ ]

31) Quais?

32) Qual das atividades que desempenha atualmente constitui-se na sua principal fonte de renda (para quem, no momento da entrevista, não estava mais ocupando cargo de gestão jornalística, responder referente ao último cargo desta natureza ocupado)?

A – Atuação no veículo noticioso em questão [ ]

B – Atuação em outra empresa privada não-jornalística [ ]

C – Funcionalismo Público [ ]

D – Autônomo [ ]

E – Aposentado/pensionista [ ]

F – Outro [\_\_\_\_\_]

33) Em qual faixa de renda individual você se enquadra (para quem, no momento da entrevista, não estava mais ocupando cargo de gestão jornalística, responder referente ao último cargo desta natureza ocupado)?

- A – Até 5 SM [ ]  
 B – De 5 a 10 SM [ ]  
 C – De 10 a 15 SM [ ]  
 D – Mais de 15 SM [ ]

#### **V - CARACTERÍSTICAS E ITINERÁRIOS NA ESFERA FAMILIAR.**

34) Qual a profissão dos seguintes ascendentes?

	Setor	Instituição	Cargo	Período
Pai				
Mãe				
Avô M.				
Avó M.				
Avô P.				
Avó P.				

35) Qual o grau de escolarização dos seguintes ascendentes?

	Analf.	Lê/Es c.	1º gr. Inc.	1º gr. Com.	2º gr. Inc.	2º gr. Com.	Sup. Inc.	Sup. Com.	Ñ/Sabe Ñ/Lembra
Pai									
Mãe									
Avô M.									
Avó M.									
Avô P.									
Avó P.									

36) Quantos irmãos você tem? [\_\_\_]

Nome	Idade	Escolarização	Profissão

37) Comparativamente à situação dos seus pais, você avalia que houve:

- A – Ascensão social [ ]  
 B – Não houve alterações significativas [ ]  
 C – Descenso social [ ]

38) Você poderia dar exemplos que ilustrassem isso?

## **VII – DIÁRIO DE NEGOCIAÇÃO E REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA.**

- 1) Local/cenário da entrevista: [\_\_\_\_\_]
- 2) Data: [\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_]
- 3) Turno: [\_\_\_\_\_]
- 4) Aceitação e realização da entrevista:
- A - Sem Reserva, logo após a demanda [\_\_\_]
- B - Com insistência do pesquisador [\_\_\_]
- C - Somente com recomendação [\_\_\_]
- 5) Aparência do entrevistado (com relação ao vestuário):
- A - Formal (trajes de trabalho) [\_\_\_]
- B - Esportivo [\_\_\_]
- C - Informal [\_\_\_]
- 6) Posição que atribui a si próprio no jornalismo (apresentação de si):
- A - Vocacionado [\_\_\_]
- B - *Expert* [\_\_\_]
- C - Profissional [\_\_\_]
- 7) Desempenho durante a situação de entrevista:
- A - Arrogante e agressivo (ele iniciou a interação e dirigiu o curso da mesma) [\_\_\_]
- B - Reservado [\_\_\_]
- C - Humilde, Escusatória (esperou seguir o comando do entrevistador) [\_\_\_]
- 8) Indagações feitas ao pesquisador:
- A - Não fez indagações [\_\_\_]
- B - Sobre o porquê da escolha de seu nome para entrevistar [\_\_\_]
- C - Sobre os objetivos do trabalho [\_\_\_]
- D - Sobre os objetivos da entrevista [\_\_\_]
- E - Sobre o desenvolvimento da entrevista (tempo, tipos de perguntas, respostas) [\_\_\_]
- F - Sobre o desenvolvimento da pesquisa (hipóteses, problema, sugestões) [\_\_\_]

## APÊNDICE II

### LISTA DE ENTREVISTADOS

A) Nomes dos Entrevistados por Ordem Alfabética.

Acácia Trindade, André Barros, Augusto Jr., Célia Silva, Cláudia Lemos, Demóstenes de Araújo, Eduardo Andrade, Eduardo do Valle, Eugênio Nascimento, Gilvan Manoel, Givaldo Freitas, Josailto Lima, Marcos Cardoso, Raimundo Brito, Ricardo Marques, Rita Oliveira, Rosa Vasconcelos, Rosângela Dória e Victor Vieira.

B) Visando preservar a identidade dos entrevistados, os mesmos são identificados por nomes fictícios. Trata-se de letras do nosso alfabeto, cuja escolha não tem nada a ver com as iniciais dos seus verdadeiros nomes. A esses nomes fictícios seguem indicadores acerca de sexo, posição ocupada no jornalismo, idade e data da realização da entrevista, nessa ordem.

“A” – Feminino, Diretor Executivo, 52 anos, 05 de outubro de 2016;

“B” – Masculino, Editor Geral, 56 anos, 06 de outubro de 2016;

“C” – Feminino, Chefe de Reportagem, 53 anos, 29 de setembro de 2016;

“D” – Masculino, Diretor de Redação, 58 anos, 29 de setembro de 2016;

“E” – Masculino, Diretor de Jornalismo, 55 anos, 21 de setembro de 2016;

“F” – Feminino, Editor-Chefe, 44 anos, 21 de setembro de 2016;

“G” – Masculino, Editor Geral, 55 anos, 06 de outubro de 2016;

“H” – Masculino, Editor Geral, 29 anos, 06 de outubro de 2016;

“I” – Masculino, Editor Geral, 55 anos, 11 de outubro de 2016;

“J” – Masculino, Gerente de Jornalismo, 56 anos, 22 de setembro de 2016;

“K” – Masculino, Diretor-Presidente, 46 anos, 23 de setembro de 2016;

“L” – Masculino, Gerente de Jornalismo, 47 anos, 27 de setembro de 2016;

“M” – Feminino, Chefe de Redação, 45 anos, 03 de outubro de 2016;

“N” – Masculino, Diretor de Jornalismo, 50 anos, 05 de outubro de 2016;

“O” – Masculino, Chefe de Reportagem, 33 anos, 05 de outubro de 2016;

“P” – Feminino, Diretor de Redação, 55 anos, 26 de setembro de 2016;

“Q” – Masculino, Diretor de Redação, 54 anos, 26 de setembro de 2016;

“R” – Feminino, Diretor de Jornalismo, 50 anos, 27 de setembro de 2016;

“S” – Masculino, Diretor de Jornalismo, 52 anos, 10 de outubro de 2016.

## ANEXO I

**POSTOS/POSICÕES PROFISSIONAIS DOS ENTREVISTADOS**

VEÍCULO NOTICIOSO	OUTROS	INSTITUIÇÕES OU ÓRGÃOS DE IMPRENSA	CARGO/POSIÇÃO	ORIGEM SOCIAL	TIT. ACAD. SUPERIOR À PÓS-GRAD. LATU SENSO	POSIÇÃO DE ENTRADA NO JORNALISMO
JORNAL DO DIA			Editor Geral	Baixa	Não	Baixa
			Diretor Executivo	Baixa	Não	Baixa
CORREIO DE SERGIPE			Diretor Executivo	Baixa	Não	Baixa
			Editor-Chefe	Baixa	Não	Baixa
CINFORM			Editor Geral	Média	Não	Baixa
JORNAL DA CIDADE			Diretor de Redação	Baixa	Não	Baixa
			Chefe de Reportagem	Baixa	Não	Baixa
TV SERGIPE			Gerente de Jornalismo	Baixa	Não	Baixa
			Chefe de Redação	Baixa	Não	Baixa
TV ATALAIA			Diretor de Jornalismo	Média	Não	Baixa
			Chefe de Reportagem	Baixa	Não	Baixa
FUND. APERIPÊ			Gerente de Jornalismo	Baixa	Não	Baixa
			Diretor Presidente	Baixa	Não	Baixa
	JORNALISTA "1"	CORREIO DE SERGIPE	Editor Geral <sup>170</sup>	Baixa	Não	Baixa
		SEC. COM. ARACAJU	Secretário de Comunicação Adjunto			
	JORNALISTA "2"	CINFORM	Editor Geral	Baixa	Não	Baixa
	JORNALISTA "3"	TV APERIPÊ	Diretor de Jornalismo	Baixa	Não	Baixa
		TV CIDADE	Diretor de Jornalismo			
		TV ALESE	Repórter e Apresentador			
	JORNALISTA "4"	TCE	Coordenador de Comunicação	Média	Não	Baixa
		TCE	Diretor de Comunicação			
		JORNAL DA CIDADE	Diretor de Redação			
	JORNALISTA "5"	TCE	Diretor de Comunicação	Média	Mestre	Baixa
		TV ATALAIA	Diretor de Jornalismo			
		SEC. COM. ARACAJU	Secretário de Comunicação			
		JORNAL DA CIDADE	Diretor de Redação			
	JORNALISTA "6"	JOVEM PAN FM	Diretor de Jornalismo	Média	Não	Baixa
		TV SERGIPE	Diretor de Jornalismo			
		SEC. DE EST. DA COMUNICAÇÃO	Secretário de Comunicação			

<sup>170</sup> Demitido em 2015 após vinte e dois anos de serviços prestados a essa empresa.

## ANEXO II

**PROPRIEDADE DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO EM SERGIPE.**

RAZÃO SOCIAL		NOME FANTASIA	CIDADE	PROPRIEDADE	PROPRIETÁRIO COM ATUAÇÃO POLÍTICA
<b>TV</b>					
1	Fundação João Paulo II	TV Canção Nova	Aracaju	Igreja Católica	Não se aplica
2	Fundação Aperipê de Sergipe	TV Aperipê	Aracaju	Governo do Estado	Governo do estado
3	TV Alese	TV Alese	Aracaju	Assembleia Legislativa de Sergipe	A. L. de Sergipe
4	Rádio e Televisão de Sergipe SA	TV Sergipe	Aracaju	Albano Franco	Sim
5	Televisão Atalaia LTDA	TV Atalaia	Aracaju	Walter Franco	Sim
6	Concessão de sinal de TV de 2014	-----	B. dos Coqueiros	Calos Massa Jr. e os Irmãos Amorim	Sim
<b>FM</b>					
1	Rádio e Televisão Aracaju LTDA	Rede Aleluia 98,1	Aracaju	Igreja Universal	Não se aplica
2	Rádio UFS FM	Rádio UFS FM 92,1	Aracaju	Fund. U. F. de Sergipe	Não se aplica
3	Rádio 97.1 FM LTDA.	Sara Brasil FM 97,1	Aracaju	Comunidade Sara Nossa Terra	Não se aplica
4	Empresa Sergipana de Radiodifusão LTDA	103 FM	Aracaju	Grupo Cosil	Não
5	Rádio FM Aracaju LTDA	Jovem Pan 88,7	Aracaju	Grupo Cosil	Não
6	Fundação Aperipê de Sergipe	Aperipê FM 104,9	Aracaju	Governo do estado	Governo do estado
7	Rádio e Televisão de Sergipe SA	FM Sergipe 95,9	Aracaju	Albano Franco	Sim
8	Rádio Liberdade de Sergipe FM LTDA	Fan FM 99,7	Aracaju	Grupo Presidente <sup>171</sup>	Sim
9	Rádio Atalaia LTDA	MIX 93,5	Aracaju	Walter Franco	Sim
10	Rede Ilha de Comunicação LTDA.	Ilha FM 102,3	B. dos Coqueiros	Irmãos Amorim	Sim
11	Rádio Jornal de Estância LTDA	Ilha FM 101,5	Estância	Irmãos Amorim	Sim
12	Rádio Jornal de Propriá LTDA	Ilha FM 102,9	Propriá	Irmãos Amorim	Sim
13	Empresa Boquinense de Comunicação LTDA	Transamérica FM 95,5	Boquim	Família do Dep. Venâncio Fonseca	Sim
14	Rádio Xingó LTDA	Xingó 98,7	C. de S. Francisco	Luiz Eduardo Costa <sup>172</sup>	Sim
15	Rádio Carmópolis LTDA	Fan FM 94,3	Carmópolis	Grupo Presidente	Sim
16	Rádio FM Itabaiana LTDA	Itabaiana FM 93,1	Itabaiana	José Carlos Machado	Sim
17	Rádio FM Princesa LTDA	FM Princesa 99,3	Itabaiana	José Queiroz da Costa	Sim
18	Rádio Eldorado de Lagarto LTDA	FM Eldorado 100,7	Lagarto	Grupo Ribeiro <sup>173</sup>	Sim
19	Rádio FM Aparecida do Nordeste LTDA	FM Aparecida 94,7	Lagarto	Família Reis	Sim
20	FM Tobias Barreto Almeida Reis LTDA	Luandê FM 96,1	Tobias Barreto	Diógenes José de Oliveira Almeida	Sim
21	Empresa Sergipana de Radiodifusão LTDA	Tropical FM 104,9	Simão Dias	Grupo Valadares	Sim
22	Rádio Xodó FM LTDA	Xodó FM 89,9	N. S. do Socorro	Nelson Nascimento <sup>174</sup>	Não
23	Rádio Xodó FM LTDA	Xodó FM 85,5	N. S. da Glória	Nelson Nascimento	Não
<b>AM/OM</b>					
24	Rádio Cultura de Sergipe LTDA	Cultura AM 670	Aracaju	Igreja Católica	Não se aplica
25	Fundação Aperipê de Sergipe	Aperipê AM 630	Aracaju	Governo do Estado	Governo do estado
26	Rádio Atalaia de Sergipe LTDA	Atalaia AM 770	Aracaju	Walter Franco	Sim
27	Rádio Jornal de Sergipe LTDA	Jornal AM 540	Aracaju	João Alves	Sim
28	Rádio Liberdade de Sergipe LTDA	Liberdade AM 930	Aracaju	José Almeida Lima	Sim
29	Fundação de Educação e Cultura	Esperança AM 1250	Estância	Jorge do Prado Leite	Sim
30	Radio Abaís de Estância LTDA	Abaís AM 1460	Estância	Zé Nelson	Sim
31	Rádio Educadora de Frei Paulo LTDA	Educadora AM 1440	Frei Paulo	José Erinaldo	Sim
32	Rádio Princesa da Serra LTDA	Princesa da Serra AM 830	Itabaiana	José Queiroz da Costa	Sim
33	Voz de Itabaiana LTDA	Capital do Agreste AM 1370	Itabaiana	Grupo Chico de Miguel	Sim
34	Rádio Progresso LTDA	Progresso AM 750	Lagarto	Família Reis	Sim
35	Rádio Atalaia de Sergipe LTDA	Cidade AM 1480	Simão Dias	Walter Franco	Sim
36	Rádio Imperatriz dos Campos LTDA	Ilha AM 1520	Tobias Barreto	Irmãos Amorim	Sim

Fonte: Dados coletados pelo pesquisador e referentes ao ano de 2016.

<sup>171</sup> Do qual faz parte o ex-vereador por Aracaju entre 2005 e 2008 “Sandro de Miro”.

<sup>172</sup> Luiz Eduardo Costa é jornalista e político.

<sup>173</sup> De José Raymundo Ribeiro, mais conhecido como “Cabo Zé”, que foi prefeito de Lagarto/SE e deputado estadual por mais de um mandato.

<sup>174</sup> Empresário do ramo de transportes e dono da “Itapé Turismo e Localayne Transportes”.

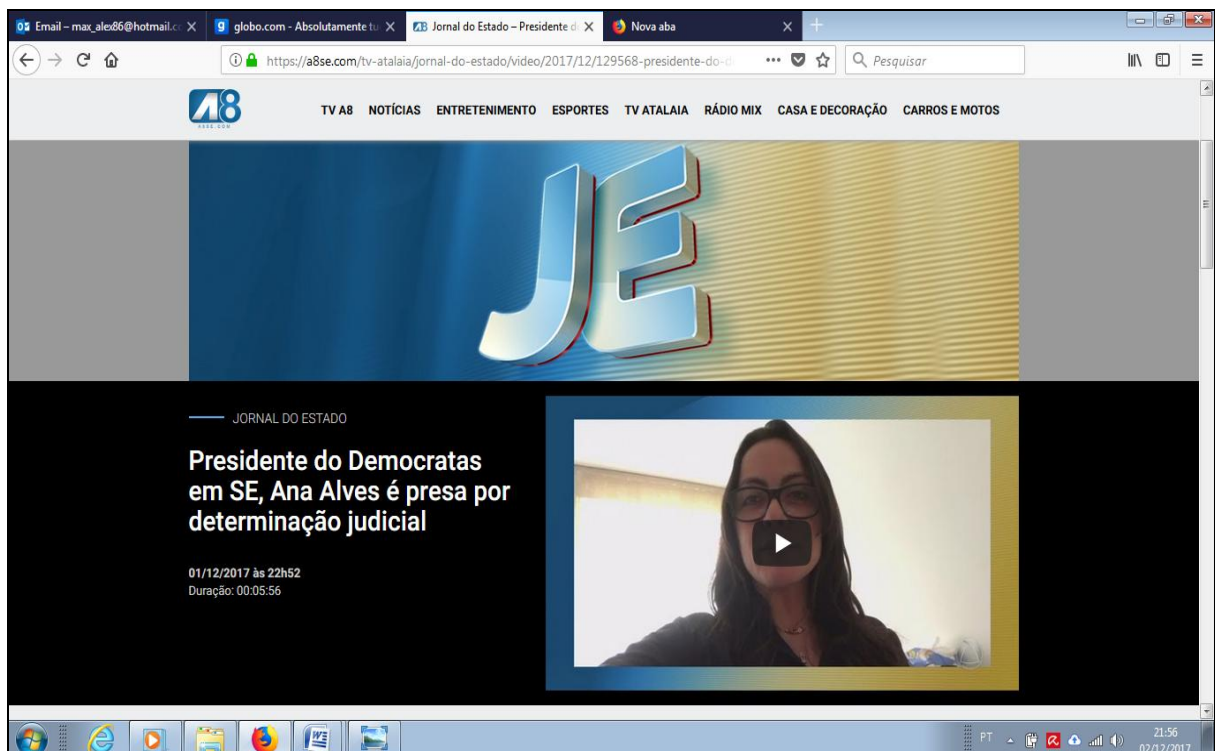
## ANEXO III

### REPERCUSSÃO DA PRISÃO DE ANA ALVES NA IMPRENSA SERGIPANA

a) *TV Sergipe* (através do *Portal G1*) destacando prisão de Ana Alves a 02/12/17.



b) *TV Atalaia* (através do *Portal A8*) destacando prisão de Ana Alves a 02/12/17.



c) *Jornal da Cidade* (através de sua versão na internet) destacando prisão de Ana Alves a 02/12/17.

The screenshot shows the website of **JORNAL DA CIDADE.NET**. The main headline is "Presidente do DEM/SE é presa na Operação Caça Fantasma". The article text states: "MPE afirmou que serão cumpridas, ainda, mandado judicial de busca e apreensão na sede do partido." and "Foi presa, na manhã desta sexta-feira (1º), em cumprimento de uma ordem judicial, a presidente do Diretório Estadual do Democratas (DEM/SE), Ana Alves, filha do ex-prefeito de Aracaju, João Alves Filho, e da senadora Maria do Carmo Alves. Ela foi encaminhada para a sede do Departamento de Crimes Contra a Ordem Tributária (Deotap).". A photo of Ana Alves is shown with the caption "Foto: Arquivo Pessoal". The browser's address bar shows the URL: [www.jornaldacidade.net/noticia-leitura/66/111551/presidente-do-dem-se-e-presa-na-operacao-caca-fa](http://www.jornaldacidade.net/noticia-leitura/66/111551/presidente-do-dem-se-e-presa-na-operacao-caca-fa). The system tray at the bottom shows the date 02/12/2017 and time 19:35.

d) Portal *Infonet* destacando prisão de Ana Alves a 02/12/17.

The screenshot shows the website of **INFONET**. The main headline is "Ana Alves é presa por peculato e associação criminosa". The article text states: "Mandado foi cumprido na manhã desta sexta-feira, 1º" and "A jornalista Ana Alves, filha do ex-prefeito de Aracaju João Alves Filho e da senadora Maria do Carmo, todos do partido Democratas (DEM), acaba de ser presa na sede do Ministério Público Estadual (MPE), por promotores de justiça do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaecco) e equipe do Departamento de Crimes contra a Ordem Tributária e Administração Pública (Deotap).". A photo of Ana Alves is shown with the caption "Ana Alves é presa por peculato e associação criminosa (Foto: Arquivo Pessoal/Facebook)". The browser's address bar shows the URL: [www.infonet.com.br/noticias/politica/ler.asp?id=207955](http://www.infonet.com.br/noticias/politica/ler.asp?id=207955). The system tray at the bottom shows the date 02/12/2017 and time 19:26.

e) *Cinform* destacando prisão de Ana Alves a 02/12/17.



f) *Cinform* destacando prisão de Ana Alves a 03/12/17 com fotos dela para o perfil da entrada no SEJUC/DESIPE.



g) Página inicial da versão digital do *Jornal do Dia* enfatizando prisão de Ana Alves a 02/12/17.

The screenshot shows the homepage of the digital version of *Jornal do Dia* on Saturday, December 2, 2017. The browser address bar shows [www.jornaldodiase.com.br](http://www.jornaldodiase.com.br). The page layout includes a search bar at the top right and a navigation menu below the header. The main content area is divided into several sections. On the left, there are three news items with accompanying images: 'Aracaju alcança o melhor resultado no Lira dos últimos 14 anos', 'Defesa Civil indica municípios para estudo geológico de mapeamento de áreas de risco', and 'Delegada da Lava-Jato vai assumir a PF em Sergipe'. In the center, there is a section titled 'Mobilização contra a exploração do trabalho infantil aborda turistas no aeroporto Santa Maria' and another titled 'Projeto "Respeita as Minas" é lançado em Sergipe'. On the right, there is a large advertisement for 'Cap+ Vida' with a man celebrating, and a smaller section titled 'Capa do Dia' showing the newspaper's front page with the headline 'Ana Alves é presa acusada de obstruir operação que apura fraudes na PMA'. The Windows taskbar at the bottom shows the system clock as 22:22 on 02/12/2017.

h) Matéria para a qual direcionava o *link* da página inicial do *Jornal do Dia* de 02/12/17 sobre a prisão de Ana Alves.

The screenshot shows a specific news article on the *Jornal do Dia* website. The browser address bar shows [www.jornaldodiase.com.br/noticias\\_ler.php?id=28139](http://www.jornaldodiase.com.br/noticias_ler.php?id=28139). The article title is 'Ana Alves é presa acusada de obstruir operação que apura fraudes na PMA'. The author is Gabriel Damásio. The article text reads: 'A jornalista Ana do Nascimento Alves, presidente do diretório estadual do Democratas (DEM) em Sergipe, foi presa por volta das 11h30 de ontem, ao se apresentar para prestar depoimento na sede do Ministério Público Estadual (MPE), no Capucho (zona oeste). A ordem de prisão preventiva contra ela foi expedida pelo juiz da 2ª Vara Criminal de Aracaju e cumprida pelo Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado (Gaeco), ligado ao MPE. Os promotores do grupo contaram com o apoio de policiais civis do Departamento de Crimes contra a Ordem Tributária e Administração Pública (Deotap). Também na manhã de ontem, eles cumpriram um mandado de busca e apreensão na sede do Diretório'. The page includes social media sharing options (Gosto, Tweetar, Compartilhar) and a Banese insurance advertisement with the contact number (79) 3234 4250. The Windows taskbar at the bottom shows the system clock as 19:49 on 02/12/2017.

i) Capa do *Jornal do Dia* (em sua versão impressa) enfatizando prisão de Ana Alves a 02/12/17.



j) Matéria do *Jornal do Dia*, p. 07, destacando prisão de Ana Alves a 02/12/17.





1) Matéria do *Correio de Sergipe* (dos dias 02, 03 e 04 de dezembro), p. 11, abordando discretamente a prisão de Ana Alves, sem qualquer foto ou imagem que faça referência ao evento.

Correio Urbano

III GERAL

Correio de Sergipe • Aracaju • Edição de Fim de Semana  
Sábado 02, domingo 03 e segunda-feira 04 de dezembro de 2017

## Orlinda: estrutura está em situação precária

Como se não bastasse, a iluminação do local, no Industrial, é precária, bem como a segurança dos frequentadores

Anderson Araujo

O que deveria continuar a ser um cartão-postal não só da Zona Norte, mas também de Aracaju, a Orlinda do Bairro Industrial está sendo considerada pelos moradores, por quem trabalha ali e pelos visitantes como uma localidade abandonada em virtude das condições precárias das áreas de lazer, das calçadas de passeio e da quadra de esporte. Como se não bastasse, a iluminação é precária, bem como a segurança dos frequentadores.

Pelo menos foi o que relatou para a reportagem do Jornal Correio de Sergipe quem mora, trabalha e visita o local. Identificando-se como Christian de Souza, que é empregado de uma empresa na área e que estava acompanhado de uma cole-

ga, ele disse que é triste ver a Orlinda do Bairro Industrial, praticamente abandonada, a começar pela calçada de passeio às margens do Rio Sergipe, que apresenta vários buracos.

"Veja a situação do alambrado da quadra. Está enferrujado e apresenta buracos. Uma pessoa de idade, se tentar caminhar à noite por aqui, vai com certeza cair, porque o piso da calçada de passeio está cheio de buracos - um atrás do outro. A iluminação é precária, uma vez que existe, mas parece iluminação de boate. E segurança nem se fala", lamentou.

Christian de Souza disse, ainda, que já foi vítima de assalto duas vezes quando saía do local de trabalho. Os criminosos, inclusive, estavam portando armas de fogo que ele não sabe descrever qual o tipo delas. "Aqui está infestado de desocupados, mendigos. Se o celular tocar, tem que desligar imediatamente para não ser roubado. Uma



Transitar nas calçadas, por exemplo, tornou-se risco de acidentes

outra viatura passa, mas não permanece aqui. Só frequenta a Orlinda quem se encontra em grupo", concluiu.

• **Emurb**  
A assessoria de comunicação

da Empresa Municipal de Obras e Urbanismo (Emurb) informou que já foi elaborada um projeto de recuperação da Orlinda do Bairro Industrial. No entanto, faltam recursos financeiros no

momento para executar os trabalhos, mas a empresa estuda duas possibilidades para recuperar o local de lazer e cartão-postal.

A primeira seria utilizar recursos próprios da Prefeitura de Aracaju, mas no momento o município não tem essas condições devido a várias condições, como, por exemplo, queda na arrecadação. A outra alternativa seria uma parceria com o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Turismo, que teria como viabilizar recursos junto ao Programa Nacional de Desenvolvimento (Prodetur). A negociação está sendo mantida, mas se houver acordo a reforma só deverá ser feita no próximo ano.

• **Guarda Municipal**

Sobre a falta de segurança denunciada pelos frequentadores do local, o diretor-geral da Guarda Municipal de

Aracaju (GMA), subinspet Fernando Lucas Alv Mendonça, garantiu que órgão faz ronda diária a Orlinda do Bairro Industrial. No entanto, não tem condições de manter uma equipe fixa no local por falta de efetivo e de um box com estrutura.

Ele garantiu que a equipe que faz a ronda diária a Orlinda é a mesma que faz segurança dos Mercados Centrais de Aracaju, ali próximo. "Não temos como manter uma equipe fixa ali porque não temos efetivo disponível, nem um local com as condições de segurança para guardas. Mas o que tem feito, que é a ronda, tem sido feito, resultando e apreensão de drogas e armas", garantiu, acrescentando que a população pode entrar em contato pelo número 153 ou pelo WhatsApp 98166-7790.

ANULAÇÃO

## Superintendente do Ibama de Sergipe retorna ao cargo depois de exoneração

Pedro Ivo Faro

O superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de Sergipe, Carlos Tadeu da Silva Rosa, ficou poucos dias exonerado do seu cargo, o qual havia perdido depois da publi-

cação no Diário Oficial da União (DOU). A exoneração foi publicada na última quarta-feira, 29, e o substituto dele, Manoel Rezende, ocupou o cargo apenas um dia.

A mudança ocorreu ainda quinta-feira, 30, quando o ministro Sarney Filho, do Meio Ambiente, recuou e publicou nova portaria anulando a exoneração de Carlos Tadeu. Ele

assinou nova portaria, tornando sem efeito o ato anterior para manter Carlos Tadeu à frente do Ibama em Sergipe.

• **Pedido de desculpas**  
Segundo Carlos Tadeu, houve um equívoco, seguido de um pedido de desculpas por parte do Ministério do Meio Ambiente. "O problema da exoneração é que foi um equívoco que houve no Ministério. Na quinta-feira, às 9h30, eu já tinha conhecimento. A chefe de gabinete do ministro teve a decência de me ligar, de pedir desculpas em nome do ministro, e que o ato seria revoga-

do", detalhou. Durante o contato, a chefe de gabinete teria informado, conforme relatos de Carlos Tadeu, sobre a publicação de nova portaria para anular os efeitos daquela publicada no dia 29.


Vale lembrar que está ocorrendo no Ministério Público Federal um procedimento para investigar a conduta do superintendente do Ibama em Sergipe, que está em fase de recolhimento de informações. Sobre as investigações, Carlos disse que colaborará com o que for necessário. "Contribuirei sem problemas. Quem está à frente de qualquer órgão públi-

co tem que dar satisfação. No meu entendimento, como gestor, é algo normal. Tudo que o MP pedir será entregue da melhor forma possível. O que eu apresentarei documentalmente ao MPF contém minha defesa em relação ao procedimento da multa. Uma mentira talvez seja divulgada e permaneça por algum tempo, mas uma verdade perdurará sempre. Tudo que relato na cronologia está apontado de documentos. Como superintendente do Ibama, jamais obstruía algo inerente à instituição", enfatizou Carlos Tadeu.

• **Relembre o caso**

O superintendente foi autuado por um fiscal da Divisão Técnica, suspeito de obstruir uma ação que ocorreria no dia 9/11 em rodovias federais para fiscalizar o transporte de produtos químicos, onde o gestor proibiu a saída dos carros. À época, Carlos explicou que chegou uma solicitação por volta das 22h30, tendo realmente havido a negativa. Segundo ele, esses pedidos devem ser feitos com 24 horas de antecedência e o fiscal não explicou que a solicitação era emergencial.

709191




SINDICATO DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE  
CNPJ: 23.668.349/0001-01

EDITAL ELEITORAL

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL  
PARA ELEIÇÃO POR ACLAMAÇÃO PARA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL DO SINDICATO - SINDICATO DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE BIÊNIO 2018-2020

O Presidente do Conselho Eleitoral do SINDICATO, em conformidade com o Código Eleitoral aprovado pela Assembleia Geral Ordinária, realizada dia 14/11/2017, convoca todos os Sindicatistas (su) do Sindicato - Sindicato do Instituto Federal de Sergipe, aptos a votar, para participarem de Assembleia Geral a ser realizada no dia 12 de Dezembro de 2017, (2ª feira) às 08h00, em primeira chamada com o mínimo mais um dia de antecedência, e em segunda chamada, 15 minutos depois com presença de 1/3 dos sindicalizados ou em terceiro chamada, trinta minutos após a primeira, com qualquer número de sindicalizados, no Auditório da Sede da Força Sindical Sergipe, localizada na Avenida Barão de Marim, nº 425, Bairro São José, nesta Capital, para votação por aclamação da Chapa "Resistência e Labor" para Diretoria Executiva do Sindicato Biênio 2018-2020 e dos Candidatos a Membros do Conselho Fiscal: Adilson Dias Santos, Antônio Almeida dos Santos e Michel Araújo de Moraes para o Biênio 2018-2020. A Comissão Eleitoral é composta por: Cleber dos Santos (Membro Titular), Gilberto Fontes da Silva (Membro Suplente), Ider de Santana Santos (Membro Suplente), José Rivaldo Alves Santos (Membro Titular) e Sérgio Carlos Rezende (Membro Titular), presidido por José Rivaldo Alves Santos. Aracaju, 01 de dezembro de 2017.



José Rivaldo Alves Santos  
Presidente da Comissão Eleitoral  
CPF: 295432.305-68

## Advogados irão ingressar com pedido de habeas corpus

Advogados que representam a presidente do Partido Democratas (DEM) em Sergipe, Ana Alves, vão ingressar com o pedido de habeas corpus, a ser analisado pelo Juízo da 2ª Vara Criminal. A jornalista foi presa nessa sexta-feira, dia 1º de dezembro, na sede do Ministério Público Estadual (MPE), por promotores de Justiça do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaecco) e a equipe do Departamento de Crimes contra a Ordem Tributária e Administração Pública (Deotap). De acordo com o advogado Cristiano Cabral, que atua no caso em parceria com o advogado Evairio Moura, a defesa aguarda ter a deci-

são em mãos para tomar conhecimento do que está sendo imputado à sua cliente. "Depois tentaremos impetrar uma medida no sentido de libertá-la. Podemos dizer que estamos avaliando o que fazer em relação a essa decisão da justiça", atesta Cabral.

A prisão da presidente do DEM foi confirmada pelo Ministério Público do Estado (MPE). Após prestar depoimento, ainda na sede do MPE, foi encaminhada para o Instituto Médico Legal, onde foi submetida ao exame de corpo de delito, sendo posteriormente levada para o Presídio Feminino (Prefem), localizado em Nossa Senhora do Socorro, na Grande Aracaju.

• **A suspeita**

De acordo com informações passadas pelo MPE, a presidente do DEM estaria sendo investigada por suposta participação em peculato, formação de organização criminosa e obstrução de investigação, crimes previstos na Lei 12.850/2015. "Há informações e indícios de que ela teria praticado atos graves na tentativa de induzir declarações e depoimentos de investigados e testemunhas no curso das investigações do Ministério Público, o que motivou sua prisão preventiva", traz nota assinada pelo MPE.

Ainda segundo o Ministério Público do Estado, todas as medidas foram autorizadas pelo Juízo da 2ª Vara

Criminal de Aracaju, em investigações conduzidas pelo Gaecco do MPE, no curso da Operação Caça Fantasmas, um desdobramento da Operação Antidesmorte, deflagrada no final de 2016, quando João Alves Filho, pai de Ana Alves, deixava a Prefeitura de Aracaju.

Os promotores de Justiça e a equipe da Deotap também cumpriram mandado judicial de busca e apreensão na sede do Diretório Regional do Partido Democratas. Detalhe: não foram revelados pelos promotores por conta do sigilo nas investigações, sendo revelado apenas nas que foram recolhidos vários documentos e computadores que seriam analisados.

m) Página inicial do portal *AJNI* do dia 02/12/17 colocando um *link* para uma matéria sobre a prisão de Ana Alves em um ponto discreto do *site* e sem qualquer foto ou imagem que faça referência a evento.

ARACAJU/SE | 02-12-2017 | 22:15:12 | 26 | 26

**CORREIO DE SERGIPE**  
QUEM LÊ SABE MAIS  
Assine Já!

**ajn<sup>1</sup>**  
AGÊNCIA JORNAL DE NOTÍCIAS

**RADIO JORNAL AM 540**  
A VOZ DO POVO.  
Ouça AO VIVO

Urbano | Política | Polícia | Cultura | Mundo | Cinema

O amanhã pode ser como você quiser.  
Faça um plano de previdência Brasilprev.  
Saiba mais

**SALDO**  
**IML registra oito mortes violentas nas últimas 24h em Sergipe**  
Foram cinco vítimas de homicídios e três por queda da própria altura.

**PARALISAÇÃO**  
**Greve Geral do dia 5 está mantida em Sergipe**  
A decisão foi tomada em reunião que aconteceu na última sexta-feira (1º), na sede da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

**ALTA**  
**Pequenos negócios exportadores crescem 12% em 2016**  
A participação subiu para 35%, quando mais de 8 mil empresas de micro e pequeno porte venderam mercadorias para o exterior.

**ELEIÇÕES**  
**Eleição de 2018 terá 30 mil urnas eletrônicas com voto impresso**  
A implantação do voto impresso nas eleições de 2018 foi aprovada pelos parlamentares no ano passado.

**NATAL**  
**Fecomércio e PMA iniciam programação do 'Natal Iluminado'**  
O evento contou com a chegada do Papai Noel e apresentações musicais.

**OBRA**  
**Trecho da Ivo do Prado fica em meia pista a partir de segunda**  
O trânsito fica em meia pista na avenida por cerca de 100 metros, no trecho em frente ao Museu da Gente Sergipana.

**PREOCUPANTE**  
**Mais de 220 mil sergipanos têm diabetes**  
E esses números vêm crescendo de forma desenfreada e silenciosa nos últimos anos. Em alguns casos, a demora no diagnóstico favorece o aparecimento de complicações diversas.

**Blogs** | Mais blogs

PAULA TOQUINHO | OSANILDE OLIVEIRA | TEREZINHA OLIVA

**Cultura** | Mais

SÃO CRISTÓVÃO FINALIZA PREPARATIVOS PARA FESTIVAL DE ARTES | CODEVASF REALIZA 16º FEIRA DE ARTESANATO

**Cinema** | Mais

CONTRA A PROGRAMAÇÃO CINEMARK? | BLADE RUNNER 2049: O SOMBRIO FINAL ALTERNATIVO

**MEDIDAS**  
**Revitalização do São Francisco é debatida em seminário**  
O Vilho Chico realmente está agorizando; 48% da área da sua bacia se encontra desmatada.

**EVENTO**  
**Cavernas de Sergipe são destaque em evento do MPF**  
Patrimônio natural e espeleológico do estado é tema de documentário, livro e exposição fotográfica.

**Capa de hoje** | Mais capas

**CORREIO DE SERGIPE**  
Brasil escapa de campeonatos, mas pode ter a Alemanha nas oitavas

**Médico alerta para crescimento de casos de Aids em Sergipe**  
Foi detectado um aumento de 10% nos casos de Aids em Sergipe em 2016.

**INVESTIGAÇÃO**  
**Ana Alves é presa sob acusação de peculato e organização criminosa**

**OBRANÇA**  
**Deficientes visuais saem às ruas por igualdade de direitos**

**OPORTUNIDADE**  
**Empresa abre cadastro para mais de 2 mil motoristas em Aracaju**

ajni.com.br/cavernas-de-sergipe-sao-destaque-em-evento-mpf/

22:16  
02/12/2017

n) Matéria para a qual direcionava o *link* da página inicial do portal AJN1 de 02/12/17 sobre a prisão de Ana Alves. Trata-se de uma matéria discreta sobre tal prisão e sem nenhuma foto ou imagem que faça referência ao evento.

INVESTIGAÇÃO - 01/12/2017 - 16:08

## Ana Alves é presa sob acusação de peculato e organização criminosa

Da redação, AJN1

Na manhã desta sexta-feira (1º), a presidente do partido Democratas (DEM) em Sergipe, Ana Alves, filha do ex-prefeito João Alves Filho (DEM) e da atual senadora da República, Maria do Carmo (DEM), foi presa na sede do Ministério Público (MPE), em cumprimento de ordem judicial expedida pelos Promotores de Justiça do Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (Gaecco), e equipes do Departamento Especializado de Combate aos Crimes Tributários e Administração Pública (Deotap). Também foi cumprido mandado judicial de busca e apreensão na sede do DEM.

Ana está sendo investigada na Operação Caça-Fantasmas, decorrente da Operação Anti-Desmonte, deflagrada no final de 2016, por participação em peculato, formação de organização criminosa e obstrução de investigação, crimes previstos na Lei 12.850/2015.

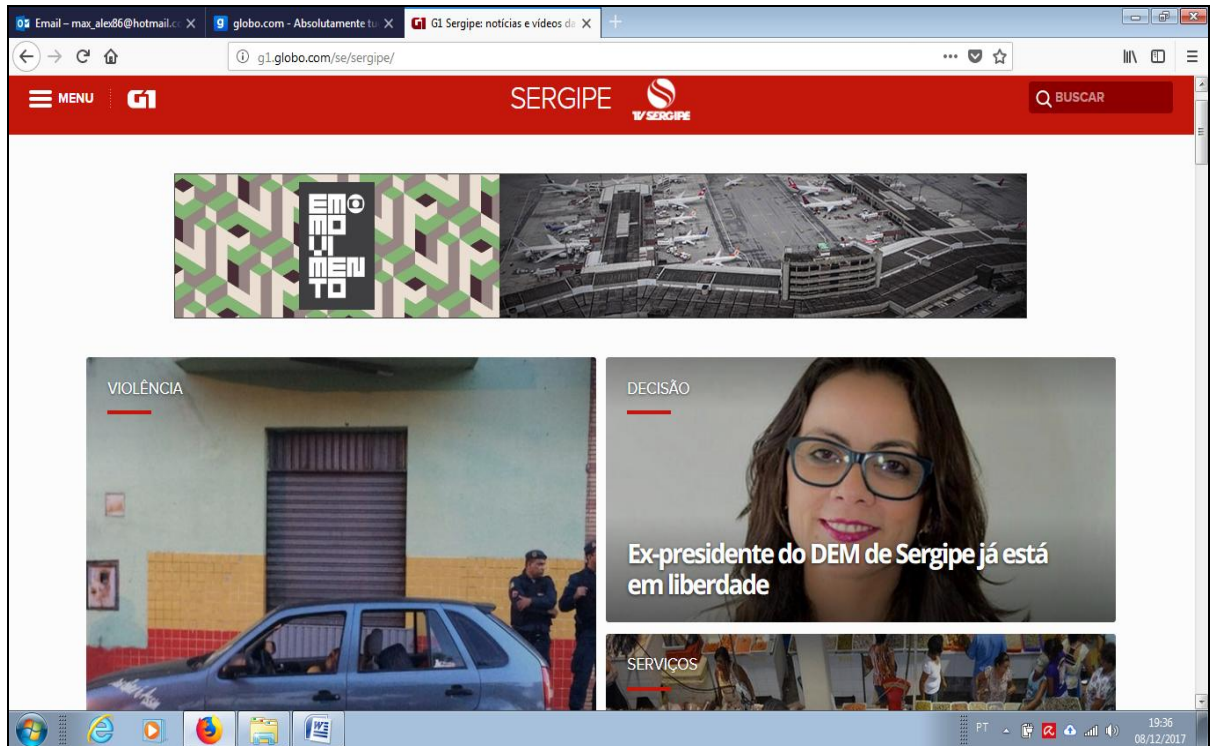
Há informações e indícios de que ela praticou atos graves na tentativa de induzir declarações e depoimentos de investigados e testemunhas no curso das investigações do Ministério Público, o que motivou sua prisão preventiva.

Após prestar depoimento no MPE, Ana foi conduzida ao presídio feminino em Nossa Senhora do Socorro.

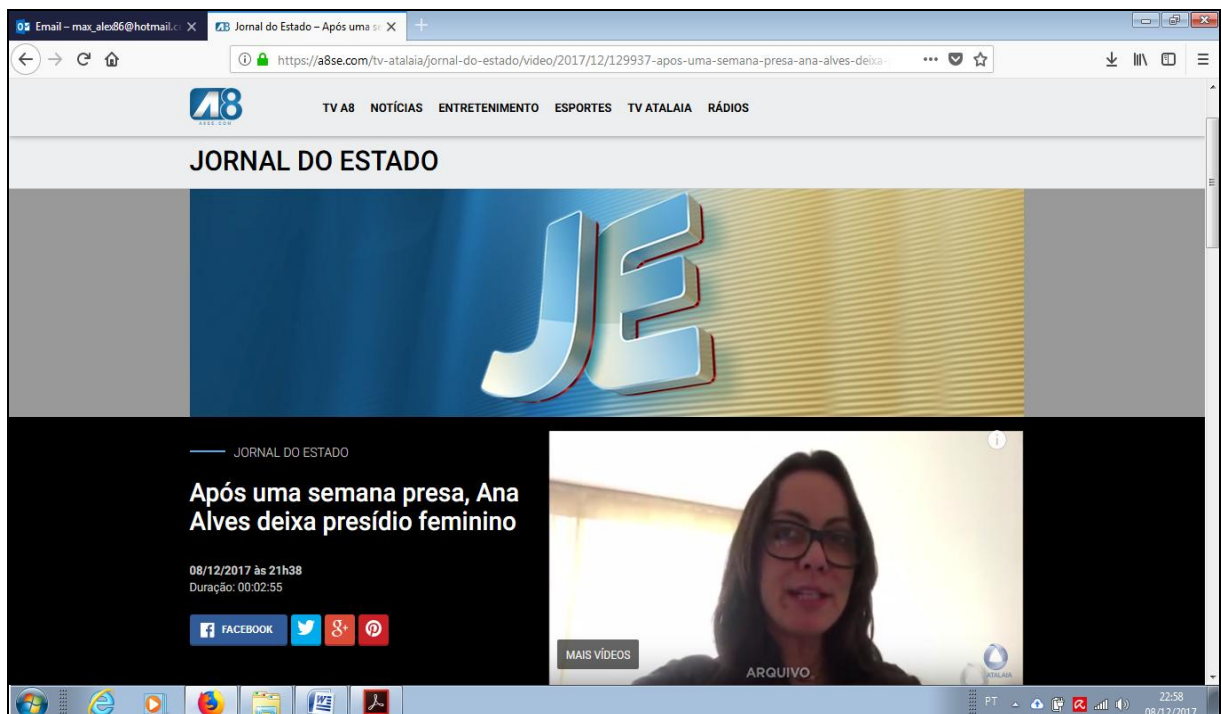
## ANEXO IV

### REPERCUSSÃO DA SOLTURA DE ANA ALVES NA IMPRENSA SERGIPANA

a) *TV Sergipe* (através do *Portal G1*) destacando soltura de Ana Alves a 08/12/17.



b) *TV Atalaia* (através do *Portal A8*) destacando soltura de Ana Alves a 08/12/17.



c) *Cinform* destacando soltura de Ana Alves a 08/12/17.



d) Portal *Infonet* destacando soltura de Ana Alves a 08/12/17.



e) Página inicial do portal *AJN1* do dia 08/12/17 colocando um *link* simples para uma matéria sobre a soltura de Ana Alves sem qualquer foto ou imagem que faça referência a evento.



f) Matéria para a qual direcionava o *link* da página inicial do portal *AJN1* de 08/12/17 sobre a soltura de Ana Alves. Trata-se de uma matéria discreta sobre tal soltura e sem nenhuma foto ou imagem que faça referência ao evento.



g) Capa do *Correio de Sergipe* dos dias 08, 09, 10 e 11 de dezembro de 2017 não faz referência à soltura de Ana Alves.

R\$2,00  
 Quem lê sabe mais  
**CORREIO DE SERGIPE** ain  
 Agência Jornalística  
 www.aj1.com.br

Ano XXV - Nº 6860 - 13 de dezembro de 2017 - **EDIÇÃO DE FIM DE SEMANA** - FUNDADOR: XIÃO ALVES NETO, EM 21 DE JANEIRO DE 2001 - **SEXTA-FEIRA À SEXTA-FEIRA 11 DE DEZEMBRO DE 2017** | Telefone: (66) 3311-2000

**CORRUÇÃO**



**STF QUEBRA SIGILO FISCAL E BANCÁRIO DO SENADOR DE AÉCIO**

O ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio determinou quebra de sigilo bancário e fiscal do senador Aécio Neves, correspondente ao período de 1º de janeiro de 2014 a 18 de maio de 2017. Decisão é extensiva à irmã dele, Andrea Neves, ao primo Frederico Pacheco e a mais duas pessoas.

**BRASIL/PÁGINA 03**

**Vida**



**LOVE IS IN THE AIR!**  
O dia do "sim" de Brasília e Loureña

**Mais**



**ALISAMENTO CAPILAR**  
Novidade no mercado de beleza para quem deseja um cabelo liso e saudável

---

**EM BOSTON**

**Tiradentes vai inaugurar centro**

O Grupo Tiradentes vai inaugurar no próximo dia 15, em Boston (EUA), o Tiradentes Institute. O centro de educação internacional é resultado da parceria entre duas instituições de renome no ensino superior: a Unif e a Universidade de Massachusetts, ambas com mais de 50 anos de história e tradição.

**URBANO/PÁGINA A10**

**EM LAGARTO**

**CONSTRUÇÃO DA AGES MOVIMENTA ECONOMIA**

**URBANO/PÁGINA A7**

**SERGIPE**

**Repasso de royalties subiu 4,9%**

O pagamento de royalties do petróleo e gás natural para Sergipe no mês passado, ultrapassou os R\$ 5,6 milhões, valor referente à produção de setembro último. No comparativo com outubro, o pagamento avançou 4,9%. Porém, em relação a novembro de 2016, o resultado foi negativo, com recuo de 6,5%. Análise é da FIES.

**URBANO/PÁGINA A4**

---

**DOENÇA CRÔNICA**

**MAIS DE 220 MIL TEM DIABETES EM SERGIPE**

**URBANO/PÁGINA A8**

**Interminável**

# Obra de duplicação da BR-101 acontece há mais de 20 anos

**Trabalho segue sem data para conclusão. Novas licitações serão realizadas**

Com 206 Km de extensão em Sergipe, a BR-101 começou a ser duplicada em 1994, quando então Itamar Franco era presidente do Brasil. A obra foi dividida em lotes, sendo que só o primeiro demorou 10 anos para ser finalizado. Decorridos 23 anos, 70% da obra está concluída, com apenas 66 km liberados para o tráfego. **URBANO/PÁGINA A10**

---

**8 de dezembro**

# Nossa Senhora da Conceição é festejada hoje por católicos

A devoção a Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Aracaju, promete levar muitos fiéis católicos às celebrações que ocorrem nesta sexta, 8, dia dedicado à santa, em várias igrejas pelo estado. No cathedral da capital, as celebrações iniciam com alvorada frontal. Serão realizadas várias missas, culminando com procissão à tarde. Ainda, em Aracaju, ocorre celebração na Igreja Imaculada Conceição, no Mosqueiro, Bacia do Itabaiana e os povoados Taquoca, em Socorro, e Alagadico, em Frei Paulo, também festejam a data. Evento também será celebrado por adeptos das religiões de matrizes africanas.

**URBANO/PÁGINA A4**



---

**EDVALDO ANUNCIA ATRAÇÕES DO RÉVEILLON EM ARACAJU**

A festa de Réveillon, 31, terá início às 21h30, com show de Maysa Reis, seguido da banda The Baggiors (22h30). À meia-noite, acontece a queima de fogos. Logo após, sobe ao palco a banda pernambucana Patusco. O grupo Ultra Samba encerrará o evento.

**URBANO/PÁGINA A3**

---

**FALE COM A GENTE**



ATENDIMENTO AO CLIENTE  
79-3234-3300

CLASSIFICAÇÃO  
79-3234-3247

ASSINE O C6  
79-3234-3230

DIRETO DA REDAÇÃO  
79-3234-3208

NA INTERNET  
www.aj1.com.br

LIGA NA REDAÇÃO DE NOSSO CORREIO: Nº 307404 - PULCINELA, POLÍCIA URBANA, EXPEDIENTE, COLETA E MANUTENÇÃO CORREIO: Nº 307405 - ECONOMIA INTERNACIONAL, "LABORATÓRIO DE BEM-ESTAR" (GEOGRÁFICA), SOCIEDADE, TELEFONIA, CULTURA, TURISMO, CINEMA.